

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v.25 • n.3 • JUL./SET. 2015

ISSN 0103 8117

MULHERES E TRABALHO: AUTONOMIA E EMPODERAMENTO





BAHIA ANÁLISE & DADOS



Foto: Vilmar Oliveira

ISSN 0103 8117

Bahia anál. dados

Salvador

v. 25

n. 3

p. 511-692

jul./set. 2015

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento (Seplan)
João Leão

**Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI)**
Eliana Boaventura

Secretaria de Política para as Mulheres (SPM-BA)
Olívia Santana

Diretoria de Pesquisas (Dipeq/SEI)
Armando Affonso de Castro Neto

**Coordenação de Articulação Institucional e
Ações Temáticas (CAT/SPM-BA)**
Patrícia Lacerda Trindade de Lima

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes/Dipeq/SEI)
Guillermo Javier Pedreira Etkin

BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. Disponível para consultas e download no site <http://www.sei.ba.gov.br>. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e na *Library of Congress* e no sistema *Qualis da Capes*.

Conselho Editorial

Ângela Borges, Ângela Franco, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios-Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Lino Mosquera Navarro, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renato Leone Miranda Léda, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

Editoria-Geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Conselho Temático

Cristina Maria Macêdo de Alencar, Edilton Meireles de Oliveira Santos, Eulália Lima Azevedo, Fabiane Popinigis, Marcia dos Santos Macedo, Márcia Santana Tavares, Maria de Lourdes Scheffler, Maria Victória Espiñeira González, Mariangela Moreira Nascimento, Mary Garcia Castro, Rosângela Costa Araujo, Sílvia Maria Bahia Martins, Sonia Jay Wright, Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Coordenação Editorial

Eulália Azevedo (SPM-BA), Lucicleide Nascimento (SEI), Patrícia Lima (SPM-BA), Sônia Pereira (SEI)

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Revisão de Linguagem

Calixto Sabatini, Christiana Fausto (port.)

Capa

Vinícius Luz

Design Gráfico

Nando Cordeiro

Editoração

Rita de Cássia Assis

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa, Isabel Dino Almeida

Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991-)

Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2015.

v.25

n.3

Trimestral

ISSN 0103 8117

CDU 338 (813.8)

Impressão: EGBA
Tiragem: 1.800 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., nº 435, 2º andar – CAB
CEP: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 3116-1781
sei@sei.ba.gov.br www.sei.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação	515	Mulher e política na Bahia – desafios para superar a sub-representação: apesar de ser maioria da população brasileira, as mulheres são minoria em todos os espaços de poder	611
Entrevista “A mulher é a metade da humanidade e mãe da outra metade” <i>Olivia Santana</i>	519	<i>Linda Rubim</i> <i>Fernanda Argolo</i>	
Regateiras, ganhadeiras, vendeiras: gênero, perfume e cor pelas ruas da Salvador colonial <i>Iole Macedo Vanin</i>	525	O impacto do trabalho feminino nas famílias em situação de vulnerabilidade social	623
Perfil e atuação da rede de mulheres pescadoras e marisqueiras do Sul da Bahia, Brasil <i>Guilhardes de Jesus Júnior</i> <i>Salvador Dal Pozzo Trevizan</i> <i>Mônica de Moura Pires</i>	541	<i>Arlete Moura Almeida</i> <i>Alberta Emilia Dolores de Goes</i>	
Quando o trabalho das mulheres e o campo aparecem, os conhecimentos sobre a vida crescem <i>Wanessa Alves Pereira e Souza</i> <i>Janice Rodrigues Placeres Borges</i>	559	Inovações jurídicas da EC 72/2013 e seu impacto no processo de formalização das trabalhadoras domésticas nordestinas	641
A educação profissional como estratégia de inclusão social: o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal da Bahia <i>Noeme Sílvia Oliveira Santos</i>	579	<i>Luana Junqueira Dias Myrrha</i> <i>Luciana Conceição de Lima</i> <i>Hila Romena Lopes de Carvalho</i>	
Crescer ou não: eis a questão para mulheres empreendedoras do semiárido baiano <i>Almiralva Ferraz Gomes</i> <i>Joice de Souza Freitas Silva</i> <i>Adller Moreira Chaves</i>	593	Acordo coletivo como uma ferramenta de trabalho decente e igualdade de oportunidades no tratamento das mulheres: uma prática corporativa coletiva	657
		<i>Ângela Rosa da Silva</i> <i>Eunice Léa de Moraes</i>	
		A inclusão da mulher no programa social Espaço da Cidadania através do trabalho informal	669
		<i>Nilma Barbosa da Conceição Dias</i>	
		A Morte lhe cai bem: a originalidade do trabalho da artesã Lira Marques	683
		<i>Vilmar Oliveira de Jesus</i>	



APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do estado, lança, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a *Bahia Análise & Dados Mulheres e Trabalho: Autonomia e Empoderamento*. Composta por 11 artigos e uma entrevista, a revista inclui perspectivas diversas sobre a temática que envolve mulheres e trabalho e contempla estudos de caso para a Bahia, Minas Gerais, regiões brasileiras e para o país.

Entre outras questões, a publicação aborda os efeitos imediatos e as perspectivas de melhorias para as trabalhadoras domésticas brasileiras advindas da Emenda Constitucional 72/2013, que reconhece direitos historicamente ignorados. Ainda no âmbito legal, trata da importância do acordo coletivo como instrumento de garantia do trabalho decente e de igualdade de gênero, possibilitando a inclusão feminina. A revista discute também a questão da mulher na política, ou seja, o perfil da participação na esfera de poder e decisão. Nesse aspecto, o aumento no número de candidatas não se traduziu na elevação da quantidade de mulheres eleitas, ou seja, a sub-representação permanece.

Outro ponto focado são as dificuldades enfrentadas por mulheres empreendedoras no semiárido baiano e o dilema de expandir ou não suas atividades, visto que as relações sociais influenciam as escolhas nos negócios. Um estudo de caso do sul da Bahia mostrou que o empoderamento das mulheres que integram redes de pescadoras e marisqueiras ultrapassa o âmbito do mercado de trabalho e inclui questões relacionadas à autoestima e ao conhecimento de direitos e deveres. A educação profissional, em Salvador, revelou-se instrumento para o fortalecimento, assim como o conhecimento geral no campo, no semiárido, melhorou a vida das famílias e até trouxe benefícios relativos à questão ambiental, como na produção agroecológica.

É bem verdade que, apesar do aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, ainda existem desafios, a exemplo da ocupação de posições inferiores às dos homens e da questão da tripla jornada, que acontece principalmente nas famílias em situação de vulnerabilidade social.

Esta edição da *Bahia Análise & Dados* apresenta ainda uma visão histórica do papel do trabalho da mulher nas ruas da Salvador colonial, no comércio de alimentos, em atividades religiosas, na costura, como padeiras e na prostituição. O estudo revelou a já existente divisão sexual do trabalho, com profissões masculinas e femininas estabelecidas.



Muitas mulheres continuam a desempenhar atividades de maneira informal. Sobre esse tema, a publicação enfoca obras de uma artesã mineira que reproduziu, através da arte, o seu contexto diário de sofrimento e pobreza, e afere os benefícios alcançados por mulheres inseridas em ações de economia solidária.

A SEI e a SPM agradecem aos autores, ao conselho editorial, ao conselho temático e a todos que ajudaram a realizar este trabalho. Entender a realidade das mulheres e as peculiaridades que cercam a sua relação com o mundo do trabalho é o primeiro passo para alcançar as mudanças necessárias rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, na qual homens e mulheres disputem oportunidades em condições equânimes e possam contribuir em conjunto para o desenvolvimento. A presente publicação pretende colaborar nesse esforço de conhecer e refletir sobre essa temática, trazendo contribuições para os estudos e debates e, principalmente, subsidiando políticas públicas mais eficazes.



“A mulher é a metade da humanidade e mãe da outra metade”

ENTREVISTA COM OLÍVIA SANTANA



Formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Olívia Santana foi vereadora e secretária de Educação e Cultura de Salvador, além de chefe de Gabinete da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do governo da Bahia. Trabalhou como professora em escola infantil e no Centro de Arte e Educação Alternativa, atendendo a crianças com deficiência.

Foi fundadora da Associação de Desenvolvimento da Educação Especial (Adep), técnica pedagógica do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e professora e coordenadora pedagógica da Casa Via Magia. Atuou no Centro de Educação e Cultura Popular (Cecup), em projetos de formação de professores de escolas comunitárias.

Também foi presidente do Diretório Acadêmico de Pedagogia e secretária de Educação e Cultura do Diretório Central dos Estudantes da UFBA em 1988. Junto com outros colegas, organizou o grupo Juventude Negra, que discutia a participação dos negros na universidade. Foi fundadora da União de Negros pela Igualdade (Unegro), entidade que presidiu em 1994, e delegada na III Conferência Mundial Contra o Racismo e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul.

Sempre teve como um dos ideais políticos a luta pelas mulheres. É fundadora da União Brasileira de Mulheres, sendo ainda integrante do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Foi delegada na Conferência Nacional da Mulher rumo à Conferência de Beijing, na China, e no III Encontro Latino-Americano e Afro-Caribenho de Mulheres Negras, na Costa Rica.

Participou do Encontro Mundial Homens, Mulheres e a Democracia Participativa, em Lyon, na França, e também fez parte da Comissão Organizadora do 13º Encontro Nacional Feminista.

BA&D – *Há o que comemorar em relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas duas décadas? Em caso afirmativo, que conquistas elencar?*

Olívia Santana – Embora as desigualdades entre homens e mulheres ainda sejam imensas, a organização e a luta das mulheres vêm derrubando barreiras e fazendo crescer a presença feminina no mercado de trabalho de maneira cada vez mais diversificada. O desafio é garantir igualdade de oportunidades e de acesso aos direitos.

As mulheres já estão ocupando espaços importantes nos quais, antes, sua presença era escassa ou mesmo inexistente. Por exemplo, a presença das mulheres nas Forças Armadas é um fenômeno recente. A presidenta Dilma fez avançar essa conquista, que teve início nos anos 1980 e que agora ganhou mais envergadura. Ainda que sejam menos de 10%, as mulheres estão presentes nas Forças Armadas com menos limites que antes. Graças à presidenta, tivemos a primeira oficial-general mulher, Dalva Mendes. Em 2011, tivemos a tenente-aviadora Carla Alexandre Borges, primeira aviadora que comandou um caça no país. Este ano, a Bahia formou duas pilotas de helicóptero. Estamos avançando, mas é preciso mais celeridade se quisermos alcançar a paridade entre homens e mulheres.

BA&D – *Quais os entraves à participação das mulheres no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens?*

Estamos avançando, mas é preciso mais celeridade se quisermos alcançar a paridade entre homens e mulheres

OS – A divisão sexual do trabalho desvalorizou a mão de obra feminina e também garantiu verdadeiras reservas de mercado para os homens, em detrimento das mulheres. Além disso, as mulheres sofrem os impactos da dupla jornada de trabalho, recaindo sobre elas todas as responsabilidades familiares. Como historicamente a sociedade é condicionada a acreditar que as atividades de cuidado são responsabilidade exclusiva das mulheres, elas acumulam funções. Outro aspecto a ser considerado é que ainda há muitos entraves para a compreensão da responsabilidade da sociedade com a garantia de um mercado de trabalho não discriminatório para as mulheres, de modo que é preciso compreender as necessidades das mulheres que trabalham, com ampliação do número de creches, por exemplo. Esse direito educacional, quando é negado à infância, impacta também a vida das mães. Além disso, em pleno século XXI, as mulheres ainda são minoria nos empregos relacionados às áreas mais estratégicas da economia,

sobretudo nas relacionadas às ciências exatas, por exemplo. Ainda assim, é muito comum ver mulheres que conseguiram se destacar em áreas como Física, Matemática e Engenharia e acabarem se tornando professoras, e não seguindo carreira na indústria. As oportunidades em empresas privadas são mais difíceis que na área pública, onde se podem ultrapassar barreiras através de concursos. Entretanto, na hora das promoções, muitas vezes as mulheres são preteridas em favor de colegas homens. Há também uma absurda desigualdade salarial. Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo de 2010, revelaram que, apesar de ter havido uma leve redução das disparidades salariais entre homens e mulheres no Brasil, nas regiões Norte e Nordeste isso não aconteceu. O salário das mulheres, que correspondia a 72% do salário dos homens, caiu para 68% aqui no Nordeste. Ou seja, por essas bandas, onde reinaram os coronéis, o patriarcado ainda é mais duro.

BA&D – *Quais as políticas de âmbito estadual e federal que focam a superação dos desafios das desigualdades de gênero?*

OS – São várias, mas destaco aqui o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e as políticas de apoio às trabalhadoras rurais, do campo e das florestas. A primeira

citada trata-se de um conjunto de políticas que enfrentam a face mais dura do machismo, que é a violência que maltrata e pode até tirar a vida das mulheres. A segunda estimula os arranjos produtivos das mulheres.

As políticas buscam atuar em grandes áreas, como enfrentamento à violência, empoderamento, educação inclusiva e não sexista, saúde e direitos reprodutivos, autonomia e inclusão socioproductiva. No caso desses dois últimos, são desenvolvidas ações de qualificação profissional, assistência técnica, microcrédito, apoio técnico-financeiro a empreendimentos, entre outras que busquem reconhecer as peculiaridades das mulheres e das barreiras que o sexismo e o machismo criam.

BA&D – *As instituições e os acordos internacionais têm influenciado positivamente na inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e baiano e no combate às diversas formas de violência? Alguma outra área deve ser mencionada?*

OS – Sim. As Nações Unidas realizaram importantes conferências sobre a questão da mulher. Lembro que, em 1995, eu estava grávida, perto de ter bebê, mas participei da Conferência Nacional sobre a Mulher, no Rio de Janeiro, rumo à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu em Beijing/China. Foi um momento ímpar. Fizemos um

debate fervoroso sobre a necessidade de se incluir a mulher negra no documento. As feministas negras mostraram às feministas

As feministas negras mostraram às feministas brancas que existia racismo no Brasil, e isso sim nos diferenciava negativamente, criando realidades de exclusão social marcadas por racismo e sexismo

brancas que existia racismo no Brasil, e isso sim nos diferenciava negativamente, criando realidades de exclusão social marcadas por racismo e sexismo. Portanto, isso precisava ser demonstrado no documento que estávamos aprovando ali. Hoje, através da ONU Mulheres, uma série de ações que provocam os governos a assumirem responsabilidades com o enfrentamento às desigualdades de gênero são realizadas. Campanhas como Outubro Rosa e 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres têm grande adesão. Organismos internacionais de financiamento têm condicionado algumas linhas de empréstimos à realização de ações que impactem segmentos socialmente mais vulneráveis, a exemplo das mulheres.

BA&D – *O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 3 das Nações Unidas, para o período de 2000 a 2015, promoveu a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. O que*

pode ser considerado avanço no Brasil e na Bahia?

OS – Vários foram os avanços. No Brasil, a criação de um organismo nacional de políticas para as mulheres – que chegou a ter *status* de ministério –, a realização de conferências que resultaram em um plano nacional, a licença maternidade de seis meses, a conquista da Lei Maria da Penha, a tipificação do feminicídio como crime hediondo e essa tardia, mas fundamental, conquista das trabalhadoras domésticas, que viram ser aprovada e regulamentada a chamada PEC das Domésticas. Esta assegura direitos que os demais trabalhadores há muito já usufruíam. São frutos da luta dos movimentos de mulheres que se transformam em legislações e em políticas de Estado. Na Bahia, entre outras iniciativas, nós conquistamos a nossa Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); estamos implantando centros de referência de atendimento às mulheres vítimas de violência, em parceria com diversos municípios; implantamos a Ronda Maria da Penha; estamos desenvolvendo o Projeto Margaridas de promoção da autonomia das trabalhadoras rurais; e temos ainda as unidades móveis, ônibus especialmente adaptados que levam serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ao campo e à floresta. Esses serviços

incluem prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramento legal. As unidades também têm função educativa, com a promoção de palestras e esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicação. E temos ainda a criação da Lei nº 13.208, de 29 de dezembro de 2014, que estimula o empreendedorismo de mulheres e de negros, e da Lei nº 12.573, de 11 de abril de 2012, conhecida como Lei Antibaixaria, que proíbe o uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

BA&D – *Especialistas apontam o acúmulo de jornadas como um obstáculo ao desenvolvimento profissional das mulheres. O que tem sido feito para solucionar ou mitigar esse percalço?*

OS – Esse é um dos mais difíceis desafios, pois há uma naturalização da sobrecarga de trabalho das mulheres. Ainda se enxerga o trabalho do lar como se não fosse trabalho, mas é. É, e a mulher fica extenuada. Milhões de mulheres trabalham fora e, quando chegam em casa, têm que garantir que tudo funcione bem: que a roupa esteja lavada, a comida das crianças e do marido esteja pronta, e por aí vai. O esforço para superar esse quadro, além de informação, é a adoção de políticas de ações afirmativas,

intencionalmente voltadas para as mulheres e suas peculiaridades, além de estímulo a ações por parte das empresas de pro-

As situações próprias vinculadas à mulher (gravidez, amamentação) precisam ser entendidas dentro da dimensão maior que é a garantia do ciclo da vida, da preservação da espécie humana e da reposição da força de trabalho

moção da igualdade de gênero na sua estrutura, como ocorre com o Programa Pró-Equidade de Gênero do governo federal. As atividades de informação e de conscientização também são importantes, porque é preciso que a sociedade e as instituições conheçam a amplitude da gravidade desse problema, que atinge as mulheres, mas que afeta toda a estrutura do mundo do trabalho. É preciso conscientizar que as atividades de cuidado são responsabilidades que precisam ser compartilhadas entre homens e mulheres, e as situações próprias vinculadas à mulher (gravidez, amamentação) precisam ser entendidas dentro da dimensão maior que é a garantia do ciclo da vida, da preservação da espécie humana e da reposição da força de trabalho. Se as mulheres pararem de engravidar, o que será da humanidade? Como ficará o mercado de trabalho? Há ainda vários projetos tramitando no Congresso no sentido de reduzir a carga laboral das mulheres, ou de o estado remunerá-las.

BA&D – *Como o estado lida com as questões culturais, enraizadas na sociedade, que levam ao estabelecimento de “lugar de mulher e de homem”? E o que tem sido feito para a introdução de mulheres em áreas vislumbradas como tradicionalmente masculinas?*

OS – Temos enfrentado esse problema investindo nos cursos de capacitação das mulheres, seja no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-natec), seja nos cursos de curta duração do Programa Trilhas para as Mulheres, de qualificação profissional, voltado para jovens mulheres. Nossas professoras e professores orientam as meninas a enfrentarem as barreiras e fortalecerem a autoestima. E estamos elaborando um projeto, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), no sentido de estimular o ingresso de mulheres em carreiras de ciência e tecnologia e nas engenharias. Criamos um grupo de trabalho de especialistas que está discutindo estratégias de ação.

BA&D – *Como está sendo abordada a questão da violência contra as mulheres?*

OS – O enfrentamento da violência contra as mulheres é uma das preocupações principais da SPM. Entendemos que é um problema que requer a máxima atenção, e, para isso, são desenvolvidas várias políticas públicas, como as unidades móveis, os

centros de referência, as capacitações, a Ronda Maria da Penha etc. E temos um pacto que foi assinado por 77 prefeitos no estado da Bahia e que pretendemos ampliar para pelo menos a metade dos municípios baianos. Há um comitê gestor do pacto, a câmara técnica, que inclui a SPM, a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública (DP) e o Tribunal de Justiça (TJ).

BA&D – *Quais são as políticas especiais para a autonomia e o empoderamento da mulher que têm mostrado resultado positivo no estado da Bahia?*

OS – Os cursos de qualificação profissional, o Programa de Microcrédito do Estado da Bahia (Credibahia), que tem 64% da sua carteira de clientes formada por mulheres microempreendedoras, as redes de economia solidária, as ações com marisqueiras e o nosso trabalho de realização de campanhas, de promoção de atividades formativas, de promover o debate sobre as desigualdades de gênero nas diversas áreas da vida social.

BA&D – *Existe alguma atenção especial às trabalhadoras do campo?*

OS – Sim. Há políticas específicas de assistência técnica rural que consideram as peculiaridades da mulher trabalhadora no

campo. Além disso, temos o Projeto Margaridas sendo executado no estado sob a coordenação da SPM. O projeto tem como obje-

O sistema de lista fechada com alternância de sexo, e também com recorte étnico-racial, aumentaria muito as chances de as mulheres, em sua diversidade, se elegerem

tivo atender às moradoras das zonas rurais dos municípios baianos, com o intuito de promover a cidadania e a autonomia econômica e social dessas mulheres, além de auxiliar na prevenção e no enfrentamento a todas as formas de violência. A estimativa é a de que mulheres das mais diversas regiões do estado sejam beneficiadas, entre elas agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, fundo e fecho de pasto, jovens, pescadoras artesanais, marisqueiras, quilombolas e indígenas.

BA&D – *As mulheres são maioria no eleitorado. Como reverter o quadro de minoria na participação política institucionalizada e em outras áreas de poder e decisão?*

OS – Foi muito importante o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar o fim do financiamento empresarial de campanha. O poder econômico sempre teve um enorme peso nos resultados eleitorais. Os homens têm muito

mais acesso aos recursos financeiros que as mulheres. Eles também controlam os partidos políticos. Mas é preciso uma ampla e séria reforma política, que equilibre o processo de disputa entre as forças partidárias, que garanta igualdade de acesso à propaganda eleitoral. O sistema de lista fechada com alternância de sexo, e também com recorte étnico-racial, aumentaria muito as chances de as mulheres, em sua diversidade, se elegerem.

BA&D – *Como garantir que as mulheres sejam protagonistas e não coadjuvantes das suas próprias vidas?*

OS – Elevando o grau de consciência política das mulheres sobre seus direitos e sobre o seu papel na sociedade. Mais que isso, é preciso provocar uma certa indignação coletiva frente às desigualdades de gênero. Costumamos dizer, no movimento feminista, que a mulher é a metade da humanidade e mãe da outra metade. Isso torna ainda mais indigna a opressão de gênero. As políticas públicas possuem um papel importante, porque criam situações concretas para que as mulheres possam alcançar a autonomia em todas as perspectivas e o empoderamento social e econômico. Nenhuma sociedade pode evoluir sem a plena emancipação das mulheres.

Regateiras, ganhadeiras, vendeiras: gênero, perfume e cor pelas ruas da Salvador colonial

*Iole Macedo Vanin**

* Doutora e mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, professora adjunta do bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade e do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da UFBA. iole.vanin@ufba.br

Resumo

A historiografia nacional e a baiana têm visibilizado a presença, as ocupações e as profissões femininas que se desenvolveram pelas ruas das vilas e cidades da América portuguesa. As mulheres eram atuantes no mercado de trabalho soteropolitano dos séculos XVII e XVIII, e suas atividades revelam como as percepções de gênero significaram a organização e a divisão das ocupações que constituíram o referido mercado de trabalho. Por meio da análise documental de posturas e de atas da Câmara de Vereação, além de outras fontes históricas, pretende-se, no presente artigo, apresentar como as apreensões de gênero estruturaram as relações comerciais e de prestação de serviço que se desenvolveram nas ruas soteropolitanas. Dessa forma, a partir de uma abordagem histórica ancorada no campo dos estudos de gênero e feministas, deseja-se contribuir para as discussões e reflexões acerca da divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: História. Bahia. Colônia. Trabalho. Mulher.

Abstract

National and Bahia historiography has visualized the presence, occupations, female occupations that have developed through the streets of towns and cities of Portuguese America. Women were active in the labor market Soteropolitano of the seventeenth and eighteenth centuries and his performances reveals how gender perceptions meant to the organization and the division of activities that constituted. Through documentary analysis of postures and Proceedings of the town council chamber, and other historical sources, it is intended in this article show how gender perceptions structured trade relations and service delivery that developed in soteropolitanas streets. And this sort, from a historical approach anchored in the field of Gender and Feminist Studies, contribute to the discussions and reflections on the sexual division of labor.

Keywords: History. Bahia. Cologne. Work. Women.

PREÂMBULO

A presença feminina no espaço público ao longo da história ocidental é bem conhecida. No século XVII, por exemplo, as mulheres europeias trabalhavam e suas atividades não se restringiam à esfera privada. Dentre as funções que desempenhavam estavam as de criada, costureira, leiteira, rendeira, dentre outras (HUFTON, 1991). Ao analisar essa presença, na medida em que pretendem refletir sobre a história do trabalho feminino, Sullerot (1970) e Largade (1993, p. 110-150) demonstram como, nas várias sociedades e ao longo dos tempos históricos, as atividades humanas de apropriação e transformação da natureza foram estabelecidas de acordo com os pertencimentos de gênero, geração, raça e etnia. “As sociedades têm especializado os indivíduos em formas particulares de trabalho, em certas ocasiões de maneira excludente; de maneira generalizada, o sexo tem servido como princípio classificador para definir o acesso ao trabalho” (LARGADE, 1993, p. 114).

As mulheres ficavam presas a uma identificação com o mundo da natureza, imutável, fixo, e os trabalhos que desenvolviam eram compreendidos como ligados em essência à ordem natural, biológica. Não eram vistos como transformação criativa da natureza e, portanto, tornaram-se justificativas para conformar os sujeitos a espaços, lugares, atividades, profissões. Nas palavras de Largade (1993, p. 115):

As mais diversas sociedades criaram grupos sociais distintos em função do acesso ao trabalho e o tem explicado, com maior ou menor êxito, como divisões naturais do trabalho, imutáveis, racionais, justas, etc. Desta sorte, as ideologias de maior êxito, por ser credíveis, são aquelas que explicam a diferenciação social como resultados de circunstâncias biológicas constatáveis. Assim, as ideologias sexistas e racistas tem sido mais douradoras

e eficientes – combinadas com outras -, para reproduzir ordens sociais, conceitualizadas como naturais.

As mulheres sempre trabalharam. Há, porém, dificuldade em reconhecer suas atividades como trabalho ou em tirá-las da invisibilidade

Ao afirmar o caráter histórico da divisão sexual do trabalho, Largade (1993, p. 116) ressalta que as mulheres sempre trabalharam. Há, porém, dificuldade em reconhecer suas atividades como

trabalho ou em tirá-las da invisibilidade.

Isso acontece, primeiro, devido ao fato de serem julgadas como seres pertencentes ao âmbito da natureza, ligadas ao biológico; segundo, porque uma parte de seu trabalho ocorre e é feita em e por mediação do seu corpo, não sendo diferenciada como uma atividade social criativa; e terceiro, porque o resto do trabalho da mulher, por associação, é derivado naturalmente do trabalho não concebido como tal.

Enquanto Largade (1993) se atém a discutir as concepções acerca do trabalho feminino e como elas são justificativas para a exploração das mulheres, Sullerot (1970) pontuou como tais conceitos se materializaram a partir das vivências, experiências e práticas femininas ao longo da história do trabalho. Nada mais “natural” que, nos entrecruzamentos entre o público e o privado, as atividades que as mulheres desenvolvem no primeiro sejam identificadas como extensão das que exercem no segundo e que são vistas como próprias delas. Somam-se a isso as concepções hegemônicas de gênero que cada comunidade ou sociedade utiliza para definir os sujeitos masculinos e femininos.

Como consequência, são determinados os espaços, comportamentos e as atividades próprios e esperados de homens e mulheres. Como salienta Bourdieu (1976, p. 135), a interpretação do mundo é também feita a partir de uma ótica de gênero e encontra-se expressa “[...] nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os motivos das cerâmicas ou dos tecidos. Mas ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas” (BOURDIEU, 1976, p. 136).

E mais: as mulheres são mais envolvidas do que os homens nos materiais “sujos” e perigosos da existência social, dando à luz e pranteando a morte, alimentando, cozinhando, desfazendo-se das fezes e equivalentes. Consequentemente, encontra-se em sistemas culturais uma oposição decorrente entre o homem, que, em última análise, significa “cultura”, e a mulher (definida através de símbolos que salientam suas funções sexuais e biológicas), que significa “natureza” e, frequentemente, desordem (ROSALDO, 1979, p. 47).

Desta sorte, a maioria das atividades femininas estava relacionada com o doméstico – satisfação das necessidades vitais (ARENDR, 2005), com a reprodução. Deve-se destacar que a circulação pelas ruas, ou mesmo o deslocamento para locais distantes da família, não significa que as mulheres escapassem das amarras do patriarcado, pois a vigilância e o controle sob o uso dos tempos e dos espaços eram uma constante em suas vidas. Neste sentido, Hufton (1991, p. 26) destaca que, nos séculos XVI, XVII e XVIII, “[...] apesar da obrigação de trabalharem para o seu próprio sustento, a sociedade não podia conceber que as mulheres pudessem ou devessem viver com total independência. De fato, uma mulher independente era olhada como antinatural e detestável”.

Estas concepções, a partir de reelaborações, interpretações, traduções próprias dos sujeitos, estavam presentes na América portuguesa. Assim, a presença de mulheres que trabalhavam, sobretudo no pequeno comércio de gêneros alimentícios, não foi rara na capital portuguesa das Américas.

Quanto às práticas comerciais, deve-se destacar que podiam ser classificadas no período colonial como de grande e pequeno porte. A primeira modalidade é caracterizada pela venda em atacado para o mercado externo de produtos como a cana-de-açúcar e era, sobretudo, uma atividade masculina. A segunda era desenvolvida no mercado interno,

tanto em lojas como pelas ruas, e se voltava à venda em retalho de produtos destinados a suprir as necessidades de subsistência das vilas e cidades.

Nas palavras de Mott (1976, p. 87):

Não obstante tais dificuldades, vamos encontrar na maioria das vilas e cidades coloniais, algumas agências que se encarregavam do pequeno comércio: lojas, ven-

das, tavernas, boticas, estalagens, açougues, casas de pasto, tendas, casas de negócio, quitandas. Os proprietários de tais estabelecimentos aparecem referidos nos documentos da época, sob diferentes denominações: taverneiros, marchantes, vendedores, mercadores, mercadores a miúdo ou a retalho, caixeiros, comissários volantes, negociantes, lojistas.

Ainda sobre o pequeno comércio, devem-se considerar as formas como se desenvolvia: a fixa e a volante (SANTOS, 2007). A primeira era realizada em lojas, onde se vendiam produtos importados (vidros, louças, vinhos, farinha do reino e similares), e também em feiras, onde eram colocados à disposição da população os produtos da terra (legumes, verduras, peixes e similares). A segunda era caracterizada pela venda ambulante de produtos importados que circulavam nos engenhos e pelo comércio nos tabuleiros, nos quais eram negociados produtos da terra e também comida, deslocando-se pelas ruas das cidades e vilas.¹ Em outras palavras:

[...] de um lado, o comércio estabelecido das lojas dos mercadores, de outro, a venda ao ar livre na praça. Os primeiros manipulando mercadorias importadas, coisas mais caras e nobres, o segundo, especializando-se nos frutos da terra. Subsidiário a este, havia ainda o comércio ambulante das chamadas “negras de taboleiro”, referidas desde 1591 (22) e que

¹ Sobre esse tipo de comércio, recomenda-se a leitura do texto de Santos (2007), no qual o autor realiza um estudo da arte acerca dos trabalhos que possuem como temática o pequeno comércio na colônia.

ocuparão no século XVIII, lugar de destaque na vida das cidades e vilas coloniais. Pelo visto, esta divisão étnica entre comércio estabelecido, privilégio dos portugueses e luso-brasileiros e o comércio ambulante, manipulado por gentes de cor, foi um padrão que se desenvolveu nas cidades de norte a sul do país. (SANTOS, 2007).

As mulheres soteropolitanas coloniais pertencentes às camadas populares negociavam, em sua maioria, alimentos crus e cozidos, mandingas e feitiços, e miúdos de animais

O pequeno comércio era marcado pela cor e também pelo gênero: homens brancos nas lojas e na circulação de mercadorias pelos engenhos, mulheres brancas em algumas lojas e mulheres negras, livres e escravas, nos tabuleiros. As mulheres soteropolitanas coloniais pertencentes às camadas populares negociavam, em sua maioria, alimentos crus e cozidos, mandingas e feitiços, e miúdos de animais. É possível captar indícios e vestígios do que tenha sido a presença e as atividades femininas na Salvador dos Setecentos e Oitocentos nas normas municipais que visavam controlar a vida colonial, desde a limpeza das ruas até o pequeno comércio ambulante praticado por indivíduos marginalizados pelo sistema em vigor. Havia a preocupação em conhecer e identificar as pessoas que praticavam essas atividades.

Essa preocupação não se dava à toa: essas pessoas circulavam livremente pelas ruas e estabeleciam contatos, criando, assim, uma rede de solidariedade e de amizade. Dessa forma, ao se articular em torno de um propósito comum, elas podiam abalar a estrutura social e a política vigente. Figueiredo e Magaldi (1983), por exemplo, ao estudar a presença feminina nas desordens mineiras do século XVIII, pontuam que o pequeno comércio, principalmente o exercido por vendeiras, ganhadeiras e negras de tabuleiro, estava relacionado com os segmentos dominados da sociedade, gerando uma identificação que contribuía para o “estabelecimento de laços associativos” que “ameaçavam

perigosamente a estabilidade da ordem” (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1983).

Nesse tipo de comércio vendiam-se os mais variados gêneros – de tecidos a alimentos frescos ou cozidos – e se desenvolviam as mais diversas atividades, o que mereceu a observação de Caldas (1951, p. 427) no ano de 1759 ao registrar a história da Capitania da Bahia até aquela data. Segundo ele, no comércio praticado nas ruas, “[...] não faço porém distinção dos gêneros que mutuamente se consomem nesta cidade bastaria pois dizer que o comércio é regular, e gira continuamente [...]”².

Essas atividades eram praticadas por pessoas que tinham vindo da metrópole para a colônia em busca de riqueza, de uma vida melhor do que a que desfrutavam em seu país de origem (porém, não a encontraram), assim como por negros forros, escravos e mestiços. Estes últimos constituíam a maioria dos sujeitos que praticavam as atividades de prestação de serviços e comércio nas ruas. Ao estudar a estrutura dos cantos soteropolitanos nas vésperas da abolição e a greve de 1857, Reis (1993, 2000) destaca que estas, em tempos anteriores, eram atividades desenvolvidas, sobretudo, por africanos.

Assim, homens e mulheres de cor, livres e em situação de escravidão, e brancos pobres, na dinâmica do cotidiano da cidade, se imiscuíam, mesmo que temporariamente, num mercado que começava a se formar e no qual a prestação de serviços tinha grande demanda por parte da população. Ao marcar presença nesse mercado, eles faziam de tudo: mascateavam, prostituíam-se, praticavam o comércio ambulante pelas ruas, desenvolviam atividades como marchantes, pedreiros, ferreiros, paideiros, coureiros, alfaiates, costureiras, pasteleiros, pescadores, vendeiros, taverneiros, estalajadeiros, louçeiros, entre outras.

² Linguagem atualizada.

Diante dessa dinâmica, a Câmara de Vereação de Salvador criou uma estrutura administrativa e jurídica, normativa – as posturas –, visando controlar os indivíduos através da fiscalização das suas atividades. Ao registrar essas regras de controle, legando-as para a posterioridade, a Câmara possibilitou a oportunidade de vislumbrar, ou melhor, de chegar a uma representação do que era o espaço urbano de Salvador nos séculos XVII e XVIII. A finalidade deste artigo é apresentar como o gênero foi um marcador estruturante das relações que constituíram o pequeno comércio desenvolvido nas ruas soteropolitanas, por meio da análise das posturas e de atas da Câmara de Vereação, além de outras fontes.

O GÊNERO DO PEQUENO COMÉRCIO SOTEROPOLITANO: SÉCULOS XVII E XVIII

Na ata de 27 de agosto de 1625, a Câmara de Vereação de Salvador registrou e, conseqüentemente, validou as posturas comerciais da cidade, com base em cópias das normatizações anteriores feitas pelo escrivão João Mendes Pacheco. A necessidade de um novo registro e de utilização de cópias feitas pelo escrivão advinha do fato de que, com a invasão holandesa, os registros que continham as posturas da cidade haviam se perdido. A mencionada ata contém indícios dos gêneros negociados e dos sujeitos que, com tal prática, retiravam a sua sobrevivência, tanto na época de sua redação como nos períodos anteriores, uma vez que, como mencionado, utilizou-se para a confecção das novas normas o prescrito nas antigas.

Na luta pela sobrevivência, as pessoas desempenhavam atividades que refletiam a diferenciação de gênero, caracterizada pelas concepções acerca das atividades que podiam e deveriam ser

desempenhadas por homens e mulheres. Os primeiros geralmente tinham como labor os ofícios, e os que se dedicavam ao pequeno comércio – regatões e mascates – estavam ligados, geralmente, ao comércio intermunicipal, deslocando-se pelas vilas e pelos engenhos.

A atuação dos mascates parece ter sido frequente e intensa, o que causou descontentamento entre os senhores de engenho, uma vez

que a possibilidade de uma ocupação mais rentável era mais estimulante do que o trabalho em suas propriedades. Isso ocasionava uma certa dificuldade no recrutamento de mão de obra livre para atuar em setores específicos do engenho. Diante desse cenário, apresentou-se à Câmara “[...] a geral queixa que há dos senhores de engenho, lavradores e outras pessoas de que não acham serventes brancos porque todos os que vem do Reino se ocupam neste exercício [...]” (POSTURA..., 1672). Os donos de engenho exigiram providências da Câmara, o que resultou num maior controle da circulação dos mascates, vez que “[...] nenhuma pessoa possa andar pelo recôncavo com canastras a vender, e o que querendo usar deste rumo poderá por longe na freguesia porque desta maneira pagará finta o que não faz sendo volante [...]”³ (POSTURA..., 1672).

Ao contrário do engenho, as ruas e vilas eram marcadas por outros tipos de prestação de serviço, a exemplo dos ofícios, como já mencionado, desenvolvidos por homens – livres, forros e escravos.

Os critérios de cor e de classificação social marcaram o exercício dos ofícios e atividades desenvolvidas no mercado de trabalho soteropolitano no período analisado, como demonstram os estudos de Flexor (2006, 2005, 1974). Sobre isso, a obra *Memória da Justiça Brasileira* (CARRILLO, [199-]) traz a seguinte afirmação:

A Câmara de Vereação de Salvador criou uma estrutura administrativa e jurídica, normativa – as posturas –, visando controlar os indivíduos através da fiscalização das suas atividades

³ Linguagem atualizada.

[...] existiam na Bahia os ofícios de carpinteiro alfaiate sapateiro, pedreiro, padeiro, tanoeiro, ferreiro, serralheiro, ourives, vendeiro e marchante.

Anexos a esses ofícios principais existiam outros com menor grau de independência, que exercitavam habitualmente atividades auxiliares.

Contavam-se entre eles os torneiros, marceneiros, entalhadores, palmilhadores, botoeiros, curtidores, surradores, canteiros, [...] Havia, ainda, um terceiro nível, de artesões sem organização gremial, como os douradores, esparteiros, seleiros, polieiros, anzoleiros etc., geralmente impedidos pela sua condição social de alcançarem um maior grau de representação. Era comum os escravos trabalhassem como barbeiros, sangradores, parteiras, vendeiros, polieiros ou carapinas, mas não era infrequente vê-los, também, exercendo ofícios regulamentados como os de pedreiros, sapateiro, ferreiro e alfaiate, o que enfraquecia consideravelmente o poder de pressão dos artesões livres.

De acordo com registros encontrados na postura de 27 de agosto de 1625, na ata de 22 de junho de 1645 e no depoimento de Catarina Fernandes à Santa Inquisição em 9 de agosto de 1591, não só cor e classificação social, mas também gênero caracterizava os sujeitos que protagonizavam as relações de trabalho que envolviam os ofícios. Ou seja, havia ofícios que eram exercidos por mulheres. Eram os casos das costureiras, parteiras e padeiras. Ao normatizar peso, tamanho e preço do pão, a ata da Câmara de Vereação de Salvador na qual encontra-se a postura de 27 de agosto de 1625 apresenta as pessoas que se dedicavam à feitura e à venda do produto: “[...] que toda padeira, que amassar será obrigada a fazer pão alvo

de treze onças [...]” e “[...] que nenhuma regateira tome pão para vender se não for das onças que na câmara se taxarem [...]”⁴ (POSTURA..., 1625).

Outra fonte que revela a presença feminina na função de padeira é a ata de 22 de junho de 1645 que nomeia Domingas Simões como juíza das padeiras. Ao se ler esta ata, tem-se a impressão de que a juíza das padeiras seria a representante deste

ofício, visto que se tratava de uma atividade exercida, em sua maioria, por mulheres. Porém, tal interpretação, apesar de coerente, não procede porque, ao se analisarem os juramentos feitos pelos oficiais, percebe-se que quem os representa perante a Câmara são homens. O mesmo ocorre no termo que se refere ao comércio em vendas e tavernas, atividade também exercida por mulheres (ATA..., 1642).

As funções atribuídas a Domingas na sua nomeação como juíza das padeiras diziam respeito à escolha das pessoas que iriam representar o ofício nas festas do ano, principalmente na dança da pela, na qual as padeiras deveriam se apresentar. Por certo, essa função dava a Domingas uma posição de destaque em relação às outras colegas de ofício. Ao se refletir sobre os motivos para a sua escolha, com base nas poucas informações da fonte, supõe-se que, nas tramas da rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que caracterizavam aquele evento e momento específico – a pela –, a interseção dos marcadores de gênero e geração determinaram a posição de Domingas.

Os poderes porventura permitidos a Domingas, a padeira mais velha da cidade, diziam respeito aos indivíduos pertencentes ao mesmo gênero (mulheres) e geracionalmente mais novos. Percebe-se, portanto, nas entrelinhas que ela exerceu um poder esporádico e secundário nas relações que envolviam o ofício, uma vez que a representação

⁴ Linguagem atualizada.

deste na Câmara de Vereação era feita por homens. Eram eles que regulavam uma atividade exercida em sua maioria por mulheres. Ou seja, a relação com o poder constituído, neste caso, a Câmara, era protagonizada por representantes masculinos, o que, aliás, não configurava uma exceção. Um exemplo é o caso de Clara Gonçalves, viúva, provavelmente sem filhos varões, que, para participar do pregão referente à arrematação de terrenos, utilizou-se de seu genro como representante. Foi ele que assinou a petição feita por ela à Câmara de Vereação de Salvador e que foi registrada na ata de 20 de novembro de 1647.

Deve-se registrar, no entanto, que o fato de serem representadas por homens nos seus interesses perante a Câmara de Vereação não quer dizer que essas mulheres, participantes ativas de relações comerciais soteropolitanas dos mais variados tipos, não se fizessem ouvir quando os seus interesses não eram atendidos ou eram negados ou negligenciados pela Câmara ou mesmo por seus representantes. Se seus pedidos, petições e reclamações eram intermediados, o mesmo não se pode dizer quando construíam estratégias de pressão para não ter os seus interesses contrariados. Um exemplo específico no que diz respeito às padeiras é apresentado por Miranda (2002) ao estudar a tensão nos Oitocentos entre a Câmara de Vereação paulista e os “homens e mulheres pobres que viviam do comércio de alimentos” (MIRANDA, 2002, p. 53). Para fazer suas interpretações sobre os conflitos entre os comerciantes de alimentos e o poder constituído, Miranda utilizou informações referentes às padeiras paulistas.

No universo das mulheres que viviam da venda de comestíveis, as padeiras foram presença certa em toda a América portuguesa. Em São Paulo, seu grupo era formado de uma camada que congregava brancas, mamelu-

cas, pretas forras e mulatas. Dirigiam-se para as ruas todos os dias com seus tabuleiros, escolhendo os locais com grande movimento de passantes como as fontes e os chafarizes para vender seus pães. (MIRANDA, 2002, p. 61).

É possível que a caracterização feita por Miranda também possa ser aplicada a Salvador, considerando-se, como afirma

Soares (1994, p. 57), a existência na colônia de legislação lusitana que dava a exclusividade da prática do varejo “[...] às mulheres brancas. O comércio varejista permaneceu por muito tempo aberto às mulheres livres na sociedade escravista. Mais tarde este privilégio foi estendido, por força do uso, a mulheres das mais variadas condições sociais, as negras inclusive”. Foram encontrados traços da operacionalização da legislação lusitana, mencionada por Soares, nas posturas municipais de Salvador, quando, em reunião da Câmara de Vereação, se discutiu acerca das desobediências em relação ao pagamento das taxas de licença para negociar, das punições para aqueles que negociavam sem pagá-las e, sobretudo, quem estava autorizado ou proibido de negociar determinados gêneros.

Exemplo de autorização para as mulheres brancas negociarem no varejo encontra-se na ata de 14 de janeiro de 1643, que revela que as ocupações de vendeiras, padeiras, entre outras, deveriam ser exercidas por mulheres viúvas como forma de sobreviverem de forma digna sem incorrer em pecado. No documento da Câmara, registrado para a posteridade, “[...] que só se fosse dada licença para venderem a homens que fossem verdadeiros em seus pesos e medidas, e a mulheres viúvas que vivam honestamente e o mesmo será para os homens solteiros que tenham boa reputação”⁵ (ATA..., 1643).

⁵ Linguagem atualizada.

Feito este rápido adendo, volta-se às padeiras paulistas e suas estratégias, dentre as quais se encontrava a greve. Conta Miranda (2002) que as relações entre as padeiras paulistas – e, por certo, outras categorias comerciais desenvolvidas majoritariamente por mulheres – e a edilidade não era cordial e pacífica. Principalmente em tempos de dificuldades e escassez de alimentos, em que “buscavam-se bodes expiatórios” (DIAS, 1995, p. 73), e as padeiras tornavam-se alvo dos almotacéis. Um exemplo é a estiagem de 1744, que ocasionou inflação nos preços e diminuição da oferta de alimentos. A medida da Câmara foi “[...] pressionar os pequenos comerciantes, os vendeiros e as padeiras para tentar resolver o problema. Impuseram correições e aplicaram várias multas” (MIRANDA, 2002, p. 64). Como forma de resistência e estratégia para não sofrer as correições e multas, as padeiras recorreram a um expediente que já tinham utilizado: a não participação nas comemorações do Corpus Christi, festejo público do qual eram obrigadas a participar (MIRANDA, 2002, p. 64).

Não foi encontrado, nas fontes pesquisadas, evento semelhante para as padeiras soteropolitanas, mas isso não é indicativo de que elas não tenham criado estratégias variadas para fazer valer seus interesses. Encontraram-se, no entanto, registros das estratégias de outro grupo de mulheres – as prostitutas –, que se organizaram para enfrentar as medidas tomadas pela Câmara de Vereação em relação à atividade que desempenhavam. Essa questão será abordada adiante, em trecho específico do presente artigo.

Outro ofício exercido por mulheres, como relatado anteriormente, era o de costureira. Essas, porém, não foram mencionadas nas posturas e nem em outras fontes oficiais. Isso, acredita-se, deve-se ao fato de que as oficinas, como na Europa, eram dirigidas pelos homens. Como conta Sullerot (1970, p. 53), eram eles, na Europa, os responsáveis pela negociação dos produtos têxteis.

Outra atividade feminina exercida para garantir a sobrevivência era a cura, a benzedura e os sortilégios

Todas estas profissões femininas, no terreno têxtil, comportavam um grande número de operárias, na acepção atual do termo: as mulheres que separavam, que penteavam, que fiavam a lã não possuíam nada de próprio. As que trabalhassem em casa ou, a maior parte das vezes, na oficina, era o patrão que lhes emprestava os utensílios de trabalho: pentes, tesouras, agulhas etc. [...] As mulheres também não se dedicavam ao comércio dos tecidos que fabricavam.

É possível que esta tenha sido uma prática transmutada para a colônia, e isto tenha causado a invisibilidade das costureiras nos termos da Câmara. Essa invisibilidade é questionável, no entanto, quando, ao se observar mais detalhadamente o regimento dos alfaiates, nota-se que eles negociavam roupas femininas.

Diante disso, pode-se supor a existência de mulheres que se dedicavam à fabricação de roupas, afirmação corroborada por depoimentos prestados à visita feita pela Santa Inquisição à América portuguesa. Em 9 de agosto de 1591, por exemplo, a cristã velha Catarina Fernandez, ao ser denunciada e chamada a prestar depoimento ao Santo Ofício, em sua primeira visita à Bahia, revelou que tinha como ocupação a de costureira (ABREU, 1935, p. 35).

Outra atividade feminina exercida para garantir a sobrevivência era a cura, a benzedura e os sortilégios. Menções a essas práticas são encontradas em outros depoimentos prestados ao Santo Ofício, nos quais algumas mulheres confessam ter pago a feitiçeras para que estas, através dos seus patuás e mandingas, trouxessem de volta os maridos, ou fizessem com que estes fossem mais carinhosos e ternos, ou até morressem (NOVINSKY, 1980, p. 242).

Lendo-se a confissão de Catharina Frois, em 20 de agosto de 1591, nota-se que o feitiço era uma forma de se ganhar a vida, o sustento. Essa senhora revela que pagou a Maria Gonçalves, alcunha

“arde-lhe-o-rabo”, mais de uma vez, para que esta fizesse “trabalhos” para o seu genro. Ela confessa que:

[...] Cometeu e acabou com Maria Gonçalves, acunha arde-lhe-o-rabo, mulher não casada, vagabunda, ora ausente, que lhe fizesse uns feitiços para que o seu genro Gaspar Martins, lavrador, morador em Tasuapina ou morresse ou o matasse ou não tornasse da guerra de Sergipe, sertão desta Capitania, na qual estava por não dar boa vida a mulher, moça filha dela confessora, por nome de Isabel da Fonseca, e isto entendendo que os ditos feitiços haviam de ser de parte do diabo e para isto deu algum dinheiro a dita Maria Gonçalves. E a dita Maria lhe dizia que já lhe fazia os tais feitiços, pedindo-lhe mais dinheiro. E ao entender que a dita Maria Gonçalves não havia de fazer coisa que obrasse, desistiu disto. Não viu efeito, nem chegou a dita Maria Gonçalves dar os feitiços. E declarou ela, confessora, que pretendeu ter os ditos feitiços, da dita maneira, a pedido de sua filha que pediu que os negociasse por não gostar dele.⁶ (ABREU, 1935, p. 53-54).

Não só costureiras e curandeiras caíram nas malhas da primeira visitação do Santo Ofício   Bahia. Taberneiras e estalajadeiras também. Este   o caso de Clara Fernandes, que foi denunciada como judia pelo fato de vestir roupas limpas aos sábados. Ela fez a sua defesa afirmando que tal fato ocorria devido   sua profissão e não por ser judia.

[...] ela era cristã velha, viúva, mulher que foi de Manoel Fernandes, carcereiro, cristão velho, estalajadeira que d  de comer em sua casa, de idade de quarenta anos, moradora nesta cidade. [...] E confessando [...] disse que ela veste alguns sábados roupa lavada quando tem a do corpo suja por respeito ao serviço de estalajadeira e assim veste lavada todos os mais dias da semana [...] por

limpeza do dito ofício. E que faz sem ter inten o alguma, somente por limpeza e não por cerim nia, nem por guarda aos sábados.⁷ (ABREU, 1935, p. 37-38).

Na tentativa de controlar as rela es e redes que se estabeleciam no cotidiano soteropolitano, a Câmara de Vereaq o registra em suas posturas outras possibilidades de atividades femininas que não as ligadas   venda de gêneros alimentícios, mas as relacionadas   venda do corpo. Esta foi uma prática trivial em toda a América portuguesa e, como destaca Figueiredo (1993, p. 49), estava estritamente ligada   pequena atividade comercial, pois, muitas vezes, o pequeno comércio, geralmente de víveres, não era suficiente para o sustento. Dessa forma, recorria-se   prostitui o como maneira de obter maiores proventos.

A ótima rela o entre prostitui o e venda de gêneros alimentícios parece ter sido notada pela edilidade, haja vista a existência de proibi es, nas posturas, da realiza o de atividades comerciais por meretrizes. A ata de 24 de janeiro de 1626, por exemplo, estabelece que “[...] nenhum homem solteiro, nem mulher de mal viver vendam [...]”⁸ (ATA..., 1626, p. 19-20). Encontra-se registro da mencionada atividade exercida em paralelo a outras formas de obten o de renda ou como atividade exclusiva em outras fontes, como nos poemas de Gregório de Matos (MENDES, 1996), nos depoimentos prestados   primeira visita o do Santo Ofício   Bahia (ABREU, 1935).

A prostitui o parece ter sido uma prática tão recorrente e realizada em tão larga escala que a edilidade vislumbrou a oportunidade de aumentar a sua renda através da cobrança de imposto específico sobre essa atividade durante o século XVII. Destaca-se que a cobrança de imposto reconhecia legalmente o meretrício e permitia o seu exercício, o que gerava uma contradi o, visto que a atividade foi proclamada em uma sociedade em que as

⁶ Linguagem atualizada.

⁷ Linguagem atualizada.

⁸ Linguagem atualizada.

representações acerca das práticas sexuais estavam estritamente ligadas à procriação. Portanto, as práticas que não condiziam com as instituídas no imaginário da sociedade colonial, que não eram poucas, tornavam-se passíveis de condenação moral e até jurídica. A permissão para que determinados sujeitos explorassem economicamente uma atividade baseada em práticas sexuais cuja finalidade não era a reprodução entrava em choque direto com as normas morais e religiosas da época.

Isso porque o meretrício era anterior à medida da Câmara, mas era uma atividade cuja existência era velada, e os sujeitos que dela viviam eram ignorados ou lembrados pelos atos “pecaminosos” e “imorais” que cometiam. No entanto, o seu reconhecimento legal permite perceber a presença desta prática na cidade. Tal atividade não era ínfima, mas sim marcante, e se inscreveu na trama das relações sociais e, por que não dizer, também de trabalho, nas malhas da cidade.

É bem plausível, também, supor que essas pessoas sabiam utilizar a sua situação de “pecadoras” e “infratoras” da moral como argumento em benefício próprio. Para não pagar a finta⁹, as meretrizes recorreram ao Senado da Câmara afirmando que, para poder pagar o que lhes era cobrado, teriam que aumentar o seu trabalho e, ao fazer isso, estariam tornando maior a ofensa aos bons costumes, à religião e à moral (PORTARIA..., 1688, p. 10). Isso evidencia que essas mulheres tinham consciência, como prostitutas, da forma como a sua atividade era vista pela sociedade, o que as levou a usar a representação social acerca da prostituição como argumento para que suas reivindicações fossem escutadas e atendidas pela edilidade.

É também interessante notar que, se, para determinados segmentos da cidade, a prática da prostituição era considerada “mal necessário”, algo espúrio e imoral, para as pessoas que a praticavam era vista como um trabalho, quando explícito o seu reconhecimento e significado como

alternativa de sobrevivência. Assim, a reivindicação que essas pessoas fizeram à Câmara, além de mostrar perspicácia para se defender, indica também que elas tinham uma experiência de trabalho que, por ser vivida em comum, as unia na defesa dos seus interesses, ameaçados, neste caso, pela edilidade. Elas se unem e escolhem representantes que levam até a Câmara os seus desejos e argumentos.

É bem possível, pelas práticas políticas da época, que o representante perante a edilidade tenha sido o procurador da cidade, visto que este era o responsável por levar ao Conselho do Senado os pedidos, reivindicações e queixas da população (SOUZA, 1953, p. 30). Assim, essas mulheres devem ter se articulado, escolhido dentre elas algumas representantes que apresentaram ao procurador da cidade as suas reivindicações, e este, por sua vez, as encaminhou ao Conselho do Senado.

Ao possuir uma experiência de trabalho e a consciência de como ele era expresso nas tradições, nos costumes, no sistema de valores da sociedade, as meretrizes do período colonial formavam um segmento nada desprezível entre os trabalhadores da época e com forte poder de articulação. Assim, diante da argumentação apresentada por elas, através do seu representante, e também das críticas que a cobrança do imposto deve ter gerado em outros segmentos da sociedade, em 10 de janeiro de 1688, a taxa foi cassada.

Por quanto as mulheres damas desta cidade são obrigadas a pagar fintas e por parte delas se me representou que eram fintadas e para pagarem necessariamente têm que fazer maior ofensa a N[osso] S[enhor] em cuja consideração se deve evitar o motivo de continuarem, o Senado da Câmara manda que não sejam mais fintadas e lhes restitua tudo o que delas se tiver cobrado no ano passado.¹⁰ (PORTARIA..., 1688, p. 10).

⁹ Taxa.

¹⁰ Linguagem atualizada.

A presença feminina nas atividades comerciais e em prestação de serviços específicos explicita a divisão sexual do trabalho no cenário colonial e indica que as percepções acerca de gênero também demarcaram os espaços ocupados pelas mulheres nas relações econômicas que se constituíram nas ruas da sede, bem como em outras vilas e cidades da América portuguesa.

Evidentemente que, ao se pensar a participação feminina nas atividades que caracterizavam o trabalho nas ruas de Salvador, devem-se considerar os aspectos referentes às tradições culturais que pautavam determinadas práticas nas sociedades de origem dos africanos trazidos compulsoriamente para a América portuguesa. As mulheres africanas trazidas para a colônia portuguesa ou nela nascidas eram maioria nas atividades do pequeno comércio.

Ao estudar o “intercâmbio de pessoas, objetos e idéias” (PANTOJA, 2004, p. 1) nas margens do Atlântico, Selma Pantoja destaca que o pequeno comércio luandense era realizado por mulheres, que vendiam desde gêneros alimentícios até adornos (brincos, pulseiras etc.). Nas palavras da autora: “As figuras das quitadeiras povoaram, durante esses séculos, as ruas de Luanda. Os seus cestos (quin-da) e mantos, os coloridos das roupas e os estilos diversificados ornavam as quitandas em Luanda” (PANTOJA, 2004, p. 2). No entanto, na interação das trocas oceânicas, a prática do pequeno comércio na América portuguesa apresentou permanências e transmutações na perspectiva de gênero.

[...] ao se transportar para a outra margem do Atlântico ocorreu uma mudança de gênero no ofício. Enquanto na terra dos mbundu é sempre um ofício de mulheres, na travessia atlântica surge, do lado americano, também, a figura do quitandeiro. Neste caso, não era somente o vendedor com o tabuleiro, mas o dono de uma pequena loja que vende verduras, legumes e frutas. (PANTOJA, 2004, p. 5).

A presença feminina nas atividades comerciais e em prestação de serviços específicos explicita a divisão sexual do trabalho no cenário colonial

O comércio realizado por meio dos tabuleiros que circulavam pelas ruas coloniais foi dominado por mulheres, como mostram estudos como os de Faria (2000), Reis (1993), Popinigis (2012), Gomes e Soares (2002), e Figueiredo (2012). E as experiências das africanas devem ser consideradas ao se pensar sobre isso, vez que, como destaca

Reis (1993, p. 16), elas “[...] traziam de suas terras – sobretudo os iorubas, jejes e haussás – uma formidável experiência na arte de negociar [...]”.

Dessa forma, em paralelo ao comércio intermunicipal, havia o realizado nas ruas das vilas e cidades e que se caracterizava pela negociação de gêneros alimentícios *in natura* ou cozidos, tecidos baratos etc., que aqui é denominado de pequeno comércio. E como evidenciam as posturas municipais, este foi, em sua grande maioria, controlado por mulheres, que tiravam dele o seu sustento e o de seus familiares. Não foi rara a existência daquelas que conseguiram acumular pecúlios razoáveis a partir das atividades comerciais que desenvolviam.¹¹

Essas mulheres tinham como espaço de trabalho as esquinas das ruas, casas (vendas), ou simplesmente circulavam pelas ruas do centro da cidade oferecendo as suas mercadorias de porta em porta e aos passantes. Essa mobilidade permitia a criação de redes de sociabilidade e amizade entre as próprias vendedoras, assim como destas com seus clientes. Essas redes colocavam em risco a ordem vigente, seja pelo poder e facilidade de articulação, seja pelas “badernas” e “brigas” nas quais se envolviam e que mereceram registro, por exemplo, tanto na pintura como na literatura.

No primeiro caso, destacam-se as telas de Rugendas (1989) com cenas cotidianas das cidades

¹¹ Sobre o acúmulo de pecúlio por ganhadeiras, recomenda-se, dentre outras, a leitura de Karasch (2012), Figueiredo (2012), Faria (2000), Silva (2005) e Schantz (2007).

do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, nas quais, ao redor de ganhadeiras e regateiras, encontram-se sempre outras pessoas que param para comprar ou mesmo conversar.

No segundo caso, há os relatos de Vilhena (1969), que comenta, a partir do seu olhar etnocêntrico, sobre as “arruaças” que aconteciam nas fontes e nas ruas, assim como sobre os batuques, nos quais “[...] negros de um e outro sexo, os seus batuques bárbaros a toque muitos, e horrorosos atabaques, dançando desonestamente, e cantando canções gentílicas falando línguas diversas [...]” (VILHENA, 1969, p. 134), causavam medo e estranheza.

Essas “confusões” aconteciam também no Porto de Salvador, principalmente pelos acordos entre as ganhadeiras, regateiras e os fornecedores. E não foram poucas e irrelevantes, uma vez que, por meio da postura de 17 de fevereiro de 1631, a Câmara de Vereação estabeleceu horário específico para que essas mulheres pudessem comprar as suas mercadorias dos fornecedores. A medida teve por finalidade regular o abastecimento da cidade, evitando a alta dos preços e a falta dos produtos básicos (a lei permitia o lucro de no máximo 10% por parte dos intermediários (POSTURA..., 1631)), assim como pôr fim às brigas entre os consumidores, atravessadores e fornecedores.

Essas brigas eram oriundas dos acordos de compra e venda selados entre ganhadeiras, regateiras e fornecedores. Estes últimos, ao chegar ao porto, escondiam os seus produtos e informavam às pessoas que ali iam comprar que eles tinham acabado. Assim, os consumidores eram obrigados a comprar das ganhadeiras e regateiras. Isso gerava descontentamento, reclamações e brigas, e a Câmara tentava resolver a questão por meio de proibições e castigos. Essas normas, porém, parecem não ter surtido efeito: produtores, ganhadeiras e regateiras continuaram com os seus acordos, e a

população, reclamando e brigando. É o que revela uma postura de 1710.

**Controlar as mulheres que
circulavam e negociavam
pelas ruas de Salvador, bem
como os seus acordos com os
fornecedores, parece ter sido uma
tarefa difícil**

Que nenhum barqueiro ou arrais de lancha, saveiro, ou canoa, chegando de noite a este porto vendam a horas esquisitas a seus fregueses a carga de mantimentos que trouxeram nas suas embarcações, por haver muita queixa escandalosa, que o peixe, e outros muitos mantimentos que trazem para vender [...]

com cautela avisam mesmo de noite as ganhadeiras, e regatões para que vão buscar ou lhe levam as suas coisas, só para que o povo não compre nas primeiras mãos, aparecendo as ditas embarcações vazias no dia seguinte. E o peixe, frutas e outros mantimentos, reparados por mão das ganhadeiras e atravessadores com detrimento da pobreza por não ter [...]. (POSTURA..., 1710).

O problema do abastecimento gerado pelas ganhadeiras, regateiras e seus fornecedores não foi inerente somente ao século XVIII e sim a todo o período colonial. Gregório de Matos, no século XVII, atribuiu a irregularidade do abastecimento e a carestia dos produtos à tolerância por parte de integrantes da Câmara, que, segundo o poeta, recebiam suborno para não tomar medidas enérgicas contra os acordos (MENDES, 1996).

Controlar as mulheres que circulavam e negociavam pelas ruas de Salvador, bem como os seus acordos com os fornecedores, parece ter sido uma tarefa difícil, quase impossível, pois a Câmara instituiu locais próprios – cabanas – para a venda de produtos, conforme registrado em uma postura de 1785. Essa medida pode ter sido ocasionada pelo fato de que os vendeiros e taberneiros sofriam concorrência desleal do comércio ambulante, que encontrava mais facilidades para não pagar os impostos e taxas, a exemplo do que ocorria em São Paulo e Minas Gerais. Nesses estados também foram instituídos locais específicos para o comércio praticado por essas mulheres

(DIAS, 1995, p. 82; FIGUEIREDO, 1993, p. 69). Em relação a elas, Vilhena (1969, p. 131) relata que ninguém “[...] se embaraça com elas, nem lhes pede contas, pelo respeito às casas poderosas a que pertencem, salvo-conduto este, que as livra de todo perigo; e triste será a sorte de quem mexer com elas”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pelos pequenos flashes do cenário colonial permitidos pela documentação analisada, é possível verificar a altivez das ganhadeiras, curandeiras, prostitutas, vendeiras, regateiras, quitandeiras, que, na busca pela subsistência, pela autonomia e, em algumas situações, pela sua liberdade ou de seus familiares, demarcaram as ruas soteropolitanas com a sua cor, o perfume dos seus produtos e o gênero, sendo este um dos princípios norteadores das relações que definiam as ruas como espaços de sociabilidade e de trabalho. Em relação a este último aspecto, Lagarde (1993, p. 115) pontua a sua condição genericada ao afirmar que “[...] os homens e mulheres se definem e são diferentes perante o trabalho, ao mesmo tempo em que o trabalho os faz ser homens e mulheres, pertencentes a gênero distintos por sua definição frente ao trabalho”.

As posturas municipais soteropolitanas do século XVII, bem como as atas da Câmara de Vereação e o registro feito por viajantes através da pintura, dentre outros documentos, revelam as diferenciações socioculturais entre homens e mulheres no cotidiano colonial, especificamente nas atividades de cunho econômico, reconhecendo os ofícios e as ocupações, para efeito de controle, principalmente a partir das percepções de gênero, associadas com as de cor e de classificação social. Dessa forma, é possível afirmar que as percepções de gênero estruturavam o mundo do trabalho desenvolvido nas ruas de Salvador. Havia uma divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. *Primeira visitaçao do santo officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: confissões da Bahia (1591-1592)*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1935.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1976.
- CALDAS, José. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.
- CARRILLO, Carlos Alberto. *Memória da justiça brasileira: da restauração portuguesa ao Grito do Ipiranga*. Salvador: Tribunal de Justiça, [199-]. v. 2, cap. 11. Disponível em: <www.tj.ba.gov/publicacoes/mem_just/volume2/cap11.htm>. Acesso em: 31 maio 2015.
- COSTA, Paula Pinto. Das festas religiosas ao luto por D. Sebastião no âmbito da vereação de Braga. *Revista da Faculdade de Letras – História*, [S.l.], v. 4, p. 217-231, 2006.
- DIAS, Maria Odília L. da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-92, 2000.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- _____. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais do século XVIII. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flavio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- FIGUEIREDO, Luciano; MAGALDI, Ana M. B. de M. Negras de tabuleiros e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7., 1983, São Paulo. [Anais...] São Paulo: ANPOCS, 1983. Datilografado.
- FLEXOR, Maria Helena. Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO IBERO-AMERICANO, 4., 2006, Belo Horizonte. Atas... Belo Horizonte: CI Artes, 2006.
- _____. *Os oficiais mecânicos na cidade notável de Salvador (séculos XVII-XVIII)*. Porto: Universidade do Porto, 2005.
- _____. *Oficiais mecânicos da cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura, 1974. v. 1.
- HUFTON, Oliven. Mulheres, Trabalho e Família. In: DUBY, Georges et al. *História das Mulheres: do renascimento à idade moderna*. Porto: Afrontamento, 1991. v. 3.

- KARASCH, Mary. Rainhas e juízas: as negras nas irmandades de pretos no Brasil Central, 1772-1860. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flavio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2012. cap. 4.
- LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1993.
- MENDES, Cleide Furtado. *Senhora Dona Bahia: poesia satírica de Gregório de Matos*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- MIRANDA, Lílian L. Embates sociais cotidianos na São Paulo setecentista: o papel da câmara municipal e dos homens livres pobres. *Revista de História USP*, São Paulo, n. 147, p. 53-69, 2002.
- MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História USP*, São Paulo, n. 105, 1976. Trimestral.
- NOVINSKY, Ilana W. Heresia, mulher e sexualidade: algumas notas sobre o Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. In: BRUSCHINI, Maria Cristina. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 242.
- PANTOJA, Selma. *Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, sécs. XVIII-XIX*. [S.l.], 2004. Disponível em: <www.bibliotecavirtual.clacso.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- POPINIGIS, Fabiane. Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro – 1840-1890. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012.
- REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista da USP*, São Paulo, n. 18, 1993.
- REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000.
- ROSALDO, Michelle Z. A mulher, a cultura, a sociedade. In: _____. *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RUGENDAS, Johem Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SANTOS, Maykon R. Uma discussão historiográfica sobre o setor comercial no Brasil Colônia: apontamentos acerca do pequeno comércio. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA: CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, 1., 2007, Ouro Preto. *Anais... Ouro Preto*: [s.n.], 2007.
- SCHANTZ, Ana Paula Dornelles. Mulheres libertas e livres de cor em Porto Alegre e Viamão, Rio Grande de São Pedro (1747-1808). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., 2007, Porto Alegre. *Anais... Porto Alegre*: [s.n.], 2007.
- SILVA, Maciel Henrique. Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, p. 219-240, 2005.
- SOARES, Cecília. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. 1994. 133 f. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.
- SOUZA, Afonso Ruy. *História da Câmara Municipal da cidade de Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 1953.
- SULLEROT, Evelyne. *História e sociologia da mulher no trabalho*. [S.l.]: Expressão e cultura, 1970.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. 1.

Este artigo é parte da monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres (PPGNEIM) em 2014, sob a orientação de Amilde Martins da Fonseca, doutoranda do PPGNEIM/UFBA.

Artigo recebido em 6 de agosto de 2015
e aprovado em 4 de setembro de 2015.

LISTA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

ATA da Câmara de 27 de agosto de 1625. In: SALVADOR. Prefeitura. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Salvador: Prefeitura, 1944. v. 1. Atas da Câmara (1625-1641).

ATA da Câmara de 24 de janeiro de 1926. In: SALVADOR. Prefeitura. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Salvador: Prefeitura, 1944. v. 1. Ata da Câmara (1625-1641).

ATA da Câmara de 15 de outubro de 1642. In: SALVADOR. Prefeitura. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Salvador: Prefeitura, 1944. v. 2. Atas da Câmara (1641-1649).

ATA da Câmara de 22 de junho de 1645. In: SALVADOR. Prefeitura. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Salvador: Prefeitura, 1944. v. 2. Atas da Câmara (1641-1649).

ATA da Câmara de 14 de outubro de 1643. In: SALVADOR. Prefeitura. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Salvador: Prefeitura, 1944. v. 2. Atas da Câmara (1641-1649).

ATA da Câmara de 20 de novembro de 1647. In: SALVADOR. Prefeitura. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Salvador: Prefeitura, 1944. v. 2. Atas da Câmara (1641-1649).

PORTARIA para o Senado da Câmara mandar não sejam fintadas as mulheres damas – 10 de janeiro de 1688. In: SALVADOR. Prefeitura. *ANNES do Arquivo Público da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921. v. 8.

POSTURA de 17 de fevereiro de 1631. In: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas da Câmara do Salvador (1650 -1787)*. Salvador: Arquivo Municipal, 1631. datilografada.

POSTURA de 7 de setembro de 1672. In: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas da Câmara do Salvador (1650 -1787)*. Salvador: Arquivo Municipal, 1672. Datilografada.

POSTURA de 27 de agosto de 1625. In: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas da Câmara do Salvador (1650 -1787)*. Salvador: Arquivo Municipal, 1625. Datilografada.

POSTURA de 1710. In: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas da Câmara do Salvador (1650 -1787)*. Salvador: Arquivo Municipal, 1970. Datilografada.

Perfil e atuação da rede de mulheres pescadoras e marisqueiras do Sul da Bahia, Brasil¹

*Guilhardes de Jesus Júnior**

*Salvador Dal Pozzo Trevizan***

*Mônica de Moura Pires****

* Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente e mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da UESC. guilhardes@uesc.br

** Doutor em Sociologia pela University of Wisconsin - Madison (WISC) e mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). salvador@uesc.br

*** Pós-doutora em Modelagem Econômica pelo Colegiado de Pós-graduados em Ciências Agrícolas (Colpos) e doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). mpires@uesc.br

Resumo

Este estudo analisa a percepção do empoderamento feminino num grupo de mulheres, que se identificam como componentes da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia. Buscaram-se dados secundários e primários, estes últimos levantados em questionário aplicado a 356 pescadoras e marisqueiras artesanais extrativistas, da Rede, dos municípios de Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Una e Canavieiras. Pôde-se constatar que a Rede tem influenciado na reconstrução da identidade das mulheres, promovendo mudanças significativas nos aspectos social e familiar, especialmente no que diz respeito ao aumento da autoestima, aquisição de conhecimento, acesso a políticas públicas e concretização de direitos.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Equidade de gênero. Conhecimento.

Abstract

This study analyzes the perception on female empowerment within a social group of women, who identify themselves as components of Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia. We attempted to secondary and primary data, the latter raised in questionnaire administered to 356 fishers and artisanal seafood extractive in the municipalities of Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Una and Canavieiras. It could be observed that Rede has influenced the reconstruction of women's identity, promoting significant changes in social and family aspects, especially with regard to increased self-esteem, acquire knowledge, access to public policy and realization of rights.

Keywords: Sustainability. Gender equity. Knowledge.

¹ Esse trabalho é resultado da Tese de Doutorado intitulada "Mulheres em Rede: uma experiência de empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental no Sul da Bahia", do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede (UFC, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC), elaborada pelo primeiro autor, orientado e coorientado respectivamente pelo segundo e terceiro autores..

INTRODUÇÃO

A modelagem das relações de gênero ao longo da história ocidental revela que a mulher, por um processo de crenças e costumes, vem condicionando a sua vida a partir da vontade e da força masculina, ideologicamente construindo essa diferença baseada em premissas consideradas “naturais” como características de um gênero em detrimento do outro, como afirma Bourdieu (2007).

Buscou-se, como caminho de construção deste texto, a revisão da literatura sobre o tema, para o embasamento teórico, dados e informações obtidos de relatórios, publicações, e do Projeto “Análise socioeconômica da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia”, realizado pela Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (Amex) e financiado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM). Nesse projeto, foram aplicados 356 questionários junto a pescadoras e marisqueiras artesanais extrativistas, identificadas como componentes da Rede, dos municípios de Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Una e Canavieiras. As questões componentes do questionário foram relativas ao perfil socioeconômico, à participação na Rede e relativos ao convívio doméstico. A aplicação desses questionários foi feita entre os meses de março a julho de 2013 e realizada por seis mulheres da Rede, consideradas lideranças e multiplicadoras nas suas respectivas comunidades. Desse material, foram utilizadas as informações relativas à participação das mulheres em atividades promovidas pela Rede nos últimos dois anos e outras relacionadas a aspectos associativos. Essas questões serviram para investigar a identificação das pescadoras e marisqueiras com a atuação da Rede, sua percepção no papel da Rede na mudança de suas vidas e na proteção dos recursos naturais de seu entorno.

IDENTIDADE, GÊNERO E DOMINAÇÃO

A modelagem das relações de gênero ao longo da história ocidental revela que a mulher, por um processo de crenças e costumes, vem condicionando a sua vida a partir da vontade e da força masculina

A partir de perspectivas sexistas, as sociedades estabeleceram papéis e funções diferenciados para o homem e para a mulher, dando maior valor às funções “masculinas”. Esse processo segregativo e estigmatizado formou uma cultura de invisibilidade das mulheres, levando a maioria delas a aceitar que não tinha importância no processo de construção e de desenvolvimento do seu grupo social. As mulheres, por causa da crença dominante, “acreditavam” terem nascido apenas para servir ao homem, procriar e cuidar da família.

Entretanto, há entendimentos de que, nos primórdios, não se compreendia que o homem fosse participante na reprodução feminina, o que não gerava para ele um vínculo afetivo e de poder sobre aquela prole. Também, não se constituía uma diferenciação de gênero, porque os processos de subsistência eram por meio natural, sem o uso de meios artificiais de produção, portanto, homem e mulher desempenhavam a mesma função, na busca de alimentos para sobreviver e nas trocas das necessidades instintivas (LINS, 2011).

Todavia, o homem, ao perceber sua importância no processo reprodutivo e ao utilizar os meios não naturais para a produção de alimentos – arado e domesticação de animais – potencializou sua força como necessária à subsistência da família, restando à mulher as funções domésticas e os cuidados com a prole. Essa nova formatação das relações familiares intensifica-se quando o homem agrega valor aos resultados do seu trabalho, surgindo assim uma nova cultura nas relações de gênero, pois, enquanto a mulher ficava em casa cuidando da prole, o homem tornava-se o grande provedor da família, gerando um sentimento de poder, comando e força sobre aqueles que dele dependiam (ENGELS, 2002).

Outro fator importante que vem a caracterizar o processo de submissão nas relações de gênero é a questão da manutenção da propriedade que deveria permanecer na família do varão, ou seja, para seus descendentes. Esse processo só seria garantido se o homem fosse o único copulador e, para isso, a mulher deveria estar sob sua total vigilância e comando. Assim, se delineia um padrão social que vem a gerar a cultura dominante nas relações de gênero, construindo a identidade do homem e da mulher e definindo os seus papéis no corpo familiar e social (ENGELS, 2002).

Nota-se, com essa afirmação, que o traçado cultural que delineou as sociedades nas quais o poder masculino tornou-se imperativo, era de uma mulher que se reconhecia como submissa e dependente da vontade do seu *dominus*, constituído nas figuras do pai, irmão, marido ou filho mais velho. O reconhecimento dessa identidade submissa pela mulher torna-se um componente natural no imaginário feminino e, por estar enraizado nos grupos sociais, foi transmitido por gerações, ratificando a ideia de que os processos culturais também são reproduções históricas e hereditárias.

Biologicamente, podem-se definir funções naturais divergentes do homem e da mulher, mas que não foram fatores cruciais para a existência de uma cultura de submissão e de construção de uma identidade mansa, pacífica e subserviente nas mulheres com relação aos homens. Denota-se que existia uma configuração cultural dos papéis sociais desempenhados pelos gêneros, pois se vivia em uma sociedade patriarcal, machista e conservadora. Para Araújo (2012, p. 12), “quando as mulheres chefes de família afirmam que são pais e mães reforçam a ideia de que a função de prover é masculina e a de cuidar é feminina, o que leva à desvalorização da força de trabalho da mulher”.

Todo esse fenômeno de dominação, ao longo da história, vem pouco a pouco se enfraquecendo

em virtude das lutas por direitos, a partir de um forte componente que é a união e o fortalecimento das mulheres nos seus agrupamentos sociais. Dessa forma, as mulheres vêm promovendo significativas mudanças dos modelos culturais, redefinindo uma nova identidade do ser mulher e reconstruindo as suas relações consigo e com o mundo.

No Brasil Colônia, a mulher era domínio do marido, submetida aos preceitos religiosos que as impediam, inclusive, de ter acesso à educação.

BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL

A sociedade brasileira formou-se a partir dessa cultura de dominação machista e enfrentou, ao longo da sua história, movimentos por lutas de direitos de igualdade, que posicionassem a mulher como protagonista da sua realidade, dando a ela a capacidade de desempenhar atividades antes consideradas masculinas, sem que, com isso, perdesse a identidade feminina.

No Brasil Colônia, a mulher era domínio do marido, submetida aos preceitos religiosos que as impediam, inclusive, de ter acesso à educação. As ordenações Filipinas, que regeram a sociedade brasileira por determinado período da época colonial, davam aos homens o direito de aplicar castigos físicos às mulheres, caso os desobedecessem. Foi em 1827, portanto no período do Império, que surgiu no Brasil a primeira legislação relativa à educação de mulheres, admitindo meninas para as escolas elementares, excluindo-as das instituições de ensino superior (MALTA, 2002). Somente em 1890 o poder masculino de aplicar castigos foi abolido (SILVA, 2008).

Já no Brasil republicano, o Código Civil de 1916 (que vigorou de janeiro de 1917 a dezembro de 2002) manteve a desigualdade entre homens e mulheres, pois sua proposição legitimou uma construção cultural onde “os homens possuíam mais poder, mais inteligência, mais iniciativa do que as mulheres”. Mesmo

com o advento do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962), segundo o qual a mulher deixou de ser considerada civilmente incapaz, outras desigualdades permaneceram até a promulgação da Constituição de 1988 (SILVA, 2008).

No Brasil, as questões propriamente feministas, as que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço durante o processo de “abertura” política no país em fins da década de 1970, com a luta pela igualdade de gênero. No final dos anos 1980, ocorre uma mudança teórica significativa nos estudos feministas no Brasil, sob a influência dos debates norte-americano e francês sobre a construção social do sexo e do gênero. A partir dessas discussões, as acadêmicas feministas no Brasil começam a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero”. No que concerne à luta pelos direitos de igualdade, as reivindicações mais frequentes desde a década de 1970 centravam-se no fim das leis que colocavam as mulheres em situação de subordinação, o divórcio, a emancipação financeira e o direito de propriedade para as mulheres casadas, a proteção contra a violência masculina, a ampliação da participação política e o acesso mais amplo à educação (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Na verdade, o feminismo enfrentou a questão da igualdade de gênero com dois enfoques: um referente aos espaços públicos e outro no âmbito das relações privadas. Para Santos e Izumino (2005) o feminismo debateu, de um lado, a difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro, o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino.

No Brasil, as questões propriamente feministas, as que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço durante o processo de “abertura” política no país em fins da década de 1970, com a luta pela igualdade de gênero

Em 1977, com a introdução da Lei do Divórcio, a mulher garantiu a possibilidade de escolha no âmbito das relações afetivas, livrando-as de relacionamentos que as submetiam a toda espécie de violência e desrespeito (MALTA, 2002).

Em 1985, a questão da violência contra a mulher passou a ser tratada em Delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emergiu como problema de saúde pública. Nesse contexto, foram criadas as Delegacias de Mulheres em 1987 e, no fim da década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal (MALTA, 2002).

Somente em 2006, após um caso específico que levou à condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, surgiu a atual lei de combate à violência doméstica, a de nº 11.340/06, ou Lei Maria da Penha, a qual configura uma vitória feminina quanto à proteção às mulheres que sofrem violência doméstica. Esta lei possui o intuito de coibir e prevenir este tipo de agressão, disciplina os instrumentos a serviço das mulheres em situação de risco e os procedimentos a serem adotados pelas redes envolvidas no atendimento a elas. Além disso, na lei Maria da Penha são colocadas as políticas públicas que visam combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

As primeiras mobilizações de mulheres da pesca, no Brasil, remontam aos idos de 1970, com o intuito de identificar a condição de trabalho da “marisqueira”. Mas, somente, no ano de 2004 essas mulheres conseguiram, efetivamente, um espaço para debater sobre as suas realidades, quando se reuniram na I Conferência Nacional de Pesca promovida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Nesse encontro, perceberam que o problema de uma era

a dificuldade de todas e, por esta razão, decidiram reivindicar que suas demandas fossem inseridas no documento oficial da Conferência, como resultado dos debates do movimento de mulheres. Mas, somente na 2ª Conferência da Pesca, realizada em 2006, alcançaram esse intento (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012).

No ano de 2006, as pescadoras e marisqueiras reuniram-se e fundaram a Articulação Nacional das Pescadoras, trazendo à tona os problemas que afligem as mulheres pescadoras e marisqueiras de todo o país. Nesse encontro, iniciaram os trabalhos para articular propostas de mudanças legislativas, bem como a promoção de políticas públicas que atendessem às necessidades específicas do grupo, por ser notório, até então, a ausência de políticas governamentais com observância das especificidades da produção pesqueira feminina (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012). As principais pautas de reivindicação tinham como diretrizes: o fortalecimento da identidade da mulher pescadora, a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, a questão da saúde da mulher pescadora e de suas doenças ocupacionais, seguro social no defeso, a questão da preservação ambiental e maiores investimentos no setor da pesca feminina, dando ênfase à necessidade de reconhecimento como atividade profissional a função desempenhada pelas mulheres pescadoras (RODRIGUES, 2010).

Pode-se afirmar que a mobilização das mulheres pescadoras repercutiu na formulação da nova Lei de Pesca – Lei 11.959 de 29 de Junho de 2009 (BRASIL, 2009), que incorporou uma nova concepção de pesca e abriu portas para o reconhecimento pleno das mulheres como agentes produtivas. Nessa nova orientação, a lei incluiu como atividades pesqueiras as ações que, tradicionalmente, são desempenhadas pelas mulheres como a extração de recursos pesqueiros (art. 2º) e “[...] os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos

de pesca” (art. 4º parágrafo único)”. Outro avanço trazido pela lei da pesca foi definir que pescador é toda “pessoa física”, sem qualquer definição de gênero. Essa construção legislativa está longe de produzir uma verdadeira equidade de gênero, pois, enquanto a atividade pesqueira desempenhada por mulheres não for tratada dentro de suas especificidades, estas continuarão no limbo da cadeia produtiva e sem quaisquer garantias de melhoria e benefícios.

O coletivo de mulheres pescadoras e marisqueiras tem tido um papel fundamental na luta pelo reconhecimento de suas vulnerabilidades e na conquista de seus Direitos, expresso no documento divulgado na oportunidade do IV Encontro da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), realizado em final de agosto de 2014, em que as mulheres ali reunidas expressaram sua satisfação em experienciar a consolidação organizacional, no contexto de ameaça à vida provocada pelo atual modelo de desenvolvimento econômico; reafirmando sua identidade de mulheres pescadoras e o compromisso na luta em defesa dos territórios com os direitos fundamentais das pescadoras garantidos, tais como: saúde das trabalhadoras da pesca e política integral de saúde da população do campo, das florestas e das águas; direitos trabalhistas e previdenciários. Diante do quadro identificado no documento aprovado pela sua Plenária, a Articulação Nacional das Pescadoras (2014) coloca como principais desafios da categoria: a) a regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras; b) a efetivação dos direitos trabalhistas conquistados; c) a identificação, reconhecimento e tratamento das doenças ocupacionais da trabalhadora da pesca; d) o legítimo atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) às mulheres pescadoras, garantindo-lhes o direito constitucional à saúde; e) a eliminação da discriminação (racismo institucional) presente nos órgãos governamentais,

No ano de 2006, as pescadoras e marisqueiras reuniram-se e fundaram a Articulação Nacional das Pescadoras, trazendo à tona os problemas que afligem as mulheres pescadoras e marisqueiras de todo o país

como: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); f) o respeito ao direito à livre associação.

A criação da Articulação Nacional de Pescadoras foi um divisor de águas na vida das mulheres pescadoras e marisqueiras, pois tornou evidente que elas fazem parte de uma categoria produtiva, não sendo apenas mulheres cuidadoras ou donas de casa; e propiciou sua inserção nos espaços públicos e de poder, direcionando aos interesses para a atividade da pesca feminina e, por servir de vetor e exemplo para a formação de organizações de mulheres em todo o território brasileiro. Essas experiências permitem afirmar que, se garantidas as condições socioeconômicas e desenvolvidas suas capacidades, as mulheres do mundo da pesca adquirem amplas condições de despertar para o seu real papel de protagonistas em processos de desenvolvimento.

SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE MULHERES

A Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia foi criada em 2009, em um processo identitário de afirmação e resistência das mulheres que fazem parte de comunidades que vivem basicamente da pesca artesanal e mariscagem. Por conta da mobilização das mulheres das comunidades da Reserva Extrativista (Resex) de Canavieiras, hoje a Rede estende-se para além dessa Unidade de Conservação e conta com a participação de pescadoras e marisqueiras de seis municípios: Santa Cruz de Cabrália, Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Una e Canavieiras, todos situados na região sul da Bahia.

Desde sua composição, a Rede tem o apoio da ONU Mulheres - Antigo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) -, além

de outros parceiros locais. Iniciou formalmente suas atividades com a aprovação do seu primeiro projeto, financiado pela ONU Mulheres, o qual tinha

como objeto a identificação das lideranças de cada comunidade e a capacitação delas para o desempenho de suas funções com base em objetivos traçados a partir de discussões entre elas.

Num primeiro momento, percebeu-se claramente a capacidade de articulação das lideranças locais, composta por jovens ou experientes mulheres, algumas até sem escolaridade, mas com importante inserção na comunidade.

A constituição da Rede surgiu de uma consultora externa – Jaqueline Sicupira Rodrigues – que, ao vivenciar a realidade das comunidades, aconselhou as mulheres a implantar a rede com o fim de capacitá-las para compreenderem a causa das mulheres marisqueiras e pescadoras. Faltava a essas mulheres organizarem-se para debates locais e regionais, pois existiam direitos sociais relacionados ao gênero feminino completamente negligenciados, tais como: as marisqueiras não acessavam a aposentadoria (não eram consideradas pescadoras em algumas comunidades) e nem a licença maternidade. Problemas de saúde ocupacional, registrados com frequência, não havia como tratá-los.

O processo de mobilização para o surgimento da Rede continuou com um Programa Habitacional que previa como prioridade o contrato para construção das casas feito em nome da mulher, para tentar garantir que a casa cumprisse sua função social de abrigar a família (não fosse vendida por qualquer motivo, por exemplo). Quando o Programa Habitacional já estava com seu ciclo formado e necessitava apenas ser retroalimentado, a equipe já estava com a Rede de Mulheres informalmente criada e necessitava de um projeto para a continuidade, porque a Rede inicialmente era viabilizada com recursos do Projeto Técnico Social (ação do

A Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia foi criada em 2009, em um processo identitário de afirmação e resistência

Programa Habitacional), que previa esse tipo de atividade. Foi aí que se identificou o edital da Unifem.

No primeiro projeto aprovado pela Unifem, o foco foi trabalhar com essas mulheres, sob o ponto de vista profissional e de formação, e a serem independentes na elaboração e execução de projetos: escrever projetos e relatórios, fazer prestação de

contas, atentar-se para a necessidade de sempre serem honestas e não perderem o modo de vida característico da pesca artesanal, com o intuito de garantir a credibilidade e o acesso às políticas públicas. Para fortalecer a unidade, foram necessárias técnicas de racionalização de recursos financeiros: os pescadores cediam barcos para buscar as mulheres nas ilhas; as pescadoras cozinhavam sem cobrança e hospedavam nas residências as lideranças de fora.

Os primeiros passos para implantação da Rede foi visitar as mulheres das comunidades que fariam parte da organização, objetivando diagnosticar o local visitado, apresentar o projeto e identificar mulheres líderes para as ações. Vale ressaltar que, apesar da Rede ter se iniciado no território da Resex (Canavieiras, Una e Belmonte), ela também absorveu mulheres marisqueiras e pescadoras dos municípios de Ilhéus, Itacaré e Santa Cruz Cabrália. O processo de mobilização para formação da Rede foi feito inicialmente com visitas a todas as comunidades que pertenciam à Reserva Extrativista e seu entorno, com o fim de apresentar o projeto, conhecer as lideranças e obter a aprovação da Rede e dos seus objetivos. Mesmo com todas as dificuldades de deslocamento, devido aos problemas de acessibilidade de algumas comunidades, todas foram visitadas pelas lideranças da Rede em formação. Após essa ação, foi realizado, no mês de junho de 2010, o Encontro Regional de Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, com a participação de representantes do governo e de outras instituições.

O processo de mobilização para formação da Rede foi feito inicialmente com visitas a todas as comunidades que pertenciam à Reserva Extrativista e seu entorno

De acordo com o relatório encaminhado à ONU Mulheres/Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, 2010), pela Rede, “as visitas foram desafiadoras e exigiu atenção especial”, porque muitas dessas mulheres estavam desacreditadas e não

possuíam motivação para participar de um coletivo de mulheres. O trabalho de mobilização foi realizado no período de março a abril de 2010. O ciclo de visitas iniciou em Belmonte, seguido de Santa Cruz Cabrália, Una e na comunidade de Pedras de Una, Ilhéus, Itacaré e em Canavieiras, com as representantes das comunidades de Atalaia, Barra Velha, Campinhos, Puxim da Praia, Puxim do Sul, Oiticica e da sede municipal. Nessas reuniões foram identificadas as lideranças de cada localidade, marcados encontros de capacitação, e explicitados os pontos nevrálgicos da vida das marisqueiras e pescadoras, os quais seriam norteadores das reivindicações e das ações a serem implementadas pela Rede (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, 2010).

Nesses encontros, foi constatado que as marisqueiras e pescadoras desconheciam os direitos assegurados a essa categoria; que havia doenças ocupacionais como reumatismo e outras lesões por esforço repetitivo (LER), problemas respiratórios e outras; que faltavam condições de higiene para processarem o pescado, que havia necessidade de apoio financeiro, que existia uma grave degradação ambiental nos locais de extração e pesca, e que existiam alternativas de renda, atividade secundária, quando o pescado não poderia ser capturado. E alertaram, ainda, para o difícil acesso às comunidades e para a falta de meios rápidos de comunicação (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, 2010). De acordo com o relatório, as marisqueiras demonstravam baixa autoestima e sentimento de desvalorização do seu

papel na sociedade, relatando o preconceito do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) com o segmento de mulheres da pesca, por entenderem “que não existe este tipo de trabalho para mulher”, e foram enfáticas nas condições precárias da atividade pesqueira por escassez de recursos, como a ausência de energia elétrica em algumas comunidades.

O segundo momento de formação da Rede foi a reunião da comissão das lideranças identificadas nas comunidades de cada município em abril de 2010, que envolveu a participação de 22 mulheres para a formação da comissão de lideranças dos municípios e definição das diretrizes do primeiro Encontro Regional. Nessa reunião, foi abordada a importância da inserção das mulheres nas políticas públicas e na gestão participativa em cada comunidade, as quais foram motivadas pelo representante da Associação Mãe dos Extrativistas (Amex) a se inserirem no comando de suas colônias e associações (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, 2010).

Conforme consta no Relatório Unifem (2010), no primeiro Encontro Regional realizado pela Rede, nos dias 25 e 26 de junho de 2010, com apoio institucional da Amex e da Unifem, as marisqueiras e pescadoras expuseram a necessidade de valorização do trabalho extrativista e da pesca, desempenhado por mulheres, para que elas pudessem ter acesso a todos os direitos e benefícios decorrentes dessa atividade produtiva. Para tanto, definiram como objetivos principais da Rede: a garantia dos direitos sociais básicos, tais como os benefícios previdenciários, licença maternidade, seguro pelo defeso e demais direitos relacionados à condição de ser mulher pescadora e marisqueira. Ressaltaram-se, ainda, a necessidade de promover ações voltadas à geração de renda, ao bem-estar pessoal e valorização da autoestima feminina. Na Plenária final foi aprovado um documento-síntese no qual foram expressas as seguintes preocupações: a

O segundo momento de formação da Rede foi a reunião da comissão das lideranças identificadas nas comunidades de cada município

capacidade de articulação das mulheres-lideranças em cada comunidade que residem; a necessidade de ações de integração para a aproximação dessas mulheres na busca dos mesmos ideais e anseios; o desconhecimento das participantes sobre direitos e apoios institucionais; o distanciamento das instituições em enviar materiais para as comunidades como editais de projetos, cursos e capacitações e ausência de acompanhamento, por parte das instituições, em atender às políticas públicas necessárias para a implementação de projetos.

As mulheres também lembraram, à época, a distância entre o Ministério da Pesca e a realidade da pesca artesanal, principalmente, nas questões enfrentadas pelas marisqueiras, decorrentes da desvalorização da sua profissão. Nesse encontro, as marisqueiras demonstraram preocupação sobre a abrangência do desempenho coletivo das mulheres na busca de soluções entre as comunidades extrativistas, haja vista o histórico de luta pautado na coragem das iniciantes que acreditaram em um equilíbrio nas relações de gênero no ambiente pesqueiro. Essa constatação se reverbera na autoestima dessas mulheres e na tomada de consciência de sua importância nas mudanças efetivas e positivas provenientes dessa unidade.

Nesse processo de construção foram realizadas reuniões abertas nas comunidades, que debateram assuntos de interesse das mulheres, e escolheram representantes para as reuniões de lideranças, além das oficinas preparatórias ao Encontro Regional e, finalizando, a reunião de avaliação do processo. Como finalização do 1º Encontro, as lideranças reuniram-se em 24 de julho de 2010 para avaliar os resultados do evento, chegando à conclusão que a Rede e suas ações clarearam o caminho para transformar a realidade de cada mulher marisqueira e pescadora que, até então, estavam desarticuladas e desatreladas da realidade, estavam sem ação e sem perspectivas de

mudanças e agora despertaram para novas práticas individuais e coletivas.

A existência da Rede criou espaços de manifestação do exercício da cidadania, trazendo soluções para mudanças na qualidade de vida das pescadoras e de suas comunidades, interferindo, de maneira integral e positiva, na valorização da mulher pescadora, dando-lhe visibilidade no meio em que vive e suscitando a necessidade de estarem unidas para enfrentamento das problemáticas advindas da profissão.

Posteriormente, a Rede, com o apoio da ONU Mulheres, conseguiu dar continuidade ao projeto inicial e, no ano de 2011, iniciou a articulação para o 2º Encontro Regional. Nessa fase de articulação, foram reunidas lideranças da Rede, pertencentes aos municípios participantes, com o objetivo de ouvi-las e dar continuidade aos trabalhos de instrução e capacitação, para multiplicação dos saberes em suas comunidades. As atividades envolveram reuniões, com o objetivo de articular as mulheres para as atividades de formação. Foi realizado um ciclo de oficinas em cada comunidade, com o objetivo de levantar informações e demandas e também diagnosticar e avaliar a situação das instituições participantes da Rede além de identificar a representatividade das mulheres nas instituições de base comunitária através do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Esses dados serviram de parâmetro para avaliação da efetividade das ações do projeto, bem como a criação de estratégias pelas lideranças para a inserção das mulheres nos espaços de tomada de decisão nas suas comunidades e entidades. A preparação envolveu também Cursos de capacitação, visando empoderar as mulheres no conhecimento sobre Equidade de Gênero, Economia Doméstica, Atividades Fisioterápicas, Direito da Pesca, Direitos Trabalhistas e Previdenciários.

Durante essa fase de preparação, a Rede também participou de forma qualificada de eventos

externos, a exemplo da Conferência Temática da Juventude para Povos e Comunidades Tradicionais, em que integrantes da Rede participaram ativamente das plenárias, apresentando propostas baseadas na realidade e experiências locais, além de terem eleito representantes para a Conferência Estadual da Juventude. Da mesma forma, representantes da Rede

participaram ativamente da 2ª Conferência do Território Litoral Sul da Bahia de Políticas para Mulheres e da 3ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, chegando a enviar representante para a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

O segundo Encontro da Rede de Mulheres foi realizado nos dias 24 e 25 de março de 2012, em Canavieiras, no Auditório do Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães, com a presença de quase 400 mulheres do Sul, do Extremo Sul e do Baixo Sul da Bahia, as quais foram beneficiadas com palestras sobre violência contra a mulher, inclusão produtiva, Direitos humanos e Direito das Mulheres, economia doméstica e melhoria de renda e saúde da mulher (RELATÓRIO ONU MULHERES, 2012).

Nesse encontro, cada comunidade teve a oportunidade de expor quais as principais necessidades e anseios das mulheres integrantes da Rede, podendo citar os seguintes: maior participação das mulheres nas reuniões, mobilização das mulheres para ocupação de cargos de liderança e para a participação em projetos e eventos, aquisição de condições para emissão de documentos de pesca e o recebimento de benefícios, articulação e promoção de atividades para geração de renda, aquisição de embarcações, ampliação de parcerias institucionais, capacitação para elaboração de projetos, capacitação de homens em relação aos direitos das mulheres, conhecimento de mais pessoas de outros lugares com os mesmos objetivos, trazer mais mulheres para Rede e participar de outros encontros, criação de um espaço para

A existência da Rede criou espaços de manifestação do exercício da cidadania, trazendo soluções para mudanças na qualidade de vida das pescadoras e de suas comunidades

confeção de artesanato (cangas, crochê, chapéus etc.), escrever um livro de receitas das iguarias da região, agregar valor aos produtos comercializados pelas marisqueiras e pescadoras, construir um centro de beneficiamento para os produtos da mariscação e da pesca, reduzir o tempo de contribuição para aposentadoria das marisqueiras (RELATÓRIO ONU MULHERES, 2012).

Esse processo de construção do Segundo Encontro caracterizou-se pelas ações de formação e diagnóstico das comunidades, o que permitiu a participação mais qualificada das mulheres no evento. No encontro de avaliação, realizado em 21 de abril de 2012, as mulheres expuseram quais os direitos reconhecidos por meio de acesso a benefícios, que passaram a ser recebidos após implantação e atuação da Rede, podendo citar: auxílio maternidade, auxílio doença e seguro defeso. As lideranças relataram também que, apesar de todas as dificuldades, principalmente financeiras, a Rede de Mulheres estava cada dia mais fortalecida e as lideranças das comunidades estavam mais capacitadas e atuantes, as quais se revelaram verdadeiras multiplicadoras de conhecimento e um exemplo a ser seguido pelas outras mulheres da Rede. É evidente que as lideranças, estando instruídas, tendem a enfatizar e fortalecer a importância da união e da participação coletiva (RELATÓRIO ONU MULHERES, 2012).

Desde então, a Rede, além de promover novos encontros de capacitação e orientação para as marisqueiras e pescadoras, ampliou seu grau de participação nos eventos regionais e nacionais relacionados ao interesse da categoria, e, hoje, tem uma representante do grupo na ONU MULHERES, na condição de consultora da sociedade civil. Por conta dessa expansão e inserção, a Rede tem atraído novos parceiros como a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM), o

A Rede, além de promover novos encontros de capacitação e orientação para as marisqueiras e pescadoras, ampliou seu grau de participação nos eventos regionais e nacionais relacionados ao interesse da categoria

Centro Público de Economia Solidária (Cesol), o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), bem como tem sensibilizado algumas prefeituras locais para apoiar as suas ações. Por conta de sua mobilização e visibilidade política, foram beneficiadas com o *kit* mariscação doado pela SPM em parceria

com a Bahia Pesca. Vale ressaltar que, muitos dos benefícios obtidos, através da Rede, atingiram também os homens, como o projeto de frutíferas e dos conjuntos habitacionais. E, com o apoio do Projeto Conhecimento, Inclusão, Desenvolvimento (CID), da UESC, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), no Projeto de Fortalecimento de Grupos Produtivos Rurais, a Rede editou uma cartilha contando sua história, seus objetivos, desafios e, ainda, tem recebido apoio do Projeto Serviço de Referência dos Direitos da Mulher (SER-Mulher) para a elaboração e distribuição de materiais que elencam direitos e deveres para mulheres marisqueiras e pescadoras e combate à violência doméstica.

A partir das experiências acumuladas, a Rede experimentou uma fase de reestruturação organizativa e operacional, avaliando suas ações e fixando novas metas a partir do já conquistado. Em maio de 2014, foi realizada, na Sede da Colônia Z-20, em Canavieiras, uma Oficina de Planejamento que contou com a presença de cerca de 300 mulheres das mais diversas comunidades atingidas pela Rede, englobando tanto comunidades já atendidas quanto comunidades recentemente integradas, dos seguintes municípios: Canavieiras (Colônia Z-20, Oiticica, Puxim, Associação do Caranguejo, Campinhos, Atalaia e Barra Velha), Belmonte, Ilhéus, Una (Pedra de Una, Vila Brasil e Praia de Lençóis) e Itacaré (Santo Amaro). Nessa reunião, as marisqueiras presentes elencaram prioridades de atuação da Rede, de acordo

com a síntese dos interesses das comunidades. Foram elencados os aspectos relacionados à saúde da mulher (Posto de Saúde/PSF, mutirões e médicos nas comunidades), educação (cursos de capacitação, línguas e costura), estruturas físicas e para produção (despolpadeiras de frutas, academia comunitária, casas populares, sede própria para a Rede e para a Amex, *kit* marisqueiras) e proteção ambiental (aumento da fiscalização).

Essas mudanças refletem no modo de organização da Rede, que em agosto de 2014 redefiniu sua estrutura, anteriormente de Coordenação e Representantes nas comunidades, para uma nova configuração que comporta duas instâncias: um Comitê Gestor, composto por 15 mulheres, responsáveis por definir as diretrizes e prioridades da Rede e acompanhar tanto as ações quanto as parcerias, projetos etc.; e um Conselho de Coordenação, com seis coordenadoras, responsáveis pela execução das atividades e por coordenar os processos e projetos. Nessa nova estrutura as mulheres do Comitê Gestor da Rede assumem dois papéis: o de *coordenadoras* (núcleo que vai operacionalizar as atividades e representar a Rede) e *mobilizadoras* (responsáveis por disseminar as informações da Rede nos territórios onde a Rede atua). Para ações de apoio ao Comitê Gestor, a nova estrutura prevê a indicação de assessoras, sem função executiva ou deliberativa. Segundo a Coordenação da Rede, essa nova estrutura atende à percepção da importância do fortalecimento da Rede, através do compartilhamento das decisões e do protagonismo das ações e atividades.

Essa é uma iniciativa inovadora que tem possibilitado o acesso a direitos e a melhoria das condições de vida de mulheres marisqueiras e pescadoras, inclusive, possibilitando-as a um maior engajamento político e participativo, constituindo-se em um modelo para mulheres de outras cadeias produtivas e identidades diversas, tais como mulheres rurais, das florestas ou de periferias urbanas, o que já pôde ser

A Rede se identifica, em sua formação histórica, com o processo de luta contra a sujeição de gênero e pelo empoderamento feminino

verificado na prática, pelo fato de, em evento realizado em comemoração ao Dia da Mulher em 2014, mulheres de mais duas comunidades, Lençóis e Vila Brasil, situadas em Una, nas quais não há mulheres vinculadas a atividades pesqueiras, participaram do evento e demonstraram interesse em participar da Rede.

Jesus Júnior (2014) destaca que um aspecto importante da Rede diz respeito à sua natureza coletiva, ao seu grau de proteção e sustentabilidade, sua influência no processo de autonomia das mulheres e nos novos arranjos econômicos no seio das comunidades. E, no âmbito territorial, a Rede pode ser um somatório no processo de conservação produtiva, e servir de instrumento para o desenvolvimento do território e da manutenção e perpetuação do modo de viver das comunidades extrativistas e pesqueiras no Litoral Sul da Bahia. A Rede se identifica, em sua formação histórica, com o processo de luta contra a sujeição de gênero e pelo empoderamento feminino. O perfil das relações comunitárias e familiares, no âmbito da Reserva e das demais comunidades, demonstra, pelas suas práticas sociais, a existência de um *habitus*² próprio do perfil de comunidades pesqueiras, em face do qual emerge a cultura de resistência à dominação, e traz à tona os conflitos dentro do campo de poder instalado nessas comunidades.

PERFIL DAS MULHERES DA REDE

De um modo geral, as mulheres das comunidades, que fazem parte da Rede de Mulheres, vivem

² De acordo com Bourdieu (2007), o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Há uma estreita relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja: capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e apreciar essas práticas e esses produtos, e que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida.

em condições socioambientais semelhantes, resguardando-se suas especificidades. Em Itacaré, estudo realizado por Burda e Schiavetti (2008) demonstrou a divisão sexual do trabalho em atividade pesqueira. Ao realizar entrevistas com pescadores de quatro comunidades do município, verificaram que somente 6% eram mulheres. Em atividade de observação, chegaram à conclusão de que a metodologia utilizada contribuiu para o menor número de mulheres, pois “as mulheres exercem a atividade de mariscagem e também passam mais tempo em suas casas do que os homens” (BURDA; SCHIAVETTI, 2008, p. 154). Em comunidades situadas em Ilhéus, Blume (2011) vai destacar o distanciamento entre as marisqueiras e as Colônias de Pescadores, por causa do não reconhecimento de seu trabalho como atividade pesqueira, fato que só se modificou com a mudança da legislação; além disso, o relato de problemas envolvendo direitos previdenciários são amplamente relatados. Na Ponta da Tulha, Sena e Queiroz (2006) denunciam a degradação do ecossistema do manguezal pelo aterramento do mangue e pela deposição de lixo doméstico e comercial, além da ocorrência do turismo predatório. Gomes (2007) identifica nessas comunidades o papel secundário que as marisqueiras desempenham na atividade da pesca, atuando como intermediárias no processo de comercialização do pescado ou como auxiliares na preparação do produto para a venda (por exemplo, filetagem de camarão).

No projeto “Análise Socioeconômica da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia”, realizado pela Amex e financiado pela SPM, há informações importantes a respeito do perfil das marisqueiras da Rede. Como já dito anteriormente, foram ouvidas 356 pescadoras e marisqueiras artesanais extrativistas, identificadas como componentes da Rede, dos municípios de Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Una e Canavieiras.

Das mulheres entrevistadas, 36,5% (130) são solteiras; mais da metade (55%) vive sob alguma forma de relacionamento conjugal: 72 (20,2%) são casadas e 124 (34,8%) convivem sob regime de

união estável. Outras 30 mulheres (8,5% do total) declararam-se viúvas ou não declararam estado civil, conforme pode ser visto no gráfico 1.

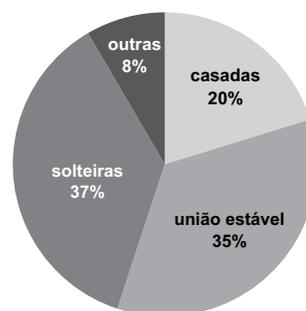


Gráfico 1
Estado Civil das Marisqueiras da Rede Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

Todas as mulheres entrevistadas têm acesso a algum tipo de benefício do governo federal, sendo que apenas 16% delas não dependem de programas de transferência de renda (Bolsa Família, Bolsa Verde, Bolsa Escola), mas têm acesso ao seguro defeso da pesca ou a benefícios previdenciários (auxílio doença ou aposentadoria) ou assistencial (benefício de prestação continuada). A maior parte delas (74%) declarou ter somente a pesca como atividade, sendo que o restante complementa sua renda com atividades de artesanato, agricultura, costura e faxinas (Gráfico 2). Das entrevistadas, 75% delas realizam o trabalho da pesca acompanhadas de parentes ou parceiras (normalmente vizinhas).

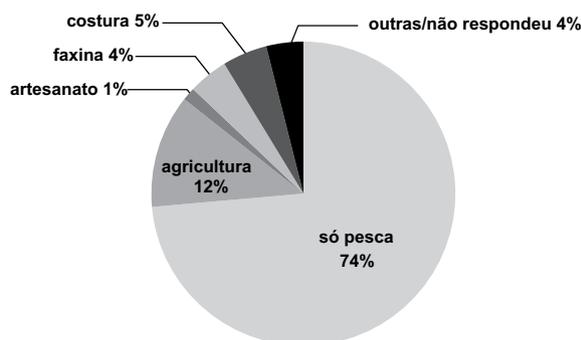


Gráfico 2
Atividades realizadas pelas Marisqueiras da Rede Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

Se fizermos um recorte para levarmos em conta somente as marisqueiras que mantêm relacionamento conjugal, veremos algumas situações que revelam a assimetria do poder dentro dos lares dessas mulheres. Da amostra referente às mulheres casadas, 128 (65,3%) delas têm menor renda que seus maridos/companheiros, ou seja, contribuem com menor numerário para o sustento da casa, permanecendo de alguma forma na dependência do homem provedor. Seguem-se 32 mulheres (16,3%) que declararam terem maior renda que o marido/companheiro, quatro marisqueiras (2,1%) que declararam renda igual e outras 32 entrevistadas (16,3%) que nada declararam (gráfico 3).

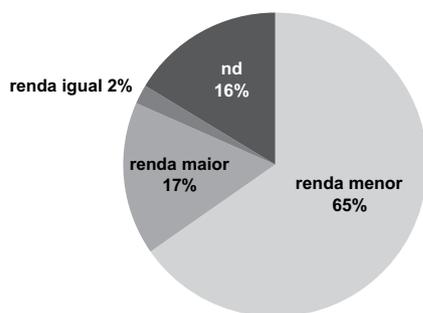


Gráfico 3
Renda comparada das marisqueiras da Rede em relação à de seus companheiros Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

Outro dado interessante diz respeito à administração do dinheiro recebido: das 196 mulheres que mantêm relacionamento conjugal, 61 marisqueiras (31%) disseram que elas mesmas cuidam do seu dinheiro; 34 delas (17,4%) admitiram que seus maridos/companheiros tomam conta de seu dinheiro; 63 mulheres (32,2%) informaram que a administração da renda é compartilhada e 38 (19,4%) não informaram (gráfico 4).

Nesse perfil, vê-se que, na maior parte dos lares, o homem tem maior renda e administra todo o dinheiro recebido pela mulher ou influencia na sua administração, o que não significa, necessariamente, um compartilhamento, mas pode também evidenciar uma relação em que a mulher ainda depende



Gráfico 4
Informação de quem administra a renda das marisqueiras da Rede – Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

do elemento masculino, precisando da manifestação de opinião do marido/companheiro para aplicação de sua renda. Em ambos os casos ainda se vê um contingente importante de mulheres que não se manifestou, o que pode indicar desconhecimento ou receio de expor uma situação de dominação.

Uma constatação interessante nesse recorte refere-se às decisões consideradas importantes na casa, onde 129 (65,8%) das mulheres em relação conjugal declararam que seus maridos pedem a elas sua opinião, enquanto 48 (24,5%) não são ouvidas e 19 (9,7%) não informaram (gráfico 5).

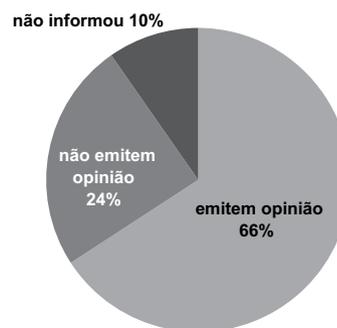


Gráfico 5
Participação das marisqueiras da Rede nas decisões importantes do lar – Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

Além disso, na divisão das tarefas domésticas: 118 (60,2%) disseram que seus maridos/companheiros auxiliam nas tarefas domésticas, enquanto 56 (28,6%) não auxiliam e 22 (11,2%) preferiram não responder (gráfico 6). Esses percentuais revelam

pequena transformação nas relações tradicionais em comunidades pesqueiras, tão fortemente caracterizadas por relações patriarcais de poder.



Gráfico 6
Divisão das tarefas domésticas nos lares das marisqueiras da Rede – Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

Retornando-se à amostra total das marisqueiras ouvidas pela Amex, verificamos um percentual importante delas participando de iniciativas educativas promovidas ou apoiadas pela Rede, com o intuito de oferecer formação profissional e cidadã, que vão além dos encontros e reuniões: quase 37% já participaram de algum curso de capacitação profissional; quase 46% participaram de evento de conscientização política e quase metade (49%) participou de curso sobre direitos da mulher ou violência doméstica (gráfico 7).

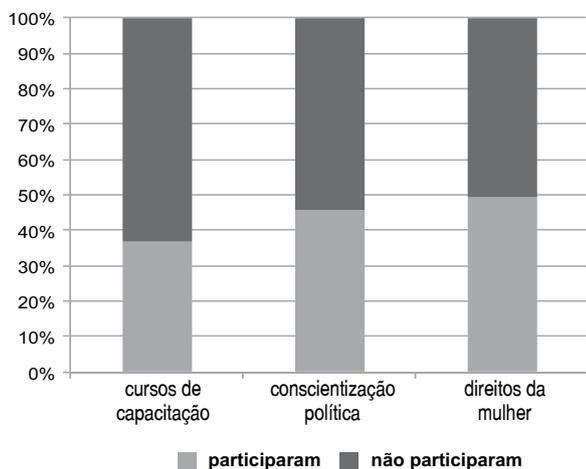


Gráfico 7
Participação das marisqueiras em cursos promovidos pela Rede – Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

No que diz respeito ao acesso ao conhecimento, pode-se perceber ganho qualitativo de vida dessas mulheres, proporcionada pela capacidade de fazer escolhas na vida pessoal e profissional, e até mesmo sua emancipação. Um exemplo disso é a violência doméstica. No levantamento feito pela Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013), mais de 78% das entrevistadas alegaram conhecer ou já ter ouvido falar da Lei Maria da Penha; mais de 62% sabem como denunciar um caso de agressão doméstica; 27% já denunciaram casos de violência; e 15% delas já conseguem identificar casos elencados na lei como atos de violên-

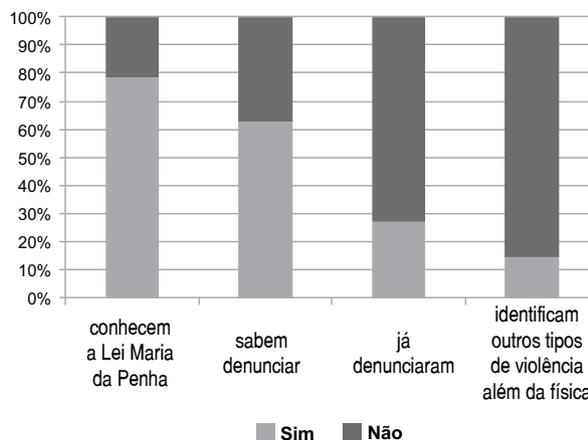


Gráfico 8
Grau de conhecimento das marisqueiras da Rede em relação à violência doméstica em Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

cia que vão além da agressão física (violência moral e psicológica). Desde o ano de 2012 a Rede vem intensamente trabalhando a questão da violência doméstica, em parceria com a UESC e a SPM.

Uma constatação importante em relação à percepção das mudanças em suas vidas pode ser verificada quando 98% das marisqueiras apontam: aquisição de conhecimento, 97 (27,2%); participação política, 54 (15,2%); oportunidade de lazer, 48 (13,5%); e estruturas para as comunidades, 9 (2,5%). Das entrevistadas, 79 (22,2%) entendem que ao mesmo tempo adquiriram conhecimento, participação política e lazer e, ao mesmo tempo, 62

(17,4%) elencaram, além desses três, as estruturas (casas, barcos, cozinha), conforme pode ser visto no Gráfico 9.

A associação da Rede à aquisição de conhecimento é a maior ocorrência, entre 66% das entrevistadas, das que perceberam somente o conhecimento ou o citaram junto com outros benefícios. Em segundo lugar a participação política, compreendendo-se aí a participação em reuniões das Colônias ou Associações, diretorias das associações, comparecimento a eventos como Conferências ou Encontros de mulheres, e também realização de reuniões com autoridades políticas. Importante destacar, também, o número de marisqueiras que enxergam a influência da Rede na aquisição de estruturas físicas ou de trabalho para as comunidades. Isso se vê em função da construção das casas e da concessão de barcos de pesca em diversas comunidades, os quais, embora de fato não tenha havido o trabalho específico da Rede na aquisição dessas estruturas, tal trabalho proporcionou às mulheres de diversas comunidades o acesso a essas políticas públicas.



Gráfico 9
Percepção de mudanças nas vidas das marisqueiras da Rede de Mulheres Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

O lazer foi apontado pelas entrevistadas como importante elemento de socialização e de acúmulo de capital social, permitindo que, através das atividades lúdicas, fossem apreendidos conteúdos e agregação identitária. De fato, as atividades da

Rede são complementadas com brincadeiras, danças, jogos, que animam e motivam as marisqueiras que delas participam. Não à toa o elemento “lazer” foi lembrado por 53% delas, sozinho ou associado a outros benefícios.

A existência de conflitos ambientais também emerge da preocupação das marisqueiras da Rede, e indica para elas qual deve ser o papel da Rede na solução dos conflitos e na proteção ambiental. Das entrevistadas pela Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013), 258 mulheres (72,5%) associaram a poluição, queimadas e desmatamento como causas que mais prejudicam sua atividade, sendo justamente as causas que podem ser evitadas ou combatidas por ações de prevenção (educação ambiental) e repressão (fiscalização). Fazendo-se um novo recorte na amostra, vamos encontrar 170 marisqueiras (47,8%) que compreendem haver um papel a ser desempenhado pela Rede na proteção aos recursos naturais; desse recorte, quase metade elencou a realização de atividades coletivas de capacitação/conscientização (80 marisqueiras – 47,1%), seguida de apoio a atividades comunitárias (48 marisqueiras – 28,2%) e participação ativa na fiscalização (42 marisqueiras – 24,7%) – Gráfico 10.



Gráfico 10
Percepção da importância da Rede de Mulheres para a proteção dos recursos naturais Sul da Bahia – 2013

Fonte: Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (2013).

Esses números fortalecem a representação que as marisqueiras têm da Rede, de um instrumento importante para a aquisição de conhecimento e

socialização das marisqueiras, papel que já é desempenhado e que pode ser fortalecido junto às mulheres atendidas pela Rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das informações coletadas e vivenciadas, pudemos verificar a importância da Rede de Mulheres de Comunidades Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia na reconstrução da identidade das mulheres marisqueiras e pescadoras que com ela se identificam, tendo promovido mudanças significativas nos aspectos social e familiar dessas mulheres, especialmente no que diz respeito ao aumento da autoestima, aquisição de conhecimento e busca da concretização de direitos sociais e políticos. Essas mudanças podem, ao longo do tempo, proporcionar melhores condições econômicas às suas integrantes, à medida que a capacitação profissional, o acesso às políticas públicas e obtenção de financiamentos para projetos elevem seu padrão de vida.

Observou-se que essa emergente Rede de Mulheres, com seu forte apelo característico de relações de gênero, proporciona a obtenção de dados que são fundamentais no estudo das questões de gênero, bem como no tratamento de novos arranjos culturais que, porventura, estejam se formando no seio das comunidades que estão ligadas à Rede, que se estende por seis municípios do Litoral Sul da Bahia, e tem como gênese as lutas pela implantação da Resex de Canavieiras. Esse estudo e suas constatações podem levar suas componentes a novas reflexões para o fortalecimento e sustentabilidade do trabalho, bem como nos permite disseminar sua experiência, com seus acertos e seus equívocos cometidos, no intuito de estimular mulheres de outros segmentos e outras localidades a se mobilizarem em torno de seus próprios interesses.

Ao longo das informações coletadas e vivenciadas, pudemos verificar a importância da Rede de Mulheres de Comunidades Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia na reconstrução da identidade das mulheres marisqueiras e pescadoras

A Rede trouxe à maioria das marisqueiras a melhora de sua autoestima e conhecimento sobre direitos e deveres, e também gerou avanços nas relações conjugais de várias delas, embora em sua essência ainda não tenha modificado as relações de poder no conjunto de suas famílias, permanecendo ainda traços fortes de uma relação familiar de tipo patriarcal. Os homens ainda detêm a maior parte das rendas familiares

e tomam decisões na destinação das rendas auferidas pelas suas esposas/companheiras. Poucas são as consultadas em decisões consideradas importantes em suas casas. Ainda persistem também situações de violência, seja simbólica, seja de fato. Quanto a isso, compreende-se ser parte do processo. Podemos considerar um grande avanço a existência de mulheres que já conseguiram se libertar do jugo da sujeição, pondo fim em relacionamentos que as submetiam à violência doméstica, ou tomando posição de enfrentamento a situações percebidas de violência. Existe um forte trabalho sendo desenvolvido pela Rede e seus parceiros no sentido de diminuir e coibir as situações de violência doméstica, que podem se intensificar e ampliar para trabalhos a serem realizados com os homens. Esse trabalho pode ser concretizado tanto no sentido de erradicação das violências quanto na educação para a equidade, compreendendo-se aí a dinamização das relações domésticas de poder.

A maioria das mulheres pesquisadas percebe modificações em suas comunidades, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas públicas. Também, as marisqueiras pesquisadas veem o seu trabalho como relevante na proteção ambiental, ingressando a Rede como indutora de processos de conscientização e auxiliadora na fiscalização contra danos causados ao ecossistema manguezal. A Rede pode aproveitar essa percepção para reforçar suas ações no sentido de levar

as marisqueiras a mais e melhores práticas vinculadas à sustentabilidade ambiental, não somente no sentido de proteção dos recursos do mangue, mas ampliando para questões de saneamento, segurança alimentar, descarte e reaproveitamento de resíduos domésticos e da produção, usos múltiplos da água potável, prevenção de doenças evitáveis, dentre outros.

A mulher não se emancipa apenas pela inserção no mercado de trabalho. Para tanto, deve-se desconstruir padrões históricos que mantiveram a mulher submissa e alijada de reconhecer-se como sujeito de direitos e capaz de interferir politicamente na sociedade. À medida que a mulher for ocupando espaços como verdadeira agentes de transformação, possivelmente haverá ganho social, pois essas mulheres possuem a capacidade de fazer parcerias, serem cooperativas e priorizar relacionamentos, constituindo assim em elementos importantes para a assertividade e objetividade masculina. A mulher tem provado que é capaz de desempenhar as suas funções naturais em conjunto com outras funções que antes eram consideradas exclusivas da natureza masculina. Isto fortalece os vínculos entre os gêneros, pois o objetivo não é promover o empoderamento feminino para criar mais um modelo de supremacia de gênero, mas o que se deseja é que ambos os sexos possam interagir e se completar nessa árdua jornada de convivência e trocas.

Essa possibilidade de mudança ratifica a concepção de que um padrão cultural não é perpétuo, muito menos preponderante, o que promove mudanças no juízo de valor que vem a dar significado e simbologia à visão que cada ser tem sobre si e sobre a realidade que vive, ou seja, a liberdade é um valor que se reconstrói constantemente. Os resultados obtidos demonstram que, como condição necessária a essa reconstrução, são imprescindíveis ações que ampliem o número e a frequência de atividades educativas para a emancipação feminina no que diz respeito a todas as modalidades de submissão, preponderantemente aquelas que se manifestam sob qualquer forma de violência.

O caminho é longo. O processo, lento. Em seu ainda curto tempo de vida, a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia vem implementando ações voltadas ao empoderamento de suas componentes, principalmente no que diz respeito à qualificação e busca de parceiros que possam auxiliar a implementação de suas atividades. As mudanças esperadas, que consolidem a equidade de gênero nas comunidades em que a Rede atua, certamente advirão de sua própria capacidade de solidificação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. Aumenta a inserção no mercado, mas cresce a precarização e o salário baixo. *Revista Caros Amigos, a Era da Mulher: Conquistas e Desafios*, São Paulo, v. 15, p. 11-12, 2012.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS. *Na luta e na pesca mulheres construindo direitos!* [S.I.]: Combate Racismo Ambiental, 2 set. 2014. Carta Final do IV Encontro Nacional da Articulação Nacional das Pescadoras. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2014/09/carta-final-do-iv-encontro-nacional-da-articulacao-nacional-das-pescadoras-anp/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ASSOCIAÇÃO MÃE DOS EXTRATIVISTAS DA RESEX DE CANAVIEIRAS. *Projeto Análise Socioeconômica da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia*. Canavieiras, BA: Amex, 2013.

BLUME, L. H. S. “*Viver de tudo que tem na maré*”: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008. 2011. 243 f. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 24 maio 2013.

BURDA, C. L.; SCHIAVETTI, A. Análise ecológica da pesca artesanal em quatro comunidades pesqueiras da Costa de Itacaré, Bahia, Brasil: subsídios para a gestão territorial. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 8, n. 2, p. 149-168, 2008.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 2002.

GOMES, A. S. Estrutura do mercado de camarão pescado em Ilhéus, Bahia, Brasil: características e peculiaridades. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, GUADALAJARA, 26., 2007, Guadalajara, MX. *Anais...* Guadalajara, MX: ALAS, 2007. Disponível em: <<http://www.aacademica.com/000-066/1342.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

JESUS JÚNIOR, G. *Mulheres em rede: uma experiência de empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental no Sul da Bahia*. 2014. 184 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede)-Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2014.

LINS, R. N. A. "A monogamia já era": psicanalista e escritora Regina Navarro Lins prevê que, no futuro, o mundo será bissexual. Revista Marie Claire, 9 nov. 2011. Disponível em: <<http://revistamarielclair.globo.com/Revista/Common/0,,EMI274984-17735,00-A+MONOGAMIA+JA+ERA+PSICANALISTA+E+ESCRITORA+REGINA+NAVARRO+LINS+PREVE+QUE+N.html>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M.; Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, v. 20, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2012.

MALTA, C. G. T. *Evolução dos direitos da mulher*. 2002. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/cynthiamalta/dirmul.html>>. Acesso em: 7 set. 2011.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. Relatório do Projeto *Criação da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia para fortalecimento da equidade de gênero*: 2010. Canavieiras, 2010. 24 f.

RELATÓRIO ONU MULHERES. Relatório do Projeto *Capacitação e fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia*: 2012. Canavieiras, 2012. 44 f.

RODRIGUES, M. *Situação das mulheres pescadoras no Brasil*. Fortim, CE: [s.n.], 2010. Documento elaborado a partir do II Encontro Nacional das Pescadoras. Disponível em: <<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomarbd/files/2010/08/pescadoras-do-Brasil.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista RE-sexualização América Latina*, v. 16, p. 01-16, 2005.

SENA, M. F. A.; QUEIROZ, O. T. M. M. Impactos ambientais e socioculturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 6, n. 4, p. 94-106, 2006.

SILVA, R. M. *Evolução histórica da mulher na legislação civil*. 2008. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/2772/1/EVOLUCAO-HISTORICA-DA-MULHER-NA-LEGISLACAO-CIVIL/Paacutegina1.html>>. Acesso em: 7 set. 2012.

Artigo recebido em 6 de julho de 2015

e aprovado em 22 de julho de 2015.

Quando o trabalho das mulheres e o campo aparecem, os conhecimentos sobre a vida crescem

Wanessa Alves Pereira e Souza*

Janice Rodrigues Placeres Borges**

* Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) junto à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

wanessaagroeco@gmail.com
** Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural da UFSCar. janice@cca.ufscar.br

Resumo

Este artigo descreve e analisa as estratégias de inserção socioproductiva e de empoderamento de mulheres rurais do semiárido, por meio de seu trabalho, da conquista de autonomia e de suas práticas agrícolas voltadas para a segurança alimentar. Metodologicamente, optou-se pelo método etnográfico. Durante os encontros com as entrevistadas foram realizadas anotações no diário de campo, conversas informais e formais e entrevistas. Percebeu-se que a divisão sexual do trabalho é um fator que dificulta a emancipação das mulheres. Pode-se também destacar o protagonismo dessas mulheres no cultivo de alimentos saudáveis, sendo que a sua produção agrícola confirma o caráter de garantir a segurança alimentar das famílias. Contudo, constata-se que elas enfrentam dificuldade de acesso às políticas públicas. Diante desses fatos, observa-se a importância de visibilizar a mulher, o seu trabalho e sua contribuição, tanto para a segurança alimentar, como também para a agroecologia e para o semiárido.

Palavras-chave: Semiárido. Agricultura familiar. Trabalho. Mulheres rurais. Empoderamento. Segurança alimentar.

Abstract

The aim of this essay is to describe and analyse the strategies of social productive insertion and empowerment of the rural women from the semiarid, through their work, conquer of autonomy and agricultural activities aimed at food safety. Methodologically, the ethnographic method was opted. During the meetings with the interviewed people, notes were made in the field diary, besides informal and formal conversations and interviews. It was noted that the sexual division of the work is a factor that makes women's emancipation harder. The leadership of women in the production of healthy products can also be highlighted. The agricultural production developed by women confirms the character guarantees the food safety of the families. Nevertheless, it's shown that they face difficult access to public policies. Given these facts, it's observed the importance of shed light on the women, their work and their contribution, not only for the food safety, but also for the agroecology and the semiarid.

Keywords: Semiarid. Familiar agriculture. Work. Rural women. Empowerment. Food safety.

INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro é uma área que cobre aproximadamente 8% do território nacional, abarcando os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e o norte de Minas Gerais. Isso lhe confere o título de semiárido mais populoso do mundo, com mais de 23,5 milhões de habitantes (BORGES, 2012).

O sertão é uma área geográfica onde as chuvas são bastante irregulares, e o solo, raso e pedregoso, que não retém umidade. As estiagens, algumas avassaladoras, fazem parte da história da região e do país e formam a imagem cristalizada que as pessoas possuem do sertão, ou seja, a de uma região de seca, pobreza e fome.

Neste cenário, a agricultura familiar pode ter um papel de destaque nos melhores manejos de convivência com o clima semiárido e nas formas de garantia da segurança alimentar e nutricional. Para tanto, há a necessidade de fortalecimento das organizações (cooperativas e associações) de agricultores e agricultoras que buscam conferir o reconhecimento econômico, político e da realidade da agricultura familiar no espaço local e regional.

O Nordeste, que abarca a maior porcentagem de pobreza rural do Brasil, também concentra metade dos agricultores familiares do país, sendo que “[...] 75% destes estão nas piores terras do semiárido brasileiro e com áreas inferiores a 5 hectares, visto que a grande propriedade impera até os dias atuais” (DIAS, 2014, p. 224). Assim, não há tecnologia e investimento que possam incluir produtivamente essas pessoas de forma definitiva.

Contudo, existem políticas públicas que tentam minimizar os entraves que afligem as agricultoras e agricultores familiares. Citam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf) e o Plano Safra anual, assim como um conjunto

As estiagens, algumas avassaladoras, fazem parte da história da região e do país e formam a imagem cristalizada que as pessoas possuem do sertão, ou seja, a de uma região de seca, pobreza e fome

de outros programas, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Garantia Safra. Todavia, estudos vêm comprovando vários entraves no acesso a esses programas por mulheres, quilombolas, indígenas e jovens, entre os segmentos mais desfavorecidos.

Diante desse quadro, este artigo descreve e discute, por meio do método etnográfico, o universo dos variados trabalhos executados, das histórias de conquista de autonomia e empoderamento, da responsabilidade pela segurança alimentar e dos entraves no acesso às políticas públicas e à posse da terra das mulheres do meio rural do semiárido. Para tanto, com o intuito de caracterizar o universo da mulher trabalhadora rural do semiárido, foram entrevistadas uma indígena do povo pataxó, residente no Vale do Jequitinhonha – conhecido como Vale da Miséria –, onde estão também os pankararus, oriundos da região de Paulo Afonso (BA); uma catingueira do norte da Bahia; uma quilombola do povo gurutubano, também catingueira; e uma ribeirinha e assentada residente no sertão do São Francisco.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agricultura familiar

A população que vive nas áreas rurais brasileiras é muito diversificada. Suas formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas variam muito conforme a localidade. Como descreve Wanderley (2009, p. 40), as populações que fazem do meio rural seu lugar de vida, são:

[...] os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que per-

manecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda, comunidades indígenas e quilombolas.

No Brasil, segundo o Censo Agropecuário 2006 (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representava 84,4% dos estabelecimentos rurais. Este contingente de agricultores familiares encontrava-se em uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% do total ocupado pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já em 2010, de acordo com dados da Embrapa (2012), existiam 5.675.362 agricultores familiares, sendo 512.032 produtores com menos de um hectare (ha) de terra. O Censo Agropecuário 2005/2006 também informa que, em termos relativos, a participação dos produtos agroalimentares nas importações caiu de 12,5% do total importado no país em 1995 para 4,9% em 2006, concluindo-se que, sem a agricultura familiar, o saldo da balança comercial agropecuária seria menor. A produção familiar também é responsável por significativa geração de postos de trabalho no país: em 2006, havia 13.048.855 pessoas ocupadas no campo, com 78,8% do total de trabalhadores na agricultura familiar.

Assim, essa atividade foi capaz de reter proporcionalmente um maior número de ocupações em relação à agricultura não familiar. Mesmo possuindo pouca terra e capital, os agricultores de base familiar desempenham um importante papel social no conjunto do trabalho relacionado à agricultura.

É próprio da agricultura familiar o cultivo e a manutenção da agrobiodiversidade. As pequenas propriedades são responsáveis pelo alto índice de

diversificação de espécies, tendo uma relação direta com a satisfação das necessidades básicas das famílias. A intensificação da agrobiodiversidade em relação aos cultivos, a criação animal e as árvores, como parte dos sistemas agrícolas integrados e multifuncionais, contribuem para a promoção da segurança alimentar. A diversidade produtiva se reflete na ampliação das possibilidades alimentares e nutricionais das famílias (HADICH, 2013).

Hadich (2013) afirma que, na medida em que as famílias definem o que e como vão produzir em seus agroecossistemas, é respeitada a capacidade de autodeterminação do campesinato, do processo de produção e reprodução da vida e do fortalecimento da soberania alimentar dos povos. O lado econômico da cultura camponesa segue, assim, sob duas vertentes: a existencial e a da geração de renda. É próprio desse meio produzir e reproduzir sua existência empregando parte de sua força de trabalho (a mão de obra da família) no cultivo dos alimentos, que são destinados não somente à comercialização, mas também ao consumo da própria família. Nesse sentido, a cultura camponesa destaca-se pelo diferencial da sua autonomia produtiva.

Os produtos cultivados na propriedade significam uma redução importante nos gastos com alimentação. Dessa forma, a pequena renda auferida fica disponível para outras despesas e ainda garante mais acesso à comida (SINGER, 2002). Têm-se como exemplo dessa economia informal as experiências desenvolvidas nos quintais. Segundo Amorozo (2002), “[...] o quintal se refere ao espaço do terreno situado ao redor da casa, regularmente manejado, onde são cultivadas plantas e também são criados animais domésticos de pequeno porte”. Uma alta diversidade de espécies é cultivada por mulheres, com múltiplas finalidades de uso, como o artesanal, ornamental, paisagístico, alimentar e medicinal. Além disso, o cultivo também proporciona melhoria do microclima.

É próprio desse meio produzir e reproduzir sua existência empregando parte de sua força de trabalho (a mão de obra da família) no cultivo dos alimentos

Partindo-se para o enfoque na economia nacional, observam-se particularidades da ação do Estado como ator social presente no mundo rural. Por meio de políticas públicas, o Estado interfere diretamente nos processos de distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos atores rurais. Essa atuação traz concepções distintas de desenvolvimento rural, possuindo relações predominantes no interior do próprio Estado (WANDERLEY, 2009).

Visando atuar com esse segmento social, o Estado fez, inicialmente, uma quantificação dos agricultores familiares, separando-os dos produtores classificados como patronais. Foram estabelecidas essas concepções para operacionalizar políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), implementado pelo governo federal em 1995. Para isso, construíram-se tipologias de agricultores, capazes de instrumentalizar a aplicação de políticas públicas adaptadas às necessidades peculiares de cada tipo. Em julho de 2006, o governo federal estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A partir da constatação de que existia um *déficit* de produção alimentar no Brasil, foi criado o Programa Nacional de Segurança Familiar (Pronaf Segurança Alimentar), que se constitui em uma política governamental de estímulo à produção de alimentos básicos, como feijão, milho, trigo, mandioca e leite. Segundo Weid (2004), no entendimento de seus formuladores, o governo seria incapaz de garantir o acesso aos alimentos básicos pelo público credenciado no Programa Fome Zero sem que a produção alimentar no país fosse incrementada. Uma das mais importantes inovações nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, apresentada no Plano de Safra da Agricultura Familiar, é o Pronaf Agroecologia. Essa linha incentiva os projetos de produção agroecológica ou de transição rumo a uma agricultura

A grande maioria dos camponeses vem adotando o jeito de ser e de fazer induzido pelas empresas capitalistas

sustentável (BRASIL, 2009). Da mesma forma atua o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), uma política pública do governo federal criada para ampliar e efetivar ações de orientação do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2013).

Contudo, se torna importante relevar que as alterações advindas da industrialização da economia, no contexto da expansão dos processos capitalistas de produção, atingiram também o campo, transformando o modo de vida das populações rurais. A grande maioria dos camponeses vem adotando o jeito de ser e de fazer induzido pelas empresas capitalistas, e muitos acabam por depender das políticas públicas compensatórias ou abandonam a terra. Isso em virtude da impossibilidade efetiva de nela permanecerem como produtores, em face das complexas combinações de fatores que se articulam, em decorrência das situações diversas de contextualização econômica, social e histórica. Alguns se limitam exclusivamente à produção para o autoconsumo, enquanto que boa parte reforça a tendência de ampliação do êxodo rural dos camponeses, devido à crescente pobreza. Os que ficam tendem a se subordinar ao agronegócio, através de associações, pelos contratos de produção, cessão de terras para arrendamento ou perda da propriedade por endividamento (CARVALHO, 2007).

Problemas de comercialização, de acesso às políticas públicas, à terra e ao consumo, de produção, pragas e secas, “arrendos” elevados e grilagem, fazendeiros agressivos e os comerciantes atravessadores fazem parte do cotidiano de agricultores familiares. As opções estão sujeitas a determinadas possibilidades, quase sempre impostas, cabendo escolher entre certos mercados, técnicas e até demandas de autoconsumo predefinidos pelo contexto que os prende à terra e, até mesmo, à condição de agricultores (RIBEIRO, 2009).

Existem problemas relacionados com as restrições de crédito à agricultura familiar, a precariedade

de uma assistência técnica não adequada à realidade da pequena propriedade e o grande entrave no processo de comercialização (GOMES JR; PESSANHA, 2011).

A renda obtida pelos agricultores familiares é composta pelo somatório de cinco diferentes fontes:

[...] a agrícola (vem do trabalho na agricultura, na unidade familiar); transferências sociais (aposentadorias, pensões, bolsa-família e bolsa-escola); outras rendas (transferências, aluguéis e juros); prestação de serviços agrícolas (trabalho fora da produção familiar) e pluriatividade (trabalho não-agrícola). Essas diferentes combinações de fontes de ingresso refletem estratégias econômicas e as rendas externas àquelas oriundas da unidade de produção familiar. (PERONDI, 2009, p. 13).

Como referenciado acima, as alterações no meio rural fazem com que a família rural deixe de ser nucleada e orientada segundo uma estratégia única baseada na agricultura. Ela passa a ter fontes de renda múltiplas, sendo a agricultura apenas uma delas. Ribeiro (2009) destaca que a crescente dificuldade de parte significativa das famílias rurais de sobreviver apenas com a produção agropecuária voltada para o mercado leva-as à busca por qualificação e desenvolvimento profissional no mercado de trabalho não agrícola. O mesmo autor (2009) observa que esse fenômeno acontece, principalmente, na vida das mulheres. Essa motivação, muitas vezes, ocorre pela falta de oportunidades na agricultura, substituída por trabalhos não agrícolas em condições bastante precárias, como empregadas nos serviços domésticos ou atuação por conta própria, em atividades de pequeno comércio e artesanato.

Contudo, Marques (2009) coloca que a própria diversidade do trabalho gera uma multiplicidade de relações, criando oportunidades para novas

sociabilidades, reciprocidades, mobilizações sociais e processos de geração de conhecimento, de aprendizagem e inovação que contribuem para o avanço da sustentabilidade no desenvolvimento como um todo.

Observa-se que essa flexibilidade de adaptação ao contexto da realidade agrícola é assegurada por meio da

ativação da capacidade de inovar suas formas de organização e pelo uso dos recursos naturais disponíveis. A habilidade camponesa de valorizar os recursos locais na criação de alternativas para a sua reprodução pode ser compreendida como um mecanismo social que age contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Essa capacidade se manifesta exatamente no controle inteligente dos recursos territoriais, tanto os naturais como os socioinstitucionais. A valorização desse potencial intelectual existente nas comunidades rurais se apresenta como elemento central para que a agricultura familiar tenha ampliada sua capacidade de oferecer respostas consistentes e sustentáveis aos dilemas da atualidade (PETERSEN; SOGLIO; CAPORAL, 2009).

Cazella, Bonnal e Maluf (2009) enfatizam que a agricultura familiar continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, mesmo que, para um bom número delas, sua contribuição menos importante seja a renda monetária obtida. O fato é que a produção voltada para o autoconsumo, num contexto de crise da produção familiar mercantil e de desemprego urbano e rural, torna-se um fator de grande importância. Diante desse quadro, há a necessidade de destacar o papel da mulher no mundo rural.

A realidade da vida das mulheres rurais: gênero, autonomia e empoderamento

Estudos que introduzem a perspectiva de gênero, autonomia e empoderamento são fundamentais

para ampliar o conhecimento da realidade de milhares de mulheres, possibilitando a melhoria de suas condições de vida.

Análises confirmam que as mulheres do campo enfrentam dupla dependência: a que está diretamente relacionada à realidade do meio rural, com acentuada invisibilidade diante das políticas públicas vigentes, como as barreiras de acesso às políticas de reforma agrária; e a ligada à diferença de gênero, com mulheres imersas em relações familiares patriarcais, em situações de machismo e violência dentro de suas próprias casas.

Conforme afirmam Bruno e outros (2011), tais mulheres estão inseridas nas dificuldades e precariedades de infraestrutura, escoamento da produção, acesso aos mercados, às máquinas, aos instrumentos adequados à produção, a créditos e recursos, à capacitação condizente com as necessidades da produção e do mercado, e à garantia do direito de participação social e política. Enfrentam ainda o desafio de não possuir a titulação da terra em seu nome, a falta de documentação, o excesso de burocracia para acessar as políticas públicas e a impossibilidade de comprovação de renda fixa, obrigatória em inúmeras circunstâncias jurídico-formais.

Estudos constatam que as mulheres produtoras rurais possuem grande dificuldade de se inserir nas atividades de comercialização, pelo fato de que suas atribuições estão voltadas prioritariamente para a vida doméstica, para o espaço privado.

Contudo, Siliprandi e Cintrão (2011) ressaltam a importância das mulheres produtoras rurais em atividades de comercialização, enfatizando que isso possibilita uma melhora em sua renda, ajudando a promover a sua autonomia econômica. Também possibilita o aumento da sociabilidade, por elas não permanecerem somente no espaço doméstico, e ainda promove um aumento na autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às

comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências, como viagens e participação em feiras.

Mulheres imersas em relações familiares patriarcais, em situações de machismo e violência dentro de suas próprias casas

netários e o reconhecimento da sua cidadania, com sua saída do “anonimato”. A titularidade do benefício é fornecida no nome das mulheres, resultando, de certa forma, em uma emancipação. As autoras observam também que, quando existe assistência técnica para a agricultura camponesa, ela é focada no “chefe da propriedade”, ou seja, o homem. E mais: dada a formação dos técnicos, eles não conseguem propor alternativas de autonomia produtiva para as mulheres e a devida valorização da participação feminina na construção social, sendo que a atuação delas não é reconhecida no sentido ontológico e nem no sentido de trabalho produtivo. Percebe-se, assim, como afirma Santos (2009), a persistência, em grande medida, de uma sociedade patriarcal, com o predomínio da dominação do homem sobre a mulher.

Dessa forma, a atividade doméstica desempenhada por mulheres configura-se como um trabalho não capitalista, uma vez que produz “bens e serviços” que não circulam no mercado, para efeito de troca e lucro, e não são remunerados com renda pessoal. Como todas as atividades da sociedade capitalista, este trabalho está diretamente ligado, interfere e sofre interferência na produção de mais-valia (SAFFIOTI, 1984).

Esse fato é constatado na história da sociedade, que demonstra uma situação de opressão das mulheres. Tal quadro remete a uma relação de sujeição que se manifesta como um fenômeno de dupla face: a exploração e a dominação. Cabe dizer que a opressão sofrida pela mulher está presente na totalidade das relações homem-mulher e tem na divisão sexual do trabalho seu componente

Segundo as mesmas autoras, o Programa Bolsa Família pode ser citado como um exemplo de política que propiciou às mulheres o acesso direto a recursos mo-

estruturante, por meio do qual ela não é reconhecida como sujeito ativo nos processos produtivos (SAFFIOTI, 1987).

Segundo Siliprandi e Cintrão (2011), dentro da unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos. Embora as mulheres trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Esse fato fica bastante evidente quando se observam as estatísticas oficiais, nas quais as mulheres agricultoras aparecem como maioria entre os “membros não remunerados” da família, o que leva a um comprometimento da sua autonomia pessoal e financeira.

De acordo com a literatura, nota-se que somente a partir da luta das mulheres e da sua organização em movimentos próprios começaram a ocorrer denúncias sobre essa construção social injusta, e, ao mesmo tempo, passou-se a buscar a valorização da participação feminina. Segundo Paulilo (2000), a organização de espaços somente de mulheres remete a uma libertação da opressão. Embora haja os que defendam a ideia de que homens e mulheres devem discutir juntos os problemas que afligem a mulher, há uma diferença nesses espaços no que se refere a “falar” e a ser “escutada”. Espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina. A mesma autora comenta que as opiniões e as ideias dos homens em espaços mistos sempre foram mais valorizadas, o que anula a capacidade de contribuição das mulheres.

Dessa forma, conclui-se que muito do que já mudou no meio rural, no sentido de melhorar a vida das mulheres, foi resultado das reivindicações históricas e mobilizações dos vários movimentos de mulheres rurais, que encontraram setores sensíveis às suas propostas e dispostos a construir alianças

para a implantação de propostas inovadoras. O desafio, no entanto, está em conseguir estreitar ainda mais as alianças com outros setores, tais como

sindicatos, universidades, igrejas, organizações não governamentais, partidos políticos e órgãos de extensão rural, no sentido de institucionalizar os espaços a serem ocupados permanentemente pelas mulheres rurais. Elas

precisam se organizar ainda mais, para mostrar a toda a sociedade que são sujeitos plenos de direitos e dignas de serem beneficiárias diretas de políticas, e não apenas componentes subordinados dentro da unidade familiar de produção (SILIPRANDI, 2013).

As lutas, as conquistas e a organização das trabalhadoras rurais

Ainda hoje, o trabalho das mulheres é desvalorizado e qualificado, na divisão sexual do trabalho, como tarefa “de menor esforço”, situado na esfera da “ajuda”. A respeito do trabalho que a mulher executa no lar, COSTA (2014, p. 1) discorre que “[...] por realizar-se isoladamente, se constituiu em um elemento a mais na opressão feminina [...] a mulher fica privada de qualquer forma de participação social”. Não tendo um valor comercial reconhecido socialmente, o trabalho da mulher é considerado improdutivo e sem importância.

Segundo Butto (2011), nas últimas décadas, a superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização em movimentos sociais mistos, organizações autônomas, sindicais e de sem terra. No Brasil, esse processo teve início em meados da década de 1980 e nos anos 1990, ganhando força com a atuação das mulheres rurais nos diferentes movimentos. Elas reivindicam direitos econômicos e sociais, atuando como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes em seu ambiente e na sociedade.

Nos dias atuais, em todo o país, têm contribuído para esse processo as organizações não governamentais de apoio ao desenvolvimento rural, que passaram a utilizar os enfoques de gênero, como também as organizações feministas que vêm trabalhando com as mulheres rurais. Com base em grupos de caráter local e comunitário, essas entidades incentivam a autonomia econômica das mulheres e reforçam o seu papel de liderança (SILIPRANDI, 2013).

A partir dos anos 1980, tais organizações passaram a dar uma grande contribuição para os movimentos de mulheres agricultoras, para o aprofundamento democrático do país e para o início do processo de superação das desigualdades de gênero. Através de seus trabalhos de base, essas instituições propiciaram que as mulheres camponesas questionassem as estruturas de dominação cultural, social e política que alicerçavam as relações sociais. Seus objetivos maiores foram e ainda são a conquista de direitos para as mulheres camponesas, sua participação efetiva nos espaços de decisão da sociedade, direitos sociais para essas mulheres e suas famílias, e sua autonomia e emancipação (LISBOA, 2010).

Na Europa, os anos 1970 foram marcados por uma reação das mulheres trabalhadoras rurais à dureza da atividade agrícola, com a sua atuação reduzida à esfera doméstica. Nos anos 1980, surge uma mudança no sentido da valorização das mulheres como “profissionais da agricultura”, observando-se também o mesmo no Brasil (PAULILO, 2000).

Ainda nos anos 1980, impulsionado pelo movimento feminista, estabeleceu-se o marco teórico de *status* de mulher. Estudos desvendaram a situação de desigualdade por meio de alguns indicadores, tais como a autonomia na família em relação à decisão reprodutiva, no trabalho, nas relações afetivas, nas decisões quanto à mobilidade, autoridade e acesso aos recursos econômicos e controle sobre eles.

**Ainda nos anos 1980,
impulsionado pelo movimento
feminista, estabeleceu-se o marco
teórico de *status* de mulher**

Contudo, o multifacetado conceito de autonomia empregado nos estudos sobre o *status* da mulher não foi capaz de captar as nuances de poder existentes nas iniquidades de gênero (NADU et al., 2013).

O conceito de gênero como construção social pode ser encontrado em Scott (1997), que o define como “organização social da relação entre os sexos” e que também pode ser entendido como relação de poder entre os sexos, contrapondo a essência biológica.

Contudo, Cornwall e outros (2013, p. 3) afirmam que o conceito de gênero tem servido tanto como princípio organizado quanto como “palavra de ordem”. “No entanto, lições aprendidas em contextos específicos têm se transformado em *slogans* generalizantes, em que as mulheres aparecem como vítimas abjetas, sujeitos passivos ou como grandes heroínas”.

Todavia, quanto mais se generaliza o conceito, menos se encontram políticas efetivas de equidade de gênero nos espaços e em documentos de formulação de políticas.

De acordo com Sardenberg (1998, 2010, p. 45), “[...] no plano teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social *mulher*, tampouco torna irrelevante pesquisas, intervenções e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense tal categoria como uma construção social, historicamente específica e, com tal construção, legitima a situação real de discriminação, exploração, subordinação das mulheres”.

A autora explica que a concepção de gênero surge como instrumento de “desnaturalização” das desigualdades entre os sexos, da divisão social do trabalho e das assimetrias sociais com base no sexo, possibilitando a sua transformação, devido à sua historicidade. Isso dá ao conceito de gênero uma conotação prático-política que legitima as lutas femininas (SARDENBERG, 1998).

A IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing, em 1995, propôs a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis, com o propósito de alcançar a equidade e promover o empoderamento das mulheres.

Ferramenta estratégica nas políticas de combate à pobreza, o conceito vem sendo orientado para a

construção de sujeitos sociais e a conquista da cidadania, pressupondo-se que os indivíduos, através de suas organizações, devem atuar no espaço público em defesa de seus direitos sociais, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos públicos. [...] Assim, a questão essencial da abordagem de empoderamento – as relações de poder – é relegada a um segundo plano e deslocada do seu papel central nas práticas sociais e políticas para dar lugar a abordagens técnicas, instrumentais e conflituosas de poder, omitindo o sentido de emancipação política dos sujeitos. (SCHEFLER, 2013, p. 11).

De acordo com Schefler (2013, p. 12), “[...] nas políticas públicas, a noção de empoderamento é geralmente significada como autonomia econômica. Nas políticas dirigidas à agricultura familiar, o empoderamento rural se limita a criar condições de produção e renda para que esta contribua com a receita familiar”. Concordando com Schefler (2013), Cornwall et. al (2013) afirma que, para analisar o empoderamento da mulher, é preciso verificar como esse termo é interpretado. Em algumas partes do mundo, a expressão se tornou sinônimo de projetos que oferecem às mulheres pequenos empréstimos e as engajam em atividades de geração de renda, tais como a produção de artesanato para venda. Mas o argumento de que “empoderar as mulheres” significa apenas o seu engajamento no mercado faz

confluir poder e dinheiro, emprestando à geração de renda efeitos mágicos. No meio disto tudo, as estratégias das próprias mulheres para lidar com as pressões e constrangimentos na sua vida cotidiana se tornam virtualmente invisíveis (CORNWALL, 2013, p. 2).

Já os estudos feministas que relacionam gênero e pobreza argumentam que as transformações no campo brasileiro

[...] envolvem tanto mudança nas situações engendradas pela crescente penetração do capital na agricultura – restrição a terra, às condições de produção, de mercados e de maiores rendimentos para seus produtos –, como outras dimensões da vida das mulheres que se sobrepõem às relações especificamente econômicas e que questionam sua identidade e posição social. Para o feminismo, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. (SCHEFLER, 2013 apud LEON, 1997).

Nos anos recentes, as mulheres passaram a reivindicar, com maior ênfase, o reconhecimento institucional do seu papel nas atividades produtivas, com demandas específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e da assistência técnica especializada. Elas lutam pelo reconhecimento de sua produção, por exemplo, nos quintais, com as hortas, pomares e criação de pequenos animais, sendo esta a parte da terra que lhes dá certa autonomia. Segundo Butto (2011), ganha também importância a relação entre gênero e agroecologia, com destaque para a especificidade do trabalho das mulheres no manejo sustentável e na conservação da biodiversidade, como guardiãs das sementes crioulas.

Nos documentos das mulheres camponesas são apontadas três principais conquistas: em 1994, a ampliação do salário maternidade para as trabalhadoras rurais, direito antes garantido apenas para as trabalhadoras urbanas; o reconhecimento da profissão de “agricultora” – anteriormente admitida somente para os homens –, o que lhes permitiu o acesso à sindicalização e aos direitos trabalhistas na condição de “trabalhadoras” e não mais como “dependentes” de seus maridos, pais ou filhos; e o direito à “aposentadoria rural para as mulheres”, instituída em 1995 (LISBOA, 2010).

Segundo a mesma autora, faz parte também das primeiras conquistas a instituição do Dia Internacional das Mulheres Rurais, celebrado em 15 de outubro. A data está relacionada à Conferência de Beijing (1995), organizada pela ONU como resultado das reivindicações da Federação Internacional de Produtores Agrícolas (FIPA), da Rede de Associações de Mulheres Camponesas Africanas (NARWA) e da Fundación Cumbre Mundial de la Mujer (FCMM). A ONU reconheceu a data em 2008.

A primeira década dos anos 2000 pode ser considerada como o período em que as agricultoras apareceram publicamente, pela primeira vez, como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando o direito de ser beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. A atuação como produtoras rurais foi marcada por grandes lutas, como a Marcha das Margaridas, organizada em 2000, 2003 e 2007 por um conjunto de instituições coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e as manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 8 de março ocorridas a partir de 2006 (SILIPRANDI, 2013).

Parte dessas manifestações tem como base o conceito de que o meio rural tende a ser mais

O meio rural tende a ser mais conservador do que o urbano, devido à preservação das tradições e ao vínculo com a religião, principalmente o cristianismo

conservador do que o urbano, devido à preservação das tradições e ao vínculo com a religião, principalmente o cristianismo. A condição de “membro não remunerado da família” expressa uma desigualdade de gênero e mascara o significado da inserção produtiva das mulheres. Mesmo que elas participem de numerosas atividades agrícolas e extrativas, em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade do seu trabalho permanece (PACHECO, 1997).

Constituíram-se, ao longo dos anos, vários movimentos autônomos de mulheres. Entre eles, destacam-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), principalmente no Sul e no Nordeste do país (alguns deles se unificaram na década de 2000 sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ingressando na Via Campesina); a articulação das quebradeiras de coco babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, na década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, de indígenas e de quilombolas, entre outras) (SILIPRANDI, 2009).

Contudo, observa-se que parte expressiva das militantes rurais permaneceu dentro das organizações mistas, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), as associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais. Dessa forma, elas ajudaram a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país. Siliprandi (2013) ainda ressalta organizações que vêm assessorando os movimentos de mulheres em suas mobilizações, na interlocução com poderes públicos e promovendo experiências produtivas e de comercialização solidária envolvendo os grupos de mulheres rurais.

Como exemplo cita a Sempreviva Organização Feminista (SOF), com sede em São Paulo; o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, localizado em Recife; a Casa da Mulher do Nordeste, também com sede em Recife, e o Centro Feminista 8 de Março, em Mossoró.

A partir de reivindicações ao Estado, nos últimos anos vêm ocorrendo alguns avanços nos programas de financiamento público para mulheres no campo. No Brasil, citam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995, e o Pronaf Eco (Semeando o Verde). Ambos tiveram início em 2000 e foram previstos na política de desenvolvimento da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Pronaf possui uma linha de atendimento que considera as diferenças de gênero no meio rural, mencionando que “[...] promover a equidade de gênero significa reconhecer que mulheres e homens possuem necessidades e prioridades distintas, enfrentam distintos tipos de obstáculo, possuem distintas aspirações, porém, a partir dessas diferenças contribuem ‘por igual’ ao desenvolvimento da sociedade” (LISBOA, 2010, p.3).

Existe uma determinação do INCRA, datada do ano de 2001, estabelecendo que no mínimo 30% dos recursos relativos às linhas de crédito do Pronaf sejam destinados, preferencialmente, às mulheres trabalhadoras rurais. O órgão recomendou também a criação, em 2002, de uma linha de crédito destinada às mulheres. Contudo, são necessárias análises para verificar a implementação dessas definições e seus reflexos para as mulheres (PACHECO, 2002).

Com o direcionamento do governo federal para uma proposta de cunho popular, a partir de 2003, observou-se o fortalecimento das possibilidades de diálogo entre os movimentos de mulheres rurais e setores governamentais. A participação das agricultoras familiares nas duas conferências nacionais de políticas para as mulheres (2003 e 2007) e o reforço dos movimentos auto-organizados de mulheres levaram o governo federal a estruturar uma série de políticas públicas com enfoque de gênero, visando

ao empoderamento das mulheres. O principal resultado, no que diz respeito ao meio rural, foi a criação da Assessoria Especial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SILIPRANDI, 2013).

Hoje existe o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais (PAOPMR), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. O programa propõe-se a promover a autonomia econômica das mulheres, incentivando a troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária. Dele participam a Conab, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

No âmbito das políticas em desenvolvimento, a mais conhecida é o Pronaf Mulher, uma modalidade de crédito específica para mulheres, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Outras políticas implantadas e que vêm tendo algum impacto são a titulação da terra conjunta obrigatória; a mudança de critérios para que as mulheres solteiras possam ser beneficiadas com a posse da terra; as mudanças na assistência técnica aos assentamentos, com enfoque de gênero; as políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais; as políticas de apoio à sua organização para participação em processos de negociação sobre os territórios rurais; e as políticas específicas de etno-desenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas (SILIPRANDI, 2013).

Em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – no qual vem sendo observada uma grande participação das mulheres –, uma das políticas estruturantes da Estratégia Fome Zero, com recursos oriundos dos ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário (a partir de 2006), contando ainda com pequenas complementações de estados e municípios. Seus objetivos são incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização no mercado institucional; contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; e colaborar na formação de estoques (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Porém, como ressalta Nobre (2008), existem questões a serem repensadas para que as políticas de desenvolvimento rural contemplem efetivamente as demandas das mulheres e avancem na construção de um novo modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo, com soberania e segurança alimentar. Nobre (2008) enfatiza a importância da valorização do conjunto de atividades necessárias à sustentação da vida humana, como apontado por teóricas da economia feminista. Estudos sobre o tema ressaltam que, hoje, apesar dos avanços nas políticas de desenvolvimento rural, a organização em grupos produtivos é uma das formas encontradas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização. Mas elas se defrontam com financiamento escasso, quase sempre obtido junto às organizações não governamentais. São normalmente grupos informais, que costumam vender seus produtos diretamente ao consumidor, em mercados locais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

METODOLOGIA

No presente trabalho, optou-se pelo método etnográfico, por responder a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento

antropológico a partir de uma inter-relação entre pesquisador e sujeito pesquisado, que interagem no contexto, recorrendo, primordialmente, às técnicas de pesquisa específicas (ROCHA; ECKERT, 2008). Assim sendo, durante os encontros, foram realizadas anotações no diário de campo, conversas informais e formais e entrevistas livres. As entrevistadas falaram sobre o viver da mulher no semiárido, suas trajetórias, seus trabalhos, os anseios, as conquistas, a família, a organização das agriculturas, entre outros temas.

A seleção das entrevistadas foi realizada pelo método “bola de neve”, que permite a inclusão de informantes à medida que um entrevistado indica o nome de outro da mesma categoria.

RESULTADOS

O universo dos variados trabalhos executados pelas mulheres, histórias de perdas, conquistas e a questão do empoderamento

Mesmo considerando a diversidade das populações rurais no semiárido, observou-se, por meio deste estudo, que as realidades das mulheres indígenas, quilombolas, catingueiras e assentadas/ribeirinhas pouco se diferenciaram.

As trabalhadoras rurais estudadas executam diversas atividades. Constatou-se que a divisão sexual do trabalho é um fator que dificulta a organização coletiva e a emancipação das mulheres em todas as esferas, já que elas têm tripla ou até quádrupla jornada de trabalho. De acordo com Costa (2014, p. 2), a participação da mulher na produção social não a libertou do trabalho doméstico, e outros fatores, como limitações econômicas e sociais, “[...] só vieram reforçar a opressão feminina [...] Por isso, o trabalho assalariado veio a constituir-se em mais uma jornada e os dois juntos na ampla jornada de trabalho da mulher”. Há ainda a resistência por parte dos homens em relação à saída delas

do espaço doméstico. Contudo, as mulheres afirmam que vêm reivindicando sua participação em espaços públicos. Observou-se, pelos depoimentos, a responsabilidade das agricultoras pela criação dos filhos. As falas indicam que, na maioria das vezes, elas respondem pelos trabalhos domésticos e da produção no quintal. Em alguns casos, a divisão igualitária dos trabalhos domésticos é “imposta” pelas mulheres, para não se sobrecarregarem, já que assumem também tarefas políticas.

Os dados mostram que ocorreram avanços no acesso a direitos civis básicos, como a educação. A indígena não pôde estudar, mas conquistou uma escola para a aldeia, na qual se ensina também a língua patxohã. A assentada estudou somente até a 5ª série, enquanto a quilombola e a catingueira frequentaram a escola na idade adulta, sendo que a última estudou junto com as filhas, explicando que interrompeu o aprendizado quando jovem por causa dos filhos e que os pais não a incentivavam na época. A quilombola disse que faltou oportunidade, porque era necessário trabalhar e cuidar da família, conseguindo estudar somente após os 40 anos. Costa (2014, p. 1) discorre sobre a educação discriminatória entre as mulheres: “O tipo de educação que a mulher recebe condiciona-a a ver o casamento como sua principal preocupação. O trabalho social é um estágio pré-conjugal e, certamente, será abandonado ao casar-se”.

Foi relatada a importância dos espaços somente de mulheres. Elas ressaltaram que o que mais gostam de fazer é estar junto a outras mulheres, experimentando momentos de solidariedade, fortalecimento da autoestima, emancipação política e coletiva. As entrevistadas contaram que, quando fazem os encontros de mulheres, trocam experiências e aprendem muito. Essas ocasiões proporcionam um resgate da cultura e a promoção da resistência.

Foi relatada a importância dos espaços somente de mulheres. Elas ressaltaram que o que mais gostam de fazer é estar junto a outras mulheres, experimentando momentos de solidariedade, fortalecimento da autoestima, emancipação política e coletiva

Elas afirmaram que esses espaços as incentivam a ter mais atitude, conhecer seus direitos, ter mais autonomia e trabalhar em grupo. Destacaram ainda a satisfação pelo trabalho na agricultura e com o artesanato e defenderam a agricultura familiar com propostas e resultados relevantes.

Essas agricultoras vêm conquistando participação nos espaços políticos e nos grupos de mulheres, sendo uma delas presidente de sindicato e outra articuladora da Associação de Mulheres Quilombolas. Elas mobilizam 32 municípios que participam da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) do norte de Minas Gerais.

As entrevistadas salientaram que os espaços de mulheres são capazes de “[...] gerar renda, formação e capacitação e representam a oportunidade de elas saírem de casa (do espaço doméstico para o espaço público), de mostrarem seus direitos, de falarem e serem escutadas e de darem o recado para a sociedade”. Elas avaliaram como fato mais importante da organização das mulheres a conquista de seus direitos e a força gerada quando estão juntas e organizadas, pois aprendem a gostar delas mesmas. Isso vai ao encontro do que defende Pimentel (1982) a respeito da importância da atuação política das mulheres: “Só a participação política da mulher permitirá a ela superar a situação de subalternidade e opressão em que vive, as dificuldades e os sofrimentos oriundos de uma sociedade estratificada por classes e por sexo” (COSTA, 2014, p. 1 apud PIMENTEL, 1982, p. 3).

Responsabilidade pela segurança alimentar

Podem-se também destacar os processos que vêm sendo protagonizados pelas mulheres como defensoras de um modelo centrado na produção de alimentos sustentáveis ambientalmente, já que essa sempre foi sua tarefa na divisão do trabalho.

Elas acreditam ainda na importância do seu trabalho na transição agroecológica e afirmam que são elas que têm o cuidado com a alimentação, com a produção para o autoconsumo e com a conservação da biodiversidade.

Os dados coletados demonstram que as mulheres ainda sofrem limitações no que diz respeito às decisões na administração e no planejamento dos trabalhos na propriedade. As agricultoras entrevistadas afirmaram que a principal finalidade de sua produção é a subsistência, garantindo, de certa forma, o sustento das famílias. Disseram ainda que o tipo de agricultura que praticam é familiar por não utilizar mão de obra de “fora”.

Os dados coletados mostram que, no contexto do trabalho executado pelas mulheres, são conduzidas muitas experiências concretas de produção “alternativa” em pequena escala, com manejo baseado nos princípios da agroecologia adaptados ao semiárido. Nas áreas trabalhadas pelas mulheres não são utilizados insumos externos, devido ao fato de o cultivo ser destinado principalmente ao autoconsumo. A produção é livre de agrotóxicos, e há o cuidado com uma alimentação mais “natural”, com maior valor nutricional e voltada para a prevenção de algumas doenças.

Os relatos sobre a atividade agrícola desenvolvida pelas mulheres confirmam o caráter de sua produção para a garantia da segurança alimentar das famílias. Existe uma grande diversidade de cultivos, como hortaliças, frutíferas e culturas como milho, feijão, inhame, sorgo, abóbora, mandioca, guandu, girassol, cana-de-açúcar, quiabo, amendoim, algodão, e ainda a criação de animais, como galinha caipira, gado de leite e apicultura.

Observa-se que os animais são, em sua maioria, de pequeno porte. Elas justificam essa característica pela pequena área das propriedades e pela limitação de pastagens para criação dos animais de grande porte. No caso da realidade indígena,

existe ainda a presença de animais silvestres, como consequência da conservação da fauna.

A aquisição das mudas das árvores frutíferas se dá por meio de doação das cidades da região, como relatou a indígena, por meio dos sindicatos rurais, no caso da catingueira, pelo Instituto Estadual de Florestas e também por meio do projeto de cisternas, acessado pelas

quilombolas. Todas relataram que também adquiriram mudas com os vizinhos e através do manejo feito por elas dos pés existentes na propriedade.

Já em relação às sementes, a catingueira relatou que elas não dependem do mercado, produzindo suas sementes há mais de 14 anos. Ela disse ainda que possui uma variedade própria de milho que foi catalogada pela Embrapa. Existe uma conscientização por parte delas da importância do cultivo dessas sementes nativas e/ou crioulas e da necessidade de convencer os demais agricultores das suas vantagens. Parte dessas sementes é repassada para outras comunidades, como no caso da quilombola, cujas sementes tiveram origem na produção da catingueira. A quilombola também disse que o grupo de mulheres da comunidade possui muitas variedades de algodão colorido, usado como matéria-prima na confecção de roupas. Elas constataram que o algodão agroecológico produziu muito mais do que o transgênico, sendo que o cultivo virou referência de estudos na região.

Todas as agricultoras cultivam plantas medicinais para o uso das famílias. As principais citadas foram alevante, poejinho, fedegoso, hortelã, boldo, calêndula, alfavaca, chapéu-de-couro, erva-cidreira, arruda, assa-peixe, capim-santo e diversas nativas. As entrevistadas informaram que as plantas são usadas para fazer chá para as crianças, para diarreia, gripe, cólica intestinal e menstrual, febre e dores em geral. Elas acham que os medicamentos vendidos na farmácia foram extraídos das plantas, mas acreditam que as plantas em si são o que

Os dados coletados demonstram que as mulheres ainda sofrem limitações no que diz respeito às decisões na administração e no planejamento dos trabalhos na propriedade

realmente cura. Possuem ainda práticas enraizadas nas tradições culturais populares, baseando-se em saberes construídos na relação direta com a natureza e seus recursos e demonstrando uma íntima relação entre a agricultura e a saúde.

Em todos os casos, as mulheres preferem não usar agrotóxicos. Uma delas afirmou que sua propriedade é toda agroecológica – sem química e fogo. Elas têm preocupação e sabem que o uso de agrotóxicos causa muitas doenças (como câncer de útero). As falas indicam que algumas confrontam os companheiros quanto ao uso de agrotóxicos, não permitindo a aplicação em seus quintais. Acreditam que eles acabam sendo convencidos pela mídia, que incentiva o uso desses produtos para obter maior produtividade.

As mulheres agricultoras entrevistadas asseguraram que são difusoras dos conhecimentos da agricultura sustentável e que levam esse saber para a propriedade. Os dados coletados mostram que elas aprenderam a praticar esse tipo de agricultura com os movimentos sociais e com os técnicos agrícolas. Mas elas destacaram que as suas práticas vieram de seus avós e pais, identificando sua agricultura como originária em seus ancestrais, seus antepassados. As entrevistadas defenderam que as técnicas de preservação possuem origem indígena e entendem que é necessário fazer o resgate dessa agricultura para passá-la às próximas gerações. Os aprendizados sobre agroecologia se deram por meio de encontros, debates promovidos pelos movimentos sociais, sindicatos, ONGs e pela Articulação do Semiárido.

Entraves ao acesso às políticas públicas e à posse da terra

As agricultoras relataram que ainda existem dificuldades para algumas delas acessarem

documentos civis básicos, como registro de nascimento, carteira de identidade e cadastro de pessoa física. Outro documento que aparece em todos os dados coletados, atestando uma dificuldade ainda maior para ser obtido pelas mulheres, é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)¹, necessária para o acesso a diversas políticas estatais. As agricultoras afirmaram que

existe um complicado processo burocrático para se obter a DAP. Disseram ainda que os agentes responsáveis pelo processo sugerem o documento saia em nomes dos homens.

Das mulheres agricultoras estudadas, a quilombola e a catingueira acessam o Pronaf. Contudo, têm dificuldade para utilizar o Pronaf Mulher pelas exigências burocráticas e ainda pelo fato de que os bancos demandam a presença dos homens. Além disso, as mulheres assentadas obtêm somente o Fomento Estiagem, e as indígenas não recebem nenhum tipo de crédito.

Em todos os dados coletados constatou-se que as agricultoras enfrentam dificuldade com a assistência técnica. As indígenas não têm nenhum acompanhamento da produção por parte do INCRA e/ou da Funai. Algumas de suas sementes são compradas na feira. A Funai costuma enviar sementes híbridas após a época de plantio, não respeitando o período das chuvas. Na realidade do quilombo as mulheres contam com a rede de apoio ao povo gurutubano do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, da Cáritas Regional, das dioceses de Montes Claros e Janaúba, e, mais recentemente, da Federação

As mulheres agricultoras entrevistadas asseguraram que são difusoras dos conhecimentos da agricultura sustentável e que levam esse saber para a propriedade

¹ A DAP foi criada em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para identificar os agricultores e agricultoras familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do Pronaf. O documento é fornecido à família agricultora, tendo dois titulares (frequentemente, mas não necessariamente, o marido e a mulher) e podendo incluir os demais membros que trabalham na unidade familiar, identificados a partir dos seus CPFs (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Estadual de Quilombos e da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (Conaq). No assentamento da ribeirinha há o suporte do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), com planejamento da produção e análise do solo. Contudo, esse apoio foi resultado do empenho do movimento que acompanha o assentamento, relatando-se que eles já ficaram mais de três anos sem técnico. Já no caso das mulheres catingueiras, o manejo da produção é feito por elas mesmas, junto com as famílias.

Nos relatos das agricultoras foi constatado que o acesso à água é a principal demanda para assistência técnica. O manejo de irrigação, a captação da água da chuva e também a falta dela são os maiores entraves na produção de alimentos. Elas afirmaram que, nos últimos anos, estão sentindo as mudanças que estão acontecendo no clima e nos períodos das chuvas. No semiárido, como resposta a essa demanda dos agricultores, vêm acontecendo experiências pontuais de construção de cisternas, uma tecnologia popular para a captação de água da chuva. Segundo os depoimentos, somente a quilombola teve acesso a esse aparato. Ela evidencia a importância e os benefícios das cisternas na vida das mulheres.

As agricultoras entrevistadas ainda contam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de associações, do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas Gerais e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Uma freira fornece produtos homeopáticos como alternativa ao uso dos agrotóxicos. Também há suporte de outras comunidades, da Rede Pacari e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio de projetos de extensão e pesquisa. Elas ressaltam que é necessária uma presença maior das universidades em seus territórios.

Nos relatos das agricultoras foi constatado que o acesso à água é a principal demanda para assistência técnica. O manejo de irrigação, a captação da água da chuva e também a falta dela são os maiores entraves na produção de alimentos

A renda das famílias é constituída pelas políticas públicas, pelo fornecimento de produtos agrícolas para cooperativas e também pelos programas do governo federal. Na realidade das mulheres catingueiras, a renda também é proveniente do beneficiamento de polpas de frutas, escoadas para uma cooperativa, da prática da apicultura, da criação de galinhas caipiras e da produção de leite, sendo que esses produtos são co-

mercializados na região. As mulheres quilombolas obtêm sua renda através da produção de farinha, pela instalação de uma padaria e pela confecção de roupas de algodão agroecológico (fechando a cadeia de produção de algodão crioulo). Elas fazem a comercialização na propriedade. Já as mulheres indígenas conseguem sua renda pela venda de artesanato em eventos. Elas revelaram que também recebem pelo Bolsa Escola, mas que o benefício é suficiente apenas para a compra de material escolar, não sobrando para a aquisição de alimentos. Relato semelhante foi feito pela mulher assentada, afirmando que a fonte de renda da família é representada pelo Bolsa Família.

As regiões em que vivem as mulheres entrevistadas são direta e indiretamente atingidas pelas monoculturas de eucalipto, pelas barragens e pelo cultivo a partir de sementes transgênicas. Na relação entre o Estado e população rural, observa-se que essas pessoas enfrentam dificuldades de permanência e acesso à terra. Quando se trata da posse e reconhecimento das famílias por parte do INCRA, foi relatado que existe uma demora no processo de regularização dos territórios. No caso das mulheres indígenas, elas explicam que adquiriram a terra para a aldeia em 2005, com o programa do governo federal denominado de Crédito Fundiário (não sendo reconhecido o direito originário assegurado na Constituição Brasileira), sendo que até hoje estão pagando as parcelas do financiamento. Atualmente, a terra está registrada

no nome da associação, mas elas gostariam que fosse de posse da União, e que a Funai e o INCRA apoiassem a reivindicação da quitação da dívida e de ampliação territorial. Já as mulheres quilombolas conquistaram o reconhecimento do seu território como área quilombola, mas ainda falta o INCRA dividir as terras. A catingueira e a ribeirinha/assentada alcançaram a regularização de suas terras após processos de reafirmação de suas identidades de trabalhadoras rurais.

CONCLUSÕES

Analisando-se os resultados obtidos a partir das falas das mulheres do semiárido sobre sua realidade e sabendo-se do trabalho executado pelas trabalhadoras rurais, verifica-se que a divisão das tarefas domésticas começa a ser questionada pelas mulheres, devido à constatação da sobrecarga de trabalho, que, muitas vezes, impossibilita a sua emancipação. Cabe dizer que a autonomia e a emancipação estão diretamente relacionadas à auto-organização em grupos exclusivos de mulheres, como também à participação em organizações e em movimentos próprios dos agricultores e agricultoras, constituindo ferramenta alternativa para o fortalecimento, a garantia de direitos e a sobrevivência da agricultura familiar.

Destaca-se que, nos últimos anos, as mulheres do semiárido vêm sentindo as mudanças climáticas, relatando que hoje a maior dificuldade na produção de alimentos é o acesso à água e a imprevisão do clima e do tempo. A construção de cisternas de captação de água de chuva é uma alternativa viável para as agricultoras, contribuindo para a garantia da produção, o que tem como consequência a permanência das mulheres no campo.

A tarefa executada pelas trabalhadoras na propriedade rural está centrada no autoconsumo,

A tarefa executada pelas trabalhadoras na propriedade rural está centrada no autoconsumo, garantindo a segurança nutricional da família

garantindo a segurança nutricional da família. A geração de renda acontece pela contribuição econômica "indireta". A produção para autoconsumo possui características que podem ser classificadas como agroecológicas, diferindo do manejo do restante da produção. Conclui-se que o excedente dessa produção poderia ser vendido, mas a comercialização destaca-se como um dos maiores desafios para essas mulheres.

Verificou-se que a questão agrária ainda permanece com entraves na garantia de acesso e permanência na terra, principalmente para as populações indígenas, que ainda não tiveram seus direitos garantidos. As dificuldades de acesso às políticas públicas pelas mulheres dizem respeito aos processos burocráticos e aos valores patriarcais ainda presentes na sociedade. Percebe-se que as mulheres que conseguem usufruir de políticas públicas conquistam maiores níveis de autonomia e valorização de seu trabalho.

Diante desses fatos, este trabalho se torna importante para proporcionar a visibilidade da mulher, de seu trabalho e de sua contribuição para a segurança alimentar e para a agroecologia, além de demonstrar que a vida no semiárido pulsa. Seus resultados trazem uma contribuição para a ciência e para a formulação de políticas públicas, no sentido de visualizar questões específicas das mulheres do semiárido.

Em síntese, nota-se que as entrevistadas estão em constante busca de seu empoderamento e de sua autonomia, nas múltiplas faces desses conceitos definidas pelos marcos teóricos: acesso à educação e à saúde, participação política, trabalho e renda, divisão sexual de direitos e responsabilidades, entre outras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo. Rio de Janeiro: Hucitec ANPOCS; Campinas, SP: Unicamp, 1992.

- AMOROZO, M. C. M. Agricultura tradicional, espaços de resistência e o prazer de plantar. In: ALBUQUERQUE, U. P. et al (Org.). *Atualidades em etnobiologia e etnoecologia*. Recife: SBEE, 2002.
- BORGES, J. R. P. Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais e conflitos ambientais na Esec Raso da Catarina, BA. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 15., 2012, Teresina. *Anais ...* Teresina: UFPI, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO 2013-2015*. Disponível em: <<http://mda.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. BRASIL AGROECOLÓGICO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO 2013-2015, Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- BRASIL. MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano safra da agricultura familiar 2004/2005: Campo. Presente e futuro de um grande Brasil. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Aquisição de Alimentos. 2003. Disponível em: <<http://mda.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2014.
- BRUNO, R. et al. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CARVALHO, H. M. Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. In: CARVALHO, H. M. *O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo*. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CENSO AGROPECUÁRIO. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. *Revista Feminismos*. 1a. edição, Jan – Abr, 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- COSTA, A. A. A mulher na força de trabalho. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- _____. Duas faces da participação política da mulher. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- DIAS, Wilson. Agricultura familiar abastece o mercado interno e mantém empregos no campo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 24, n. 2, p. 223-228, abr./jun. 2014. Entrevista. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2015.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Agricultura Familiar prioridade da Embrapa*. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/79269/1/sea-texto-09.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2015.
- FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.
- GONÇALVES, C. W. P. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. Universidade Federal Fluminense. *GEOgraphia*, Niterói, RJ, v. 4, n. 8, 2002.
- GOMES JR., N. N.; PESSANHA, L. D. Desafios para os assentamentos de reforma agrária: uma proposta de arranjo voltado para mercados institucionais. *Retratos de Assentamentos*, [S.l.], v. 14, n. 2, 2011.
- HADICH, C. Cuidando da terra, cultivando biodiversidade e colhendo soberania alimentar. In: JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 12., 2013, Maringá, PR. *Anais... Maringá, PR: CEFURIA*, 2013.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Tecnologia social e agricultura familiar: semeando diferentes saberes. _____. *Tecnologia social e agricultura familiar*. São Paulo: ITS, 2007. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br>>. Acesso em: 2 maio 2015. (Conhecimento e cidadania, 4).
- LÉON, M. Poder y empoderamiento de las mujeres. *Región y Sociedad*, v. 11, n. 18, 1999, Bogotá, Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer y Genero de la Universidad de Colombia.
- LISBOA, T. K. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 336, set./dez. 2010.
- MARQUES, F. C. Aprendizagem e inovação: as várias faces do trabalho de produtores de plantas medicinais do Sul do Brasil. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, out. 2009.
- NADU, A. C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M. C. Empoderamento feminino em relações de gênero no contexto do programa bolsa família em Contagem: breves reflexões. *Anais ... III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. BH./ 7

a 9 de jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/0f7bd1bd-adf7-44b1-aabc-615d5daa587bd/III-Simp%C3%B3sio-Mineiro-de-Assistentes-Sociais>>. Acesso em: 2 maio 2015.

NOBRE, M. Feminismo y soberania alimentaria. In: JORNADAS ESTRATEGIAS POSITIVAS DE DESARROLLO: SOBERANÍA ALIMENTARIA DESDE Y PARA EL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES, 4., 2008, Bilbao. *Anais...* Bilbao: Dirección de Cooperación y Desarrollo del Gobierno Vasco y Area de Mujer y Cooperación al Desarrollo del Ayuntamiento de Bilbao, 2008.

PACHECO, M. E. L. *A questão de gênero no desenvolvimento*. São Paulo: Sema, 1997.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar, sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In: BUARQUE, C. et al. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero; Plataforma de Contrapartes Novib; SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PAULILO, M. I. S. O movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Santa Catarina. *Anais...* Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

PERONDI, M. A. Repensando a especialização agrícola. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, out. 2009.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K. D.; CAPORAL, F. R. A construção de uma nova ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIMENTEL, S. A necessária participação política da mulher: A mulher como objeto de estudo. Rio de Janeiro: PUC, 1982, p. 3. (Série de estudos, 11).

RIBEIRO, E. M. Inventando futuros. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, out. 2009.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, R. ; GUAZZELLI, C. (Org.). *Ciências humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SAFFIOTI, H. *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAFFIOTI, H. I. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, L. R. S. História de resistência e luta da mulher camponesa em Sergipe. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2009. p. 1-19.

SARDENBERG, C. M. B. *O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos*. Salvador: NEIM; UFBA, 1998.

_____. Family, households and women's empowerment in Bahia, Brazil, through the generations: continuities or change? *IDS Bulletin*, [S.l.]. v. 41, n. 2, p. 88-96, 2010.

SARDENBERG, C. M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e político-políticos. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. L.; VASQUEZ, P. *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA; NEIM, 2010. p. 37-74. (Coleção bahianas, 12).

_____. Dossiê. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 1, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>>. Acesso em: 19 set. 2015.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento, o real ao aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 1, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul-dez., 1997.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. p.385. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília DF, 2009.

SILIPRANDI, E. *Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar*. 2013. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição e Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*. Vol.18, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WEID, J. M. Agroecologia: condição para a segurança alimentar. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, set. 2004.

Artigo recebido em 6 de julho de 2015
e aprovado em 13 de setembro de 2015.

A educação profissional como estratégia de inclusão social: o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal da Bahia

Noeme Silvia Oliveira Santos*

* Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestranda em Gestão e Tecnologia pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Técnica em assuntos educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).
noemesilvia@hotmail.com

Resumo

O Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável está presente principalmente nos eixos voltados à promoção da equidade, à igualdade entre sexos, ao combate à violência contra a mulher e ao acesso à educação. O projeto começou a ser implantado em 2005, e a primeira parceria ocorreu entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época denominado Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), e *colleges* canadenses. Depois o programa se expandiu para outros institutos federais, como o IFBA, no qual já atua desde 2007. A investigação proposta neste trabalho tem como objetivo principal observar o perfil do público atendido, demonstrar o empoderamento das mulheres jovens e adultas em situação de vulnerabilidade econômica e social e conhecer a atuação do Programa Mulheres Mil (ligado ao Brasil Sem Miséria, do governo federal) no âmbito do Instituto Federal da Bahia (IFBA), mais especificamente no *campus* de Salvador. Para isso foi escolhido o curso de camareira, e aplicaram-se questionários às alunas e gestoras.

Palavras-chave: Educação profissional. Política pública. Gênero. Empoderamento.

Abstract

The Program Thousand Women – Education, Citizenship and Sustainable Development is mainly present on a base that's aimed at the promotion of equity, gender equality, access to education and fighting violence against women. The project started to be implemented in 2005, and its first partnership occurred between the Rio Grande do Norte Federal Institute – IFRN that, by that time was known as the Federal Center of Professional and Technological Education (CEFET) - and the Canadian Colleges. Then, it expanded to other Federal Institutes, for instance, IFBA, where the project has been running since 2007. The suggested investigation of this paper is mainly intended to observe the attended public profile, to demonstrate the empowerment of young and adult women located in places with economic and social vulnerabilities, and also to have a notion of the implementation of the Program Thousand Women (linked to the Federal Government Plan “Brazil without Misery”), in the sphere of the Bahia Federal Institute – IFBA, more specifically on the Campus of Salvador. For this reason, the chamber maid course was chosen, and questionnaires were applied to the students and the managers.

Keywords: Professional Education, Public Policy, Gender, Empowerment.

INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil foi implantado inicialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com o sistema de faculdades e institutos canadenses, representado pela Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), e os institutos federais, representados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Ao longo da implementação do programa-piloto, as equipes canadenses e brasileiras desenvolveram e colocaram em prática o sistema de acesso e permanência. Assim, o programa tinha como objetivo promover, até 2010, a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte. A meta era garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões.

O programa está presente principalmente nos eixos voltados à promoção da equidade, à igualdade entre sexos, ao combate à violência contra a mulher e ao acesso à educação. O Mulheres Mil tem como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas em todo o país, e sua meta principal é garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. Ele se estrutura em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável – e foi estendido para mais 12 instituições – os institutos federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) desenvolve esse projeto em quase todos os seus *campi*. No caso do *campus* de Salvador, desde 2007.

O Programa Mulheres Mil foi implantado inicialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com o sistema de faculdades e institutos canadenses

A investigação proposta neste trabalho teve como objetivo conhecer o Programa Mulheres Mil (ligado ao Brasil Sem Miséria, do governo Federal) na perspectiva do seu público-alvo e tomando por base o seu desenvolvimento no âmbito do IFBA, mais especificamente no *campus* de Salvador. Foram analisadas as respostas aos questionários aplicados às gestoras e às alunas, sendo que, no último caso, as perguntas do diagnóstico situacional foram elaboradas e aplicadas pelas próprias gestoras do programa no *campus* de Salvador.

COORTE DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para realizar e estudar as políticas públicas e ações afirmativas voltadas para os quesitos de gênero e raça, o governo federal, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolveu o Programa de Promoção de Igualdade de Oportunidades para Todos, que tem como finalidade questionar formalmente a composição do quadro de desigualdades entre homens e mulheres, e negros/as e brancos/as nas empresas. Os resultados apresentados pelas PNAD e por outras pesquisas do IBGE proporcionaram ao gestor mecanismos e fontes de análise para a elaboração de políticas públicas. Dados estatísticos como os do censo são usados para subsidiar afirmações a respeito de coortes de gênero, raça, etnia, geração etc. Com essas informações o gestor identifica as demandas de determinados grupos e elabora ações afirmativas para atacar determinados problemas. Além do IPEA, o governo contou com a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A aplicação de políticas públicas como a de cotas (raciais, sociais, de gênero), por exemplo, não tem a intenção de criar guetos que só lutem por seus direitos específicos, mas sim possibilitar um tratamento diferenciado para grupos excluídos das decisões e ações governamentais. Isso se respalda na afirmação de que não é possível tratar com igualdade os desiguais. Assim, devem existir políticas que superem as desigualdades, não as diferenças. Feito isso, todos os sujeitos que estiverem em igualdade de oportunidades e condições poderão ser tratados igualmente.

O “quesito cor” origina-se na reivindicação dos movimentos negros para que as pesquisas desenvolvam métodos que consigam captar, através de estudos, a identificação racial em diversos aspectos da sociedade (educação, saúde, emprego, segurança etc.). Essa identificação é indispensável para que se constatem as diferenças de oportunidade e acesso causadas pela discriminação racial e para que seja possível a criação de políticas de inclusão e promoção da igualdade. Para vencer as desigualdades é preciso conhecer sua história e reconhecer que o racismo existe, não no sentido biológico, mas criado e sustentado socialmente. Guimarães (2002, p. 51) afirma:

[...] A assunção da identidade negra significou, para os negros, atribuir à ideia de raça presente na população brasileira que se autodefine como branca a responsabilidade pelas discriminações e desigualdades que eles efetivamente sofrem.

Considera-se que as ações afirmativas são necessárias justamente pelo fato de as políticas públicas, em muitos casos, serem traçadas com base nas políticas universalistas. Desse modo, é preciso traçar alternativas que contemplem essa demanda social (movimentos sociais, sociedade civil). Entretanto, percebe-se também que, apesar de alguns gestores já atentarem para as questões de

raça, em muitos casos, não são feitas avaliações das ações. Que a geração de políticas afirmativas com base em especificidades de alguns setores sociais (representantes de parcelas bem consideráveis da população, como no caso das mulheres negras) é imprescindível não há o que se discutir. No entanto, é importante observar se essas políticas estão chegando realmente a esses setores e atingindo seu objetivo de fazer justiça social através da igualdade de oportunidades.

Segundo Gomes (2001, p. 40), ações afirmativas são:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Partindo dessa explicação, fica claro que as políticas balizadas por ações afirmativas são criadas no intuito de diminuir algumas deficiências e diferenças sociais, além de combater preconceitos e outros resquícios deixados pelo regime escravocrata e pela política de segregação (divisão da sociedade em classes) e exploração social. Apesar disso, há determinados pensadores/as que, ao contrário do citado acima, assumem um caráter de cautela ou mesmo de oposição às ações afirmativas por considerarem que elas possibilitam o surgimento de privilégios invertidos.

No Brasil, os movimentos sociais, principalmente o negro e o feminista, conseguiram expor a questão da adoção dessas ações a partir de 1990. Algumas discussões delineadas nesse período giravam principalmente em torno da existência ou não de igualdade de oportunidades e da democracia racial.

Embora a presença da mulher no mercado de trabalho tenha crescido, o seu exercício profissional continua sendo marcado por situações de discriminação fundadas na divisão sexual do trabalho e na questão de cor/raça, entre outras.

Segundo levantamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, com base na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, realizada em seis capitais brasileiras, no período de julho a setembro de 2005, detectou-se, em Salvador, uma diferença significativa entre a remuneração média das mulheres brancas (4,6 salários mínimos) e a das mulheres negras (1,9 salário mínimo). Foi observado que o trabalho doméstico é uma das principais formas de inserção no mercado das mulheres negras, representando 22% em Salvador.

Todos os dados colhidos nos últimos anos têm apontado que as desigualdades no país ainda perpassam por condicionantes como gênero e cor/raça. Os órgãos governamentais de defesa da igualdade, como a SPM (criada no início de 2003 para coibir e combater todas as formas de violência contra a mulher), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) (criada em 2003) e a ONU Mulheres, têm travado batalhas e conseguido algumas conquistas na criação e/ou implementação de políticas públicas com coorte de gênero e raça/cor. É o caso da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e do Programa Brasil Quilombola (PBQ). Reichmann (2011, p.7) afirma:

O Brasil continua sendo um país violentamente desigual. Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência.

Embora a presença da mulher no mercado de trabalho tenha crescido, o seu exercício profissional continua sendo marcado por situações de discriminação fundadas na divisão sexual do trabalho e na questão de cor/raça, entre outras

Reconhecendo essas barreiras à realização do potencial de metade da sua população, o governo brasileiro lançou recentemente uma grande iniciativa, Brasil sem Miséria, que visa a expandir seu exitoso programa de transferência condicional de renda, Bolsa Família, a pelo menos dezesseis milhões de pessoas entre os brasileiros mais pobres, oferecer capacitação profissional, microcrédito e extensão rural, especialmente no Nordeste, e melhorar o acesso universal aos serviços públicos.

MULHERES MIL: EXPANSÃO, ESTRUTURA E METODOLOGIA

O Programa Mulheres Mil começou a ser implantado no Brasil em 2005, e a primeira parceria foi realizada entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época denominado Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), e *colleges* canadenses. No IFRN foi realizado um projeto de extensão que ofereceu capacitação para camareiras, o qual apresentou um resultado muito bom e de grande impacto. Por conta disso, o Brasil e o Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional e da Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses, resolveram ampliar o projeto para outros estados. A ação foi implantada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC e contou com a parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do ministro, da Agência Brasileira de Cooperação, da Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica, do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, do Conselho Nacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), do BNDES, da Associação das Faculdades

Comunitárias do Canadá e de *colleges* parceiros. No que se refere às ações no âmbito estadual, os institutos federais (IF) contaram com diversos parceiros governamentais e não governamentais, imprescindíveis na execução do projeto.

Fazem parte do grupo dos ofertantes as instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal; entidades privadas nacionais de serviço social e de aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical; e entidades privadas sem fins lucrativos, sendo as últimas de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica. As instituições parceiras em potencial são os ministérios, as estatais e entidades públicas; governos estaduais e municipais; organizações da sociedade civil (voluntários) e organizações internacionais. Por fim, compõem o público-alvo mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e com baixo nível de escolaridade, e moradoras de comunidades integrantes dos territórios da cidadania (regiões de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) com características econômicas e culturais semelhantes) e/ou com baixo índice de desenvolvimento humano.

Dentro da estrutura gerencial montada para implantar e gerir o programa está o comitê brasileiro de planejamento e coordenação, o qual estabelece que o Ministério da Educação do Brasil é o coordenador do projeto e deve articular-se com o comitê executivo para fazer as deliberações pertinentes. O ministério realiza as ações necessárias junto à Agência Brasileira de Cooperação para aprovar os planos de trabalho, as avaliações das ações e a utilização dos recursos previstos.

Fundamentados na metodologia do sistema de acesso, permanência e êxito, foram implantados núcleos de desenvolvimento do programa em todo o território nacional, com a perspectiva de atingir 100 mil mulheres até 2014. Essa metodologia prevê

algumas ações de enfrentamento das dificuldades existentes e das que poderão surgir. O objetivo, além de fomentar a permanência das alunas no programa, é evitar alguns problemas muito presentes em programas educacionais, como a desistência e a reprovação.

No processo de planejamento, os atores que devem participar são o gestor institucional do programa; os gestores locais; a equipe multidisciplinar; os dirigentes dos IF; os docentes e técnicos; alunas; e parceiros.

O Programa Mulheres Mil tem o intuito de, através da educação profissional e tecnológica, promover a inserção de mulheres em condições de pobreza e falta de oportunidade (na maioria, negras, pardas e/ou indígenas) no mercado de trabalho

O PROGRAMA MULHERES MIL NO IFBA

O Programa Mulheres Mil tem o intuito de, através da educação profissional e tecnológica, promover a inserção de mulheres em condições de pobreza e falta de oportunidade (na maioria, negras, pardas e/ou indígenas) no mercado de trabalho. As ações se dão por meio de projetos desenvolvidos e executados no âmbito da rede federal de ensino, ou seja, pelos institutos federais de educação, ciência e tecnologia de todas as regiões do país (no início compreendia apenas as regiões Norte e Nordeste). De maneira específica, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) desenvolve esse projeto em quase todos os seus *campi*, inclusive com turmas concluintes. A finalidade do programa é, entre outras, extinguir o estigma de marginalização, utilizando uma metodologia que coloque essas mulheres como protagonistas de suas histórias, usando os conhecimentos apreendidos e acumulados por elas no decorrer da sua trajetória de vida.

Nesse cenário, o IFBA, no desenvolvimento desse subprojeto tem como objetivos reconhecer, complementar e possibilitar a certificação de competências fundamentais para a Qualificação Profissional almejada por cada

mulher atendida, de modo a favorecer sua inserção no mercado de trabalho e com isso, incluí-las socioeconomicamente, resgatando sua autoestima, a melhoria da sua qualidade de vida e da sua família, bem como o seu crescimento econômico e sustentável. (REICHMANN, 2011).

No que concerne às estudantes, a aprendizagem almejada deve contribuir para o resgate da sua autoestima e para o reconhecimento do valor de seus saberes prévios e adquiridos durante o curso

No que concerne às estudantes, a aprendizagem almejada deve contribuir para o resgate da sua autoestima e para o reconhecimento do valor de seus saberes prévios e adquiridos durante o curso. Para isso, elas devem participar ativamente e ter voz no decorrer de todo o processo de conhecimento. A implantação do programa foi iniciada nas regiões Norte e Nordeste, visto que uma de suas características consiste exatamente na inserção regional. Assim, antes de desenvolver cursos em uma determinada localidade é relevante entender qual a vocação da região. Essencialmente, o programa estrutura-se em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável –, mas, por algumas especificidades, ele acaba abrangendo questões como a de gênero. Afinal, trata-se de uma iniciativa criada exclusivamente para atender mulheres em condições de pobreza e falta de oportunidade no mundo do trabalho.

O que se observa, no entanto, é que, apesar de o Programa Mulheres Mil dar condições e abertura para tantos temas transversais, o seu foco é a qualificação através da educação, meio pelo qual se chega às finalidades do projeto: elevação da escolaridade, conscientização e inserção no mundo do trabalho, além da promoção da mulher. Assim, a intenção do programa é proporcionar a inclusão social das mulheres que se encontram à margem do processo de educação e trabalho, para que elas tenham melhores condições de empregabilidade e qualidade de vida.

O exercício profissional da maioria das mulheres ainda é marcado por questões de discriminação

fundadas principalmente na divisão sexual do trabalho e no preconceito de cor/raça. O fato de o projeto ser desenvolvido juntamente com instituições de ensino acaba por criar uma vertente educativa que considera e destaca a importância dos conhecimentos prévios das estudantes e suas experiências, na tentativa de trazer essa prática pessoal e cotidiana para a sala de aula.

Para entender melhor a participação do IFBA nesse programa é relevante citar um dos projetos desenvolvidos em seu âmbito, que se intitula Mulheres: um Tour em Novos Horizontes, coordenado pela professora Regina Cele Cotta Lovatti. Quanto aos resultados alcançados com esse projeto, além da qualificação de 37 mulheres na formação profissional de camareira no ano de 2009, segundo Avena e Lovatti (2011), “[...] verificou-se uma transformação na visão que estas tinham de si mesmas e a demonstração de interesse e empenho no retorno à sala de aula por meio da iniciativa de se matricularem na escola formal em 2009”.

Alguns exemplos de outros projetos desenvolvidos pelo Programa Mulheres Mil em todo o país são Alimento da Inclusão Social; Casa da Tilápia; Cidadania pela Arte; Culinária Solidária; Desenvolvimento Comunitário; Do Lixo à Cidadania/Pescando a Cidadania; Inclusão com Educação; Mulheres de Fortaleza; O Doce Sabor de Ser; Transformação, Cidadania e Renda; Um Tour em Novos Horizontes; Vestindo a Cidadania.

Conforme o relatório síntese 2014 do programa no IFBA – *campus* de Salvador, disponibilizado por uma das gestoras, a princípio, foi feito um diagnóstico da comunidade Vila 2 de Julho (projeto-piloto) por meio de entrevistas, realizadas por docentes, técnicos administrativos e discentes do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, atual IFBA. Contudo, ao serem definidos os grupos de mulheres participantes, a prioridade foi para aquelas que possuíam menor renda familiar, com qualquer nível de escolaridade.

No período de 29 de setembro de 2008 a 12 de fevereiro de 2009, foi ofertado o curso para camareira, com a participação de 39 mulheres da comunidade. No ano de 2010, mais uma turma concluiu o curso, dessa vez de cuidadora de idoso, com a participação das 25 alunas.

O relatório citado ainda aponta que, de alguma forma, apoiam ou já apoiaram e são ou foram beneficiados pelo Programa Mulheres Mil:

- Parceiros: Terreiro Mokambo, Centro de Meditação Brahma Kumaris, Igreja Batista Betesda, Paróquia de São Lázaro, Associação de Moradores da Comunidade Vila 2 de Julho (Amovila), Associação de Moradores da Vila 2 de Julho e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do IFBA.
- Docentes voluntários: todo o corpo docente se constituiu de voluntários graduandos (monitores), graduados e pós-graduados. Parte é docente efetivo do IFBA, docente de outras instituições de ensino, profissionais liberais, funcionários públicos e de empresas privadas e membros de ONGs.
- Comunidades beneficiadas: moradores do entorno da Estrada Velha do Aeroporto (Vila 2 de Julho, Nova Brasília, Jaguaripe 2, Vilamar, Sete de Abril, Pau da Lima, Jardim Nova Esperança).
- Mulheres que acessaram o mundo do trabalho: 16 (resultado da pesquisa contando com a informação de 42 egressas, sendo que se perdeu o contato com 18).

Como se pode notar, uma das fragilidades desse projeto é justamente não possuir uma verba destinada ao pagamento dos docentes, que atuam como voluntários. Outros programas, como o Pronatec, possuem recursos muito maiores.

O INSTRUMENTO DE COLETA E SUA APLICAÇÃO

Para entender melhor o perfil das estudantes e do trabalho do programa no IFBA/*campus* de

Salvador, foi realizado um levantamento através da análise de questionários aplicados às alunas da turma de camareira e a algumas gestoras do programa. O questionário, aplicado pela equipe do próprio programa, tem 43 perguntas, mas serão analisadas apenas aquelas consideradas mais relevantes para este trabalho, que tem como objetivo observar se o programa despertou nas alunas o interesse em continuar estudando e se tal política tem aumentado o nível de escolaridade e/ou inserido as mulheres participantes no mercado de trabalho. O questionário foi respondido por 29 alunas do curso de camareira.

Além do curso de camareira é ofertado o de recepcionista, ambos com carga horária mínima de 160 horas. Algumas disciplinas são qualidade de vida, informática, matemática, português, primeiros socorros, relações interpessoais, economia solidária, saúde da mulher e meio ambiente. Dentre os requisitos de inscrição estão ser do sexo feminino, ter no mínimo 18 anos de idade, possuir o ensino fundamental completo e ser moradora das comunidades da Região Metropolitana de Salvador.

Quando foi abordada a questão sobre a escolha do curso de camareira, a gestora do Mulheres Mil informou que, inicialmente, houve uma turma-piloto, que possibilitou observar as demandas por parte do público-alvo e também as dificuldades em realizar um curso que tinha como proposta a utilização do quadro docente da instituição. Ela disse que o curso de camareira foi oferecido diversas vezes, por possuir maior viabilidade, uma vez que existem docentes disponíveis e qualificados na instituição e também demanda pelo público-alvo. Ainda segundo a gestora, as maiores solicitações foram por cursos das áreas de saúde, hospedagem e administração. Uma das dificuldades encontradas na época de implantação do programa foi o fato de ainda não existirem, no IFBA, cursos dessas áreas. Assim, foi por meio de voluntários da área de saúde (enfermeira, médica, odontóloga e técnica em enfermagem) que foi possível ministrar o curso de cuidadora de idoso. Já o curso de recepcionista contou com docentes do IFBA, assim como o de auxiliar de eletricitista.

Deve-se levar em conta que o programa visa à qualificação dessas mulheres em consonância com a experiência de trabalho prévia e o grau de escolaridade. Observa-se que são cursos de aproximadamente 160 horas e, dentro desse limite, desenvolvem-se algumas habilidades e conhecimentos considerados relevantes para a atuação da mulher no mundo do trabalho e na sua vida pessoal. Assim, a análise do projeto deve levar em conta o seu objetivo, mas também seu possível potencial de desenvolvimento, através do estabelecimento de novas metas.

Ao se avaliar o questionário aplicado às alunas foi possível identificar aspectos predominantes, ou seja, caracterizá-las e chegar a um perfil. As estudantes que responderam às perguntas estão, em sua maioria, na faixa etária de 39 a 59 anos de idade, são oriundas predominantemente da zona urbana e se declararam pardas (58,6%). No Gráfico 1, pode-se identificar a autodeclaração das alunas (Questão 7), observando-se as opções do quesito cor do questionário.

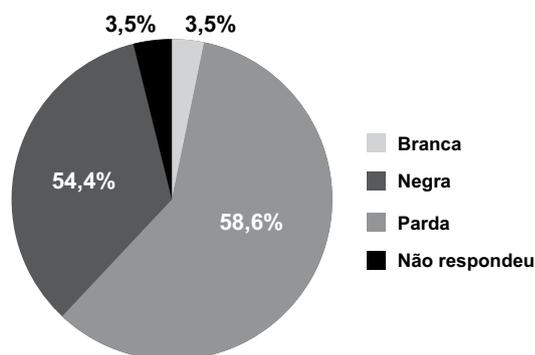


Gráfico 1
Quesito Cor

Fonte: IFBA – Campus de Salvador – Pesquisa Diagnóstico Situacional, Programa Mulheres Mil, curso de camareira.¹

A maioria das entrevistadas declarou-se mãe (82%), e com relação ao estado civil, 48% eram solteiras, e 34%, casadas. Apenas 10% eram separadas, divorciadas ou desquitadas. O restante,

¹ Questionário aplicado às alunas do curso de camareira do IFBA – Campus Salvador pela coordenação do curso.

7%, não respondeu. Um dado que chama a atenção é a quantidade de filhos: 41% das mulheres mães tinham apenas um filho; 17%, dois filhos; 14%, três filhos; e 7%, quatro filhos. Percebe-se uma queda progressiva nesse percentual. Com relação a essa informação, a tabela abaixo traz alguns dados importantes.

Tabela 1
Taxa de fecundidade total
Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 2001 e 2011

Área geográfica	Taxa de fecundidade ⁽²⁾	
	2001	2011
Brasil	2,34	1,96
Nordeste	2,67	2,08
Bahia	2,65	2,18
RMS ⁽¹⁾	1,97	1,53

Fonte: SEI/Dipeq/Copesp. Dados sistematizados a partir do Sistema de Recuperação Automática (Sidra – IBGE), em 21/9/2012.

Notas: ⁽¹⁾ Até a divulgação da PNAD 2009, a investigação na RMS totalizava dez municípios. A partir da PNAD 2011, foram incorporados, na composição da pesquisa na RMS, mais três municípios: Mata de São João, São Sebastião do Passé e Pojuca. ⁽²⁾ A taxa de fecundidade total foi calculada através do método indireto P/F de Brass. Dados reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010.

Através da tabela, pode-se perceber que a taxa de fecundidade (número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo) da Região Metropolitana de Salvador (RMS) está abaixo das médias do estado da Bahia e do Brasil. Contudo, a queda na taxa de 2001 para 2011 é um fenômeno notado em todo o país e no mundo, de maneira geral. Dentre as causas motivadoras estão o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e dos anos de estudo, a educação sexual e o planejamento familiar.

Com relação aos dados educacionais, observa-se que 55,2% (16 de 29) das alunas tinham o nível médio completo. Porém, foi possível notar que, no período do levantamento, poucas estavam estudando. Ao ser questionadas sobre o motivo que as levou a interromper os estudos, muitas não responderam. Contudo entre as que responderam, 24,1% apontaram o casamento e os filhos, e 13,7%, a necessidade de trabalhar como a causa da descontinuidade dos estudos. Assim, a maioria tinha entre 15 e 24 anos quando parou de estudar.

O principal motivo para essas mulheres terem escolhido o curso de camareira foi a necessidade de se preparar para o mercado de trabalho e ter uma profissão. Outras razões que contribuíram para o ingresso no programa foram a credibilidade do instituto, a influência dos/as amigos/as e a perspectiva de obter uma qualificação profissional.

Quanto a perspectiva das alunas concluintes, ou seja, o que elas pretendiam fazer após o término das atividades e o recebimento do certificado, a maioria apontou o interesse em procurar um emprego e/ou fazer mais cursos profissionalizantes e se preparar melhor para o trabalho. Ao se observar as questões sobre trabalho e emprego, entende-se que o objetivo maior dessas mulheres é realmente se inserir no mercado de trabalho, pois muitas não têm condições de se manter financeiramente sem a ajuda de um familiar. E no caso das que trabalham, boa parte encontra-se em emprego precário (sem carteira assinada). Mesmo assim, muitas delas manifestaram a vontade de trabalhar enquanto estudam.

O gráfico abaixo demonstra a situação profissional das alunas do curso de camareira do Programa Mulheres Mil.

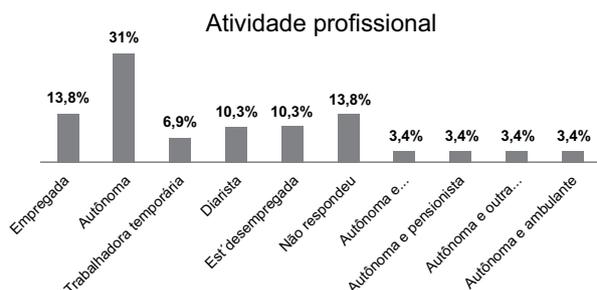


Gráfico 2
Situação da atividade profissional

Fonte: IFBA – Campus de Salvador – Pesquisa Diagnóstico Situacional, Programa Mulheres Mil, curso de Camareira.²

As demais situações de trabalho elencadas no questionário, como “dona de seu próprio negócio”, “vive com benefícios do governo”, e “empregada

² Questionário aplicado às alunas do curso de Camareira do IFBA – Campus Salvador pela coordenação do curso.

doméstica”, não foram marcadas. No caso da opção “autônoma”, assinalada pela maioria das participantes, deve-se incluir aquela que trabalha por conta própria fazendo serviços domésticos. Já no caso de “diarista”, trata-se de quem trabalha quando é chamada por alguns dias ou meses.

Esses dados revelam a situação de precariedade dos trabalhos exercidos pelas mulheres no mercado. Para que esse panorama mude (o que já vem ocorrendo de maneira contínua e gradual) é necessário que algumas ações sejam realizadas em curto, médio e longo prazo. A primeira delas é tentar tornar ainda mais evidente as desigualdades de gênero na sociedade brasileira, para que os gestores criem meios de intervir de maneira incisiva através de pesquisas e estudos de dados empíricos. Outra medida seria o combate ao preconceito e às suas consequências (como a divisão sexual do trabalho, violência física e psicológica contra a mulher, entre outras), através da informação e da educação, inclusive no âmbito escolar. Assim, a educação inclusiva, livre de todo tipo de preconceito, como o de cunho racista e de gênero, promove a formação de estudantes para a equidade e o reconhecimento das diferenças, além do enfrentamento da violência contra as mulheres.

Nos primeiros três anos, no *campus* de Salvador, o programa contou com a participação de 122 alunas, sendo que, destas, 78,7% concluíram o curso.

Ao se planejar uma política pública ou ação afirmativa, deve-se ter em mente como ela será avaliada, uma vez que é através da avaliação que

Tabela 2
Número de mulheres beneficiadas pelo Programa Mulheres Mil/Campus Salvador

Turma	Ano de conclusão	Nº de participantes	Nº de concluintes	Formação profissional
1ª	2008	39	35	Camareira
2ª	2009	39	25	Cuidadora de idosos
3ª	2010	30	23	Camareira
		14	13	Cuidadora de idosos
Total		122	96	-

Fonte: Instituto Federal da Bahia (2014).

se chega à conclusão sobre os resultados e objetivos atingidos. No caso desse programa, de acordo com as respostas ao Questionário I, aplicado às gestoras, os instrumentos de avaliação previstos eram o questionário avaliativo, criado pelos gestores do Nordeste, e os relatórios trimestrais, semestrais e anuais, enviados para os gestores do projeto em Brasília (até 2011). Nesse mesmo ano, 2011, os relatórios passaram a englobar os dados de todos os *campi* que desenvolviam o programa no IFBA.

Nesta perspectiva, pode-se observar na Tabela 3, que se segue, o número de mulheres beneficiadas pelo programa no *Campus* Salvador.

Ano de conclusão	Nº de participantes	Nº de concluintes	Formação profissional
2011	30	23	Camareira
	14	13	Cuidador de idosos
2012	26	14	Camareira
	17	08	Aux. de eletricitista
2012	42	22	Cuidador de idosos
	32	15	Cuidador infantil
2013	51	29	Camareira
	48	25	Recepcionista
Total	260	149	-

Fonte: Instituto Federal da Bahia (2014).

RESULTADOS

Pode-se notar que, inicialmente, o Programa Mulheres Mil possuía uma estrutura predefinida pela metodologia criada no Canadá, mas se percebe também, inclusive pelos depoimentos das gestoras, que ele sofreu modificações para se adaptar às realidades regionais. Trata-se de um programa independente do Brasil sem Miséria, mas existe um projeto para que seja incorporado ao Pronatec. Apesar de o Mulheres Mil ter recebido incentivos para se expandir, o crescimento da oferta de cursos pelo Pronatec é muito mais significante.

De acordo com o relatório síntese 2014 da equipe do Mulheres Mil no IFBA – *Campus* de Salvador, o programa proporcionou às alunas expressivas transformações, como verificado pela autoavaliação e pela apreciação dos familiares, inclusive em relação a mudanças comportamentais positivas.

É preciso entender que os cursos técnicos têm o estigma de serem voltados essencialmente para atender ao mercado de trabalho. Isso ocorre, muitas vezes, devido à sua origem. A maioria desses cursos era ofertada para as pessoas que estavam desempregadas ou que não tinham perspectiva de acessar o ensino superior. Contudo, sabe-se que os cursos de educação profissional estão, cada vez mais, preocupados com a formação do sujeito e voltados para o mundo do trabalho, ensinando ao estudante muito mais do que uma profissão. Eles formam cidadãos críticos, capazes de entender e questionar aspectos e elementos no ambiente em que estão inseridos.

Saviani (1994, p. 10) demonstra:

Até aqui, a leitura do processo histórico privilegiou a divisão entre trabalho e não-trabalho ficando a educação para o trabalho de um lado e a educação para o não-trabalho, de outro. Em outros termos, a formação dos que necessitavam trabalhar, isto é, produzir diretamente os meios de existência, se dava no próprio processo de trabalho, ao passo que a formação dos que não necessitavam produzir diretamente os meios de vida se dava fora do trabalho, num espaço e tempo próprios, definidos como escola. Portanto, os primeiros se educavam fora da escola; os segundos, na escola.

A análise desenvolvida teve como foco observar o perfil do público atendido pelo programa, além de entender seus objetivos e resultados propostos. Nesse sentido, observou-se que 93% das discentes do curso de camareira declararam-se pardas ou negras, e 31% disseram ser autônomas em relação à atividade profissional. Apesar de a conclusão apenas do ensino fundamental ser um dos requisitos

para a inscrição no curso, 55,2% das alunas tinham o nível médio completo. Isso demonstra que o programa tem atendido a pessoas com escolaridade superior à inicialmente proposta para caracterizar seu público-alvo. Tal dado pode sugerir certa carência de cursos públicos e técnicos que atendam a esse público. Nessa mesma linha de raciocínio, fica o questionamento de que talvez o programa, dentro de suas limitações, pudesse ampliar os seus objetivos, proporcionando cursos de qualificação para atender a públicos femininos diferenciados.

A partir da visão das gestoras, tornou-se possível entender como foi e tem sido a implementação do programa no âmbito do IFBA. Através da qualificação profissional dessas mulheres em condição de pobreza e de falta de oportunidade, o projeto pretende favorecer a sua inclusão produtiva. A intenção é proporcionar a essa população carente de recursos acesso à oportunidade de ter ocupação e renda. Note-se que 24% das discentes entrevistadas responderam que não trabalhavam e que eram sustentadas pela família ou por outras pessoas. Em contrapartida, verificou-se que 28% das alunas eram responsáveis pelo próprio sustento e contribuíam para a manutenção da família, e 21% responderam que trabalhavam e eram as principais responsáveis pelo sustento da família.

Como se pode verificar, 49% das mulheres contribuíam ou eram as principais responsáveis pelo sustento da família, lembrando que 10% das entrevistadas não responderam a esta questão. Isso demonstra o aumento da participação feminina na renda familiar e como, em muitos casos, elas se tornam chefes de família, sendo as principais provedoras.

Outro quesito diz respeito à identificação da pessoa que mais contribui na renda total da família. Nesse caso, 38% responderam que elas mesmas

eram as principais colaboradoras, e 34% declararam que o principal contribuinte era seu cônjuge e/ou companheiro. O restante (27%) colocou seus filhos (10%), seus pais (3%) e outros como principais contribuintes (7%), sendo que 7% não responderam.

Analisando-se as argumentações anteriores sobre as motivações para se oferecer um curso de camareira e não outro, torna-se relevante entender que os cursos de qualificação do Programa Mulheres Mil têm o objetivo claro de gerar empregabilidade para mulheres que estão em situação de dependência econômica, o que, muitas vezes, acaba limitando a sua atuação nos demais âmbitos de interação social. Para ilustrar tal afirmação, observa-se, na amostra utilizada neste trabalho, que 78% das discentes tinham renda inferior ou igual à faixa de meio a um salário mínimo (de R\$ 339,00 a 678,00, no ano da pesquisa), sendo que, destas, 10% declararam não possuir renda alguma. Isso demonstra claramente a situação de vulnerabilidade social em que a maioria delas se encontrava.

Na perspectiva de favorecer a inclusão dos grupos menos favorecidos no mundo do trabalho na Região Metropolitana de Salvador, o projeto acaba promovendo também o empoderamento dessas mulheres, melhorando a sua autoestima e desenvolvendo o interesse em continuar estudando para atingir novos níveis de escolaridade ou qualificação na busca de um emprego melhor. Isso pode ser observado nas respostas das alunas que revelam que a principal atitude que elas tomariam após o término do curso seria procurar um emprego e/ou fazer mais cursos profissionalizantes e se preparar melhor para o trabalho.

Antes de serem propostos determinados cursos, foram feitas pesquisas nas comunidades que seriam atendidas. Além disso, foram levadas em conta algumas peculiaridades do público-alvo, como as

O projeto acaba promovendo também o empoderamento dessas mulheres, melhorando a sua autoestima e desenvolvendo o interesse em continuar estudando para atingir novos níveis de escolaridade ou qualificação na busca de um emprego melhor

experiências profissionais anteriores, o grau de escolaridade e os anos de estudo, por exemplo. Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, sugere que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Ou seja, os conhecimentos dos alunos, que são construídos socialmente, devem ser respeitados pelo professor e pela instituição de educação. Ainda de acordo Freire (1996, p.37):

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

De forma geral, o programa, apesar de não apresentar uma proposta que insira a mulher em áreas de conhecimento diferentes das que ela está acostumada a assumir, possibilitando tão somente que ela se qualifique e formalize um saber prévio, apresentou, em sua origem e criação, uma preocupação com a equidade de gênero e raça. Ao traçar o perfil de suas alunas e ter como foco inicial de atuação as regiões Norte e Nordeste, o projeto percebeu a grande desigualdade racial, além das diferenças regionais presentes no cenário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados encontrados tentou demonstrar o empoderamento das mulheres jovens e adultas participantes do programa, a maioria com baixa escolaridade e, em muitos casos, em situação de dependência. Através do programa, elas

tiveram a oportunidade de aprender uma profissão, se qualificar e despertar para novos objetivos que antes não se sentiam capazes de alcançar. É

Através do programa, elas tiveram a oportunidade de aprender uma profissão, se qualificar e despertar para novos objetivos que antes não se sentiam capazes de alcançar

essa consciência que pode dar condições a essas mulheres de lutar e superar as dificuldades. Apesar disso, o programa possui limitações, como a não inserção de suas alunas em áreas distintas daquelas que historicamente

foram ocupadas pelas mulheres, apesar de o instituto possuir uma estrutura capaz de proporcionar essa mudança.

Todas essas questões foram motivadoras para o estudo do Programa Mulheres Mil, que parte da preocupação de promover os direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, além de trazer a perspectiva da educação como princípio para a conscientização da existência das diferenças e promoção da equidade.

REFERÊNCIAS

AVENA, B. M.; LOVATTI, R. C. C. *IFBA, 100 – mulheres, 1000: educação profissional, cidadania e valorização da mulher: artigos e relatos*. Brasília: MEC; SETEC, 2011. (Mulheres mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável). Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/ebook_artigos_e_relatos.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. *Legislação da mulher*. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados 2010. (Série legislação, 29).

BRASIL. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 jul. 2011.

_____. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. *Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 jun. 2011.

_____. Portaria nº 168, de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. *Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito*. Brasília: MEC, [2011a?]. (Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável). Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20132417025781guia_metodologico_do_sistema_de_acesso,_permanencia_e_exito.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013

_____. *Mulheres mil na rede federal: caminhos da inclusão*. Brasília: MEC; SETEC, 2011b. (Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável). Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2014.

_____. *Estrutura gerencial*. (Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável). Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/estrutura-gerencial/1169-comite-brasileiro-de-planejamento-e-coordenacao>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://www.unisul.br/wps/wcm/connect/993d7833-2da2-4257-ba34-84ca55c9d19b/materiais-apoio_pedagogia-da-autonomia_integracao-universitaria_tb.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 1 out. 2015.

GOMES, J. B. B. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 3538.

GOVERNO DO CANADÁ. *Projeto Mulheres Mil, uma parceria Canadá-Brasil*. Disponível em: <http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/eyes_abroad-coupdoeil/Literacy.aspx?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, Raças e Democracia*. 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça/ GPP – GeR: políticas públicas e promoção da igualdade*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. v. 1.

_____. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça GPP- Ger: estado e sociedade*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. v. 4.

_____. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça| GPP- Ger: a transversalidade de gênero e raça na Gestão Pública*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. v. 5.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, *Relatório síntese 2014- programa mulheres mil, Campus de Salvador*. Salvador: IFBA, 2014.

REICHMANN, R. *Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres: o progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em: 1 out. 2015.

ROSA, S. (Org.). *Mulheres mil: do sonho à realidade*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

SAVIANI, D. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. In: FERRETTI, C. J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <http://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf>. Acesso em: 1 out. 2015.

Artigo recebido em 14 de julho de 2015
e aprovado em 7 de setembro de 2015.

Crescer ou não: eis a questão para mulheres empreendedoras do semiárido baiano

*Almiralva Ferraz Gomes**

*Joice de Souza Freitas Silva***

*Adller Moreira Chaves****

* Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
almiralva@gmail.com

** Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
joiceadmuesb@gmail.com

*** Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e mestrando em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). adller@hotmail.com

Resumo

Os estudos de gênero têm aumentado no Brasil, mas as discussões sobre mulheres empreendedoras, no que tange aos aspectos ligados à gestão dos empreendimentos, ainda são tímidos. Com isso, a presente pesquisa se propôs a analisar a perspectiva de crescimento e, como mulheres que atuam nos setores de comércio e prestação de serviços, no semiárido baiano, lidam com a gestão financeira de seus negócios. Para tanto, adotou-se uma orientação interpretativa de análise apoiada no método de estudo de caso, de modo a ressaltar as percepções dos sujeitos investigados e analisar tais leituras numa perspectiva que considera a discussão evidenciada nos estudos das relações de gênero. Deu-se tratamento qualitativo aos dados coletados nas seis empresas que participaram deste estudo através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que a gestão feminina é eficiente, apesar de algumas limitações, desmistificando a ideia de que empresas geridas por mulheres são geralmente pequenas.

Palavras-chave: Gestão financeira. Crescimento. Gênero. Mulheres empreendedoras. Socialização.

Abstract

Gender studies have increased in Brazil but discussions on women entrepreneurs, with respect to aspects of management of the enterprises, are still shy. Thus, the present study objectives to analyze the growth prospects and as women, who work in the sectors of commerce and services, in Bahia, deal with the financial management of their businesses. Therefore, it adopted an interpretative guidance analysis supported the case study method to highlight the perceptions of the subjects and analyze such readings in a perspective that considers the discussion evidenced in studies of gender relations. The data collected in the six businesses received qualitative treatment through content analysis technique. The results revealed that female management is effective, despite some limitations, demystifying the idea that women business are usually small.

Keywords: Financial Management. Growth. Gender. Women entrepreneurs. Socialization.

INTRODUÇÃO

A crescente participação feminina nas esferas produtivas tem despertado o interesse de muitos pesquisadores no Brasil e no mundo. Embora a quantidade de estudos tenha aumentado, no Brasil, os avanços nas pesquisas sobre mulheres empreendedoras ou sobre o “empreendedorismo feminino”, principalmente no que tange a aspectos ligados ao crescimento e à gestão financeira dos empreendimentos ainda são tímidos. Boa parte da produção científica sobre o tema agarrou-se à identificação e descrição de características ou atributos que seriam inerentes às mulheres (GOMES; SANTANA; ARAÚJO, 2009; SOUZA, 2005). Em alguns casos tentava-se, tácita ou explicitamente, delinear o perfil da mulher empreendedora, naturalizando a sua ação social. Em certo momento, abonaram estudos que defendiam ou apenas baseavam-se em premissas que atestariam comportamentos gerenciais diferenciados de gênero em função de uma alardeada existência de uma “natureza” feminina oposta, evidentemente, a uma masculina (MACHADO et al., 2010; VALE; SERAFIM, 2010).

A deficiência, em determinado momento, de certo norteamento teórico que respaldasse a discussão sobre a complexidade das relações de gênero talvez tenha sido responsável pelo alto índice de heterogeneidade dos discursos na literatura especializada, principalmente quando se refere a crescimento empresarial. Ao que parece, há uma estereotipagem de que empresas geridas por mulheres são pequenas e apresentam dificuldades de crescimento (MACHADO, 2003; MACHADO et al., 2008; MACHADO et al., 2010).

A resistência à busca de crédito e/ou a dificuldade de obter financiamento também é apresentado como fator que limita o crescimento das empresas (MACHADO, 2006; JONATHAN, 2003; WILSON et al., 2007; BOOHENE; SHERIDAN; KOTEY, 2008; ALSOS; ISAKSEN; LJUNGGREN, 2006). Além disso, é preciso repensar este fenômeno pela perspectiva da construção social. Em outras palavras,

as escolhas, tanto pelo crescimento quanto pela divisão de papéis, decorreram, em muitos casos, de vivências pessoais influenciadas pela socialização, muito embora a dificuldade financeira seja um elemento impeditivo do crescimento empresarial.

A problemática do crescimento empresarial perpassa pelo desejo individual de cada empreendedora, ainda que tal desejo sofra influências da sociedade, economia e política. Sendo assim, os resultados colocam em dúvida a crença de que há discriminação por gênero na obtenção de crédito. Ao que parece, as mulheres, em muitos casos, não buscam o financiamento. Desse modo, não cabe generalizações que afirmem que empresas gerenciadas por mulheres não crescem devido à falta de concessão de crédito, tendo em vista que pesquisas não constataram discriminação de gênero no processo de empréstimo bancário (ORSER; RIDING; MANLEY, 2006; WILSON et al., 2007). Diante do exposto, este trabalho objetivou analisar a perspectiva de crescimento e como mulheres empreendedoras, que atuam nos setores de comércio e serviços no interior baiano, lidam com a gestão financeira de seus empreendimentos. Para tanto, inicialmente, pretende-se discutir o papel destinado, historicamente, às mulheres, assim como algumas reflexões a respeito do conceito de “empreendedorismo feminino”. Após exposição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, os dados coletados em campo serão analisados à luz do referencial teórico adotado antes da apresentação das considerações finais.

A MULHER E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A inserção feminina no mundo do trabalho é um fenômeno que tem ganhado destaque nas últimas décadas, muito embora a história das mulheres tenha lacunas por não evidenciar legitimamente sua participação na esfera produtiva. A discussão dessa temática na contemporaneidade passa,

contudo, também pela compreensão das demandas históricas às quais homens e mulheres foram e estão sujeitos. Não obstante a expressão “gênero” referir-se às mulheres e aos homens e às suas relações (MORAES, 1998), Scott (1990) vem demonstrando que popularmente gênero é tido pelas mulheres e que elas estão sujeitas a viverem em sociedades “androcêntricas”, onde o ser humano do sexo masculino é tido como o “centro do universo”, sendo assim, discutir questões de gênero passa, dessa forma, pelo debate a respeito da condição subalterna vivenciada pela mulher ao longo dos tempos, uma vez que, segundo Fontenele-Mourão (2006), a própria história revela que, de um modo geral, as mulheres estiveram amiúde excluídas do espaço público.

Para uma melhor compreensão de como a mulher era vista no Brasil Colônia, Priore (1997) analisa como a medicina descrevia as mulheres da época, tendo em vista que pouco se sabia sobre o corpo feminino e esse pouco era norteador por mistérios e fantasias, ora a mulher era vista como santa, ora era vista como um demônio, pois, no seu útero (na época chamado de madre), poderia se realizar desde feitiços a milagres.

Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão-somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) esteja ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. Convém notar que a valorização da madre como órgão reprodutor levava a uma valorização da sexualidade feminina, mas não no sentido de sua realização e sim de sua disciplina. (PRIORE, 1997, p. 82-83).

Com efeito, nesse cenário de misticismo e de conhecimento incipiente sobre o funcionamento do corpo feminino, muitas mulheres foram vítimas de atrocidades. Criaram-se sobre elas muitas dúvidas,

mas seu papel e o lugar que deveriam ocupar e como se portar já havia sido previamente definido pela cultura patriarcal. Segundo Freyre (1992), o patriarcalismo exerceu uma influência decisiva na formação da sociedade brasileira. Esta influência se estendeu aos domínios da economia, da política e da moral. Entretanto, o estudo de Pimentel e

Cunha (2013) revelou que a participação da mulher no início do século XX não se resumia apenas aos papéis de filha, esposa e mãe, mas, com presença ativa e fundamental na esfera privada, atuava no gerenciamento dos negócios da família, sem deixar de lado seus papéis de esposa e mãe. Este estudo revela que o quadro de submissão feminina traçado pela historiografia brasileira deixa lacunas, pois há indícios da participação ativa de mulheres em negócios familiares, fugindo a regra dos modelos patriarcais de mulher dócil e submissa.

De acordo com Moreno (2003, p. 49), “a historiografia machista não se limita a ignorar a mulher. Não é somente pelo que omite que é preciso criticá-la, mas também pelo que transmite”. Dessa forma, inicialmente, o grande objetivo das feministas foi o de dar visibilidade àquela que fora ocultada, tendo em vista que tal invisibilidade foi resultado de um longo processo de segregação social e política do qual as mulheres foram historicamente regidas (LOURO, 2012).

Ainda segundo Moreno (2003), nossa forma de pensar tem influências da sociedade a qual pertencemos. Se vivemos em uma sociedade em que a cultura dominante é a patriarcal, tendemos a tomar isso como verdade e partilhar desses valores e pensamentos. Como consequência desse modelo, temos o androcentrismo, ou seja, a tendência de privilegiar o ponto de vista masculino. Essa visão androcêntrica não é partilhada apenas pelos homens, mas também por mulheres em decorrência da internalização das influências recebidas pelo meio, tendo em vista que o ambiente pode ser

Essa visão androcêntrica não é partilhada apenas pelos homens, mas também por mulheres em decorrência da internalização das influências recebidas pelo meio

caracterizado como um dos principais transmissores desses costumes.

Desde a primeira infância, meninas e meninos são moldados e formados para desempenharem papéis diferenciados. Essa diferenciação está presente desde a escolha das cores das roupas até as brincadeiras. Para Alves e Soares (2001) e Moreno (2003), as brincadeiras dos meninos são espontaneamente agressivas e as das meninas pacíficas. Enquanto às meninas são reservadas as brincadeiras com bonecas, de casinha, de mães, aos meninos não só se dá toda a liberdade, como se estimula correr, brincar de bola e de brincadeiras mais agressivas. Aliás, nas famílias atuais, as crianças passam boa parte do seu tempo em frente à TV ou computador ou com um *tablet* nas mãos, mas, se observarmos atentamente, boa parte das programações escolhidas pelos meninos refere-se a jogos e desenhos mais agressivos enquanto as opções das meninas são mais dirigidas para um universo “cor de rosa”. Segundo Berger e Luckmann (2010, p. 77), “toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão [...]”.

Sendo assim, a naturalização de tais condutas é vista pela sociedade como algo que faz parte da essência do ser masculino e do ser feminino. Isso remete ao processo de socialização tanto primária quanto secundária. De acordo com Berger e Luckmann (2010, p. 175), “a socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade”. Dessa forma, é no ambiente familiar que são vivenciadas as primeiras experiências de socialização dos indivíduos. Mais tarde, a escola desempenha tal papel. Aliás, hoje em dia, cada vez mais cedo, a escola executa o papel de transmissora, pois as crianças ingressam na escola precocemente, na maioria das vezes, por conta da ocupação profissional dos pais. Para Berger e

Desde a primeira infância, meninas e meninos são moldados e formados para desempenharem papéis diferenciados

Luckmann (2010, p. 175), a socialização secundária é “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”.

Assim, de um modo geral, tal processo se dá comumente na vida adulta, em suas profissões e empresas.

Dada a importância da escola no processo de socialização, Almeida (2013) analisou a relação entre a educação e as práticas de leituras de um grupo de professoras que atuaram profissionalmente entre as décadas de 1930 e 1940, fazendo um recorte histórico do que lhes era permitido e proibido. O acesso ao ensino da língua portuguesa, neste período, inicialmente, estava restrito a parcelas elitizadas (principalmente, filhos de portugueses e de senhores de engenho). Às mulheres era oferecida apenas a educação julgada como necessária para o cumprimento de suas atribuições domésticas. De acordo com Almeida (2007 apud ALMEIDA, 2013, p. 19), a prioridade era “preparar a mulher para elevar seu nível de atuação no espaço doméstico, no cuidado do marido e filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar, efetivamente, uma profissão assalariada”.

Tais estudos denunciam que as diferenças também são construídas socialmente, ou seja, a identificação do gênero não existe somente como um mero diferenciador de caráter biológico, mas como um conceito mais amplo, relacionado às manifestações socioculturais. Hirata (1989, p. 11), na sua discussão sobre a divisão social do trabalho, acrescenta que a problemática da divisão sexual do trabalho mostra que “o que é percebido como ‘natural’ por uma sociedade, o é unicamente porque a codificação social é tão forte, tão interiorizada pelos atores que ela se torna invisível: o cultural torna-se a evidência, o cultural se transmuta em natural”. Assim, desnaturalizar as relações de gênero significa deixar de tomá-las como diferenças biológicas ou “naturais”, significa pensar mulheres e homens como construções históricas.

De fato, a maioria dos atributos incorporados por um gênero específico geralmente refere-se a atitudes e comportamentos prescritos e controlados dentro de um contexto de papéis sociais que as pessoas adquirem, ou são forçadas a adquirir; são atributos comumente internalizados, mas que, ainda assim, podem ser ativados ou desativados momentaneamente ou definitivamente.

Na Europa ocidental, as sociedades pré-industriais caracterizavam a vida das famílias em uma integração entre as funções domésticas e o trabalho produtivo, realizados num único ambiente, no qual homens e mulheres desenvolviam atividades sexualmente diferenciadas, tanto nos serviços da casa quanto na produção (ALVES, 2013). Ademais, as mudanças das unidades de produção familiar nascem do surgimento das indústrias domésticas, cuja produção já se voltava para o mercado. Tendo em vista que o trabalho era realizado dentro de casa, atrelado com as atividades domésticas, o lugar da mulher permanecia imutável. De acordo com Alves (2013, p. 280),

[...] havia um modelo ideal de família no qual reafirmava-se o espaço privado, doméstico, como natural às mulheres, determinado pelas necessidades da maternidade e realização das capacidades de trabalho femininas, somado a um discurso médico que procurava nas diferenças biológicas comprovar que a mulher era mais frágil e inferior em relação ao homem.

Ainda segundo Alves (2013), o modo de produção capitalista corrobora para tal separação, quando incumbe somente ao homem a produção e à mulher a reprodução. Ou seja, às mulheres é reservado o domínio do espaço doméstico, da “dona de casa”, responsável pelo cuidado com os filhos e gestão da economia doméstica, seja a mulher burguesa ou operária. Com efeito, para Neves (2013),

Há uma concentração feminina em determinadas atividades profissionais. As ocupações que envolvem atividades relacionadas ao cuidado permanecem preferencialmente associadas ao universo feminino (GOMES, 2010; LOURO, 2012)

a conservação da divisão desigual do trabalho familiar e doméstico acarreta as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Além disso, há uma concentração feminina em determinadas atividades profissionais. As ocupações que envolvem atividades relacionadas ao cuidado permanecem preferencialmente associadas ao universo feminino (GOMES, 2010; LOURO, 2012). Apesar dos avanços e das conquistas femininas no mundo do trabalho, ainda se observa uma territorialização do trabalho feminino (SIQUEIRA, 2002). Como exemplificaram Betiol e Tonelli (1991) e Gomes (2010), o ingresso das mulheres no mercado de trabalho se deu preferencialmente para o desempenho de atividades que demandavam predicados e habilidades socialmente atribuídas como femininas. Segundo os estudos Buttner e Moore (1997), o fator motivacional principal que leva mulheres a criarem o próprio negócio é a limitação de ascensão (“fenômeno do teto de vidro”) nas organizações as quais trabalhavam anteriormente. Apesar da crescente participação feminina nas mais diversas áreas profissionais, até mesmo naquelas tradicionalmente ditas como masculinas, a inserção feminina no mercado de trabalho ainda não se apresenta de forma homogênea para todas as áreas de atuação.

O EMPREENDEDORISMO REALIZADO POR MULHERES: REFLEXÕES CONCEITUAIS

Tratar do empreendedorismo dito feminino passa, inicialmente, pela compreensão do que significa o fenômeno do empreendedorismo. Não obstante o avanço nas discussões, de um modo geral, enquanto os adeptos das perspectivas econômicas acreditam que os empreendedores são os agentes responsáveis pela inovação e os associam às forças

direcionadoras de desenvolvimento (CANTILLON, 1755 apud FILION, 1999; SAY, 1803 apud FILION, 1999; SCHUMPETER, 1982), os comportamentalistas enfatizam aspectos atitudinais do sujeito e procuram identificar traços de personalidade no indivíduo empreendedor (MCCLELLAND 1961 apud FILION, 1999; TIMMONS, 1989). Em outros termos, o entendimento de que o indivíduo empreendedor é aquele que possui determinados atributos comportamentais ou é aquele que promove o desenvolvimento econômico a partir de ideias e práticas inovadoras revela-se como exclusivista e restritivo, pois põe à margem todos os que não se enquadram nessas noções. Essas concepções, portanto, levam a crer que os empreendedores distinguem-se dos demais seres humanos porque possuem determinados traços de personalidade, ou porque inovam e, por conseguinte, promovem o desenvolvimento econômico.

Tanto os economistas quanto os comportamentalistas colocam o sujeito como o centro do fenômeno do empreendedorismo. Essa ênfase no sujeito pode culminar em uma visão classificatória e preconceituosa como se os empreendedores fossem diferentes das demais pessoas ou, ainda, como se possuíssem na sua “natureza” determinadas habilidades, atitudes e comportamentos especiais. Ou seja, muitas vezes apoiam-se numa visão essencialista do empreendedor, como se certos atributos – como disponibilidade para correr riscos, capacidade para inovar, autoconfiança, perseverança, visão ampliada, liderança, integridade, administração participativa, capacidade de adaptação etc. – simplesmente lhe fossem inatos.

Diante disso, propõe-se a mudança de enfoque do sujeito empreendedor para a ação empreendedora. Segundo Gomes (2010), a concepção schumpeteriana de empreendedor amadureceu-se ao longo da vida do economista. Mas suas últimas discussões não tiveram a mesma projeção daquelas construídas no início de sua carreira. Observa-se,

Tanto os economistas quanto os comportamentalistas colocam o sujeito como o centro do fenômeno do empreendedorismo

assim, na obra schumpeteriana uma mudança de visão a respeito do papel do empreendedor. Inicialmente, em *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, o empreendedor foi visto como o herói, o destruidor criativo. Em *Business Cycles* já se considerava que o papel da inovação transcendia ao próprio empreendedor individual, admitindo-se, inclusive, a importância das equipes de engenheiros e de gerentes no traçado de estratégias e no papel dos laboratórios para a criação da inovação e, por fim, o economista chegou a uma discussão a respeito do papel crucial das instituições maiores para a inovação¹. Com isso, verifica-se que o deslocamento do foco do sujeito já foi objeto de discussão há pelo menos 60 anos e parece ter sido esquecido por boa parte dos pesquisadores da área. Contudo, na última década, alguns estudiosos (CRAMER; LIMA; BRITO, 2002; PAIVA JÚNIOR, 2004; LIMA, 2008; GOMES, 2010), insatisfeitos com o uso estereotipado da expressão empreendedor, debruçaram-se sobre o estudo do fenômeno, adotando um olhar diferenciado.

De acordo com Paiva Júnior (2004), o empreendedor é, sobretudo, um sujeito relacional. Sua proposta é a de que o empreendedorismo seja associado à interação entre muitos indivíduos e organizações e não a meras evidências pessoais e organizacionais. Além disso, baseado na concepção de construção social da realidade de Berger e Luckmann (2010), Paiva Júnior (2004, p. 106) considera que o empreendedor está em “constante construção conjunta da realidade como refinamento de si mesmo” e as reconstruções posteriores só são “experenciadas no seu mundo social sob a égide do sentido que ele [o empreendedor] vislumbra nessa produção”.

¹ Esta discussão foi objeto do ensaio *Economic Theory and Entrepreneurial History*, publicado em 1949, um ano antes de sua morte, na coletânea intitulada *Change and the Entrepreneur: postulates and patterns of entrepreneurial history* e organizado pelo *Research Center in Entrepreneurial History*, da Universidade Harvard, e republicado pela *Revista Brasileira de Inovação*, em 2002.

Cramer, Lima e Brito (2002) introduziram a noção de ação empreendedora como uma alternativa conceitual para investigar a ação de empresários de pequenas empresas. Tais pesquisadores propuseram que o foco de análise sobre o empreendedorismo fosse deslocado do agente empreendedor para a atividade empreendedora. Esta perspectiva tomou o postulado de que as atividades gerenciais, conjuntamente com as empreendedoras, desempenham papel crucial para o crescimento da empresa, para sua diferenciação no mercado e, conseqüentemente, para o aumento de sua competitividade. É nessa perspectiva que esse estudo foi desenvolvido.

Ao analisar a produção acadêmica a respeito do comportamento gerencial feminino, Machado (1999) concluiu que a maior parte das pesquisas se referia à presença de comportamentos baseados na clareza de objetivos, na simplicidade das estruturas, na cooperação e agilidade. Para Buttner (2001), a ação empreendedora feminina geralmente busca alcançar a satisfação dos interesses de todos que participam, direta ou indiretamente, de seus negócios, clientes, colaboradores, família, dentre outros. Gomes, Santana e Araújo (2009) também, ao apresentarem as tendências da produção científica nacional e internacional sobre empreendedorismo feminino, constataram que, grosso modo, boa parte dos artigos tende a apontar atributos como sensibilidade, habilidade para trabalhar em equipe e intuição como inerentes às mulheres. Tais artigos partem da noção de que as mulheres possuem, na sua “essência”, tais qualidades e, na maioria das vezes, concluem, teórica e/ou empiricamente, que as mulheres possuem essas características.

Assim, analisar a perspectiva de crescimento e como mulheres lidam com a gestão financeira de seus empreendimentos é uma oportunidade

Analisar a perspectiva de crescimento e como mulheres lidam com a gestão financeira de seus empreendimentos é uma oportunidade de refletir sobre a existência de estereótipos que giram em torno da mulher

de refletir sobre a existência de estereótipos que giram em torno da mulher. A definição de atribuições de capacidades próprias dos homens e das mulheres, aliada ao processo de socialização e naturalização, interferem direta ou indiretamente nas relações entre homens e mulheres no trabalho, caracterizando a divisão sexual do trabalho que está imbricada na cultura brasileira (MACEDO et al., 2004; LOURO, 2012). Segundo estudos desenvolvidos por Dhaliwal (1998), Machado (2003) e Macedo e outros (2004), em empresas familiares, as mulheres são excluídas ou restritas a atuarem no processo sucessório. Deste modo, o papel de sucessoras nas empresas familiares é o de coadjuvantes e o reconhecimento é incipiente (MACHADO, 2003). Além disso, ressaltam Macedo e outros (2004), após estudarem multicasos goianos, que às mulheres herdeiras, na maioria das vezes, restavam cargos diretivos e gerenciais que eram associados a funções consideradas “femininas”.

Desmistificando a idealização dos atributos do que é ser empreendedor e partindo para a ação, estudos nacionais e internacionais têm observado que, em alguns casos, as empreendedoras não almejam o crescimento de suas empresas, visto que ao chegarem em determinado estágio, acreditam que ultrapassar esse limite pode acarretar a diminuição da qualidade dos produtos, serviços, atendimento (JONATHAN, 2005) ou ainda porque priorizam o equilíbrio entre trabalho e família (LOSCOCCO, 1991; STILL; TIMMS, 2000). Dessa forma, Jonathan (2003) buscou compreender como empreendedoras do ramo de alta tecnologia mensuram o crescimento de suas empresas. Os resultados evidenciaram que aspectos quantitativos como expansão do mercado, aumento de vendas/rendimentos/lucros, maior espaço físico, mais funcionários não foram tratados como prioridade.

As mulheres enfatizaram a melhoria na qualidade e o crescimento gradual. Jonathan (2005, p. 376) também observou que “o crescimento da empresa amedrontou algumas empreendedoras, seja pela ameaça de perda de qualidade seja pela insegurança quanto ao retorno financeiro correspondente”.

Outro fator correlacionado às dificuldades de crescimento em empresas geridas por mulheres, como observou Machado (2006), Jonathan (2003), Wilson e outros (2007), Boohene, Sheridan e Kotey (2008) e Alsos, Isaksen e Ljunggren (2006), pode estar relacionada ao fato de as mulheres apresentarem maior resistência de obter financiamento. No entanto, ausência de endividamento foi relatada como sinônimo de sucesso (MACHADO et al., 2008). Ademais, a resistência ao crédito pode ser justificada a partir dos relacionamentos vivenciados pelas empreendedoras ao longo de suas vidas. Essas influências advêm, principalmente, do âmbito familiar através da socialização primária (BERGER; LUCKMANN, 2010; MORENO, 2003).

A resistência das mulheres para obtenção de financiamento deve ser considerada para que não ocorram estereotipagens que afirmem que as mulheres são vítimas de discriminação por gênero ao buscarem empréstimo bancário ou até mesmo que não possuem em sua “essência” tal predisposição. Os estudos de Björnsson e Abraha (2005), Bruin e Flint-Hartle (2005), Orser, Riding e Manley (2006) e Wilson e outros (2007) revelam que as mulheres obtinham menos recursos financeiros de instituições bancárias do que os homens. No entanto, isso acontecia porque elas buscavam menos capital externo do que eles. Desse modo, a resistência ao crédito deve ser analisada sob a perspectiva da socialização vivenciada por cada indivíduo ao longo de sua existência, não propagada como uma particularidade própria do gênero.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A resistência das mulheres para obtenção de financiamento deve ser considerada para que não ocorram estereotipagens que afirmem que as mulheres são vítimas de discriminação por gênero ao buscarem empréstimo bancário

O conhecimento científico pode ser construído de formas igualmente válidas, tendo em vista que diferentes paradigmas de pesquisa coexistem na atualidade. Esses paradigmas, de certa forma, em seu interior, abrigam teorias que, embora não sendo totalmente homogêneas, de alguma forma, norteiam os fundamentos ontológicos e epistemológicos de uma pesquisa. Neste trabalho, particularmente, optou-se pela adoção de uma abordagem interpretativa, uma vez que se consideraram e, principalmente, ressaltaram-se as percepções dos sujeitos, evidenciando o significado que eles dão aos fenômenos. Ao contrário do positivismo, a abordagem interpretativa entende que a sociedade é uma construção dos seus membros. Segundo Alencar (1999), para a abordagem interpretativa ou antipositivista, a realidade social é formada por ocasiões de interação realizadas pelos atores envolvidos uma vez que eles são capazes de interpretação e ações significativas. Portanto, o conhecimento da interpretação e do significado da ação somente é possível quando se adquire conhecimento sobre as maneiras pelas quais os atores percebem o mundo e quando se obtém conhecimento sobre os significados que apoiam suas ações. Sob esta perspectiva, destacam-se, por exemplo, os estudos de Berger e Luckmann (2010) que privilegiam os processos sociais e o conhecimento do senso comum. Os autores focalizam o conhecimento do senso comum e estabelecem um processo por meio do qual ocorre a construção social do conhecimento sobre a realidade.

Quanto à natureza da pesquisa, não obstante o predomínio histórico de abordagens quantitativas nas pesquisas acadêmicas da área de Administração, nas últimas décadas, a abordagem qualitativa

tem conquistado adeptos. Ao que parece, as metodologias qualitativas permitem que se desvendem a natureza das experiências vividas dos sujeitos e também o que está por detrás dos fenômenos que pouco se conhecem (ALENCAR, 1999). Ademais, segundo Alencar (1999), a abordagem qualitativa permite que se obtenham “detalhes intrincados” de um fenômeno que as metodologias quantitativas nem sempre proporcionam. Ou seja, as metodologias de natureza qualitativa admitem o estudo profundo e detalhado dos fenômenos sociais.

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa, apesar de ter sido utilizada com regularidade por antropólogos e sociólogos, só começou a ganhar espaço na área de Administração a partir da década de 1970. Na visão de Rocha e Ceretta (1998), os estudos que empregam esse tipo de metodologia podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995), oferece ao pesquisador três diferentes possibilidades de realizar uma investigação: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Este trabalho optou pelo Estudo de Caso. Na escolha desse método de pesquisa, levaram-se em conta as peculiaridades de um fenômeno que pouco se conhece. Vislumbrou-se, então, a possibilidade de se compreender melhor fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2001). Yin (2001, p. 21) ainda esclarece que o estudo de caso dá condições que uma investigação preserve “as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos,

mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores”. Não que esse método seja mais infalível que outros.

Uma das críticas a respeito da adoção do estudo de caso como estratégia de pesquisa refere-se ao fornecimento de pouca base para se fazer uma generalização científica. No entanto, Yin (2001, p. 29) argumenta que o estudo de caso permite fazer uma análise

“generalizante” e não “particularizante”, pois, da mesma forma que os experimentos, os estudos de caso “são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos”. Além disso, assim como o experimento, o estudo de caso “não representa uma ‘amostragem’, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)” (YIN, 2001, p. 29). Gil (1996) e Godoy (1995) defendem, ainda, que o estudo de caso é restrito a uma ou poucas unidades e, por este motivo, tem caráter de profundidade e detalhamento. O aprofundamento na análise foi alcançado, principalmente, graças ao mergulho que as entrevistadas realizaram em suas histórias, revivendo emoções e trazendo suas interpretações pessoais a respeito de fatos vividos. Com isso, os relatos, as experiências e o ponto de vista do sujeito foram levados em conta e analisados à luz das discussões levantadas nos estudos de gênero.

Através do critério de acessibilidade, selecionaram-se seis empresas, no semiárido baiano, dos setores de comércio e serviços, localizadas em Vitória da Conquista, semiárido da Região Sudoeste da Bahia, que existem há mais de uma década, para participarem da presente pesquisa. Em um primeiro contato, que ocorreu por telefone, as empreendedoras tomaram conhecimento do objetivo da investigação e dos seus procedimentos. Assim, no segundo contato, a coleta de dados da pesquisa foi iniciada após a autorização das empreendedoras.

**Através do critério de
acessibilidade, selecionaram-se seis empresas, no semiárido baiano, dos setores de comércio e serviços, localizadas em Vitória da Conquista, semiárido da Região Sudoeste da Bahia**

Na primeira etapa da pesquisa de campo, utilizou-se um roteiro semiestruturado para orientação das entrevistas. A identidade das participantes foi preservada. As entrevistas tiveram duração média de duas horas e, posteriormente, foram transcritas. Acredita-se que a entrevista possibilita uma maior interação entre o pesquisador e o pesquisado, pois, como afirma Richardson (1999, p. 207), ela tem “o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos”. Além disso, a entrevista permite “obter informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (GIL, 1996, p. 113).

A narrativa oral transcrita das entrevistas foi analisada de acordo com os preceitos da técnica de análise de conteúdo pois, de acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo aplica-se a qualquer comunicação que transporte significações. O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas e ocultas ou mesmo o “indizível”, nas palavras de Queiroz (1988). A aplicação dessa técnica nas ciências sociais apresenta-se como uma ferramenta útil à interpretação das percepções dos atores sociais. De acordo com Bardin (2004, p. 37), a análise de conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Estes dados revelam que a idade não é um obstáculo para o desempenho de atividades profissionais [...] muitas vezes, mulheres mais maduras possuem mais facilidades para ausentar-se do lar do que as mais jovens, que ainda têm filhos que demandam mais cuidados

A análise de conteúdo pode adotar o método de dedução frequencial ou análise por categorias. Neste caso, optou-se pela análise por categorias que funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamentos analógicos. A análise categorial pode ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias, é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento (BARDIN, 2004), tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa e a abordagem Interpretativista dos dados, optando pela análise categorial temática. Para tanto, foram levantadas treze categorias. Diante da complexidade dos dados coletados, decidiu-se, neste artigo, concentrar a discussão em duas categorias analíticas: crescimento empresarial e gestão financeira.

A GESTÃO FINANCEIRA E O CRESCIMENTO EMPRESARIAL: UM ESTUDO COM EMPREENDEDORAS BAIANAS

Dentre as seis empreendedoras entrevistadas, duas estão na faixa etária entre 40 e 50 anos, três entre 51 e 60 e uma possui 70 anos. Estes dados revelam que a idade não é um obstáculo para o desempenho de atividades profissionais e que se, por um lado, o pensamento ou mesmo a crença de que a mulher a partir dos 50 deveria ficar em casa restrita aos cuidados com os netos, não faz parte do cotidiano de muitas mulheres atualmente, por outro, muitas vezes, mulheres mais maduras possuem mais facilidades para ausentar-se do lar do que as mais jovens, que ainda têm filhos que demandam mais cuidados. A pesquisa também apontou que cinco empreendedoras atuam no mesmo segmento

empresarial entre 15 e 20 anos e uma há mais de 24 anos. Quanto ao estado civil atual, duas são casadas, duas viúvas e duas divorciadas. No entanto, ao iniciarem o empreendimento, três eram casadas e contavam com seus parceiros, uma já era divorciada judicialmente e a outra, também, divorciada, viu-se com filhos pequenos e com a iminente necessidade de assumir o papel de provedora da família. A empresária viúva iniciou o empreendimento após a morte do marido pelos mesmos motivos da segunda divorciada: sustento da família. Esse dado denuncia que muitas mulheres só ingressam na esfera pública quando se veem diante da necessidade de manter o sustento do lar.

Referente à quantidade de filhos, três entrevistadas têm de 1 a 2 filhos, uma possui 3 filhos e duas têm de 4 a 5 filhos. Apenas uma delas ainda tem filhos em idade escolar, o que, potencialmente, requer maior atenção e cuidados, além de despesas.

No que tange ao nível educacional das empreendedoras, duas delas estudaram pouco. A propósito, uma delas não foi alfabetizada e a outra só estudou até a 4ª série (atual nível fundamental 1). Estas empresárias são as de maior idade. Elas, inclusive, destacaram que a falta de oportunidades e de recursos foram razões para a baixa escolaridade. Dentre as demais, duas possuem ensino superior completo e duas não concluíram. Vale salientar que uma das empreendedoras iniciou cinco cursos de ensino superior e desistiu, sendo eles: Bioquímica, Medicina, Matemática, Letras e Administração. Sua paixão está voltada para o ensino e ela não conseguiu concluir nenhum dos cursos iniciados.

Em relação à carga horária de trabalho, constatou-se que cinco das empreendedoras trabalham em média de 10 a 12 horas por dia e apenas uma relatou trabalhar 8 horas. Não obstante a carga horária dispensada ao trabalho, as empreendedoras revelaram o prazer sentido ao se dedicar à atividade

empresarial, não classificando a carga horária de trabalho como algo penoso para elas.

Dentre os seis empreendimentos analisados, constatou-se que a gestão financeira das empresas é realizada, substancialmente, pelos homens (irmão, filho e/ou esposos) em quatro casos. Nestas empresas, as empreendedoras são consultadas apenas em casos de decisões que envolvem altos investimentos. Com isso, verificou-se que há uma divisão de atribuições, de modo que aos homens são reservadas as atividades relacionadas aos recursos financeiros da empresa e às mulheres a gestão, por exemplo, dos recursos humanos. Ou seja, em nenhuma das empresas investigadas constatou-se que os homens administram as pessoas e, as mulheres, as finanças empresariais. Os estudos de Dhaliwal (1998), Machado (2003) e Macedo e outros (2004) referem-se à exclusão, senão pelo menos a restrição, da atuação feminina no processo sucessório em organizações familiares. Macedo e outros (2004) verificaram que às mulheres herdeiras, na maioria das vezes, restavam cargos diretivos e gerenciais que eram associados a funções consideradas “femininas”, como a gestão de recursos humanos.

Quando tem qualquer coisa, nós decidimos juntos: eu e meu sócio [...] agora, como temos uma divisão do lado burocrático e o lado dos recursos humanos, quando um decide, o outro respeita. Então, quando é uma coisa mais firme, de um valor maior, a gente senta, discute. Mas esse negócio do dia a dia, que cada um tem que decidir, decide e o outro respeita (informação verbal)².

Sou responsável pela área de recursos humanos e eu o consulto [sócio e esposo] quando pode ter interferência diretamente na área

Verificou-se que há uma divisão de atribuições, de modo que aos homens são reservadas as atividades relacionadas aos recursos financeiros da empresa e às mulheres a gestão, por exemplo, dos recursos humanos

² 53 anos, proprietária de um restaurante e uma pizzaria.

financeira [...]. Ele me consulta se for para fazer um investimento alto em alguma coisa [...]. Mas coisas rotineiras, como a liberação de uma carta de crédito para um cliente, eu nem sei para quem ele abre crédito na loja. (informação verbal)³. [...] com relação à parte administrativa: a gente discute muito [...] quando é um investimento do casal na fazenda, esse investimento é discutido em termos do que fazer [...]. Já na relação com os bancos, eu não gosto. Se tem documentos, eu assino. O que precisa, eu faço. Agora, ir ao banco e mexer com dinheiro: [...] isso eu não gosto (informação verbal)⁴.

Muito embora os depoimentos revelem que as principais decisões são compartilhadas, ainda é possível inferir que os trechos selecionados acima denunciam um certo processo de naturalização no qual aos homens fica reservado o papel de provedor, cabendo a ele administrar os bens e às mulheres atividades que referem-se às atividades de apoio, reforçando que homens ocupam lugares e desempenham papéis diferentes na sociedade, ou seja, verifica-se, sutilmente, a reprodução de um processo de divisão sexual do trabalho que se manifesta como enraizada na cultura brasileira (MACEDO, 2004 et al.; LOURO, 2012). Macedo e outros (2004), em sua pesquisa, constataram que as mulheres encontravam, inclusive, barreiras para participar do processo decisório, o que não foi o caso da presente pesquisa.

A naturalização de tais condutas pode estar relacionada à falta de interesse das mulheres pela gestão financeira, muito embora não se sabe se este é um argumento que denuncia os vestígios de uma

As empresárias também adotam como referência para crescimento empresarial o acréscimo do número de funcionários, a ampliação das instalações físicas e o aumento da participação no mercado

sociedade patriarcal. Neste caso, sugere-se um estudo para aprofundar-se em tal questão, pois a presente pesquisa não foi capaz de respondê-la. Uma das empresárias, inclusive, julga-se despreparada para o desempenho de tal função: [...] quando eu montei a escola, eu montei com minha irmã, para que ela administrasse, porque eu digo [...] não posso chegar perto de dinheiro, porque eu gasto demais. Eu não tenho controle [...], sempre tem alguém que gerencia a parte financeira porque eu não tenho controle nenhum [...] (informação verbal)⁵.

Os trechos selecionados abaixo revelam que as empresárias também adotam como referência para crescimento empresarial o acréscimo do número de funcionários, a ampliação das instalações físicas e o aumento da participação no mercado. Em outras palavras, ao se analisar a categoria crescimento empresarial, observam-se que os resultados da presente pesquisa aproximam-se dos encontrados por Jonathan (2003) que, estudando empreendedoras do ramo de alta tecnologia, constatou que aspectos quantitativos como expansão do mercado, aumento de vendas/rendimentos/lucros, maior espaço físico, mais funcionários, foram utilizados pelas empreendedoras para definir crescimento do negócio.

Veio a necessidade de ampliar e nós já fizemos três grandes ampliações aqui. Então, justamente pelas exigências do pessoal que foi chegando. [...] aumentou o movimento, mais funcionários, mudou mesmo o movimento, que é maior agora" (informação verbal)⁶.
Eu comecei sozinha, depois fui contratando de 1, 2, 3, 4, 5, até quando você vê [...] já estava com 31 pessoas. Ai, eu já fui ponderando [...] (informação verbal)⁷.

³ 46 anos, proprietária de uma agência de turismo, uma locadora de veículos e uma livraria.

⁴ 46 anos, proprietária de um ateliê de artes e de fazendas de café.

⁵ 58 anos, proprietária de uma escola de idiomas.

⁶ 53 anos, proprietária de um restaurante e uma pizzaria.

⁷ 58 anos, proprietária de uma empresa que comercializa alimentos e organiza festas,

Uma das empresárias, curiosamente, associa seu crescimento empresarial à sua capacidade de aquisição de bens de consumo. A percepção de crescimento dessa empreendedora do ramo alimentício é a única que se diferencia das encontradas por Jonathan (2003), pois ela mensura seu crescimento a partir dos bens que pôde adquirir à medida que sua empresa foi se expandindo.

Acho que vem crescendo desde que abri um comércio [...] então, se você tá bom: tem um dinheiro para comprar uma geladeira. Ai você vai vendo que está indo bem. Eu vou vendo pelas coisas que você faz, do que seu filho veste, do que seu filho calça, de uma coisa melhor que você pode comprar para casa [...] e se pode dar um pão para os outros. (informação verbal)⁸.

Ao que parece, a maneira com a qual a empresária mensura o crescimento do seu empreendimento pode estar relacionada às dificuldades vivenciadas em sua trajetória de vida, pois ela começou a trabalhar muito cedo, como pode ser observado no trecho a seguir:

Desde sete anos de idade que eu trabalho, ajudava meus pais, olhava as coisas pra eles fazerem, comprarem. Com idade de 12 anos eu comecei a ajudar eles no engenho de caldo de cana [...] ajudei eles muito a trabalharem para poder conseguir as coisas. (informação verbal)⁹.

Essa empresária começou a comprar e vender frutas com o dinheiro poupado através da lavagem de roupa para terceiros. À medida que foram intensificando suas vendas, montou uma barraca em uma feira livre e, posteriormente, passou a comercializar frutas e verduras no Mercado Municipal (conhecido como Mercadão). Através do seu trabalho, adquiriu sua casa própria e um ponto comercial bem localizado no município, no qual permanece atuando até o momento.

⁸ 70 anos, proprietária de uma quitanda.

⁹ 70 anos, proprietária de uma quitanda.

Quando indagadas sobre a situação atual da empresa e o desejo de crescer, foi possível inferir que três das seis empreendedoras entrevistadas não almejam a expansão do negócio. Para Jonathan (2005), o crescimento da empresa assusta algumas empreendedoras, tanto pela ameaça de perda de qualidade quanto pela insegurança referente ao retorno financeiro.

Cresceu e sempre vem crescendo aos poucos. Hoje em dia, nós temos um problema do espaço físico que já é uma coisa que não temos como mexer mais. E eu acho o ideal. Se aumentar mais, a gente termina não tendo controle na qualidade do atendimento, na qualidade do alimento [...] não [...] seria até ruim, eu acho que o ideal é esse mesmo. (informação verbal)¹⁰.

Está estabilizado: nem cresceu, nem decresceu. Está estabilizado há 18 anos e não temos muita vontade de crescer [...] Dá pra sustentar todo mundo, se autossustenta sem stress. Porque se você tem 6 professores, você consegue fazer treinamento contínuo, mas, você não consegue fazer com 50. Você perde o prumo em algum lugar (informação verbal)¹¹.
Encontra estabilizado porque eu não quis mais crescer. Eu não tenho pretensão de crescer mais. Estou com 35 funcionários já têm muitos anos. Está estagnado por opção minha. Eu não quero abrir lojas. Eu não quero abrir uma filial no centro [...] Eu achei tanta proposta de shopping, tanta coisa. Mas eu não quero, prefiro manter aqui. Eu já vendo muito pra fora. Eu não gosto de crescer. Do jeito que está, tá bom demais! A vida é muito curta para eu trabalhar mais do que eu trabalho. (informação verbal)¹².

Os relatos sugerem que as empreendedoras apresentam justificativas para não expandir o

¹⁰ 53 anos, proprietária de um restaurante e uma pizzaria.

¹¹ 58 anos, proprietária de uma escola de idiomas.

¹² 58 anos, proprietária de uma empresa que comercializa alimentos e organiza festas.

negócio. Diante disso, e analisando as particularidades das entrevistadas, pode-se observar que a falta de desejo de crescimento pode estar relacionada à visão de mundo de cada uma, às suas pretensões, aos desejos, sonhos e expectativas. Uma das empresárias chega a relatar que sua administração passada, com falta de preparo profissional e centralização excessiva de poder, a levou a não mais desejar, hoje, crescer.

[...] então, se eu tivesse delegado poderes, administrado mais com a cabeça, acompanhado [...] eu não me desgastaria tanto e talvez eu teria até vontade de crescer hoje, de abrir lojas. Hoje eu não tenho por isso [...]" (informação verbal)¹³.

Contudo, uma das empresárias que, inclusive, possui formação superior em Administração, assevera que o crescimento também é visto como fator fundamental para a permanência da empresa no mercado:

[...] porque não existe esse negócio de ficar parado, estagnado [...] Entendeu? Ou ele cresce ou está morrendo (informação verbal)¹⁴.

Reiterando os achados de Jonathan (2003), o crescimento gradativo foi visto como uma estratégia fundamental para garantir a qualidade e a identidade própria da empresa. Alguns estudos, por um lado, revelam que a problemática do crescimento pode estar correlacionada ao fato de as mulheres apresentarem maior resistência ao crédito, ou até mesmo à dificuldade de obter financiamento (JONATHAN, 2003; MACHADO et al., 2010; WILSON et al., 2007; BOOHENE; SHERIDAN; KOTEY, 2008; ALSOS; ISAKSEN; LJUNGGREN, 2006). Por outro lado, Sexton e Bowman-Upon (1990) revelaram que, apesar de as mulheres serem mais avessas ao risco, isso não

impacta no crescimento da empresa. Machado e outros (2008) constataram que, para muitas mulheres, a ausência de endividamento pode ser sinônimo de sucesso. Dentre as empreendedoras estudadas, encontrou-se uma empresa que enaltece o fato de nunca ter recorrido a recursos externos. Vale salientar que esta empresária, antes de abrir seu próprio negócio, foi bancária e desligou-se do banco ao qual tinha vínculo empregatício há 19 anos no PDV (Programa de Demissão Voluntária). Ademais, seu empreendimento foi um dos poucos, no município de Vitória da Conquista, que foram iniciados com recursos de uma demissão voluntária e que logrou êxito.

A gente também nunca se envolveu com empréstimo. Mas, por outro lado, nós não temos nenhum investimento que deveria ter [...] de tecnologia [...] nós não temos. Nós somos muito tradicionais" (informação verbal)¹⁵.

A resistência ao crédito pode ter relação com as influências que os indivíduos internalizam ao longo de sua existência. Tais influências podem ser advindas da família, caracterizando assim a socialização primária (BERGER; LUCKMANN, 2010; MORENO, 2003).

[...] eu sou dessa criação [...] Assim, de você juntar o dinheiro e com o dinheiro na mão você comprar o que precisa e o [meu esposo] não. Ele já é filho de cafeicultor, viveu vendo o pai pegando empréstimo, investindo, pagando. No entanto, assim, no início, às vezes, eu chorava quando tava perto de vencer uma coisa. Eu falava: é muito dinheiro! E ele falava: a gente tem que ter coragem. E graças a essa coragem que a gente chegou onde nós estamos, porque, pra mim, eu sou uma pessoa mais econômica e eu gosto de trabalhar tranquila [...] (informação verbal)¹⁶.

¹³ 58 anos, proprietária de uma empresa que comercializa alimentos e organiza festas.

¹⁴ 46 anos, proprietária de uma agência de turismo, uma locadora de veículos e uma livraria.

¹⁵ 53 anos, proprietária de um restaurante e uma pizzaria.

¹⁶ 46 anos, proprietária de um ateliê de artes e de fazendas de café

A presente pesquisa revelou então que, de certa forma, algumas mulheres estão superando o medo do crédito bancário e recorrendo a eles, mesmo que com o suporte do companheiro, para investirem em seus empreendimentos. Ademais, as entrevistadas não se referiram a qualquer tipo de barreira no processo de tomada de financiamento nas instituições bancárias da cidade. Este resultado condiz com as constatações evidenciadas por Björnsson e Abraha, (2005), Bruin e Flint-Hartle (2005), Orser, Riding e Manley (2006) e Wilson e outros (2007) que verificaram que mulheres obtinham menos recursos financeiros de instituições bancárias do que os homens. No entanto, isso acontecia porque elas buscavam menos capital externo do que eles e não por discriminação de gênero. Orser, Riding e Manley (2006), inclusive, ao se voltarem para conceitos desenvolvidos pelo pensamento econômico feminista, puderam alertar aqueles que estudam o assunto a respeito da importância de se adotar métodos de pesquisa mais consistentes para se evitar a transmissão de falsas impressões. Aliás, alguns estudos consideraram que os empreendimentos masculinos se destacavam se comparados aos femininos, porque as mulheres pouco buscavam capital externo (ALSOS; ISAKSEN; LJUNGGREN, 2006; WATSON, 2002), inclusive porque eram mais avessas a risco (CARTER; ROBB, 2002).

[...] se eu precisar de um empréstimo na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil, eu vou. Nunca tive problema de ir lá pedir, mostrar minhas necessidades (informação verbal)¹⁷.

O discurso, então, de que empresas geridas por mulheres apresentam dificuldades de crescimento deve ser reavaliado, visto que é preciso levar em consideração o desejo das empreendedoras em crescer

Algumas mulheres estão superando o medo do crédito bancário e recorrendo a eles, mesmo que com o suporte do companheiro, para investirem em seus empreendimentos

ou não. A resistência ao crédito deve ser analisada sob a perspectiva da socialização vivenciada por cada indivíduo ao longo de sua existência, não difundida como uma característica intrínseca ao gênero. Em seu trabalho, Araújo (2006) tentou mostrar os motivos pelos quais mulheres não concorrem a eleições e demonstraram que o financiamento eleitoral é um dos empecilhos por ganhar menos e por ter menos “chance” de serem financiadas para concorrerem. Já os estudos de Machado e outros (2008) revelam que a dificuldade de crescimento está relacionada ao fato de as mulheres terem maior resistência ao crédito, pois, para elas, o endividamento é sinônimo de fracasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar as razões pelas quais empreendedoras optam ou não pelo crescimento podem servir de respaldo para outras pesquisas. Dentre os casos analisados, é possível inferir que algumas empreendedoras optam por frear o crescimento em determinado estágio. As razões são diversas, seja pela preocupação com a perda de qualidade dos produtos/atendimento ou devido ao desgaste físico provocado pelo excesso de trabalho. Dado ao grau de envolvimento com o empreendimento, não se pode pensar em expansão sem aumentar a carga de trabalho.

Com relação à busca por financiamento, as empreendedoras revelaram certa resistência. Assim como foi evidenciado na literatura estudada, para algumas empreendedoras, a falta de endividamento, por um lado, é sinônimo de sucesso. Por outro lado, há empreendedoras que não são avessas ao risco e revelam não encontrarem barreiras em detrimento de ser mulher, ao buscar financiamento.

Ademais, a resistência ou aceitação ao risco mostrou-se fortemente resultante das experiências

¹⁷ 58 anos, proprietária de uma empresa que comercializa alimentos e organiza festas

vivenciadas no processo de socialização das empreendedoras, tendo em vista que a família pareceu exercer forte influência. No que tange à gestão financeira do empreendimento, há uma divisão do que é relacionado à gestão financeira e à gestão de pessoas, sendo que as mulheres, em sua maioria, ficam a cargo da última. Tal fato evidencia que, apesar dos avanços da conquista de espaço das mulheres, ainda há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, ficando cada um responsável por atribuições historicamente delimitadas.

Essa pesquisa mostrou-se uma valiosa oportunidade para se repensar os indivíduos pela lógica da construção social, entendendo que suas vivências impactam direta e indiretamente em suas escolhas organizacionais. Além do mais, leva-nos a compreender que não cabem generalizações do que é próprio a cada indivíduo, mas sim, que devemos analisá-los sob a ótica de suas particularidades.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras: UFLA, 1999.
- ALMEIDA, A. V. C. Educação e leituras femininas: reminiscências do passado. In: COLÓQUIO NACIONAL E COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10, 2013, Vitória da Conquista – BA. *Anais... Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, 2013.
- ALSOS, G. A.; ISAKSEN, E. J.; LJUNGGREN, E. New venture financing and subsequent business growth in men and women-led businesses. *Entrepreneurship Theory and Practice*, San Francisco, v. 30, n. 5, p. 667-668, Sept. 2006.
- ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.
- ALVES, F. E.; SOARES, V. da S. Meninos e meninas: universos diferenciados na família e na escola. In: FAGUNDES, T. C. P. C. (Org.). *Ensaio sobre gênero e educação*. Salvador: UFBA, 2001. p. 115-128.
- ARAÚJO, C. *Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?* 2006. Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/por_que_as_mulheres_ainda_c.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 248 p.
- BETIOL, M. I.; TONELLI, M. J. A mulher executiva e suas relações de trabalho. *RAE*, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 17-33, out./dez. 1991.
- BJÖRNSSON, B.; ABRAHA, D. Counselling encounters between banks and entrepreneurs: a gender perspective. *International Journal of Bank Marketing*, Bradford, v. 23, n. 6, p. 444-463, 2005.
- BOOHENE, R.; SHERIDAN, A.; KOTEY, B. Gender, personal values, strategies and small business performance: a Ghanaian case study. *Equal Opportunities International*, Bingley, v. 27, n. 3, p. 237-257, Jun. 2008.
- BRUIN, A. de; FLINT-HARTLE, S. Entrepreneurial women and private capital the New Zealand perspective. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*, Bingley, v. 11, n. 2, p.108-128, 2005
- BUTTNER, E.H. Examining female entrepreneurs' management style: an application of a relational frame. *Journal of Business Ethics*, [S.I.], v. 29, p. 253-269, fev. 2001.
- BUTTNER, H.; MOORE, D. P. Women's Organizational Exodus to Entrepreneurship: Self- Reported Motivations and Correlates with Success. *Journal of Small Business Management*, [S.I.], v. 35, p. 34-47, Jan. 1997.
- CARTER, N. M.; ROBB, A. The role of risk orientation on financing expectations in new venture creation: Does sex matter. *Frontiers of Entrepreneurship Research*, [S.I.], p. 170-181, 2002.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 144 p.
- CRAMER, L.; LIMA, J. B.; BRITO, M. J. Representações sociais da ação empreendedora. In: ASSEMBLÉIA DO CONSELHO LATINO-AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 37., 2002, Porto Alegre. *Anais... Porto Alegre: UFRGS; CLADEA*, 2002. 1 CD-ROM.
- DHALIWAL, S. Silent contributors: asian female entrepreneurs and women in business. *Women's Studies International Forum*, [S.I.], v. 21, n. 5, p. 463-474, 1998.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *RAUSP*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 05-28, abr./jun. 1999.
- FONTELE-MOURÃO, T. M. *Mulheres no topo da carreira: flexibilidade e persistência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

- GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1996.
- GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- GOMES, A. F. *Ação empreendedora e relações de gênero: um estudo multicase na cidade de Vitória da Conquista, Bahia*. 2010. 440f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2010.
- GOMES, A. F.; SANTANTA, W. G. P.; ARAÚJO, U. P. Empreendedorismo feminino: o estado-da-arte. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.
- HIRATA, H. Divisão capitalista do trabalho. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, 1989.
- JONATHAN, E. G. Empreendedorismo feminino no setor tecnológico brasileiro: dificuldades e tendências. In: ENCONTRO DE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3., 2003, Brasília. *Anais...* Brasília, UEM/UnB, 2003.
- JONATHAN, E. G. Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida. *Psicologia em Estudo*, Maringá, PR, v. 10, n. 3, p. 373-382, set./dez. 2005.
- LIMA, J. B. Ações empreendedoras e práticas da pesquisa em empreendedorismo. In: COLÓQUIO SOBRE EMPREENDEDORISMO E ESTRATÉGIA DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, 1., 2008, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUC-PR, 2008. 1 CD-ROM.
- LOSCOCCO, R. Women in small business, *Gender & Society*, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 523- 529, 1991.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MACEDO, K. B. et al. O processo sucessório em organizações familiares e a exclusão da mulher. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.16, n. 3, p. 69-81, 2004.
- MACHADO, H. Tendências do comportamento gerencial da mulher empreendedora. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu, PR. *Anais...* Foz do Iguaçu, PR: ANPAD, 1999.
- _____. Sucessão familiar e gênero: implicações para estudos sobre empresas familiares. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3., 2003, Brasília. *Anais...* Brasília: UEM; UEL; UnB, 2003, p. 562-573.
- MACHADO, H. Empresas familiares e a formação de sucessoras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006.
- MACHADO, H. V. et al. Mulheres empreendedoras: retrospectiva e perspectivas de estudos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.
- _____. Significados de sucesso e fracasso nos negócios: o que dizem mulheres empreendedoras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. p. 1-11.
- MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 2003.
- MORAES, M. L. Q. de. Usos e abusos da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 99-105, 1998.
- NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n.149, p. 404-421, 2013.
- ORSER, B. J.; RIDING, A. L.; MANLEY, K. Women entrepreneurs and financial capital. *Entrepreneurship Theory and Practice*, New York, v. 30, n. 5, p. 643-665, Sept. 2006.
- PAIVA JÚNIOR, F. G. O empreendedorismo na ação de empreender: uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schtzu. 2004. 369 f. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- PIMENTEL, A. M.; CUNHA, A. R. T. A Trajetória de Celsina Teixeira à testa da família e dos Negócios 1910-1916. In: COLÓQUIO NACIONAL E COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10., 2013, Vitória da Conquista, BA. *Anais...* Vitória da Conquista, BA: UESB, 2013.
- PRIORE, D. M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: _____. *Histórias das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. von. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 205-220.
- RICHARDSON, R. J. (Org.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHA, R. A. da; CERETTA, P. S. Pesquisa qualitativa: um desafio à ciência social. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 1998, Foz do Iguaçu, PR. *Anais...* Foz do Iguaçu, PR: ANPAD, 1998. 1 CD-ROM.
- SCHUMPETER, J. A. Economic theory and entrepreneurial history. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 203-224, jul./dez. 2002.

SCHUMPETER, J. A. *Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process*. New York: McGraw-Hill Book, 1939.

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEXTON, D. L.; BOWMAN-UPTON, N. Female and male entrepreneurs: psychological characteristics and their role in gender-related discrimination. *Journal of Business Venturing*, New York, v. 5, n. 1, p. 29-36, jan. 1990.

SIQUEIRA, M. J. T. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalhos*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

SOUZA, C. F. Competência empreendedora dos gestores de negócios de moda. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005. p. 1-15.

STILL, L.; TIMMS, W. Women's business: the flexible alternative workstyle for women. *Women in Management Review*, [S.l.], v. 15, n. 5/6, p. 272-283, 2000.

TIMMONS, J. A. The entrepreneur. In: _____. *The entrepreneurial mind*. Andover: Brick House, 1989. p. 19-29.

VALE, G. M. V.; SERAFIM, A. C. F. *Embeddedness*, empreendedorismo e gênero: desafios para tornar forte o sexo frágil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. p. 1-17.

WATSON, J. Revisiting the female under-performance hypothesis. In: VESPER, K. H. (Ed.). *Frontiers of entrepreneurship rescasch*. Wellesley: Babson College, 2002. Disponível em: <https://www.babson.edu/entrep/fer/BABSON2002/VI/VI_S6/VI_S6.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

WILSON, F. M. et al. Stephen bank loan officers' perceptions of business owners: the role of gender. *British Journal of Management*, Chichester, v. 18, n. 2, p. 154-171, Feb. 2007.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

Artigo recebido em 3 de julho de 2015
e aprovado em 30 de julho de 2015.

Mulher e política na Bahia – desafios para superar a sub-representação: apesar de ser maioria da população brasileira, as mulheres são minorias em todos os espaços de poder

*Linda Rubim**

*Fernanda Argolo***

* Pós-doutora em Comunicação e Cultura pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora dos cursos de Pós-graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade e do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Miradas.
lindasorubim@gmail.com

** Mestre e doutoranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Centro Multidisciplinar de Estudos em Cultura (Cult) vinculada ao Grupo de Pesquisa Miradas e analista da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
nandaargolo@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de método documental, o desenvolvimento das carreiras políticas femininas na democracia representativa brasileira, com foco nas questões de participação das mulheres na política institucionalizada no estado da Bahia. A partir da avaliação dos resultados dos últimos escrutínios, observou-se os avanços das mulheres no campo político e os empecilhos materiais e simbólicos para sua atuação. A análise aponta para um quadro de sub-representação que ainda demanda muitos esforços e ações políticas para ser revertido.

Palavras-chave: Mulheres políticas. Sub-representação política feminina. Bahia.

Abstract

This paper discuss, from documentary method, the development of female's political careers in Brazilian representative democracy, focusing on women's participation issues in institutionalized politics in the state of Bahia. From the evaluation of the results of the last elections was observed the advancement of women in the political field, and material and symbolic obstacles faced by them. The analysis points to an under-representation framework that still requires much effort and political actions to be reversed.

Keywords: Female politicians. Social policies. Female Political Underrepresentation. Bahia.

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres no espaço público, em especial no campo político, tem apresentado avanços pontuais, mas a assimetria de gênero nos parlamentos ao redor do mundo permanece. Nos países sul-americanos, elas representam a maioria do eleitorado, mas estão sub-representadas em todos os cargos eletivos, mesmo nos países em que já temos mulheres no comando do Executivo nacional, como Argentina, Brasil e Chile. O Brasil ocupa o 116º lugar em representação feminina, segundo a Inter-Parliamentary Union (2015), atrás de quase todos os latino-americanos, de outras nações de língua portuguesa como Angola e Moçambique e dos países do G-7.

Na Bahia, o cenário é o mesmo, e o resultado das últimas eleições para o Legislativo Estadual e Federal, realizada em 2014, materializa as dificuldades e expõe as fraturas do processo de inserção das mulheres na política institucionalizada. Ressalte-se que, nesse escrutínio, o número de candidatas aumenta, mas o número de eleitas continua deficitário.

O debate da sub-representação, para além dos números, se amplia então para questionar e problematizar as desigualdades instituídas pela hierarquia dos gêneros, as distorções do sistema eleitoral, e a eficácia das políticas afirmativas vigentes.

Assim, a partir de método documental, iniciamos de modo embrionário uma reflexão sobre o percurso das mulheres na política institucionalizada, identificando as estratégias empregadas para ampliar a participação das mulheres no campo político e os empecilhos simbólicos e formais para que esse processo de inclusão seja efetivo, com foco especial na trajetória e desempenho das mulheres políticas na Bahia.

A conquista do voto e as ações afirmativas

Os séculos de afastamento da esfera pública comprometeram sobremaneira a inserção das mulheres no campo político. Até 1788, as mulheres

não tinham acesso aos pleitos eleitorais. Neste mesmo ano, as norte-americanas alcançaram o direito de se candidatar, ainda que só 132 anos depois obtivessem o direito ao voto. A regulamentação desse direito ocorreu de modo disperso em todo o mundo, ao longo do século XX, e terminou no início do século XXI. O Kwait foi o último país a autorizar o voto e a candidatura feminina, em 2005. Na Arábia Saudita, o direito ao voto ainda é um privilégio masculino, assim como a candidatura (MALA, 2002).

Na América Latina, o primeiro país a autorizar o voto feminino foi o Equador, em 1929, seguido pelo Chile e o Uruguai, em 1931, e o Brasil, em 1932. Apenas na década de 1960, a conquista dos direitos eleitorais foi finalizada na região, com a alteração das constituições do Paraguai e de El Salvador. Mas ainda que a regulamentação desses direitos estivesse finalizada, a representação feminina não apresentava números significativos (INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS, 2012). As ditaduras militares, que se estabeleceram em diversos países latinos, infligiram mais barreiras ao desenvolvimento das carreiras políticas femininas. Países como Brasil, Argentina e Chile passaram pelo processo de dominação militar que impôs sérias restrições à participação política e à liberdade de expressão. Logo, a luta pelos direitos da mulher deu lugar à luta pelo retorno da democracia e pela anistia.

Mesmo com o poder de votar e ser votada, a mulher nunca ocupou, em proporções similares às dos homens, as cadeiras do Parlamento, tampouco os cargos do Executivo. Esperava-se que a regulamentação dos direitos eleitorais fosse condição suficiente para que esse cenário se invertesse. No entanto, “podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também aquilo que uma vez foi ficou inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 1989, p. 100). A lei estava em vigor, mas nem as mulheres, nem os partidos, nem o parlamento conseguiam transformar as rotinas e

as heranças culturais, a ponto de tornar a balança do poder mais equilibrada. Ou, como diriam os juristas, não havia posituação do direito.

Esse descompasso na ocupação das cadeiras parlamentares foi percebido já no início de 1970, por ativistas de organizações não governamentais de defesa das mulheres e pela Organização das Nações Unidas.

Uma das questões que movia o debate era que o número de mulheres eleitoras por vezes era maior que o número de homens, mas isso não se refletia nos quadros representativos, tampouco nas candidaturas. Diante deste diagnóstico, a ONU e demais organismos entenderam que era necessário estabelecer políticas afirmativas que garantissem maior representatividade feminina na esfera pública de decisão.

Em 1979, as Nações Unidas aprovaram um acordo que previa a aplicação de políticas afirmativas e fixava uma agenda de promoção da equidade entre homens e mulheres. Em dezembro deste mesmo ano, a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher” traz, em seu artigo 4º, no inciso 1º, a proposta de ações afirmativas:

A adoção pelos Estados Partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, e de nenhuma maneira implicará a manutenção de normas desiguais ou separadas. Essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdade, de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979, p. 2).

Apesar do compromisso firmado com as Nações Unidas, a presença das mulheres nas casas parlamentares não aumentou significativamente, e o tão sonhado equilíbrio representativo não se

concretizou. Alguns países instituíram políticas de cotas, de diferentes estilos. Os dois tipos mais utilizados são as cotas de participação como candida-

to e a reserva de assentos. Na cota de participação, os partidos políticos são obrigados por lei a preencher uma porcentagem mínima de candidatas na lista eleitoral. Já a reserva de assentos determina o número de

cadeiras no parlamento que devem ser ocupadas por mulheres em uma legislatura. Essa especificação deve estar expressa na Constituição ou na legislação eleitoral.

No entanto, é preciso entender que o sistema de cotas tem suas limitações e não funciona com o mesmo sucesso em qualquer lugar. No caso específico da América Latina, os resultados diferem muito entre os países. A Argentina regulamentou a política de cotas por participação de candidatas, desde 1991, e obteve resultados muito positivos, tornando-se o país mais bem-sucedido da região no *ranking* mundial da Interparliamentary Union (2015), ocupando o 22º lugar. Os partidos argentinos já conseguem preencher as listas eleitorais em número superior ao estabelecido pela cota. No Brasil, as cotas seguiram o modelo argentino, mas só foram legisladas em 1997. Embora as mulheres representem a maioria do eleitorado, estão sub-representadas em todos os cargos eletivos. Em sua defesa, os partidos políticos alegam dificuldades em preencher as listas eleitorais com candidatas, devido à baixa participação das mulheres nessas instituições.

O desenvolvimento democrático de cada país também tem impactado a definição dos percentuais a serem preenchidos. Na Costa Rica, a porcentagem é de 40%, Brasil e Argentina fixaram em 30%, 25% no Peru e na República Dominicana, e 20% no Paraguai, este com uma larga história de governos autoritários. No total, dez países latino-americanos aderiram ao sistema de cotas

feminino. Em Beijing, em 1995, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, 184 países assinaram a Plataforma de Ação Mundial, que dispunha sobre estratégias e medidas contra as situações de opressão, violência e marginalização vivenciadas pelas mulheres. Uma das ações propostas era a de estabelecer, até 2005, um percentual de 50% de mulheres e 50% de homens ocupando espaços no parlamento. Conforme os números já apresentados, o projeto não atingiu suas metas (UNITED NATIONS, 2003).

Sobre a aplicação da política de cotas no Brasil, a pesquisadora Araújo (2001) pondera sobre os diferentes fatores que compõem o sistema político e eleitoral, e que impactam a eficácia dessa política no país. Araújo (2001) identificou que, em outros países da América Latina, os resultados obtidos com o advento das cotas foram superiores aos do Brasil, o que enfraquece o argumento de que o pouco tempo de aplicação da política seja o responsável pelo baixo rendimento verificado. Após a avaliação dos fatores políticos sobre a eficácia das cotas, a autora propôs o seguinte balanço:

Embora os dados disponíveis não permitam conclusões definitivas, os resultados obtidos até o momento não apontam para um balanço muito favorável. Em termos de alterações nas candidaturas, o balanço é parcialmente positivo, pois elevou razoavelmente o número de candidatas. Contudo, em termos de impacto sobre os eleitos, os resultados são inócuos. E as avaliações necessitam considerar isto. Entre os fatores que também interferem no processo e determinam resultados diferenciados, mereceram destaque o tipo de sistema eleitoral e mais especificamente de lista eleitoral, a cultura política, além das características da lei de cotas aprovada no país, que tendem a limitar sua eficácia. (ARAÚJO, 2001, p. 247).

Se a política de cotas garante a participação de mulheres nas eleições e de certo modo sua presença nas casas parlamentares, ainda que mínima, a cultura do parlamento exige outros enfrentamentos de gênero

Os estudos demonstram ainda que, se a política de cotas garante a participação de mulheres nas eleições e de certo modo sua presença nas casas parlamentares, ainda que mínima, a cultura do parlamento exige outros enfrentamentos de gênero. A socialização diferenciada das mulheres com a orientação para determinados estereótipos limita sua atuação, na medida em que a própria mulher se vê desqualificada para atuar em certas áreas. Esse comportamento nos remete aos postulados de Bourdieu (2011, p. 130) sobre o exercício da dominação simbólica, neste caso a dominação masculina, e de como “o dominado tende a adotar sobre si mesmo, o ponto de vista dominante”. Em investigação sobre o trabalho das deputadas brasileiras, a socióloga Pinheiro (2007, p. 163) observou que:

O capital político que as deputadas carregam é simbólico, e, portanto, depende não apenas do que a deputada faz, dos cargos que ocupa, da trajetória que carrega. Depende também, de como seus pares a veem, do que esperam dela e do que acreditam ser ela capaz. Essa crença remete, por sua vez, ao mundo da dominação simbólica. Sendo produzida socialmente, incute nos deputados e nas próprias deputadas a visão de que elas são mais aptas para o mundo social, para as questões que exigem atributos típicos da maternagem e do feminino, tais como solidariedade, compaixão, paciência.

Ademais, a ocupação de postos de poder privilegiados sempre gera tensões e, assim, existe o enfrentamento entre quem sempre esteve no poder e o elemento novo, no caso, a mulher. O homem, que ainda é maioria nas casas parlamentares, se vê ameaçado em seu *status quo* e mantém, com firmeza, determinados nichos considerados de sua “natural” competência.

A forma como os deputados se colocam no campo e reproduzem as crenças que sustentam a dominação simbólica e os *habitus*¹ de gênero influenciam, de maneira importante, o espaço que as deputadas têm para inserirem-se na esfera política institucional. Mas a maneira como as mulheres atuam nesse espaço pode ameaçar a posição até então consolidada dos homens, impulsionando outras manifestações simbólicas cujo objetivo é “colocar as mulheres de volta aos seus lugares tradicionais”. (PINHEIRO, 2007, p. 133-134).

Para Young (2006), as diferenças de gênero são estruturais e demarcam possibilidades e restrições de atuação dos indivíduos. Um dos maiores desafios é ultrapassar as barreiras impostas pelo corporativismo masculino, no âmbito dos partidos e das instituições parlamentares. Mala identifica essas barreiras em sua pesquisa sobre mulheres e poder na América Latina: “as mulheres continuam sub-representadas na direção dos partidos políticos e nas candidaturas para eleições populares” (MALA, 2002, p. 24, tradução nossa).

Após investigação sobre a participação feminina nas eleições de 2010, a pesquisadora Fernanda Feitosa identificou dificuldades para a inserção política das mulheres, pela via partidária tradicional, e apontou os traços de conservadorismo que permanecem nos partidos políticos.

¹ Pinheiro (2007) utiliza o conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu (1989). Conforme Setton (2002), Bourdieu desenvolveu esse conceito a partir da necessidade de “apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionantes sociais” (SETTON, 2002, p. 62). Bourdieu ressalta que essas disposições não são fixas, não são a personalidade nem a identidade dos indivíduos: “*habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa” (BOURDIEU, 1989, p. 83). A partir dos postulados de Bourdieu (1989), Setton (2002) propõe uma definição para o conceito de *habitus*: “Concebo o conceito de *habitus* como um instrumento conceptual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores, e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. *Habitus* não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Embora controversa, creio que a teoria do *habitus* me habilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo” (SETTON, 2002, p. 61).

Os partidos políticos são as instituições mais resistentes a abrir-se à participação política das mulheres. Existe uma correlação de forças, uma natural disputa por espaços de poder, uma vez que cada vaga que se abre a uma mulher implica a redução da participação masculina. Dessa forma, a inserção da mulher na política brasileira acontece não por meio da política formal, mas sim pela sua atuação em instituições da sociedade civil. Além disso, os estudos feitos nos últimos anos constataram que os eleitores estão mais dispostos a votar tanto em homens como em mulheres em igualdade de condições, enquanto os partidos e, sobretudo, as elites políticas mostram um conservadorismo exacerbado. (FEITOSA, 2012, p. 164).

Nas últimas eleições, em 2014, houve um aumento de 46,5% no número de candidatas em comparação às eleições de 2010. Entretanto isso não refletiu um crescimento substancial na participação das mulheres em cargos públicos eletivos. O congresso elegeu 51 deputadas, o que corresponde a 9,9% das vagas (513 cadeiras). A relação é de menos de uma mulher para cada dez deputados homens eleitos. No Senado, temos 11 mulheres eleitas em um total de 81 vagas, ou 13,6% da Casa. No Executivo, os resultados não foram animadores, com a eleição de apenas uma mulher para o governo do Estado, Suely Campos, em Roraima (BRASIL, 2015, p. 17 -19).

Outros aspectos que compõem a dinâmica de acesso aos cargos da democracia representativa também necessitam atenção. Além da instância partidária, há questões referentes ao sistema eleitoral adotado², aspectos sociais como a divisão sexual do trabalho, que ainda estabelece dupla jornada para as mulheres, expressa pela equação atividades do espaço público + atividades do espaço privado, além das expectativas do eleitorado.

² De modo geral, a literatura argumenta que o tipo de sistema eleitoral afeta o desempenho das mulheres, especialmente em três aspectos: tipo de representação, majoritária ou proporcional; sistema de voto e candidatura; e tamanho do distrito. Ver: Archenti, Tula (2013) e Araújo (2009).

Após o Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder, realizado em 2000, com o objetivo de avaliar os primeiros resultados das políticas de cotas e discutir alternativas para o empoderamento das mulheres, as pesquisadoras Grossi e Miguel (2001) identificaram, por meio de depoimentos colhidos durante o evento, que a vida familiar é um dos principais empecilhos para o desenvolvimento da carreira política da mulher.

Os depoimentos do seminário nos mostram que ainda é difícil para as mulheres optar pela política, como carreira, pois existem inúmeros empecilhos que se colocam no âmbito familiar, seja pela resistência dos maridos, seja pela forma de lidar com questões domésticas, como filhos e cuidados com a casa. Não há dúvida de que a presença de mulheres nas câmaras municipais, estaduais e federais, transforma as relações de gênero em diferentes instâncias, não apenas no mundo da política, mas também no campo das relações familiares e afetivas, como testemunharam várias das presentes. (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 191).

A dupla jornada acarretaria prejuízo à entrada das mulheres no parlamento e, também, ao desenvolvimento de suas carreiras. Mesmo aquelas já inseridas no campo político podem apresentar menor “ambição” de crescimento na estrutura hierárquica, devido aos compromissos com a estrutura familiar. Ainda que as mulheres tenham conquistado mais oportunidades no espaço público, de um modo geral, não houve redistribuição das tarefas domésticas e familiares. A interferência desse dado para o desenvolvimento político das carreiras femininas e o acúmulo de capital político está em seu impacto sobre um dos principais requisitos para o exercício político já mencionado, qual seja o tempo livre para ação política.

Para as mulheres há uma tensão entre o tempo do ‘agir’ do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida que

deve ser cuidada e reproduzida. A falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera do social para a do político.

(ÁVILA, 2004, p. 10).

O tempo livre foi também identificado por Miguel e Birolli (2010) como o recurso material que mais contribui para o comprometimento da carreira feminina na política. Os autores enumeram dinheiro,

tempo livre e rede de contatos como recursos para a participação política e a disputa de cargos públicos. A partir da avaliação da literatura sobre o tema, os autores concluíram que a falta de tempo livre para a dedicação à carreira é o ponto de maior estrangimento material para a participação política feminina.

Não se trata apenas de tempo no cumprimento das tarefas, mas também da responsabilidade sobre elas, uma vez que, mesmo com todas as mudanças, o papel masculino ainda é o de ‘ajudar’ em algo que compete às mulheres. Isso significa que, além de um conjunto de atividades a serem cumpridas, a gestão da unidade doméstica e a atenção às crianças (assim como aos idosos, aos doentes, aos incapacitados) são preocupações permanentes que toquem o foco quase exclusivo na carreira exigido em ambientes competitivos, como a própria política. (MIGUEL; BIROLLI, 2010, p. 671).

Apesar das dificuldades, a América Latina assistiu, nos últimos 15 anos, à ascensão de quatro mulheres ao *status* de presidente da República, com três reeleitas: Cristina Kirchner foi vitoriosa em 2010 e continua à frente do Executivo da Argentina; Michelle Bachelet, no Chile, em 2006 e 2014, e Dilma Rousseff no Brasil, 2010 e 2014.

Representação política das mulheres na Bahia, a assimetria de gênero permanece

A participação das baianas na política institucionalizada foi iniciada nas eleições de 1934. Neste

ano, Edith Gama Abreu, presidenta da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, candidatou-se sem sucesso à Assembleia Nacional Constituinte. E para a Assembleia Constituinte da Bahia, a advogada Maria Luiza Bittencourt foi eleita suplente do deputado Humberto Pacheco Miranda. A única mulher eleita deputada federal no país, naquele ano, foi a médica paulista Carlota Pereira Queiróz.

O fechamento do Congresso Nacional Brasileiro, em 1937³, compromete o desenvolvimento das carreiras políticas femininas no legislativo. Em 1945, com o fim do Estado Novo, as mulheres votaram pela primeira vez em eleições para a presidência da República. Até 1964, ano do Golpe Militar que instauraria um novo período ditatorial no Brasil, apenas duas mulheres exerceram mandatos de deputadas federais: Ivete Vargas, representante de São Paulo, nas legislaturas de 1951-1955, 1955-1959 e 1959-1963; e Nita Costa, representante da Bahia, na legislatura de 1955-1959. O golpe reconfigura a participação política feminina. Além dos partidos tradicionais e oficiais, as mulheres também atuam nas organizações de resistência ao regime ditatorial militar. É a fase da mulher militante, em que a luta pelo retorno ao regime democrático sobrepõe-se às questões de caráter eminentemente feminista. Na Bahia houve uma forte mobilização das mulheres na luta pela anistia e pela redemocratização, mas após a reabertura do Congresso e do pluripartidarismo, isso não se converteu em candidaturas, tampouco em aumento da representação feminina baiana. Até o ano de 1985, com eleições indiretas para o Congresso, em que a escolha dos representantes ficava a cargo de um Colégio Eleitoral, tivemos 20 deputadas federais,

conforme as legislaturas (Tabela 1 a Tabela 5, a seguir) (BRASIL, 2012). Ressalte-se que pelo menos cinco nomes se repetem em legislaturas diferentes, e temos apenas uma representante baiana nas legislaturas de 1967-1971, e 1971-1975.

Tabela 1
Legislatura – 1967-1971

Deputada Federal	Partido	Representação por UF
Ivete Vargas	MDB	São Paulo
Júlia Steinbruch	MDB	Rio de Janeiro
Lígia de Andrade	MDB	Santa Catarina
Maria Lúcia Araújo	MDB	Acre
Necy Novaes	ARENA	Bahia
Nísia Carone	MDB	Minas Gerais

Fonte: Brasil (2012).

Tabela 2
Legislatura – 1971-1975

Deputada Federal	Partido	Representação por UF
Necy Novaes	ARENA	Bahia

Fonte: Brasil (2012).

Tabela 3
Legislatura – 1975-1979

Deputada Federal	Partido	Representação por UF
Lígia Lessa Bastos	ARENA	Rio de Janeiro

Fonte: Brasil (2012).

Tabela 4
Legislatura – 1979-1983

Deputada Federal	Partido	Representação por UF
Cristina Tavares	MDB	Pernambuco
Júnia Marise	MDB	Minas Gerais
Lígia Lessa Bastos	ARENA	Rio de Janeiro
Lúcia Viveiros	MDB	Pará

Fonte: Brasil (2012).

Tabela 5
Legislatura 1983-1987 – retorno do pluripartidarismo

Deputada Federal	Partido	Representação por UF
Bete Mendes	PT	São Paulo
Cristina Tavares	PMDB	Pernambuco
Irma Passoni	PT	São Paulo
Ivete Vargas	PTB	São Paulo
Júnia Marise	PMDB	Minas Gerais
Lúcia Viveiros	PMDB	Pará
Myrthes Bevilacqua	PMDB	Espírito Santo
Rita Furtado	PDS	Rondônia

Fonte: Brasil (2012).

³ Em 30 de setembro de 1937, às vésperas das eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, foi denunciado pelo governo de Getúlio Vargas um suposto plano comunista para a tomada do poder. Descobriu-se, posteriormente, que o Plano Cohen, como ficou conhecido, era uma farsa organizada pelo capitão Olímpio Mourão Filho, do Partido Integralista, o mesmo que daria início ao Golpe Militar de 1964. A notícia do plano gerou uma comoção popular e havia certa instabilidade política gerada pela Intentona Comunista. Alegando receio de novas revoluções comunistas, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, sem resistências, deu um Golpe de Estado e instaurou uma ditadura, via pronunciamento transmitido por rádio a todo o País (MORAIS, 1994; NETO, 2013).

Os números das últimas eleições pré-diretas já indicam maior participação feminina. O retorno ao pluripartidarismo oportunizou a inserção de mais mulheres nos partidos políticos e também nas disputas eletivas. Entretanto, o número de mulheres no parlamento e em mandatos do Executivo continuou aquém do esperado, dado que se repetia em quase todos os países e provocou o debate nas Nações Unidas sobre a sub-representação feminina.

Com o retorno das eleições diretas, em 1989, e após a mobilização da ONU e de outras organizações da sociedade civil para o fortalecimento da participação feminina na política institucionalizada, observou-se um crescimento no número de mulheres eleitas para cargos públicos. Esse movimento vem acompanhado do aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e da conquista de direitos sociais. Para enfatizar como a evolução legislativa foi importante para que, gradualmente, as mulheres venham ganhando o espaço público, Pinto (2003, p. 47) relembra que, até 1962, a Constituição de 1946 (BRASIL, 1946) conferia aos maridos o direito de controlar o exercício da cidadania de suas esposas, podendo negar-lhes a permissão para trabalhar. O Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, 1962), de 1962, diminuiu as restrições, e garantiu o exercício da profissão às mulheres, ainda que não avançasse em outros setores. Juridicamente a situação estava resolvida, mas culturalmente os impedimentos para o desenvolvimento da carreira pública da mulher casada ainda vigiam, e foram necessários muitos anos, novos ajustes na legislação, e no modelo de desenvolvimento econômico para que esse quadro de subordinação fosse alterado de fato.

A nível nacional, a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, para o cargo mais alto do executivo federal, representou, em dados objetivos, o aumento no número de lideranças femininas no Governo, distribuídas entre ministérios, empresas públicas e autarquias. Motivou ainda alterações no regimento

A Bahia é o quinto estado do Brasil em números absolutos de representação política das mulheres nas Casas Legislativas

interno do PT, que estabeleceu uma cota de 50% para mulheres na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias. Ademais, o “fator Dilma”⁴, associado à política de cotas, tem estimulado os partidos a investirem mais em candidaturas femininas. Entretanto esse crescimento ainda é tímido e, em termos globais, os números da participação feminina em cargos eletivos no país ainda são baixos em relação ao número de vagas.

A Bahia é o quinto estado do Brasil em números absolutos de representação política das mulheres nas Casas Legislativas. Nas últimas eleições, em 2014, houve um total de 233 candidaturas femininas para concorrer as 107 vagas da disputa aos cargos de deputado estadual, deputado federal, senador (1º e 2º suplente), governador e vice-Governador. O número expressa um crescimento em relação ao escrutínio de 2010 (136 candidaturas), mas somente 11 mulheres, o equivalente a 4,7%, foram eleitas: sete deputadas estaduais, três deputadas federais e uma segunda suplente do Senado (BAHIA, 2014).

Das sete deputadas estaduais eleitas, seis estão em mandato consecutivo (Neusa Cadore, Ivana Bastos, Maria Del Carmem, Luiza Maia, Ângela Sousa e Fátima Nunes). Esse dado indica a consolidação pelas deputadas de uma base eleitoral expressiva. Por outro lado, aponta para um *déficit* de capital político das outras candidatas, para a ausência de novas personagens femininas no campo político baiano que possuam as condições necessárias a uma disputa eletiva. Isso ocorre por diferentes motivos, entre eles as dificuldades de patrocínio para custeio da campanha eleitoral e a baixa exposição na mídia. Sobre o tema, a deputada Neusa Cadore (PT) afirmou em entrevista ao periódico Tribuna da Bahia (MACHADO, 2014) que o alto

⁴ Termo empregado pelo jornal *O Vale*, para falar da possível causa do aumento do número de candidatas nas eleições municipais no Vale do Paraíba.

custo da campanha e o baixo apoio dos partidos ainda são as principais causas para a baixa participação das mulheres na política institucionalizada.

A via partidária como fonte de capital é ainda uma das mais difíceis para as mulheres, especialmente porque o interesse em patrocinar as campanhas femininas não é grande. Os estudos sobre a relação entre mulheres e partidos políticos, tanto na América Latina quanto em outras partes do mundo, indicam que a entrada nessas instituições ainda é fraca e o movimento de mulheres dos partidos acaba assumindo atividades de caráter subalterno, voltadas ao apoio das candidaturas masculinas. A indicação de uma mulher pelo partido para eleições de grande peso, como Governo, Senado e Presidência da República, é rara e vai depender muito mais de um capital político externo da mulher do que de sua inserção partidária.

Adicionalmente há outro dado relevante a ser considerado, as chamadas candidaturas tampões. Essas últimas referem-se às candidaturas registradas pelos partidos políticos apenas para o cumprimento do percentual de candidatas mulheres estabelecido por lei. Pouco antes das eleições de 2014, a bancada feminina da Câmara dos Deputados realizou um movimento junto ao Ministério Público Federal para coibir a proliferação das candidaturas “laranjas”. Neste sentido, a coordenadora da bancada, a deputada Jô Moraes (PCdoB) avaliou:

Os políticos não preparam as mulheres para serem eleitas, com recursos materiais, máquina política, propaganda. Quando chega na hora da eleição, para cumprir a legislação, eles põem no registro das chapas nomes femininos. O que temos sentido é que eles transformam esses nomes em cabos eleitorais, ao invés de candidaturas para valer (MORAES, 2014 apud CÂMARA NOTÍCIAS, 2014).

A via partidária como fonte de capital é ainda uma das mais difíceis para as mulheres, especialmente porque o interesse em patrocinar as campanhas femininas não é grande

Para a Câmara dos Deputados, dos 39 baianos eleitos, temos apenas três mulheres: Alice Portugal (PCdoB), Moema Gramacho (PT), e Tia Eron (PRB). O perfil das deputadas comprova que a atuação na militância estudantil e nos movimentos sociais têm sido importantes para a consolidação das lideranças femininas e o acúmulo de capital político. A atuação em movimentos sociais e organizações da sociedade civil constituem-se em uma das principais vias de acesso das mulheres ao campo político, especialmente pela possibilidade de formação de base eleitoral nas comunidades ou grupos identificados com a militância.

Em oposição ao baixo sucesso eleitoral para as Casas Legislativas, a eleição de 2012 para o executivo municipal representou um crescimento de 36% de mulheres eleitas em relação às eleições de 2008. A Bahia foi o terceiro estado em número de prefeitas, com 64 eleitas. O estado com maior número foi Minas Gerais, com 71, seguido por São Paulo, com 67 (BRASIL, 2015, p. 17).

Ainda como efeito desse crescimento na participação política das mulheres no executivo baiano, pela primeira vez, a União dos Prefeitos da Bahia elegeu uma mulher para a presidência da instituição, a prefeita de Cardeal da Silva, Maria Quitéria. Em 2015, ela foi reeleita para a função, com 257 votos, entre 330 votantes (MARQUES; FARIAS, 2015).

O perfil das mulheres eleitas nas prefeituras baianas indica que o contato inicial das gestoras com a política ocorreu no âmbito familiar, mais de 50% contou com o capital político da família para entrarem na carreira. A propósito, o capital político familiar constitui-se em uma das principais vias de acesso das mulheres ao campo político. Tenta-se fazer uma transferência de votos pela tradição da família no campo, prática recorrente na política brasileira, e uma característica muito forte na região nordeste (COSTA, 1998). Lembremos que a

primeira prefeita eleita no Brasil, no Rio Grande do Norte, era filha de um importante político da região e esposa de um pré-candidato ao governo do Estado. Até hoje a assunção de figuras femininas ao poder, por meio da aliança familiar, acontece, ainda que isso não seja um privilégio feminino, mas uma característica da política mundial, baseada em ganhos econômicos suportados pela hierarquia do poder. O professor de direito público da Universidade Federal do Paraná, Fabrício Tomio, destaca que “quando o voto é nominal, é mais fácil transferir o prestígio pelo sobrenome” (SOBRINHO, 2012).

Finalizando o balanço da participação das mulheres nas últimas eleições, verificamos também o desempenho para as Câmaras Municipais. Em 2012, foram eleitas 7.648 mulheres para um total de 57.353 vagas no país, representando 13,3% de participação feminina na representação parlamentar municipal. O número de candidaturas cresceu com especial destaque para as Regiões Norte e Nordeste, que somadas elegeram 3.643 vereadoras. Na Bahia foram eleitas 548 vereadoras, o que corresponde a 12,5% do total de vagas (ALVES, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos números gerais da participação das mulheres na política institucionalizada, verifica-se que a sub-representação persiste em grande escala, que a evolução desses números vem ocorrendo de maneira lenta e imprecisa. Os dados da Bahia confirmam as dificuldades já apontadas pela literatura para a integração da mulher ao campo político e ao desenvolvimento da carreira. Os empecilhos materiais e simbólicos continuam se impondo como óbices para que as mulheres ocupem os espaços de poder. Ainda que demograficamente elas representem 51,4% da população brasileira, não há um equilíbrio na esfera parlamentar, e o caminho para a paridade é bastante longo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. O avanço da mulher na eleição e o déficit de gênero. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/198600-1>>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.
- _____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 2, p. 23-59, jul./dez. 2009.
- ARCHENTI, N.; TULA, M. I. *Las mujeres al poder? Cuotas y paridad de género en América Latina*. Salamanca: Instituto de Ibero-América, 2013. (Comunicação oral).
- ÁVILA, M. B. Vida cotidiana e uso do tempo pelas mulheres. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. *Percentual de mulheres eleitas na Bahia é de apenas 47 das que concorreram*. Disponível em: <<http://www.tre-ba.jus.br/noticias-tre-ba/2014/Novembro/percentual-de-mulheres-eleitas-na-bahia-e-de-47-das-que-concorreram>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.
- BRASIL. Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 03 set. 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/4121.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.
- BRASIL. Secretaria de Políticas Especiais para Mulheres. *As mulheres nas eleições 2014*. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2014/as-mulheres-nas-eleicoes-2014-livro.pdf/view>> Acesso em: 15 maio 2015.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Candidatos eleitos entre 1945-1990*. 2012. Disponível em: <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1137767393681918::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S.>>. Acesso em: 17 out. 2012.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

- COSTA, A. A. *As donas no poder*; mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.
- CÂMARA NOTÍCIAS. *Deputadas querem evitar uso de candidatas apenas para cumprir cota eleitoral*. 2014. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/464157-DEPUTADAS-QUEREM-EVITAR-USO-DE-CANDIDATAS-APENAS-PARA-CUMPRIR-COTA-ELEITORAL.html>>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- FEITOSA, F. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, J.; PINTO, C.; JORDÃO, F. (Org.). *Mulheres nas eleições de 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 139-166.
- GROSSI, M.; MIGUEL, S. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.
- INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. *El camino hacia una democracia sustantiva: la participación política de las mujeres en las Américas*. Disponível em: <<http://www.cidh.org>>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in national parliaments*. 2015. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em: 6 set. 2015.
- MACHADO, L. Bahia tem mais candidatas e menos mulheres eleitas para a Assembleia. *Tribuna da Bahia online*. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2014/10/14/bahia-tem-mais-candidatas-menos-mulheres-eleitas-para-assembleia>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- MALA, H. Mujeres y poder político em Latinoamérica. In: MALA, Htun (Org.). *Mujeres en parlamento: más allá de los números*. Estocolmo: Serie Manuales, Internacional IDEA, 2002. p. 19-43.
- MARQUES, E.; FARIAS, R. Maria Quitéria é reeleita presidente da UPB. *Bahia Notícias*, Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/noticia/165953-eleicao-da-upb-registra-330-votos-total-maior-que-o-contabilizado-em-bienio-anterior.html>. Acesso em: 16 jan. 2015.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010.
- MORAIS, F. *Chatô, rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 431- 434.
- NETO, L. *Getúlio Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*. 18 de dezembro de 1979. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/english/law/cedaw.htm>>. Acesso em: 10 maio 2012.
- _____. *Lei internacional de direitos humanos*. [S.I.]: ONU, 1948.
- PINHEIRO, L. *Vozes femininas: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SETTON, M. da G. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/jun./jul./ago. 2002.
- SOBRINHO, W. *Herança de pai para filho na política garante famílias no poder por gerações*. 2012. Disponível em: <<http://www.noticias7.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- UNITED NATIONS. *The convention on the elimination of all forms of discrimination against women and its optional protocol*. Switzerland: IPU, 2003.
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidades e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Artigo recebido em 8 de junho de 2015
e aprovado em 31 de agosto de 2015.

O impacto do trabalho feminino nas famílias em situação de vulnerabilidade social

*Arlete Moura Almeida**

*Alberta Emília Dolores de Goes***

* Graduada em Serviço Social pela Universidade de Santo Amaro (Unisa).

** Mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Assistente social judiciária do Tribunal de Justiça de São Paulo e professora do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro (Unisa).

Resumo

A presente pesquisa investigou o trabalho feminino nas famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade decorrente de gênero e pobreza, objetivando compreender a precarização e a discriminação desse trabalho em suas diversas jornadas. Percebe-se que a precarização das atividades reservadas na divisão sexual do trabalho, no que tange ao gênero feminino – entendida como “tripla jornada” –, diminui a possibilidade de esses sujeitos terem maior autonomia e oportunidades equivalentes às dos homens e de se desenvolverem humanamente.

Palavras-chave: Trabalho. Gênero. Mulher. Família. Vulnerabilidade social.

Abstract

The research investigated the female labor in families experiencing a situation of vulnerability, aiming to understand the precariousness and discrimination that work in their various journeys. It is noticed that the precariousness of the reserved activities in the sexual division of labor with regard to female - understood as 'triple journey' - decreases the ability of these individuals to have greater autonomy, develop humanly and have opportunities equal to men.

Keywords: Work. Gender. Woman. Family. Social vulnerability.

INTRODUÇÃO

Ser mulher em uma sociedade classista, altamente desigual e patriarcal representa uma complexa trama, marcada pelo acúmulo de funções, principalmente para as pertencentes às famílias pobres, em que o trabalho representa a sua forma de subsistência. Assim, ser mãe, ser profissional e ser dona de casa torna-se uma “tripla jornada”, manipulada pelos interesses capitalistas.

Essa condição é sustentada pelos papéis de gênero, aos quais se está condicionado desde muito cedo, através do espaço de reprodução e pelas construções sociais distintas e hierárquicas. Esses papéis definem diferentes comportamentos na sociedade, que são incorporados por meninas e meninos por meio de socialização, dos brinquedos, das cores, entre outros elementos.

Tal condição é ainda mais acirrada nas camadas populares em relação à situação da mulher, que é condicionada, desde pequena, a assumir o papel de cuidadora e dependente, ou seja, ser a dona do lar, cuidar dos irmãos e depois dos filhos e até mesmo do próprio companheiro. De modo geral, o trabalho feminino no espaço público assume uma forma secundária e complementar de acordo com as necessidades da família e dos próprios vínculos existentes nesse espaço.

O que se observa é que, em sua maioria, as mulheres, quando inseridas no mercado de trabalho, ocupam cargos de maior subordinação em relação aos homens, definindo, assim, funções e profissões distintas, sendo as masculinas de maior prestígio social em relação às femininas.

Assim, este estudo pretende analisar aspectos relevantes que apontam para o lugar ocupado pelo feminino ao longo do tempo, da história e na atual conjuntura, bem como os impactos do trabalho feminino em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

COISAS DE MENINA

As mulheres, quando inseridas no mercado de trabalho, ocupam cargos de maior subordinação em relação aos homens

Inicialmente, para se introduzir a discussão de gênero, a temática será abordada a partir da reflexão sobre os contos de fadas da Disney, como já fizeram algumas feministas, a exemplo da autora Dowling (1987), entre outros. Acredita-se que, deste modo, podem-se apresentar questões relacionadas aos papéis atribuídos ao feminino e ao trabalho, e a cultura e a naturalização da sua submissão e desvalorização.

Os antigos contos de fadas da Disney são bastante conhecidos: “Era uma vez, em terras distantes, um pequeno reino, cheio de paz, próspero e rico em lendas e tradições. Num majestoso castelo vivia um senhor viúvo com a filha, a menina Cinderela [...]” (CINDERELA, 1950). Filmes mais atuais remontam e reconstroem os papéis femininos: “Onde está você? Onde está você? Saia, saia! Pode sair. Eu vou te pegar. Onde está você, sua danadinha. Eu vou te pegar! [...] Nosso destino vive dentro de nós. Nós só precisamos ser valentes para vê-lo” (VALENTE, 2012).

Quem nunca assistiu ou ouviu falar da história de Cinderela, criada nos Estados Unidos em 1950, após a Segunda Guerra Mundial? A fábula traz como personagem central uma menina criada por sua madrasta má, que tem duas filhas. O cenário é um castelo trancado, no qual a menina é orientada apenas a realizar as atividades domésticas, tendo como amigos alguns ratinhos e um cachorro.

O enredo conta o desejo do rei de ver o filho casado e, assim, aumentar a família e garantir a hereditariedade patrimonial. Para tanto, ele realiza um lindo baile, ao qual todas as moças solteiras do vilarejo são convocadas a comparecer.

Cinderela, também conhecida como a gata borralheira, teve que contar com a ajuda emergencial de sua fada madrinha, que, com a sua mágica, a deixou belíssima, com um lindo vestido e sapatos de cristal. Dessa forma, a bela garota vai ao

evento e encanta a todos, conquistando o coração do príncipe.

Sem dúvida, *Cinderela* é um dos grandes clássicos da Disney, trazendo um retrato de como a mulher era vista na década de 1950 (e em muitas décadas posteriores). A história fortalece a ideia de que as mulheres deveriam ser submissas e frágeis, supervalorizando e mostrando o casamento como o único destino com final feliz para o feminino.

Além disso, contos como esses contribuem para a incorporação de estereótipos pelas crianças. Pode-se observar a ideia da beleza, do amor e do casamento como uma vocação ou válvula de escape para as mais diferentes problemáticas vivenciadas. Esses aspectos não são próprios da década de 1950, nem se iniciaram ali, mas estão enraizados na sociedade e vão sendo reproduzidos em diversos espaços de socialização de crianças e jovens.

E o que dizer de *Valente*, lançado em 2012 no Brasil? O filme se diferencia do conjunto das produções dos antigos contos de fadas (principais criações da Disney). Inicialmente, pode-se ver que a personagem principal foge aos padrões de beleza, já que se trata de uma menina ruiva, com cabelos bastante volumosos e vestimentas mais folgadas.

Merida, que protagoniza a princesa, mora com sua mãe e irmãos em um castelo, mas as cenas se desenvolvem basicamente fora dele e na floresta. O filme tem um roteiro norteado pelo fato de a garota não aceitar como destino o casamento e os padrões femininos tradicionais ensinados por sua mãe. Neste contexto, a rainha não mede esforços para condicioná-la aos “bons modos” de uma princesa, ou dama, como algumas vezes ela a chama. Em muitas cenas, a rainha reclama do modo de andar da garota, como também do seu jeito descontraído e pouco convencional.

Embora *Cinderela e Valente*, nesse momento, apresentem apenas uma alusão para uma aproximação ao objeto de estudo, ambas as obras demonstram o quanto, historicamente, a mulher foi condicionada por diversos estereótipos culturais

Merida é apaixonada por arco e flecha, e por mais que sua mãe tente ensiná-la sobre música, a garota não se sente feliz, já que gosta de viver livre e questiona o fato de ter como destino o mesmo modo de vida de sua mãe. Uma cena bastante interessante ocorre após o nascimento dos seus três irmãos, quando Merida se indaga sobre eles terem liberdade para fazer tudo e ela sempre ter que viver aprisionada aos padrões

ensinados à sua mãe e transmitidos quase como herança a ela. “Eu sou a princesa, eu sou o exemplo” resmunga a garota.

Após divergências, por fim, com a compreensão da rainha em relação às decisões da princesa, o filme tem como desfecho o questionamento do destino como algo inevitável e natural.

Sem dúvida, *Valente* apresenta outra forma de ver a mulher, ainda distante do que se espera, mas mais avançada no sentido de incluir a crítica feminina à subalternidade e à naturalização dos seus papéis sociais. No entanto, reforça outros estereótipos, a exemplo do que é esperado por sua família de origem, representado pelo personagem de sua mãe, a rainha. O filme é repleto de reflexões sobre a tradição dos papéis femininos, foge dos padrões de beleza e fragilidade e questiona o que é considerado “destino”, como o casamento e o espaço doméstico.

Embora *Cinderela e Valente*, nesse momento, apresentem apenas uma alusão para uma aproximação ao objeto de estudo, ambas as obras demonstram o quanto, historicamente, a mulher foi condicionada por diversos estereótipos culturais, que vão sendo naturalizados, definindo papéis diferentes e hierárquicos na sociedade.

Assim, quando o menino e a menina começam a ser educados, estabelece-se a distinção de posturas, cores de roupas, brinquedos específicos, filmes e comportamentos distintos. Esses

comportamentos vão sendo incorporados, atribuindo desde cedo o que é destinado a cada um, sendo posteriormente reproduzidos na vida adulta, no espaço produtivo e reprodutivo.

Em seu livro *Complexo de Cinderela*, Dowling (1987) incita, de forma contundente, a reflexão sobre o determinismo e a naturalização de papéis que as mulheres foram condicionadas a aceitar como intimamente relacionados à imagem feminina,

Por que é que tendo a chance de crescer, tendemos a recuar? Porque as mulheres não estão acostumadas a enfrentar o medo e ultrapassá-lo. Fomos sempre encorajadas a evitar qualquer coisa que nos amedronte; desde pequenas fomos ensinadas a só fazer as coisas que nos permitissem sentirmo-nos seguras e protegidas. O fato é que não fomos jamais treinadas para a liberdade, mas sim, para seu oposto: a dependência. (DOWLING, 1987, p. 12).

As indagações da autora traduzem, por vezes, o comportamento feminino que acata a lógica machista como natural e se sustenta pela ideia da docilidade e fragilidade feminina.

Embora com discriminações e preconceitos perpetuados durante muitos séculos, observa-se que, ao longo dos anos e na atualidade, ocorreram importantes transformações no modo de ver e de ser mulher, principalmente a partir dos movimentos feministas e de estudos relacionados à questão de gênero.

Deste modo, no item a seguir, serão apresentados aspectos relevantes nesta direção.

O GÊNERO FEMININO

As palavras não são neutras. Portanto, apontam uma riqueza de significados que ajudam a conhecer

ou reconhecer a importância de alguns termos incorporados ao cotidiano, corriqueiramente aos diálogos e, neste caso, ao presente estudo.

Deve-se esclarecer, inicialmente, que a palavra “feminino” não se refere ao fato de se ter nascido menina, que é a classificação distinta da espécie humana entre homem e mulher. Essa classificação é resultado de diferenças de sexos, determinadas

por fatores biológicos.

Para se entender o que significa o gênero feminino é preciso compreender que este conceito é constituído por costumes e delimitações construídos socialmente, atribuídos através dos movimentos feministas na busca de fazer notória a submissão, a discriminação e a exclusão social das mulheres, mediadas por uma ordem patriarcal, na qual é dado ao homem autoridade e poder. Surge daí a necessidade de se estabelecer o conceito de gênero para uma melhor compreensão das desigualdades relacionadas.

A conceituação de gênero vem sendo construída no interior das Ciências Sociais como um sentido antropológico desde os anos 1980. Entende-se gênero, quando aplicado nesse campo, como uma categoria de análise da sociedade, por meio de seu uso, há condições de serem reveladas e analisadas as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre mulheres e homens. Os estudos de gênero mostram o quanto o poder masculino tem subordinado a população feminina de modo geral e também indicam como se desenvolvem essas relações sociais. (TELES, 2006, p. 36).

Como se vê, seu surgimento se deve à compreensão das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre mulheres e homens. Então, quando se fala em gênero, trata-se das relações desiguais dentro de uma ordem política e

fortemente relacionada ao poder do patriarcado, no qual se evidencia o machismo.

Diante de todo o processo histórico há uma demonstração acentuada relativa à construção do patriarcado no Brasil e, evidentemente desta relação se procria o machismo. Como o próprio nome denota, machismo é o poder do macho na sociedade. O patriarcado é a estrutura, enquanto o machismo é sua raiz e extensão, com isso naturalizamos e legitimamos a ação e o poder do homem, que passou a ser culturalmente o provedor da família. “Isto posto, pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração”. (SAFFIOTI, 1987 apud DAMASCENO, 2014, p. 12).

Observa-se que o patriarcado se apropria da ideologia machista que legitima e naturaliza o poder do homem sobre a mulher, tendo como resultado um sistema de exploração.

O entendimento sobre a categoria gênero ganhou força, como objeto de estudo, no ano de 1990, e é um grande avanço para a compreensão das relações de submissão do feminino ao masculino. Há ainda feministas que questionam o uso do termo gênero, por acreditarem que ele é generalista e não deixa clara a submissão feminina. Elas pensam que o melhor seria categorizar como “diferenças sexuais”.

A função fundamental do feminismo é enfrentar para mudar o pensamento patriarcal ainda presente em nossos dias. É questionar os paradigmas que determinam a supremacia masculina em detrimento da autonomia e da emancipação das mulheres [...]. (TELES, 2006, p. 51).

Assim, é importante que se faça uma distinção entre a categoria gênero e o feminismo. Nesse contexto, gênero poderá ser minimamente utilizado por qualquer pessoa como forma de estudo e análise da realidade. O feminismo, por outro lado, se refere

exclusivamente às mulheres, às diferenças históricas e às imposições dos papéis sociais.

Daí a importância de se categorizar gênero, como mediadora epistemológica para que se avance, sobre bases teóricas firmes, no estudo da questão feminina e, desde aí a construção dos direitos da personalidade da mulher e sua materialização por meio do poder sobre o próprio corpo (vida), mediante a autonomia das decisões (liberdade), ela garantia da integridade psíquica (autoestima) e moral (reputação) e da identidade pessoal (nome). (TELES, 2006, p. 57).

Desse modo, quando se compreende que o “feminino” se traduz por uma construção social, que pode ser entendida pela categoria gênero, pode-se avançar na perspectiva de uma maior busca de identidade, com maior autonomia e liberdade.

Não se podem ignorar também as diferenças existentes entre as próprias mulheres e, evidentemente, entre os próprios homens. Dentre elas, destacam-se os aspectos relacionados à classe social, que poderão ser determinantes para a construção de sua personalidade e autonomia.

Deste modo, para um melhor entendimento sobre os aspectos relacionados ao espaço sócio-ocupacional das mulheres, no próximo item será abordado o trabalho feminino.

O TRABALHO FEMININO

A divisão sexual do trabalho é um fator para explicação da maior vulnerabilidade social das mulheres, na medida em que suas ocupações no mercado de trabalho são diferenciadas, se não inferiorizadas, com relação às dos homens.

Assim, para a compreensão sobre a desigualdade social no universo feminino, será utilizado o conceito de vulnerabilidade social da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) exemplificado nas orientações técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012, p. 12), por ser um importante campo de atuação

profissional, assim como pela sua aproximação com o presente estudo.

Não há um significado único para o termo vulnerabilidade. É um conceito complexo e todos os autores, que se dedicam ao tema, o reconhecem como multifacetado. Por esse motivo, diversas teorias, amparadas em diferentes percepções do mundo social e, portanto, com objetivos analíticos diferentes, foram desenvolvidas. Assim, torna-se indispensável elucidar com qual concepção se dialoga.

APNAS, embora não aponte explicitamente o significado, apresenta situações de vulnerabilidades.

A PNAS/2004 não traz explicitamente o conceito de vulnerabilidade social, mas aponta que as situações de vulnerabilidade podem decorrer: da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimentos social decorrente de discriminação etária, étnicas, de gênero, relacionadas a sexualidade, deficiência, entre outros, que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado. (BRASIL 2012, p.12).

Nota-se que, dentre as vulnerabilidades explicitadas, a pobreza não aparece como fator determinante, mas sim como uma das situações que acarretam a vulnerabilidade, como a falta de renda, o precário acesso aos serviços públicos ou a ausência deles, entre outras.

Ressalta-se também que a vulnerabilidade não é posta como uma situação definitiva e pode ser vivenciada em diferentes contextos e momentos da vida. As principais vulnerabilidades identificadas no estudo dizem respeito à pobreza e a questões de pertencimento social relacionadas ao gênero.

Um fato paradoxal a ser considerado é a escolaridade feminina, que, contrariamente ao esperado, não garante a igualdade na remuneração ou a diminuição das diferenças entre homens e mulheres

Sendo assim, na perspectiva de gênero, a divisão sexual do trabalho evidencia a maior discriminação feminina, assim como os papéis condicionados socialmente. Um fato paradoxal a ser considerado é a escolaridade feminina, que, contrariamente ao esperado, não garante a igualdade na remuneração ou a diminuição das diferenças entre homens e mulheres.

Nessa direção, conforme o curso Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE), uma ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), as mulheres negras ocupam a centralidade nos índices de ocupações precárias e trabalhos informais. Nota-se também que o número de ocupações informais, precárias e de baixa qualidade no Brasil caiu de 60,02% em 2002 para 56,16% em 2007, sendo a diminuição maior para os homens (53,1%) do que para as mulheres (60,3%).

Ao se analisar a historicidade do trabalho feminino, percebe-se que, embora a mulher sempre tenha contribuído para a subsistência de sua família e para a riqueza socialmente construída, sua mão de obra se estabeleceu de forma secundária e com menor prestígio social.

Nas economias pré-capitalistas, o homem já assumia o papel de chefe de família, sendo “gerenciador” dos negócios e das atividades desenvolvidas pela mulher, devido à sua incapacidade econômica e subordinação social e política. A mulher exercia então uma forma de trabalho subsidiário no conjunto de funções econômicas. Sua participação era necessária, pois o processo de trabalho se dava de forma bastante morosa, sendo que o número de pessoas envolvidas contribuía para uma maior produção.

Na economia feudal, no burgo, principalmente, no momento em que o feudo preparava a economia urbana fabril, o trabalho feminino já se tornara, em

parte, dispensável, submetendo as mulheres a precárias condições de ocupação e a baixos salários, o que conduziu à sua marginalização no sistema capitalista produtivo.

Conforme Saffioti (2013), na passagem do modo burguês para o sistema capitalista de produção, cresceu novamente a tradição da inferioridade da mulher, que se pautava, principalmente, em uma deficiência física e mental. E assim, sob o domínio burguês, inicia-se o crescimento da população municipal, estimulada pela expansão do mercado internacional. A manufatura substitui o artesanato, o trabalho dividido de modo corporativo desaparece diante das novas formas de atividade nas indústrias, com a maior desumanização dos postos de trabalho, separação do espaço público e privado e absorção progressiva das atividades laborais femininas.

Para uma melhor compreensão sobre o mundo do trabalho, o próximo item abordará os aspectos relacionados ao momento contemporâneo.

O TRABALHO NA ATUALIDADE

Caracterizar elementos relativos ao trabalho na atualidade demanda uma reflexão sobre a sua complexidade. Assim, o ponto de partida será o conceito de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (2014).

O respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em ma-

téria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

As condições para realização de um trabalho decente estão relacionadas a uma atividade laboral produtiva com remuneração adequada, exercida em condições de liberdade, assegurando-se

ao trabalhador, independentemente das questões de gênero, condições suficientes para o desenvolvimento de seu trabalho sem nenhuma forma de discriminação.

Outra necessidade para o trabalho decente é a garantia de políticas públicas sociais capazes de abranger, em sua totalidade, os períodos em que os trabalhadores não possam realizar suas atividades por problema de saúde e que assegurem um rendimento digno na aposentadoria.

Na atualidade, observa-se a diminuição do trabalho industrial nas grandes fábricas e, por outro lado, a expansão da atividade assalariada no setor de serviços, com uma grande diversificação de ocupações, explicitada na incorporação do gênero feminino e na diminuição de jovens e de idosos no espaço público.

Ao se analisar a diversidade do mundo de trabalho na atualidade, nota-se a qualificação dos postos e a participação feminina e masculina em novos cargos. Isso exige, entre outras coisas, uma maior preparação para a realização das atividades.

Segundo Antunes (2011), o tempo de trabalho deixou de ser um fator determinante para o acúmulo de capital. Desta forma, não se faz necessário o trabalho em massa. Nesse novo contexto, as atividades essenciais são as ditas “eficientes”.

Cabe ressaltar que o tempo de trabalho deixou de ser primordial, havendo uma grande diminuição da carga horária. Entretanto, intensificaram-se as atividades desenvolvidas, em comparação com as operações anteriores. Sendo assim, a redução da

carga horária não significou a diminuição do trabalho real.

Em contrapartida, tem-se a qualificação de alguns ramos e a crescente desqualificação de outros, principalmente nos cargos exercidos por trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação.

Nesse novo cenário, vê-se também uma subproletarização, presente nos trabalhos parciais, temporários, subcontratados e terceirizados que marcam o sistema capitalista atual.

Ainda segundo Antunes:

Já se tornou lugar comum dizer que a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mudanças, tanto nos países centrais como no Brasil. Sabemos que um amplo contingente da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem das vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles, centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. (ANTUNES, 2011, p. 74).

Assim, um número expressivo de trabalhadores é composto por mulheres, caracterizando uma peculiaridade marcante das transformações ocorridas na classe trabalhadora.

Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Está não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica,

sem falar no setor de serviços. Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também incorporações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. (ANTUNES, 2011, p. 51).

De acordo com o Art. 6 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o trabalho corresponde a um dos direitos sociais. Os artigos 7, 8, 9, 10 e 11 tipificam os

direitos e condições propícias para a execução de atividades laborais, conquistados a partir da desumanização das condições nos postos de trabalho da grande indústria. O movimento operário e a participação comprometida dos sindicatos representam, assim, uma grande conquista para a “classe que vive do trabalho”.

Na atualidade, com o sucateamento dos direitos trabalhistas e a regularização do trabalho informal, temporário e subcontratado, vê-se a precarização das atividades laborais, desenvolvidas, em sua grande maioria, de forma abstrata e não concreta¹. Assim, o processo de criação e participação nesse trabalho, muitas vezes, é desconhecido por aqueles que o fazem.

Fernando Braga, em sua tese de mestrado *Moisés e Nilce: Retrato Biográfico de Dois Garis*, faz a seguinte constatação:

Situações crônicas de disparidade social e econômica, em geral fundadas sobre vínculos de mandonismo e subalternidade prejudicam e até mesmo interrompem o poder de comunicação que é próprio dos seres humanos. Todos calam. Ninguém conversa. O empregador acostuma-se ao “sim, senhor”, ou aos seus parentes muitos próximos: “O senhor é quem manda”, “o senhor é quem sabe”. O patrão, por sua vez, não reconhece situação

¹ Trabalho concreto para Marx é aquele que produz valor de uso, e abstrato, de troca.

muito melhor: reduz seus pensamentos e suas frases às ordens e contra-ordens. A comunicação retrai-se. Atrofiados os humanos, encurralados por suas posições no organograma, são suas ocupações e cargos que, de fato, se comunicam. (BRAGA, 2008, p. 20).

Desse modo, os trabalhadores pobres inseridos no atual mercado de trabalho, ocupando cargos operacionais, estariam anulando sua subjetividade e seus direitos e vivendo à mercê de relações artificiais, pautadas por hierarquias de cargos. Assim, não garantem a efetivação de direitos reconhecidos através de lutas tão importantes, pelas quais conquistaram as mínimas condições para o desenvolvimento de suas atividades.

A classe trabalhadora, na sociabilidade contemporânea, tem dificuldade de se articular coletivamente para evitar que ocorram retrocessos nos direitos já conquistados. Os sindicatos, na época da grande indústria, representaram importante ferramenta de articulação das lutas populares, mas, na atualidade, encontram-se bastante distanciados da classe trabalhadora, dos seus interesses e necessidades.

Os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*, cada vez mais atada a *imediatez*, a *contingência*, regredindo sua já limitada ação de defesa e classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonados seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados, e quanto mais a “revolução técnica” do capital avança, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem as quais sua sobrevivência está ameaçada: *o direito ao trabalho, ao emprego*. (ANTUNES, 2011, p. 167).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217 (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, considera os direitos básicos que

correspondem ao reconhecimento da dignidade humana, buscando atingir todos os povos. Assim, após uma série de barbáries ocorridas mundialmente, foi redigido um documento a ser reconhecido em todas as nações. Em seu Artigo XXIII, dispõe:

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito à igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentaram, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar Sindicato e neles ingressar para proteção de seus interesses. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1998).

No que tange aos direitos reconhecidos no Brasil e na Declaração dos Direitos Humanos, ao se analisar o artigo supracitado, em relação à dignidade no âmbito do trabalho, destaca-se que todos devem ter livre escolha do emprego e condições favoráveis de trabalho, com remuneração equivalente à dos que ocupem o mesmo cargo.

Entretanto, depara-se com um paradoxo, já que, quando se analisam a inserção dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade e suas principais atividades, nota-se que, muitas vezes, eles ocupam cargos e funções que não são fruto de uma escolha pessoal, mas sim de uma necessidade materializada pela desigualdade social.

Conforme dados do (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007), a taxa de participação feminina passou de 48,9% em 1999 para 52,4% em 2007, e a masculina diminuiu de 73,7% para 72,4% no mesmo período. Entre 1999 e 2007, a diferença entre as taxas de participação masculina e feminina reduziu-se de 24,8 para 20,0

pontos percentuais, demonstrando, assim, uma crescente presença feminina no espaço público, principalmente no setor de serviços.

Embora essa conquista seja de extrema expressividade para as mulheres no avanço à igualdade de gênero e no reconhecimento dos seus direitos, a sua mão de obra ainda é vista como secundária e adaptável às necessidades do sistema vigente.

As mulheres, em sua maioria, ocupam cargos de maior subordinação, o que é justificado pelo empresariado por motivos discriminatórios ligados à sua condição reprodutiva (biológica) ou social. Remete-se também ao maior índice de absenteísmo e à maior desistência das atividades laborais entre as mulheres.

A descontinuidade do trabalho feminino fornece aos empregadores alguns dos argumentos que justificam a subalternidade das mulheres na hierarquia de posições das empresas, assim como a preferência destas pelo trabalho masculino para o posto de responsabilidade de que depende o progresso do próprio empreendimento econômico. (SAFFIOTI, 2013, p. 87).

Mas ao que se deve o maior índice de absenteísmo da mulher? Com pequenas exceções, pode-se dizer que esse indicador é maior do que o masculino pelas condições de trabalho permeadas por grandes tensões, com discriminação e exploração.

Outro motivo são os processos de saúde/doença vivenciados por elas ou por seus cônjuges e filhos, que demandam seus cuidados. Afinal, é atribuída à mulher grande parte das atividades do lar e os cuidados com os membros da família.

UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Philippe Ariés (1981), entre outros historiadores, mostrou em seus estudos que a família, desde as

suas formas mais primitivas, se constituiu de modo patriarcal, ou seja, era dado ao homem, socialmente e judicialmente, o poder sobre os outros membros (mulher, filhos e, alguns casos, idosos). A sua estrutura foi formada de modo a realizar a reprodução e a produção dos seus membros no mesmo espaço.

Ao longo do processo sócio-histórico, encontram-se, em um primeiro momento, famílias constituídas com a denominação feudal, aristocrática e camponesa. Assim, a família feudal se organizava de forma patriarcal, a partir do senhor feudal, sendo composta por diversas gerações familiares, além de servos, conselheiros, entre outros. Tinha como principal preocupação o nome e a linhagem. Nesta organização, a mulher a partir do casamento, fazia parte da família do marido e, no caso de sua morte, era excluída.

A família aristocrática também se caracterizava pelo patriarcalismo. As relações de convivência se davam de modo coletivo, não havendo uma divisão clara de papéis femininos e masculinos. As tarefas eram realizadas em conjunto, bem como os cuidados e a educação das crianças. Por fim, na família camponesa, as relações e a educação das crianças se davam também de modo coletivo, com a sua circulação na aldeia em que estavam inseridos.

Com o decorrer da história, a partir do século XIX, devido a mudanças econômicas, notórias estratégias do sistema capitalista para acúmulo do capital e o maior controle sobre a vida do trabalhador, passa-se a valorizar a organização familiar baseada no modo nuclear (composta pela mãe, o pai e seus filhos), ou a chamada família burguesa, que rompe com os outros tipos de famílias existentes anteriormente. As mudanças ocorrem inicialmente nas famílias ricas, sendo acompanhadas, posteriormente, pelas mais pobres.

A família nuclear, conhecida como unidade de consumo, tem como principais características a

As mulheres, em sua maioria, ocupam cargos de maior subordinação, o que é justificado pelo empresariado por motivos discriminatórios ligados à sua condição reprodutiva (biológica) ou social

divisão entre o espaço público e privado, ou seja, o espaço doméstico/privado fica designado para a vida familiar, e o público, para o mundo do trabalho. Assim, separa-se a vida familiar do mundo do trabalho.

De acordo com Sarti (2010), nesta organização o homem assume papel central nas relações de produção da sociedade, tornando-se o

mediador do espaço público para os demais membros do grupo familiar. Adota a posição de chefe da família, por se tornar o principal provador financeiro, e estereotipa o papel de autoridade moral da família.

À mulher foi atribuído o cuidado com as crianças, os idosos (quando presentes) e os afazeres domésticos (preparo de alimentos, conservação da casa, entre outros), além de ser a principal mediadora das relações afetivas.

Segundo Lessa (2012), em seu nascedouro, a família nuclear era constituída por casamentos que se davam de modo arranjado, visando principalmente ao progresso financeiro das famílias. Não havia a perspectiva do casamento por amor, tendo o homem, muitas vezes, relações extraconjugais, principalmente com as nomeadas “prostitutas”.

A sexualidade era vista de diferentes modos no comportamento do homem e da mulher. Para o primeiro, era socialmente aceita a liberdade absoluta para o prazer pleno, e para a mulher restava a opressão, vinculando a sua imagem apenas à maternidade.

Entretanto, esse ideário sofreu mudanças, principalmente após o início da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, quando muitos dos “provedores” (homens) tiveram que deixar os seus postos de trabalho para guerrear. Em alguns casos, eles não puderam retomar as posições estabelecidas, devido a graves ferimentos, mutilação de algum membro ou ainda em decorrência da morte.

Nesse contexto, muitas mulheres foram obrigadas a ocupar os seus postos de trabalho, tanto para a

manutenção das empresas, quanto para manter seu sustento e de seu grupo familiar. Com isso, as mulheres passaram a ocupar cargos no espaço público e se livraram de uma visão de mundo externo mediada pelo homem. Somam-se a isso o aumento e o fortalecimento de outras unidades familiares, a exemplo das monoparentais, homossexuais, entre outras.

Ainda segundo o autor, a família nuclear como unidade ideal foi tornando-se insustentável para as novas tendências e possibilidades, embora, até a atualidade, permaneça sendo uma das organizações preponderantes, até mesmo por ser indispensável para o sistema capitalista como forma de controle, de reprodução, como unidade de consumo e por idealizar o amor perfeito, o que ainda é um paradigma almejado por muitos.

Neste contexto, aliada às conquistas femininas, a família vem progressivamente alterando a sua forma de socialização e vínculos. Constitui-se uma grande riqueza subjetiva, que dificilmente pode ser analisada em sua totalidade, ficando o desafio de apontar algumas características situacionais.

Para tanto, no próximo item, serão apresentadas algumas peculiaridades das organizações familiares na contemporaneidade.

A família contemporânea e algumas observações

A família hoje apresenta diferentes características na sua constituição, algumas mais objetivas e outras de compreensões e análises diversas.

Partindo-se da premissa de que não há família desestruturada e que cada família se organiza a seu modo, observam-se diferentes formas de viver, com suas particularidades, sendo cada uma protagonista de sua própria história.

A família contemporânea tem abandonado, de forma bastante significativa, a tradição e os paradigmas construídos anteriormente,

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade, e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social. (SARTI, 2002, p. 43).

As mudanças são observadas em diferentes dimensões, com destaque para as relações, que são criadas, em grande parte, por amor. Embora, historicamente, o afeto tenha sido direcionado aos papéis femininos, na atualidade, percebe-se maior investimento afetivo de todos os membros nas relações familiares.

Se anteriormente as relações sexuais estavam vinculadas à questão reprodutiva (ter filhos) ou apenas aos projetos de casamento, na atualidade a realidade é outra, com a busca pelo prazer feminino, e o planejamento familiar visto como livre escolha do casal.

A divisão sexual do trabalho já não destina mais o espaço público apenas para o masculino e o mundo privado para as mulheres, como visto anteriormente. A mulher da família contemporânea traz uma pluralidade de identidades, não tendo mais a sua imagem vinculada à fragilidade e à figura merecedora de proteção, como no passado.

As relações entre os membros das famílias também se alteraram de forma significativa. Muitas mulheres passaram a ocupar o papel de chefe de família, e as relações vêm se estabelecendo de modo mais solidário, permeadas por um maior diálogo entre todos os envolvidos, principalmente as crianças e os jovens.

A mulher da família contemporânea traz uma pluralidade de identidades, não tendo mais a sua imagem vinculada à fragilidade e à figura merecedora de proteção, como no passado

Em relação à educação dos filhos, também têm ocorrido importantes modificações. Com a inclusão e permanência das mulheres no mundo do trabalho, a educação e a socialização das crianças deixaram de ser exclusividade dos pais, já que, desde muito pequenos, os filhos frequentam diferentes instituições (creches, escolas etc.) ou circulam sob os cuidados de terceiros, além de receberem fortes influências pelos meios de comunicação/tecnologia. Assim, os valores éticos e morais, que outrora se limitavam ao ambiente doméstico, passaram a ser introduzidos cada vez mais por via externa.

Outra observação importante neste cenário é que a sociabilidade capitalista propõe uma grande individualização, o que causa forte impacto sobre as relações sociais e familiares. A família reproduz esse ideário, e, de modo geral, cada membro possui seus projetos individuais, sem grandes ambições coletivas, tão importantes em um passado recente.

Percebe-se ainda, neste contexto, que as fortes influências das relações de competitividade do mundo moderno, aliadas ao crescimento tecnológico, interferem no cotidiano e fazem parte das formas de comunicação entre os indivíduos dentro e fora do universo familiar.

Entre avanços e retrocessos, observa-se que as organizações familiares, em sua maior parte, são compostas de modo hierárquico, e persistem certos paradigmas que se baseiam em heranças de forte influência patriarcal e machista.

Embora comporte relações de tipo igualitário, a família implica autoridade, pela sua função de socialização de menores como instituinte da regra. O que se põe em questão na família, com a introdução da individualidade, não é a autoridade em si, mas o princípio da hierarquia na qual se baseia em autoridade tradicional. (SARTI, 2002, p. 43).

Faz-se inicialmente apenas uma pequena ressalva ao termo “menores”, utilizado pela autora. Isso porque todos os sujeitos são reconhecidos como cidadãos desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (BRASIL, 1990). Sendo assim, a terminologia correta seria criança e/ou adolescente.

Observa-se que, embora existam grandes mudanças na família contemporânea, que, em muitos casos, representam avanços, há ainda certos padrões e modelos que se repetem. Deste modo, em relação aos papéis femininos, houve inúmeras conquistas que culminaram em um maior protagonismo da mulher. Entretanto, têm-se grandes desafios no que diz respeito a paradigmas arraigados e construídos ao longo da história.

Assim, embora a mulher tenha conseguido a sua inclusão e permanência no mundo do trabalho, o espaço doméstico ainda se mantém como atividade exclusiva do feminino. Em uma divisão um tanto perversa, na atualidade, a mulher que ocupa o mercado de trabalho desempenha dupla e até tripla jornada, considerando as atividades domésticas, os cuidados e a educação dos filhos, além de, em muitos casos, ser responsável por idosos e/ou pessoas/familiares dependentes, entre outras obrigações.

Essas condições têm maior impacto sobre as famílias pobres, nas quais o trabalho feminino é imprescindível, representando parte ou, em muitos casos, a única forma de sobrevivência dos membros da família.

No Universo Simbólico dos pobres, existe uma divisão complementar de autoridade entre o homem e a mulher na família, que corresponde à diferenciação que fazem entre casa e família. A casa é identificada como a mulher, e a família como o homem [...]. (SARTI, 2010, p. 21).

Nas famílias pobres há uma maior subordinação do feminino no espaço doméstico, com

especificidades em um contexto marcado pela desigualdade constituída pela sociedade de classes.

Especificidades das famílias pobres

A desigualdade no Brasil apresenta-se de forma bastante notória na sociedade de classes, inviabilizando as condições emancipadoras

das famílias pobres, que estão inseridas no mercado de trabalho, principalmente, como modo de garantir a sua existência e de seus membros.

Assim sendo, entre as mulheres pobres, nota-se uma sobrecarga de atividades que, em outras camadas sociais, se mostram de modo mais ameno pela possibilidade de contar com o auxílio de terceiros e com melhores condições sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, nas camadas médias e altas, as mulheres têm maior acesso aos estudos, adesão a tecnologias, equipamentos eletroeletrônicos, assim como a possibilidade de contratação de trabalhadores para a realização das atividades domésticas, dentre outros aspectos.

A grande individualização presente na sociedade moderna e nas famílias não se dá nas camadas populares, já que, pela necessidade de sobrevivência, torna-se importante a manutenção de vínculos afetivos e de solidariedade entre vizinhos e parentes.

No universo cultural dos pobres, não estão dados os recursos simbólicos para formulação deste projeto individual que propõem condições sociais específicas de educação, de valores sociais, alheios a seu universo de referência, culturais, tornando projetos individuais inconcebíveis e inexequíveis. A tradição mantém-se, assim, como uma referência fundamental da existência. (SARTI, 2002, p. 47).

Nesse contexto, o trabalho feminino no espaço público é uma necessidade dessa classe social, e seus ganhos são incorporados ao rendimento familiar, principalmente para atender às necessidades

dos filhos e do espaço doméstico. É importante frisar que, nas famílias monoparentais², essa situação é muito mais grave, devido ao fato de o salário da mulher responsável ser o único rendimento até a entrada dos filhos no mercado de trabalho.

A “circulação” das crianças entre vizinhos e parentes – diante das implicações da família moderna e da necessidade de sobrevivência – nas famílias pobres é um ponto que cria uma rede de obrigações “morais” e de solidariedade entre os envolvidos.

Outra tendência é a busca por instituições assistenciais para os cuidados das crianças como opção para a mulher manter-se no mercado de trabalho. No entanto, há poucas instituições desse tipo, e as que estão instaladas padecem de falta de vagas.

Ressalta-se ainda que, no cotidiano das mulheres de famílias pobres, à jornada de trabalho (por vezes extenuante, precária e repetitiva, já que boa parte não possui formação e/ou qualificação específica) acresce-se o tempo gasto no trajeto de ida e volta (em geral, elas residem longe dos empregos). Além disso, existem os afazeres domésticos, como o preparo dos alimentos, a “organização” da casa, dentre outros, o que causa forte impacto sobre a saúde e a qualidade de vida.

Nos casos em que a família é constituída de modo nuclear, percebe-se a participação masculina na divisão das atividades domésticas como forma de “ajuda” e não como responsabilidade compartilhada. Nesse quadro, ainda se espera que o maior papel desempenhado pela figura masculina seja o de provedor, o que é causa de grandes frustrações no universo familiar, pois nem sempre isso ocorre.

Ao se apresentar esse cenário, não houve a

Nos casos em que a família é constituída de modo nuclear, percebe-se a participação masculina na divisão das atividades domésticas como forma de “ajuda” e não como responsabilidade compartilhada

intenção de mostrar apenas os problemas gerados pela inserção feminina no mercado de trabalho, mas se pretendeu questionar a grande sobrecarga e a divisão sexual do trabalho perversa a que está submetida boa parte das mulheres brasileiras.

Nesse sentido, reforça-se que tal situação diminui a possibilidade de desenvolvimento social dessas mulheres e lhes tira o direito de ser realmente “protagonistas” da própria história.

Apontou-se o estigma da desigualdade de gênero presente na sociedade e que impacta fortemente a vida familiar, demonstrando a necessidade de se persistir na luta coletiva para uma sociedade com relações mais igualitárias.

Assim, em busca de uma melhor compreensão sobre as atividades presentes no espaço doméstico, apresentam-se abaixo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012) que permitem observar, inclusive quantitativamente, como ocorre a divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico.

Afazeres domésticos

Conforme dados disponibilizados na quarta edição do retrato da desigualdade de gênero e raça, em 2009, 90% das mulheres brasileiras com idade de 16 anos ou mais realizam trabalhos domésticos, enquanto apenas 50% dos homens desenvolvem esse tipo de atividade (IPEA, 2012).

Partindo-se inicialmente de uma racionalidade econômica, seria possível dizer que essa situação se deve ao maior “tempo livre” das mulheres, ou até mesmo pelo fato de que, em geral, seus parceiros ganham mais, atribuindo-se a elas as atividades domésticas. Ou seja, quem ganha mais, trabalha menos.

Entretanto, na perspectiva de gênero compartilhada aqui, entende-se que a distribuição das atividades domésticas vai muito além de fatores

² Unidade doméstica em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros.

racionais, resultando de “papéis” preestabelecidos socialmente na divisão sexual do trabalho.

Os estudos nesse campo partem do tema da socialização a partir de valores de gênero como importante determinante na locação de tempo no trabalho reprodutivo, mostrando que não existe um *trade-off* simples entre tempo gasto no mercado e tempo gasto em trabalho reprodutivo, por exemplo. Abordando a ideia de que a sociedade que se desenvolvem a partir de valores tradicionais de gênero tende a se conformar mais à ideia de divisão sexual do trabalho [...]. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2012. p. 7).

Nesse contexto, as atividades do espaço privado são reservadas para as mulheres, independentemente de suas outras atribuições diárias.

Para uma melhor compreensão, será apresentada a seguir, com base em dados estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012), a divisão de horas semanais dispensadas para a realização dos afazeres domésticos de homens e mulheres.

Os resultados apontam que as mulheres dedicam 26,6 horas semanais ao espaço doméstico, e os homens, apenas 10,5 horas. Considerando as características das pessoas e domicílios levantados, observa-se que, quando em condição de ocupação ativa, os homens dedicam 9,8 horas, e as mulheres, 22,8 horas, e quando desocupados, os homens, 12,7, e as mulheres, 29,0 (IPEA, 2012).

A situação de pobreza aparece como fator determinante, visto que, quando possuem renda de trabalho até um salário mínimo, eles dedicam aos afazeres domésticos 10,4 horas, e elas, 25,2 horas. Quando a renda é maior do que oito salários mínimos, são dedicadas, respectivamente, 7,5 e 13,6 horas. Entre extremamente pobre, os homens dedicam 12,2, e as mulheres, 31,7 horas. Não pobres, respectivamente, 10,2 e 24,1 horas. Nas casas que possuem empregadas domésticas aparece uma diminuição de horas dedicadas por homens (2,9) e por mulheres (6,5 horas) (IPEA, 2012).

Em uma breve análise dos dados, consegue-se notar a grande diferença entre as horas dedicadas aos afazeres domésticos por sexo. No item “condições de ocupação”, as horas atribuídas às mulheres representam mais que o dobro das relacionadas aos homens, mesmo quando desocupados.

Em relação aos itens “renda” e “situação de pobreza”, os dados mostram que, quanto mais vulnerável é a família, maior é a quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico. Sobre esse fato, pode-se atribuir essa condição à ausência de equipamentos eletrodomésticos nas residências.

Alguns eletrodomésticos e determinadas tecnologias podem ser vistos de forma negativa, já que contribuem para uma vida mais prática e imediata, reforçando a falta de convivência familiar e a consequente fragilização dos vínculos afetivos. Entretanto, colaboram, sobremaneira, para a praticidade e para a redução do tempo gasto com as atividades domésticas, principalmente pela mulher.

Nas casas com empregada doméstica dormindo no local também há uma diminuição das horas dispensadas aos afazeres domésticos. Porém, essa situação é inacessível para as famílias pobres, visto que seu rendimento corresponde apenas ao indispensável para a sobrevivência.

Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundam em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas e enfrentadas pela família. O fato de as mulheres, em particular as esposas, tornarem-se produtoras de rendimento e parceiras importantes na formação do orçamento doméstico familiar, confere-lhes nova posição na estrutura doméstica e tanto altera os vínculos que as unem ao marido e filhos, quanto contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho. (ROMANELLI, 2002. p. 77).

Como visto, embora exista um número cada vez maior de mulheres que realizam atividades no

espaço público, quando são analisadas as mudanças na distribuição das tarefas no espaço doméstico, os estudos revelam que as mulheres brasileiras ainda dedicam muito mais tempo para essas atividades do que os homens.

Assim, enquanto os homens gastavam 10,5 horas semanais realizando afazeres domésticos, as mulheres consumiam 26,6 horas (IPEA, 2012). Somadas as horas das atividades realizadas no espaço público, é notória a sobrecarga vivenciada pela mulher. Isso limita, entre outras coisas, a sua possibilidade de se dedicar ao lazer, à cultura, aos cuidados com a saúde, aos estudos, ao desenvolvimento de cidadania e à participação do processo de desenvolvimento dos seus filhos.

Ser mãe, ser profissional e exercer atividades domésticas formam uma “tripla jornada” feminina, necessária para o sistema capitalista, para a manutenção da instituição familiar e para a socialização dos seus membros. Tal situação negligencia os direitos alcançados historicamente por meio das lutas femininas e fere diretamente os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi destacar a existência de uma “tripla jornada” feminina como forma de discriminação e subordinação da mulher na sociedade. Desse modo, são reservados a ela sempre lugares de menor destaque, privando-a de seu desenvolvimento pessoal.

Norteados pela categoria de gênero, este trabalho mostrou como, desde muito cedo, as pessoas são condicionadas a assumir papéis na sociedade, principalmente por meio do espaço doméstico, de modo a caracterizar masculino e feminino em uma relação que divide sexualmente o trabalho. Assim, o masculino, em grande parte, passa a ser a figura de autoridade e o principal provedor da instituição familiar.

Nessa lógica, o feminino assume atividades relacionadas principalmente ao cuidado, no espaço doméstico, com os filhos, o companheiro e até mesmo com os doentes e idosos da família. Assim, o lugar do cuidado, na maioria das vezes, passa a fazer parte da identidade feminina, sendo reconhecido como uma atividade “natural” e cotidiana.

A condição feminina de subalternidade passa a ser também incorporada pelo espaço público, de modo a definir cargos e profissões majoritariamente femininos. Sendo o mercado de trabalho o espaço de grande interesse do capitalismo para acúmulo de capital, o sistema transformou, por motivos altamente discriminatórios e machistas, o trabalho feminino em algo secundário e precarizado, principalmente para as mulheres que vivenciam situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza e que possuem pouca ou nenhuma qualificação.

Em tempos de enfraquecimento e flexibilização de direitos sociais e trabalhistas, nota-se a falta de participação e de ações coletivas e de representatividade política. Atreladas a uma sociedade complexa, na qual a competitividade e o individualismo estão cada vez mais presentes, as pessoas são manipuladas cotidianamente e submetidas à barbárie da desumanização, o que evidencia também o sucesso das propostas neoliberais.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. *Família: redes, laços e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC: 1981

BALTAR, P. *Emprego, políticas de emprego e políticas econômicas no Brasil*. São Paulo: OIT, 2010. (Documento de trabalho n. 2).

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. *Mitos femininos e os clássicos da Disney*. 2011. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/?s=Disney&submit=Pesquisar>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

_____. *Trabalho doméstico: a herança que já não nos serve*. 2015. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/04/trabalho-domestico-a-heranca-que-ja-nao-nos-serve/>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BRAGA, F. C. *Moisés e Nilce: retrato biográfico de dois garis*. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia)–Faculdade de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 5 out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Brasília, 2012. 98 p.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Combate a discriminação no trabalho*. 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/discriminacao/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Secretaria Políticas para as Mulheres. *Mulher e trabalho*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CANÔAS, C. S. *O olhar feminino sobre 2010*. São Paulo: Texto Novo, 1997.

CARVALHO, M. C. B. *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. *A mulher e a Consolidação das Leis de Trabalho*. 2015. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1392:a-mulher-e-a-consolidacao-das-leis-de-trabalho-ct&catid=149:trabalho-e-previdencia&Itemid=127>. Acesso em: 3 mar. 2015.

CINDERELA. Direção de Clyde Geronimi e Wilfred Jackson. Estados Unidos: Walt Disney, 1950. 1 filme (75 min): son., color.

CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Expressões, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *CFESS manifesta dia internacional da mulher*. 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_diainternacionalmulher_FINAL.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Reflexões sobre mulher e serviço social fecham evento em BH*. 2013. Disponível em: <<http://www.cressmg.org.br/Conteudo/97e8567f-2df8-421e-ac89-ddcaf1743e71/Reflex%C3%B5es-sobre-mulher-e-Servi%C3%A7o-Social-fecham-evento-em-BH>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

CURIA, R. L. *Vade Mecum compacto Saraiva*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DAMASCENO, R. F. R. *O machismo cantado em prosa e verso na música brasileira: uma análise de fragmentos das letras de seus compositores*. São Paulo: Universidade de Santo Amaro, 2014.

DOWLING, C. *Complexo de Cinderela*. 33. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed. São Paulo: 2011. 49 p.

INÁCIO, A. *Assédio moral no mundo do trabalho*. São Paulo: Ideias e letras, 2012.

INCLUSÃO SOCIO DIGITAL. Escola de Inclusão Digital. *Programa de Capacitação em Gênero, Raça, Pobreza e Emprego*. 2015. Disponível em: <<http://inclusao.serpro.gov.br/course/view.php?id=277>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por amostra em domicílio*. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf>. Acesso em 1 out. 2015.

_____. *Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas*. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 6 set. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*. Brasília, 2012. 16 p.

LESSA, S. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lakás, 2012.

MARIA que virou Jonas ou a força da imaginação. São Paulo: SESC, 2015. Prospecto. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/programacao/53734_MARIA+QUE+VIROU+JONAS+OU+A+FORCA+DA+IMAGINACAO#/content=sabia-mais>. Acesso em: 27 mar. 2015.

- MARTILELLI, M. L. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho*. 2015. Disponível em: <<http://www.observatorio degenero.gov.br /menu/areas-tematicas/trabalho>>. Acesso em: 1 abr. 2015.
- OLIVEIRA, R. C. *História do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Conheça a OIT*. 2014. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasilia/conhe%C3%A7a-a-oit/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 20 set. 2014.
- PRADO, D. *O que é família*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) *A Família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, p.73-88, 2002.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SARTI, C. A.. *A Família e individualidade: um problema moderno*. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Famílias enredadas*. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.) *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora, 2010, 5. ed.
- SELIGMANN, S. E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- TELES, A. A. M. *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- TOLEDO, C. N.; CORTEZ, J. X. Famílias monoparentais: indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade*, [S.l.], n. 71. v. 23, 2002.
- TOMATES verdes fritos. Direção de Jon Avnet, produzido por Anne Marie Gillen e Jon Avnet. Estados Unidos: Universal Picture, 1991. 1 cassete VHS (125 min), son., color.
- VALENTE. Direção de Brenda Chapman e Mark Andrews, produzido por Katherine Sarafian. Estados Unidos: Walt Disney, 2012. 1 filme (93 min), son., color.

Artigo recebido em 8 de junho de 2015

e aprovado em 6 de setembro de 2015.

Inovações jurídicas da EC 72/2013 e seu impacto no processo de formalização das trabalhadoras domésticas nordestinas

*Luana Junqueira Dias Myrrha**

*Luciana Conceição de Lima***

*Hila Romena Lopes de Carvalho****

* Doutora e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
luanamyrha@gmail.com

** Doutora e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
limamarx@gmail.com

*** Graduada em Direito pela Universidade Potiguar (UnP) e graduanda em Ciências Atuariais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
hilaromena@hotmail.com

Resumo

O objetivo do artigo foi analisar as inovações jurídicas proporcionadas pela Emenda Constitucional 72/2013, evidenciando quais direitos adquiridos pelos empregados domésticos têm garantias de eficácia imediata e quais têm garantias mediatas (aquelas que dependem de regulamentação específica para seu exercício). Outro objetivo foi analisar, utilizando os dados da PNAD contínua trimestral 2012-2014, os efeitos da nova legislação sobre o processo de formalização das trabalhadoras domésticas e sua segmentação em mensalistas e diaristas na região Nordeste. Os resultados sugerem que a formalização permaneceu praticamente constante. Contudo, espera-se que a Emenda Constitucional 72/2013 reforce a tendência de redução de domésticas mensalistas sem carteira e o crescimento de diaristas sem carteira, mantendo o mesmo grau de informalidade.

Palavras-chave: Emenda Constitucional 72/2013. Informalidade. Emprego Doméstico. Mensalistas. Diaristas.

Abstract

The purpose of the article was analyzing the legal innovations provided by Constitutional Amendment 72/2013, showing which entitlements of domestic workers have guarantees immediate effect and which has mediate guarantees (those that rely on specific rules for its exercise). Another objective was to analyze, using data from the Quarterly National Household Survey 2012-2014 continued, the effects of new legislation on the process of formalization of domestic workers and their segmentation into salaried and day laborers in the Northeast. The results suggest that the formalization remained virtually constant. However, it is expected that the Constitutional Amendment 72/2013 reinforces the trend of reduction of salaried household without portfolio growth of day laborers without portfolio while maintaining the same degree of informality.

Keywords: RConstitutional Amendment 72/2013. Informality. Domestic employment. Salaried. Day laborers.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o emprego doméstico teve sua origem ainda no final do Império, quando ocorreu a abolição dos escravos e as mulheres libertas passaram a se empregar em casas de família (TELES, 2014). Historicamente, os afazeres domésticos são tidos como responsabilidade da mulher, independente da sua situação social e de sua posição na família (BRUSCHINI, 1990), por isso, essa ocupação era uma das poucas opções de trabalho com remuneração em bens ou espécie para as mulheres livres daquela época. Com o passar do tempo, apesar das mudanças significativas do papel da mulher na sociedade brasileira, devido ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, ao aumento da escolaridade feminina e à redução do tamanho das proles (WAJNMAN, 2006), o emprego doméstico continuou uma ocupação tipicamente feminina e que absorve uma importante parcela das mulheres ocupadas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002; NOBRE, 2004; PAIXÃO; GOMES, 2008). Atualmente, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, mais de 90% do total de pessoas ocupadas nesta classe trabalhadora são mulheres (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015) e o peso do emprego doméstico no conjunto da força de trabalho feminina, que se manteve praticamente em 20% durante a década de noventa, atualmente representa cerca de 15% de todas as trabalhadoras.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) considera o empregado doméstico como “aquele(a) maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. Por essa definição, o MTE classifica como empregado doméstico os seguintes trabalhadores: cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira,

faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outros que exercem atividade de caráter não-econômico dentro do domicílio do empregador. O caseiro se integra à ocupação quando o local onde exerce o seu trabalho não possui finalidade lucrativa. Esses empregados podem ter contrato mensal em um único domicílio e receber mensalmente ou podem trabalhar por conta própria em várias casas de família e receber por dia, ou seja, o emprego doméstico é segmentado em trabalhadores mensalis-tas e diaristas, respectivamente.

No entanto, resquícios da escravidão ainda podem ser observados na relação entre empregador e empregado doméstico (TEIXEIRA, 2013). De acordo com os estudos de Teixeira (2013) “os discursos das patroas se adequam a um contexto de hierarquização social constituído por aspectos como raça, cor, etnia, classe social, e também religião” (TEIXEIRA, 2013, p. 66). Além disso, uma parte dos ocupados nesse trabalho ainda se sujeitam a esse discurso, permitindo uma relação de servidão. Como a legislação para essa ocupação ainda é deficiente e esse trabalho é realizado dentro das residências dos patrões, o contexto em que o emprego doméstico está inserido oportuniza a exploração do tempo de trabalho, a ausência do descanso, a remuneração fraudada, a exploração do trabalho, entre outros. Consequentemente, o emprego doméstico está entre as ocupações menos favoráveis e precárias, quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000). Por outro lado, essa relação pode se estender ao nível da afetividade entre empregado e patrão e vice-versa, principalmente nas situações em que há o cuidado de menores por parte do empregado. Portanto, a relação de trabalho que caracteriza essa ocupação apresenta uma complexidade que dificulta a sua regulamentação e fiscalização.

Historicamente, os afazeres domésticos são tidos como responsabilidade da mulher, independente da sua situação social e de sua posição na família (BRUSCHINI, 1990)

O emprego doméstico só foi regulamentado em 1972, por uma Lei especial nº 5859/72 (BRASIL, 1972), o que resultou em direitos diferenciados e mais restritos, frente aos demais trabalhadores do país vinculados à CLT. De acordo com o MTE, a principal diferença entre essa ocupação e as demais, é que o emprego doméstico não prevê lucratividade para o empregador, não tendo, por isso, um caráter econômico. Outras Leis, junto à Constituição Federal de 1988, surgiram com o intuito de ampliar esses direitos, mas até a recente Emenda Constitucional 72 de 2013 (BRASIL, 2013), os direitos dos empregados domésticos ainda eram limitados. Consequentemente, a informalidade foi bastante frequente entre os ocupados no trabalho doméstico.

Nos anos noventa, houve um importante crescimento no número de pessoas ocupadas no emprego doméstico, incorporando uma grande proporção de mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002; NOBRE, 2004). Em 1992, as domésticas sem carteira de trabalho assinada correspondiam a 82,8% das mulheres empregadas nessa ocupação (LIBERATO, 1999). Depois que o Plano Real foi implantado, a ocupação vivenciou um processo de formalização (LIBERATO, 1999), uma tendência contrária ao que ocorreu para as ocupações femininas no geral, uma vez que houve uma retração nos postos de trabalho formal, no mesmo período de estudo (WAJNMAN; RIOS-NETO, 2000). O percentual de mulheres domésticas com carteira assinada passou de 17,2%, em 1992, para 22,8%, em 1997 (LIBERATO, 1999).

Liberato (1999) justifica esse processo de formalização pelo envelhecimento da ocupação doméstica. As mulheres mais jovens são as que aceitam, mais facilmente, trabalhar sem carteira, porque na maioria das vezes o emprego doméstico surge para elas como primeiro emprego. Contudo, a representatividade desse grupo na atividade doméstica está

reduzindo, porque elas tendem a uma maior escolaridade e, por isso, estão aptas para outras ocupações menos precárias que o emprego doméstico ou, ainda, optam por empregos que exigem uma carga horária reduzida para conciliar o estudo com o trabalho. Consequentemente, houve um aumento da participação das mulheres mais maduras nessa ocupação, e estas demandaram uma maior estabilidade no trabalho, devido ao tempo em que permaneciam no serviço e à idade.

Apesar da crescente formalização, em 2001, do total de 5,89 milhões de empregados domésticos, no Brasil, apenas 26,1% possuíam carteira assinada e 2,3% contribuíam para a Previdência Social como contribuintes individuais, e não como domésticos, por meio de seus patrões (BISSI, 2002). Assim, para 2001, a cobertura da Previdência Social para essa atividade foi de 28,4%, uma percentagem baixa em relação à média nacional de cobertura previdenciária para todas as ocupações, 42,3%. De acordo com Myrrha e Wajnman (2007), em 2004, a percentagem de empregadas domésticas com carteira assinada foi de 25,04% e das que contribuíram para a Previdência Social foi de apenas 27,4%. Em 2013, o cenário é um pouco melhor, pois a formalização e as contribuições autônomas para a Previdência Social aumentaram para 32,8% e 40,6%, respectivamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Portanto, considerando as informações mais recentes, cerca de 60% dos empregados domésticos não poderão usufruir de uma série de benefícios que asseguram ao trabalhador a reposição de renda no momento em que ocorre a sua perda temporária ou permanente da capacidade de trabalho, em decorrência de riscos sociais como velhice, morte, invalidez total ou parcial, doença, acidente, maternidade, entre outros.

Apesar da informalidade ser generalizada e mais frequente no emprego doméstico, se comparado às

Nos anos noventa, houve um importante crescimento no número de pessoas ocupadas no emprego doméstico, incorporando uma grande proporção de mulheres no mercado de trabalho

demais ocupações, é importante ressaltar que existem diferenças regionais. A informalidade no emprego doméstico é mais frequente na Região Nordeste, onde 81,5% dos empregados domésticos não possuem carteira assinada, ao passo que na região Sudeste a frequência da informalidade foi de 59,3% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Além da informalidade, o estudo de Myrrha e Wajnman (2007) evidenciou que o perfil mais precário das empregadas domésticas brasileiras, em 2004, foi caracterizado por trabalhadoras da Região Norte e Nordeste, que se sujeitavam a uma jornada de trabalho mais elevada, percebiam os menores salários entre as profissionais dessa ocupação, e não possuíam carteira assinada. Por outro lado, o perfil mais vantajoso era composto pela maioria de mulheres das regiões Sul e Sudeste.

Recentemente, em 3 de abril de 2013, foi publicada a EC 72/2013 (BRASIL, 2013), que teve como objetivo maior promover a igualdade de direitos trabalhistas aos empregados domésticos. Muitas discussões e dúvidas acerca da eficácia desse novo corpo legislativo surgiram. Dentro da esfera jurídica, um dos primeiros debates nascidos diz respeito às especificidades e particularidades inerentes à atividade de caráter não-econômico, exercida dentro dos domicílios. De acordo com Nascimento e Nascimento (2014) “a CLT é composta por normas cuja finalidade é proteger o trabalhador da exploração que uma negociação capital-trabalho propicia. Bastante diferente é a relação do trabalho doméstico, uma vez que este não gera lucro para quem o contrata”(NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2014, p. 982). Para os autores, garantir igualdade de direitos, quando não observadas as devidas igualdades de condições das aplicações dessas garantias, podem gerar novos problemas jurídicos e sociais.

Outra discussão diz respeito às consequências dessa nova legislação. Boa parte dos empregadores

têm dúvidas de como colocar em prática a nova legislação e quais mudanças são imediatas. Além disso, a maior preocupação dos empregadores refere-se à sua capacidade de arcar com encargos derivados da nova legislação. Consequentemente, hipóteses são colocadas: a igualdade de direitos pode gerar um cenário melhor de trabalho para os empregados domésticos?

A formalidade vai crescer ou o aumento dos encargos pode aumentar a informalidade? Haverá uma redução de mensalistas e, consequentemente, o aumento de diaristas?

Diante desse novo cenário legislativo, o objetivo inicial deste trabalho é esclarecer as mudanças imediatas e mediatas da EC 72/2013. Além disso, considerando a significativa representatividade do emprego doméstico no mercado de trabalho feminino, este estudo também tem como objetivo analisar os efeitos da nova legislação sobre o processo de formalização das trabalhadoras domésticas e sua segmentação em mensalistas e diaristas na Região Nordeste, considerando suas diferenças em relação ao cenário brasileiro e à Região Sudeste, que representa a região mais rica do país.

A REGULAMENTAÇÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Os resquícios da escravidão que o emprego doméstico carrega explica, em grande parte, o desprestígio desse trabalho na esfera da vida civil, e também na esfera jurídica. Essa realidade pode ser observada desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, no ano de 1943, que excluía o labor exercido nos lares. Depois de muitos anos submetidos apenas aos interesses dos patrões, surgiu uma nova legislação, denominada Lei nº 5.859, de 11 de setembro de 1972 (BRASIL, 1972), que formalizou os direitos e deveres dos trabalhadores

domésticos. Ela representou grande avanço no que tange aos direitos dos empregados domésticos, pois assegurou direitos básicos como anotação da CTPS, férias remuneradas e seguro obrigatório da previdência social, gerando, enfim, caráter formalizado a essa relação de emprego até então completamente desprestigiada juridicamente. No entanto, muitas das garantias desse setor ficaram pendentes de exercício, em razão da ausência de regulamentação própria.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), mais precisamente por meio do artigo 7º da Carta Magna, novos direitos foram garantidos aos trabalhadores brasileiros, tais como o salário mínimo, irredutibilidade salarial, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, licença-maternidade, licença paternidade, décimo terceiro salário, aviso prévio e aposentadoria. Entretanto, nem todos os privilégios garantidos aos empregados comuns foram auferidos ao trabalhador doméstico. Diante dessa realidade, surgiu a proposta de emenda à Constituição Federal nº 66/2012 (BRASIL, 2012), destinada a dirimir qualquer desafinação legislativa existente entre as prerrogativas do trabalhador comum e dos domésticos. Assim, despontou a EC 72/2013 que passou a vigorar na data de sua publicação, a saber, 3 de abril de 2013.

A Emenda Constitucional 72/2013

A EC 72/2013 foi fortemente influenciada pela Convenção Internacional do Trabalho nº 189, que foi aprovada em junho de 2011 pela Organização Internacional do Trabalho (2011), apesar de ter entrado em vigor somente em setembro de 2013, em defesa de melhores condições no trabalho doméstico a nível mundial (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2013). A necessidade de se presenciar uma evolução na esfera jurídica,

onde se encaixavam os empregados domésticos, não foi oriunda apenas da necessidade de corrigir uma discriminação marcante nas diferenças de direitos assegurados para trabalhadores comuns e trabalhadores domésticos, mas também, foi fruto de uma combinação do cenário jurídico internacional.

A EC 72/2013 foi promulgada em 03 de abril de 2013,

já surtindo, a partir de tal data, seus respectivos efeitos. No entanto, ela ainda não assegura igualdade jurídica entre os empregados comuns e os empregados domésticos. O novo corpo legislativo foi inaugurado de forma a corrigir a discriminação verificada diante da antiga redação do parágrafo único do artigo 7º da Lei Maior, ampliando o rol de direitos assegurados aos trabalhadores domésticos. Vejamos:

Art.7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...). Parágrafo Único: São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social. (BRASIL, 1988).

O inciso IV do artigo sétimo da CF prevê o direito ao salário mínimo, fixado em lei, enquanto o inciso VI garante a irredutibilidade desse. Já o inciso VIII garantiu aos empregados domésticos o décimo terceiro salário. No tocante aos incisos XV e XII, a inovação ficou por assegurarem, respectivamente, o repouso semanal remunerado e o gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos um terço a mais que o salário normal. Os incisos XVIII, XIX e XXIV contemplaram aos trabalhadores domésticos a licença-maternidade de 120 dias sem prejuízo do salário, licença-paternidade e aposentadoria, respectivamente. As novas garantias fixadas ao trabalho exercido pelos empregados domésticos, estabelecidas pela EC 72/2013, a partir da alteração do

parágrafo único do artigo 7º da Carta Magna, estão explicitadas na nova redação exposta a seguir:

Art. 7º (...) - Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (BRASIL, 1988).

Como trata-se da ampliação de um rol de direitos já existentes, permaneceram em vigor as garantias até então válidas. É importante esclarecer que os novos direitos concedidos à classe dos domésticos têm eficácia imediata, ou seja, que desde a promulgação da emenda produziram seus efeitos, e garantias mediatas, que por sua vez dependem de regulamentação específica para seu exercício.

• **Garantias com eficácia imediata**

O salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável, prevista no inciso VII, foi um dos termos acrescidos ao rol de direitos imediatos dos empregados domésticos. Porém, como o salário mínimo e a irredutibilidade salarial já eram previstos e a concessão de “parcelas variáveis” de remuneração como, por exemplo, as gratificações, bonificações, gorjetas e participações nos lucros não fazem parte da tipicidade das relações de empregos domésticos, essa modificação não teve muito efeito. Igualmente, há escassa inovação para

É importante esclarecer que os novos direitos concedidos à classe dos domésticos têm eficácia imediata, ou seja, que desde a promulgação da emenda produziram seus efeitos, e garantias mediatas, que por sua vez dependem de regulamentação específica para seu exercício

se extrair do inciso X, incluso como direito imediato, tendo em vista que o exercício da proteção do salário, na forma da lei, a partir da configuração de crime

quando for observado a sua retenção dolosa, depende da elaboração de lei penal, pois, até então, tal crime não foi tipificado em nossa legislação.

A inclusão dos incisos XII e XVI representou uma significativa mudança para os empregados domésticos, uma vez que lhes garantem uma jornada de trabalho não

superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, além do direito à compensação e recebimento de horas extras. Do ponto de vista prático, isso significa que o empregador terá que fiscalizar e controlar, com a devida cautela, os horários de saída e entrada de seu funcionário, bem como período de intervalo intrajornada. Em outras palavras, será necessária a aplicação de folhas de pontos (ou ponto eletrônico) e bancos de horas para que se efetue firme controle da jornada de trabalho do funcionário.

No tocante ao inciso XXII, a novidade foi quanto à exigência de melhor meio ambiente do labor doméstico, ou seja, deverá o empregador dispor das devidas condições ao local onde são exercidas as atividades do funcionário, bem como, do seu local de descanso e alimentação, através da redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

A inclusão do inciso XXVI garante aos empregados domésticos que os acordos e convenções coletivas do trabalho devem ter o reconhecimento da categoria. Para garantir esse direito, é necessária a criação dos sindicatos de empregados domésticos. No entanto, a inclusão desse inciso é polêmica, porque a criação de um sindicato tem como requisito essencial o exercício de atividade econômica, característica ausente no emprego doméstico que tem caráter não-econômico por parte do empregador

(NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2014). Portanto, apesar de possuir forma imediata de aplicação, o referido inciso dependerá de novas discussões e resoluções no âmbito legislativo para que seja de fato efetivado.

Quanto aos incisos XXX e XXXI, esses geraram seus efeitos de modo a garantir a proibição de discriminação da diferença de salários, exercício de função ou admissão por razão de idade, cor, sexo, estado civil e até mesmo pelo fato do indivíduo ser portador ou não de deficiência.

Por fim, como direito imediato, foi incluído o inciso XXXIII, que efetivou a proibição “de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (BRASIL, 1988). Portanto, esse inciso fixou a idade mínima do empregado doméstico em 16 anos.

• **Garantias com eficácia mediata**

As garantias que ainda dependem de regulamentação específica para surtirem seus efeitos, estão presentes nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII. O inciso I possui a seguinte redação: “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos”. No entanto, até mesmo para os trabalhadores comuns, ainda inexistente um regimento nesse sentido. O que atualmente se faz é utilizar a multa relativa aos 40% do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço como indenização. Nesse sentido, é necessário formular uma lei específica que garanta as outras estabilidades previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, bem como as respectivas indenizações em razão de dispensas imotivadas, não aplicáveis aos empregados domésticos como, por exemplo, a estabilidade acidentária.

Os incisos II e III tratam do FGTS e seguro-desemprego, assegurando tais benefícios aos empregados domésticos. No entanto, antes da EC 72/2013, a regulamentação estabelecida pelo

Decreto n. 3.361, de 10 de fevereiro de 2000, que alterou a Lei nº 5.859 de 11 de setembro de 1972, facultou ao empregador doméstico inscrever o empregado no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e, como consequência da inscrição ao FGTS, o trabalhador doméstico teria direito ao seguro-desemprego (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2014, p. 978). Nesse sentido, é necessária uma nova regulamentação para que essas garantias sejam efetivadas aos empregados domésticos. Em relação ao inciso IX, que garantiu o direito ao adicional noturno aos empregados domésticos, é preciso formular um normativo que estabeleça o horário considerado noturno para os que laboram nas residências, bem como fixe a alíquota para fins do cálculo do adicional.

Por fim, cite-se as três últimas garantias atribuídas aos empregados domésticos com a promulgação da EC 72/2013 (BRASIL, 2013), ainda dependentes de regimento particular:

Artigo 7º (...)

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

O EFEITO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 72/2013 NA REGIÃO NORDESTE

Como fonte de informações sobre o trabalho doméstico na Região Nordeste, antes e depois da EC 72/2013, utilizou-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada em todo o Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa pesquisa se diferencia da PNAD tradicional, entre outros, por ser

realizada com periodicidade mensal, trimestral ou variável, e nos dois primeiros casos o tema a ser investigado em mais de 200 mil domicílios brasileiros é a força de trabalho. Para esse estudo, foram utilizadas informações da PNAD Contínua trimestral, uma vez que ela permite a desagregação das informações por Grandes Regiões brasileiras, como a Região Nordeste, que constitui objeto principal de análise do presente artigo e, também, por conter um conjunto maior de dados sobre o mercado de trabalho. Para fins de comparação dos resultados, foram utilizados dados para o Brasil e para a Região Sudeste.

Nesse estudo foram utilizadas informações para os quatro trimestres de 2012, 2013 e de 2014. Uma vez que o IBGE disponibiliza bancos de dados separados por ano e por trimestre, as informações de pessoas foram empilhadas de modo que se chegasse a uma base de dados única com informações trimestrais para todos os anos selecionados. Para identificação das trabalhadoras no serviço doméstico, utilizou-se a categoria 'Trabalhador doméstico' proveniente da variável posição na ocupação para pessoas ocupadas na semana de referência da pesquisa. Foram selecionados apenas casos de mulheres, para dimensionar o trabalho doméstico no emprego feminino. Portanto, foram utilizados três bancos de dados com informações de mulheres ocupadas na semana de referência para os quatro trimestres de 2012 a 2014: banco de dados do Brasil (3.775.622 casos), banco de dados da Região Nordeste (1.296.996 de casos) e banco de dados da Região Sudeste (988.384 casos).

Por se tratar de um estudo preliminar, utilizou-se análise descritiva das informações, cujo objetivo principal foi o de acompanhar a evolução do emprego doméstico antes e depois da EC 72/2013. Cabe ressaltar que a discussão foi pautada nas tendências das séries de dados.

O Gráfico 1 ilustra o percentual de mulheres empregadas no trabalho doméstico no Nordeste em comparação ao Brasil e à Região Sudeste para os quatro trimestres de 2012, 2013 e 2014. Observa-se que o emprego feminino no trabalho doméstico

é maior na Região Nordeste em comparação com o Brasil e com a região brasileira mais rica do país, sobretudo a partir do 4º trimestre de 2012, quando o percentual de trabalhadoras domésticas nordestina manteve-se superior ao percentual verificado para as outras áreas.

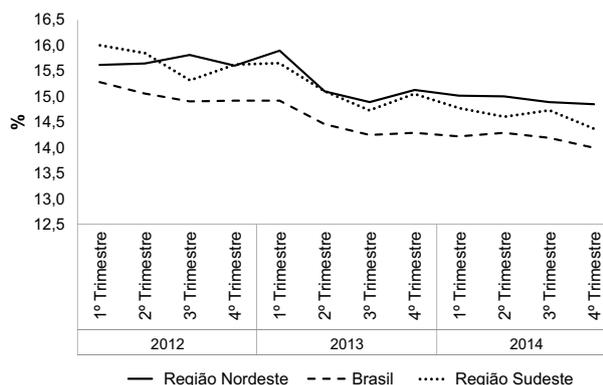


Gráfico 1
Percentual de mulheres empregadas no trabalho doméstico – Brasil, Região Nordeste e Região Sudeste – 2012-2014

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012, 2013a, 2014).

Também com relação ao Gráfico 1, verifica-se pequena redução do percentual de mulheres empregadas no trabalho doméstico entre o segundo e o terceiro trimestre de 2013, quando a EC 72/2013 foi promulgada. No Brasil, essa redução foi de 2,5 pontos percentuais, na Região Sudeste foi de 1,5 ponto percentual e na Região Nordeste a redução entre esses dois trimestres foi um pouco menor (1,4 ponto percentual) (informações não apresentadas no Gráfico 1). Importante observar que logo após o terceiro trimestre de 2013, sobretudo para a Região Nordeste, não houve tendência de queda consistente na parcela de mulheres empregadas no trabalho doméstico, mas de manutenção dos percentuais em torno de 15%. Já na Região Sudeste, onde os custos para se arcar com as despesas trabalhistas previstas pela nova legislação para o emprego doméstico talvez sejam maiores do que na Região Nordeste, para alguns trimestres dos anos subsequentes à promulgação da EC72/2013, houve tendência de redução no percentual de mulheres ocupadas no trabalho doméstico.

Concomitante à redução da representatividade do emprego doméstico no mercado de trabalho feminino, verifica-se um leve crescimento da média salarial, em grande parte explicado pelo aumento do salário mínimo. Conforme ilustrado no Gráfico 2, a Região Sudeste apresentou, ao longo dos trimestres de todos os anos considerados, as maiores médias de rendimento mensal de mulheres ocupadas no trabalho doméstico, em torno de R\$770,00. Já a Região Nordeste apresentou as menores médias de rendimento mensal de mulheres com essa ocupação, próximas de R\$ 450,00, valores bem inferiores, inclusive, à média nacional. Entre o segundo e o terceiro trimestre de 2013, quando passaram a vigorar os direitos concedidos pela EC 72/2013, não houve variação substantiva nos rendimentos médios das mulheres ocupadas no serviço doméstico na Região Nordeste e nas demais áreas analisadas.

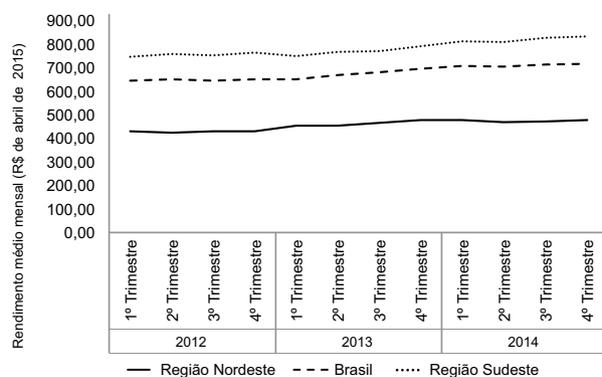


Gráfico 2
Rendimento médio mensal (a preços de abril de 2015) de mulheres ocupadas no trabalho doméstico – Brasil, Região Nordeste e Região Sudeste – 2012-2014

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012, 2013a, 2014).

Ambos os resultados sugerem que a oferta de mulheres para se empregar no trabalho doméstico reduziu-se com o tempo, em consequência das mudanças significativas do papel da mulher na sociedade brasileira. Com o aumento da escolaridade, as mulheres passaram a ter novas oportunidades de emprego, menos precárias que o serviço doméstico, e a ocupar outras funções no mercado de trabalho. Todavia, os resultados para rendimento

chamam a atenção pelos baixos valores auferidos por mulheres nordestinas no serviço doméstico, cujos valores de retirada média mensal foram bem menores do que os valores de salário mínimo dos anos incluídos na análise. Uma possível justificativa para esse resultado é que o aumento da escolaridade no Nordeste não se deu no mesmo ritmo da média brasileira e, por isso, o emprego doméstico ainda se apresenta como uma oportunidade para uma parte considerável das mulheres nordestinas.

Com relação à formalidade, o Gráfico 3 evidencia uma tendência de manutenção dos percentuais de empregadas domésticas com carteira assinada em torno de 30% a 31% para o Brasil, entre 37% e 38% para o Sudeste e no Nordeste em torno de 17% e 18%. Cabe ressaltar que, apesar dessa tendência, no Sudeste e no Brasil, após a promulgação do EC 72/2013, os resultados evidenciam uma redução de 3,2 pontos percentuais e 1 ponto percentual, respectivamente, do primeiro para terceiro trimestre de 2013, mas no quarto trimestre de 2013 já se verifica uma retomada para os patamares anteriores. No Nordeste, nenhuma oscilação é evidenciada, logo após a promulgação da emenda.

Diante das dúvidas que a nova legislação gerou aos empregadores, não surpreende a redução na formalidade logo após a promulgação da EC 72/2013, principalmente no Sudeste, onde a renda média das empregadas domésticas é mais elevada e a formalização mais onerosa para os empregadores. Porém, o que se percebe é uma redução da formalização apenas imediata e, depois, uma retomada. Essa retomada pode ser consequência de um maior esclarecimento sobre as mudanças legislativas por parte dos patrões, em relação aos encargos imediatos que assumiriam a partir da promulgação da EC 72/2013. Como mencionado anteriormente, os novos direitos concedidos à classe dos empregados domésticos, que têm garantias de eficácia imediata, não incluíam os benefícios como FGTS e seguro-desemprego, os quais representam maiores encargos aos patrões. Para o Nordeste, onde a média salarial ainda é abaixo do salário mínimo

e a informalidade é muito frequente, as alterações da EC 72/2013 à legislação do emprego doméstico aparentemente ainda não impactaram o processo de formalização das empregadas domésticas.

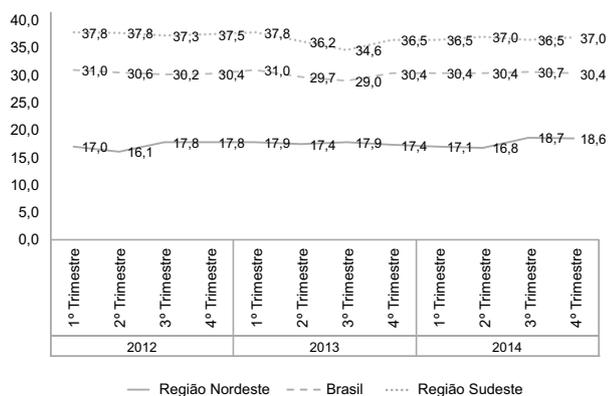


Gráfico 3
Percentual de mulheres com carteira assinada ocupadas no trabalho doméstico – Brasil, Região Nordeste e Região Sudeste – 2012-2014

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012, 2013a, 2014).

Destaca-se que o esperado, após a promulgação da EC 72/2013, não é o aumento da formalização, uma vez que maiores encargos tornam a formalização da mensalista, que vivencia a ausência de direitos trabalhistas, mais difícil. As hipóteses são de redução ou manutenção da formalidade. Os resultados evidenciam que, para o período analisado, a tendência é de uma constância na formalidade, por enquanto, uma vez que a EC 72/2013 ainda não consolidou alguns encargos patronais, que são de eficácia mediata.

A outra hipótese é de que haverá um crescimento de diaristas, as quais não necessitam estabelecer um vínculo empregatício com o patrão. Infelizmente, a PNAD contínua trimestral não permite analisar, com essa periodicidade, a quantidade de domicílios que a empregada doméstica trabalha e, por isso, não foi possível verificar qual o comportamento da segregação dessas trabalhadoras domésticas em diaristas e mensalistas, após a promulgação da EC 72/2013. No entanto, de acordo com Fraga (2010), ao longo dos anos 2000, houve um crescimento constante na

participação de diaristas no emprego doméstico, o que pode ser justificado pela mudança de perfil da demanda por esse tipo de serviço devido:

[...] ao empobrecimento da classe média, que é a maior empregadora; à diminuição do tamanho das famílias, que estão menores, com menos filhos; ao crescimento do número de domicílios unipessoais, ou seja, de pessoas morando sozinhas; e ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, inclusive de mulheres com menor poder aquisitivo e com mais dificuldade de contratar uma mensalista. (FRAGA, 2010, p. 87).

Fraga (2010) também argumenta sobre a mudança na oferta do emprego doméstico, na medida em que uma parcela de mulheres que não têm disponibilidade para trabalhar todos os dias passou a ter essa ocupação como uma possibilidade de contribuir para o orçamento familiar, na qualidade de diaristas. Além disso, o trabalho doméstico exercido no máximo duas vezes na semana em um mesmo domicílio, que não gera vínculo empregatício e pode ser exercido em vários domicílios, tem sido atrativo na medida em que os rendimentos podem ser maiores, o horário mais flexível e dá uma maior autonomia ao empregado em relação ao empregador e ao tempo das atividades realizadas. Por outro lado, as desvantagens são: “o trabalho mais cansativo e desgastante, ausência de garantias sociais, renda mais suscetível a alterações, precisão de certa quantidade de “clientes” e necessidade de assumir riscos” (FRAGA, 2010, p. 142). Diante desse cenário, é provável que a nova legislação, a qual onera os encargos patronais para empregadores de mensalistas, acelere o crescimento da participação de diaristas no emprego doméstico, por meio da migração de mensalistas para a categoria de diaristas.

De acordo com o Gráfico 4, de 2004 para 2013, o percentual de empregadas domésticas sem carteira assinada no Nordeste reduziu apenas 3,9 pontos percentuais, ao passo que para o Brasil e o Sudeste essa redução foi de 7 e 8,5 pontos percentuais, respectivamente. No Nordeste, o que se

verifica é uma maior mudança na representatividade das categorias diaristas e mensalistas dentro da informalidade, uma vez que houve um aumento proporcional de diaristas sem carteira maior do que no Sudeste e no Brasil como um todo, e uma redução de mensalistas sem carteira. Essa realidade pode ser consequência de um maior empoderamento das mulheres no mercado de trabalho, principalmente daquelas com baixa escolaridade que não têm muitas opções de trabalho, mas que deixam de submeter a relação de empregado e empregador como mensalistas informais e passam a ser diaristas sem carteira assinada, com maior autonomia de seu trabalho e com possibilidade de maior rendimento.

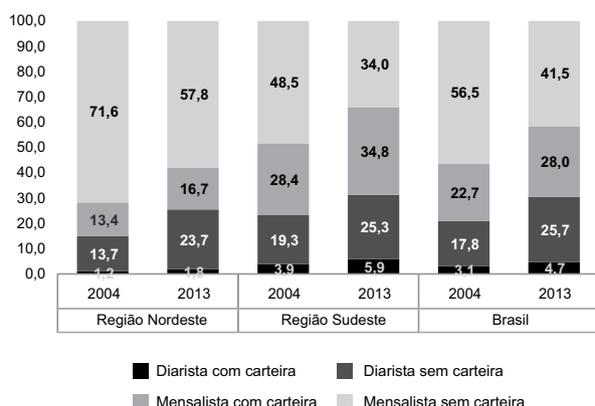


Gráfico 4
Percentual de ocupadas no trabalho doméstico, mensalistas e diaristas com e sem carteira assinada – Brasil, Região Nordeste e Região Sudeste – 2004/2013

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012, 2013a, 2014).

No cenário de maior informalidade, a EC 72/2013 pode ter algum efeito sobre a jornada de trabalho. Isso porque a submissão a menores salários pode ser a única forma de receber rendimento para muitas empregadas domésticas nordestinas. No entanto, submeter a menores salários não significa, necessariamente, a submissão a piores condições de trabalho, como maior jornada. Infelizmente, a PNAD contínua trimestral também não permite quantificar, nessa periodicidade, o número de horas trabalhadas pela empregada doméstica, o que impossibilitou analisar o efeito da garantia de uma

jornada de trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, para o mercado formal e informal do emprego doméstico. Por isso, essa análise fica para uma agenda futura de estudos, na expectativa de que os dados das próximas PNAD possam evidenciar se já houve algum efeito.

Outra mudança imediata da EC 72/2013, que pode ter gerado algum efeito no emprego doméstico formal ou informal, foi a imposição de idade mínima de 16 anos para exercer o trabalho doméstico. Até mesmo os empregadores que contratam a doméstica sem carteira assinada, buscam minimizar a ilegalidade de sua contratação, por isso, espera-se que essa mudança tenha um efeito significativo. De acordo com o Gráfico 5, o que se verifica é uma participação bastante reduzida de meninas de até 16 anos no emprego doméstico. A tendência de queda da participação proporcional das menores de 16 anos antecede a EC 72/2013, o que sugere que essa mudança na legislação apenas formaliza o que já estava ocorrendo. Essa tendência, em parte, pode ser consequência da menor oferta de meninas a esse tipo de emprego, as quais ainda estão em idade escolar e, por isso, a prioridade tende a ser o aumento da escolaridade para poder exercer trabalhos menos precários que o emprego doméstico ou, ainda, optam por empregos que exigem uma carga horária reduzida para conciliar o estudo com o trabalho (LIBERATO, 1999). As políticas públicas, como o bolsa família, por exemplo, também reforçam esse fenômeno, uma vez que esse tipo de transferência de renda exige que a mãe mantenha os seus filhos menores na escola, o que reduz a inserção de menores ao mercado de trabalho para obter uma complementação de renda à família. Novamente a Região Nordeste vivencia condições piores do que o Brasil, como um todo, e a Região Sudeste, uma vez que a participação de menores no emprego doméstico foi superiora ambas as regiões.

Por fim, cabe ressaltar que a análise realizada neste estudo compreende um período curto do tempo e, por isso, tem suas limitações para avaliar os impactos da nova legislação, principalmente porque

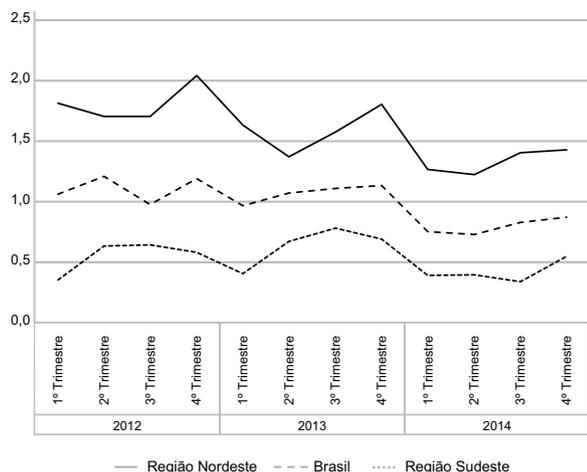


Gráfico 5
Percentual de ocupadas no trabalho domésticos com idade inferior a 16 anos – Brasil, Região Nordeste e Região Sudeste – 2012-2014

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012, 2013a, 2014).

parte dos direitos concedidos aos trabalhadores domésticos, pela EC 72/2013, são de eficácia mediata, que até o final do período analisado ainda não eram aplicáveis. Os efeitos somente poderão ser avaliados após as alterações necessárias para validar todos os direitos concedidos e após um tempo de vigência da nova legislação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Consolidação das Leis do Trabalho, os empregados domésticos foram excluídos dos preceitos legislativos. No entanto, ao longo dos anos, houve o avanço das garantias trabalhistas para essa ocupação, desde o advento da Lei nº 5.859 de 11 de setembro de 1972 (BRASIL, 1972), até a promulgação da Constituição Federal e, agora, pela EC 72/2013. Os avanços não foram apenas na esfera jurídica, como também no escopo social, tendo em vista que as recentes garantias atribuem uma melhor qualidade de trabalho e dignidade no exercício dessa profissão.

No entanto, devido às particularidades que envolvem a relação de emprego firmada no âmbito domiciliar e à ausência de caráter econômico desse tipo de trabalho, inúmeras críticas, discussões e

dúvidas acerca da eficácia do novo corpo legislativo foram levantadas. A crítica mais recorrente é sobre a tentativa de se igualar os direitos trabalhistas por completo para os empregados domésticos, quando não observadas as devidas igualdades de condições das aplicações dessas garantias, sob pena do surgimento de novos problemas jurídicos e sociais. Nascimento e Nascimento (2014) afirma que é necessário muito mais do que igualdade de privilégios, é observar todos os detalhes do trabalho doméstico para que as leis que venham a ser promulgadas sejam verdadeiramente eficazes. As dúvidas recorrentes sobre as consequências dessa nova legislação referem-se à capacidade financeira dos empregadores para arcar com os encargos derivados da série de direitos concedidos aos empregados domésticos e ao controle da jornada de trabalho à sua fiscalização. É desse âmbito, que emergem as seguintes perguntas: A igualdade de direitos vai gerar um cenário melhor de trabalho para os empregados domésticos? O aumento dos encargos implicará no efeito adverso da informalidade? Haverá uma redução de mensalistas e, conseqüentemente, o aumento de diaristas?

De um modo geral, pode-se concluir, com base nos resultados apresentados, que após pouco mais de um ano, desde a promulgação da EC 72/2013, o emprego doméstico no Nordeste não sofreu alterações significativas. A representatividade do serviço doméstico no mercado de trabalho feminino reduziu-se discretamente na Região Nordeste, mas essa é uma tendência generalizada como consequência do aumento da escolaridade das mulheres, que antecede a alteração da legislação. A tendência do rendimento médio e do processo de formalização do emprego doméstico, após a EC 72/2013, não apresentou nenhuma alteração. No entanto, são evidentes as significativas diferenças regionais, em que as trabalhadoras domésticas nordestinas percebem os menores rendimentos, em média, e vivenciam uma maior informalidade.

A PNAD contínua trimestral não permitiu identificar as diaristas, mas por meio da comparação

da composição do emprego doméstico, em 2004 e 2013, percebe-se que, no Nordeste, o cenário da informalidade manteve-se praticamente constante, mas sua composição foi alterada significativamente, com um aumento proporcional de diaristas sem carteira assinada e redução de mensalistas sem carteira assinada. Com a onerosidade gerada pela EC 72/2013 aos empregadores, parece pouco provável que ocorra o aumento da formalização para as trabalhadoras domésticas nordestinas. Diante do atual cenário, a hipótese mais plausível é de a EC 72/2013 acelere o processo de mudança da composição do emprego doméstico, gerando uma maior migração de mensalistas sem carteira para diaristas sem carteira. A relação de trabalho das diaristas sem carteira tem sido mais atrativa, porque proporciona maior autonomia e possibilidade de maior renda, se comparada à categoria de mensalistas sem carteira assinada.

A formalidade é o caminho mais curto para fazer valer os direitos adquiridos pela ocupação. No entanto, a ausência de fiscalização, a relação de servidão que é ainda mais presente na informalidade, aliados ao aumento de encargos patronais, não parece ser um cenário promissor para o aumento da formalidade no contexto nordestino. As empregadas domésticas na Região Nordeste são as que mais vivenciam o analfabetismo, o que dificulta o conhecimento de seus direitos e facilita a informalidade. Portanto, o investimento na educação, no Nordeste, parece ser o caminho mais assertivo para se fazer valer os direitos adquiridos pelo trabalhador doméstico.

Cabe ressaltar que a EC 72/2013 pode ter algum efeito na jornada de trabalho e na idade mínima permitida para o trabalho informal, uma vez que os empregadores que não assinam a carteira de trabalho, ainda assim buscam minimizar a ilegalidade de sua contratação. Por isso, a submissão

a menores salários e à informalidade não implica, necessariamente, na submissão à maior jornada de trabalho. Infelizmente, a PNAD contínua trimestral também não permite quantificar, nessa periodicidade, o número de horas trabalhadas pela empregada doméstica, o que impossibilitou analisar o efeito da garantia de uma jornada de trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, para o mercado formal e informal do emprego doméstico.

Outra mudança imediata da EC 72/2013, que poderia gerar algum efeito no emprego doméstico informal, é a imposição de idade mínima para exercer esse trabalho. A tendência de queda da participação proporcional das menores de 16 anos antecede a EC 72/2013 como consequência: da menor oferta de meninas a esse tipo de emprego, as quais ainda estão em idade escolar e, por isso, a prioridade tende a ser o aumento da escolaridade para poder exercer trabalhos mais qualificados; políticas públicas, como o bolsa família, que exige da mãe a manutenção dos seus filhos menores na escola e, conseqüentemente, reduz a inserção de menores ao mercado de trabalho para obter uma complementação de renda à família e; a lei de erradicação do trabalho infantil. Portanto, a EC 72/2013, ao estabelecer a idade mínima para o trabalho doméstico, apenas formalizou uma tendência que antecede essa nova legislação.

O emprego doméstico é uma ocupação bastante heterogênea (MELO 2006), com diferenças significativas, inclusive regionais, em termos de vínculo empregatício, remuneração, proteção social e condições de trabalho propriamente ditas (MYRRHA; WAJNMAN, 2007). O Nordeste apresenta-se como a região de maior precariedade para essa ocupação, com a maior taxa de informalidade, menores remunerações e uma participação mais significativa do emprego doméstico no mercado de trabalho

O Nordeste apresenta-se como a região de maior precariedade para essa ocupação, com a maior taxa de informalidade, menores remunerações e uma participação mais significativa do emprego doméstico no mercado de trabalho feminino

feminino. Porém, o Nordeste não deve ser tratado com unicidade, na medida em que diferenças intrarregionais são esperadas como, por exemplo, as diferenças entre regiões metropolitanas e não metropolitanas, interior e capital, semiárido e não semiárido. Sendo assim, estudos que buscam identificar as especificidades do emprego doméstico, no território nordestino, são necessários para compreender, de forma mais ampla, as questões que permeiam a precariedade dessa ocupação.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, F. M. *Relações domésticas e banco de horas: reflexões acerca da aplicação deste instituto nas relações de trabalho domésticas*. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2682/1934>>. Acesso em: 27 maio 2015.
- BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. Os incentivos adversos e a focalização dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 22, p. 3-45, 2000.
- BISSI, L. F. A Previdência Social e o mercado de trabalho doméstico no Brasil. *Informe de Previdência Social*, Brasília, v. 14, n. 11, nov. 2002. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-104626-290.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.
- BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.
- BRASIL. Constituição 1988. Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 03 abril, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova Consolidação das Leis Trabalhistas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 set, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.361, de 10 de fevereiro de 2000. Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso do empregado doméstico ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa do Seguro-Desemprego. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 de fevereiro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3361.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.
- BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda Constituição Federal nº 66 de 14 de dezembro de 2012*. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=109761>. Acesso em: 26 maio 2015.
- _____. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 dez. 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.
- BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, [S. l.], v. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.
- BRUSCHINI, C. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalhadoras brasileiras nos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, v. 2, p. 95-106, mar. 2002.
- BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. A dupla face do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações. *Informe PED Mulher*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 31-33, 2000.
- COUTINHO, G. *Ainda nos tempos de casa grande e senzala – domésticos: rebelai-vos, novos “zumbis” e “quilombolas”*. 2006. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5543:ainda-nos-tempos-de-casa-grande-senzala-domesticos-rebelai-vos-novos-zumbis-e-quilombolas&catid=46&Itemid=207>. Acesso em: 20 set. 2006
- FERNANDES, C. M.; MENDONÇA, J. Mulheres responsáveis por domicílios no Brasil: uma investigação com base no Censo 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 14., 2004, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2004. v. 1.
- FRAGA, A. B. *De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado*. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004*: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/microdados.shtml>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral 2013*: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/>. Acesso em: 1 jun. 2015.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Trimestral 2012*: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/>. Acesso em: 1 jun. 2015.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Trimestral 2014*: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/>. Acesso em: 1 jun. 2015.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2013*: análise dos primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnad_201302caderno.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2015.

INCENTIVO à formalização do emprego doméstico. *Nota Técnica do Dieese*, [São Paulo], n. 25, jun. 2006.

LIBERATO, V. C. A dinâmica do serviço doméstico remunerado nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6., 1999, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1999. v. 1, p. 63-73.

MANTON, K. G.; WOODBURY, M. A.; TOLLEY, H. D. *Statistical applications using fuzzy sets*. New York: John Wiley, 1994.

MELO, F. L. B. *Trajetórias no mercado de trabalho*: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006.

MYRRHA, L.; WAJNMAN, S. Características e heterogeneidade do emprego doméstico no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 109-132, 2007.

NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, S. M. *Curso de direito do trabalho*: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe*. Brasília: OIT, 2011. (Notas da OIT, 8). Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233997.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. *Entra em vigor a Convenção sobre Trabalho Doméstico da OIT*. Brasília: OIT, 2013. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/entra-em-vigor-convencao-sobre-trabalho-domestico-da-oit>>. Acesso em: 27 maio 2015.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, set./dez. 2008.

SARAIVA, R. et al. *Direito do trabalho*. 16. ed. São Paulo: Método, 2014.

SOARES FILHO, J. Direitos trabalhistas e previdenciários do empregado doméstico. *Jus Navigandi*, Teresina, v. 10, n. 1143, 18 ago. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8811>>. Acesso em: 6 set. 2006.

TEIXEIRA, J. C. As patroas sobre as empregadas: discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão. In: PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO – REDAÇÕES, ARTIGOS CIENTÍFICOS E PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS – 2013, 8., 2013, Brasília. [*Trabalhos apresentados...*] Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

TELES, L. F. da S. *Libertas entre sobrados*: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2014.

WAJNMAN, S. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, M. (Org.). *Olhares femininos, mulheres brasileiras*. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006. v. 4, p. 77-108.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E. Quantas serão as mulheres? Cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. da (Org.). *Trabalho e gênero*: mudanças, permanências, desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

Artigo recebido em 8 de junho de 2015

e aprovado em 30 de junho de 2015.

Acordo coletivo como uma ferramenta de trabalho decente e igualdade de oportunidades no tratamento das mulheres: uma prática corporativa coletiva

Ângela Rosa da Silva*

Eunice Léa de Moraes**

- * Especialista em Previdência Complementar Fiscalização pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Gerente de Relações do Trabalho da vice-presidência de Gestão de Pessoas dos Correios. angelarosa@correios.com.br, angelarosasilva@yahoo.com.br
- ** Mestre em Ciência do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assessora da vice-presidência de Gestão de Pessoas dos Correios e professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). eunicelea@correios.com.br, eunicelea@hotmail.com

Resumo

Os Acordos Coletivos de Trabalho entre as empresas públicas e o movimento sindical têm contribuído significativamente para a importância da visibilidade da diversidade, quando da elaboração de políticas corporativas. As articulações entre o movimento sindical e as empresas públicas para a incorporação de suas temáticas nos espaços institucionais é o tema do referido artigo. Para a compreensão desses espaços institucionais, partiu-se do Acordo Coletivo como uma ferramenta de trabalho decente e igualdade de oportunidades no tratamento das mulheres, problematizando a relação de gênero no ambiente de trabalho. Outro ponto enfatizado foi a articulação entre diversidade, inclusão e direitos humanos na perspectiva do trabalho decente. O artigo possibilita demonstrar a institucionalidade da temática de gênero e raça nos programas e ações de uma empresa de comunicação que pretende tornar-se uma empresa de classe mundial até 2020.

Palavras-chave: Acordo coletivo. Igualdade de gênero e raça. Diversidade. Inclusão. Direitos humanos.

Abstract

The Collective Bargaining Agreements between public companies and the trade union movement have contributed significantly to the importance of visibility of diversity when preparing corporate policies. The joints between the trade union movement and public companies to incorporate their issues in institutional spaces, is the subject of that article. For an understanding of these institutional spaces broke the Collective Agreement as a decent work tool and equal opportunities in the treatment of women, questioning the gender relations in the workplace. Another point emphasized was the link between diversity, inclusion and human rights in the context of decent work. The article makes it possible to demonstrate the institutionalization of gender issues and race in the programs and actions of a communications company that aims to become an excellent company by 2020.

Keywords: Collective bargaining. Gender equality and race. Diversity. Inclusion. Human rights.

UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O ENTENDIMENTO DA DIVERSIDADE

Ao falarmos da diversidade, estamos compreendendo a multiplicidade de ideias, diferentes entre si, porém tratando do mesmo assunto, no mesmo ambiente ou situação. A diversidade está ligada à pluralidade, à variedade, à diferença. O seu significado caracteriza tudo que é diverso, que tem uma multiplicidade. É um substantivo feminino.

A diversidade que trataremos neste artigo é entendida como as diferenças e as semelhanças de gênero, raça, geração, cultura, orientação sexual, religião entre outros, presentes nos grupos humanos. Dessa forma, a diversidade evidencia, consequentemente, as diferenças, as desigualdades e as discriminações relacionadas aos seres humanos.

Articular a diversidade, a inclusão e os direitos humanos, relacionados à prática corporativa de uma empresa, é abarcar um conjunto múltiplo de aspectos que se diferenciam entre si, mas que se aglutinam na direção de um foco central que é o trabalho decente, a igualdade de oportunidades e tratamento das mulheres.

Os múltiplos elementos que ensejam esta relação reúnem as características adequadas de um grupo humano em um determinado ambiente de trabalho. A diversidade da força de trabalho enseja a reunião de vários indivíduos numa mesma empresa que possuem afinidades de aptidões, capacidades, experiências, vivências, histórias, independentemente do lugar em que se encontrem dentro da empresa, juntos formam uma nova identidade corporativa.

A diversidade corporativa constitui o DNA de uma empresa, pois guarda uma relação com os anseios, pretensões dos empregados e empregadas ao livre-arbítrio para exercer sua função, seu papel na empresa. Por outro lado, a diversidade também indica um processo democrático no espaço

A diversidade que trataremos neste artigo é entendida como as diferenças e as semelhanças de gênero, raça, geração, cultura, orientação sexual, religião entre outros, presentes nos grupos humanos

corporativo, que necessita de uma gestão coletiva num ambiente de trabalho com realidades socioeconômicas diferentes e plurais, que precisam ser respeitadas enquanto liberdades básicas de convivência entre os indivíduos.

No contexto corporativo, a diversidade também serve de panorama para a montagem de estratégias de inclusão e de respeito aos direitos humanos, na direção de orientar e organizar a prática corporativa de trabalho, manualizando diretrizes e os procedimentos do pensar, do planejar e do organizar o trabalho que retroalimentam os objetivos estratégicos, da ordenação do trabalho e da própria estrutura organizacional da empresa, a partir de uma visão crítica que abranja a cultura corporativa e as conexões sociais que se constroem no cotidiano do trabalho.

Outro elemento importante nesse contexto corporativo é o respeito e o reconhecimento da diversidade, como um dos princípios fundamentais na construção da cidadania.

Na perspectiva de uma empresa inclusiva, o maior dos desafios que a diversidade expõe ao ambiente corporativo é a construção de um projeto compartilhado coletivamente, que ao mesmo tempo considere e respeite as diferenças particulares dos empregados e empregadas, que são diversas, múltiplas. Enfrentar esse desafio pressupõe que a diversidade, a diferença, a desigualdade e a individualização apregoam ocorrências e anseios, inerentes à liberdade necessária a uma empresa de classe mundial.

Dessa maneira, a valorização da diversidade deve transversalizar todos os setores e ações da empresa. O grande desafio que se coloca ao ambiente corporativo é edificar uma empresa que garanta a igualdade de oportunidades, de tratamento, que contemple as diferenças de gênero, de raça, de geração e de orientação sexual na perspectiva do trabalho decente.

A experiência dos Correios com a temática vem se concretizando por meio de programas, projetos, ações e acordos coletivos, principalmente o acordo de 2014/2015 (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 2014), que evidencia, nas cláusulas sociais, o respeito à diversidade e aos direitos humanos. Essa experiência estará relatada neste artigo.

ACORDO COLETIVO: DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS EM EVIDÊNCIA

Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), caracteriza-se como um ato jurídico que é celebrado entre uma entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras e uma ou mais empresas correspondentes ao ramo de trabalho, pelo qual são estabelecidas regras na relação trabalhista existente entre ambas as partes.

O acordo se diferencia da convenção coletiva de trabalho que é extensiva para toda a categoria representada, já as regras estabelecidas em um acordo limitam-se apenas às empresas e à força de trabalho acordadas. O acordo coletivo é originário de negociação coletiva entre sindicato profissional e empresa. No Brasil, as Constituições Federais tratavam, até 1988, da convenção coletiva e não de acordo coletivo. Foi o decreto lei nº 229 (BRASIL, 1967) que introduziu a possibilidade de elaboração de acordo coletivo de trabalho. Esta possibilidade somente foi ratificada pela constituição cidadã, tratando, além da convenção coletiva, do acordo coletivo.

Nos Correios, o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) – é datado de 20 de dezembro de 1988 com pauta de caráter basicamente econômico. As questões sociais passaram a ser tratadas no Acordo Coletivo de 1998/1999, que trouxe a redação das cláusulas que atendiam, sucintamente, garantias à mulher ecetista, empregado estudante e

empregado portador de HIV, diferenciais em relação aos Acordos anteriores.

O Acordo de 1999/2000 também inovou, além de manter cláusula das garantias à mulher ecetista, trouxe em sua redação a cláusula 19 – *Discriminação e Preconceito* e cláusula específica referente ao período de amamentação. Foi neste acordo que pôde-se verificar a primeira mulher a integrar a comissão

que representou os trabalhadores e trabalhadoras, entretanto, não foi possível identificar, a partir das assinaturas, em acordos e dissídios anteriores, a participação de mulheres.

Com mudanças consideráveis em relação à *Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos*, o Acordo Coletivo de 2003/2004, ampliou a cláusula das *Garantias à Mulher Ecetista*, inaugurando a cláusula *Discriminação Racial* com esta formatação, proposta antes reservada apenas a um *caput*, passando a conter quatro parágrafos específicos sobre discriminação racial. O referido acordo também introduziu cláusula relativa ao Assédio Moral e Assédio Sexual.

Durante o período de 2005 a 2013, mantiveram-se as conquistas dos anos anteriores no que tange às questões de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos.

O ACT 2014/2015 (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 2014) trouxe inovações relevantes, buscando atender aos anseios da categoria, representada por dirigentes das entidades sindicais, mas especialmente buscando aderência ao Planejamento Estratégico dos Correios.

O Planejamento Estratégico dispõe sobre a sustentabilidade nas suas três dimensões: econômico financeira, ambiental e social. A execução de ações que abarcam a terceira dimensão da sustentabilidade é de competência da Gerência de Desenvolvimento de Programas Sociais da Vice-Presidência de Gestão de Pessoas.

Dentre os processos geridos pela área, alguns subsidiaram a elaboração do texto do ACT, a exemplo do *Programa Pró-Equidade Gênero e Raça e a Campanha Igualdade Racial é Pra Valer*, objetos de acordo entre Correios e Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM e Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/SEPPIR, ambas da Presidência da República, bem como a adesão aos *Princípios de Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres*.

A reorganização das cláusulas existentes a partir de títulos específicos tem origem no processo negociado de 2014. Com esta reorganização, instituiu-se um título reservado às cláusulas sociais, estabelecendo-se maior evidência ao tema. Dessa forma, o atual acordo coletivo possui 78 cláusulas, dispostas em 07 títulos e um subtítulo. O título das questões sociais contém 14 cláusulas, sendo 6 do subtítulo das Garantias da Mulher Ecetista.

O resultado deste trabalho tem por base o sistema nacional de negociação permanente, que desencadeou as mesas regionais e as mesas temáticas, oportunizando aprofundar o debate sobre temas específicos, o que facilitou a negociação, pois quando da instituição da comissão de negociação – acordo coletivo 2014/2015 (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 2014), já haviam propostas delineadas e devidamente debatidas.

Destaca-se a Mesa Temática – *Mulheres Eceletistas*, que foi constituída de forma paritária, sendo 05 representantes da empresa e 05 representantes das entidades sindicais que, durante o período de março a dezembro de 2014, realizaram reuniões para tratar de demandas das mulheres empregadas dos Correios.

O Grupo recebeu apresentações, debateu e concluiu os trabalhos com elaboração de um relatório, que entre outros encaminhamentos, propôs o desenvolvimento de lideranças femininas. Para

atender a proposta, a empresa realizou a primeira Jornada de Liderança Feminina no mês de março/2015 na Administração Central e em todas as Diretorias Regionais e acontecerá anualmente.

O Grupo de Trabalho – Mulher Eceletista aprovou propostas que foram inseridas no acordo coletivo 2014/2015, resultando em cláusulas que, ao serem agregadas com

cláusulas já existentes, deram origem a um subtítulo específico para as mulheres, proposto pela comissão de negociação, inaugurando um olhar diferenciado em relação às questões da mulher.

Destacamos, também, as cláusulas: *Discriminação Racial; Diversidade e Inclusão e Enfrentamento à violência contra mulher*. A primeira foi ampliada, possibilitando tratar de forma contundente, no ambiente corporativo, questões de discriminação racial. As duas outras cláusulas também ratificaram o compromisso dos Correios e Entidades Sindicais com questões fundamentais para promoção dos Direitos Humanos.

As cláusulas com foco em *Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos*, que possuem por base as diretrizes e política de sustentabilidade social dos Correios, efetivamente atendem ao objetivo de contribuir para o desenvolvimento do país, responsabilidade não só do governo, mas das empresas, organizações governamentais e não-governamentais, assim como demais instituições, neste caso específico as instituições sindicais. Estes avanços contribuem para o desenvolvimento humano, bem como reforçam a promoção dos direitos humanos, respeitando a diversidade e garantindo a inclusão.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA

O processo de promoção da igualdade de gênero e raça, no Brasil, corresponde em parte ao

esforço que o governo federal vem empenhando, no sentido de promover o resgate da dívida social histórica acumulada no país ao longo de muitas décadas, e da luta dos movimentos sociais que há muitos anos levantam estas bandeiras.

O compromisso do governo é demonstrado com a criação de órgãos específicos para desenvolver as políticas públicas de direitos humanos, de gênero e de igualdade racial, em 2003 e demonstrado na elaboração dos planos nacionais das referidas políticas, num diálogo permanente entre governo e sociedade civil, compreendendo que a desigualdade e a discriminação são problemas estruturais que envolvem ações integradas em várias áreas de governo.

As relações de gênero e raça, historicamente, têm um elo com a questão da cidadania. A reemergência dos movimentos sociais, a partir do final dos anos setenta, em todo o país, produziu e projetou uma outra concepção de cidadania, baseada no trabalho, na vida e na luta social. Uma cidadania que enfrenta os problemas cotidianos da coletividade, da exploração, da miséria, da desigualdade social, sempre presente na formação social brasileira.

A luta por direitos sociais acentua-se na década de 80, por meio de movimentos em prol de creches, de escolas, saúde, moradia, assim como da luta pelo exercício da cidadania e contra a discriminação de negros, homossexuais e mulheres, bem como pela ecologia, pela paz e pelo direito das crianças.

Essa cidadania passa a ser construída no interior das lutas cotidianas, formando novos sujeitos, novas identidades político-culturais. A educação exerce um papel fundamental nessa nova construção da cidadania. A educação transformadora, popular, crítica, que dialoga com a realidade dos sujeitos envolvidos, introduzida pelo educador Paulo Freire.

Apesar desses avanços indiscutíveis, a discriminação, a desigualdade dos direitos de mulheres, de negros e negras, continua, embora, muitas vezes,

disfarçada no âmbito das relações pessoais e das relações de poder, que algumas mulheres e poucos negros (as) assumem no cenário nacional.

**Apesar desses avanços
indiscutíveis, a discriminação,
a desigualdade dos direitos de
mulheres, de negros e negras,
continua**

Segundo Suzanne Williams, no *Manual de Formação em Gênero* da Oxfam (1999 apud MORAES, 2005, p. 11) a palavra gênero foi usada na década de 70, por Ann Oakley e outros autores, no

intuito de descrever aquelas características de mulheres e homens que são socialmente definidas, em contraste com aquelas que são biologicamente determinadas.

Essencialmente, a distinção entre sexo e gênero é feita para enfatizar que tudo que homens e mulheres fazem, tudo que é deles(as) esperado – com exceção das funções sexualmente distintas (gestação, parto, amamentação, fecundação) – pode mudar, e muda, através do tempo e de acordo com a transformação e a variação de fatores socioculturais, segundo Oakley (1972 apud MORAES, 2005, p. 12).

Para precisarmos melhor a acepção gênero, podemos dizer que as pessoas nascem machos ou fêmeas e aprendem com os grupos sociais que convivem a tornarem-se meninos e meninas, homens e mulheres. São ensinados, no dia-a-dia, comportamentos, atitudes e relacionamentos adequados, papéis e atividades de meninas e de meninos. Esses ensinamentos são aprendidos e incorporados determinando a organização da identidade de gênero.

Entretanto, esse conceito é dinâmico, podendo variar entre raças, culturas, classes, dentre outros fatores culturais. Tais comportamentos, papéis, mudam com o tempo, com as condições socio-históricas. O conceito de gênero serve como instrumento político de análise das relações construídas socialmente entre homens e mulheres. O debate sobre gênero está no campo social, pois é nesse espaço que as relações acontecem na prática e que as desigualdades e as discriminações se efetivam.

Dessa forma, é preciso focar o conceito de forma multidimensional, pois as concepções diferem

em lugares, espaços e tempos. Gênero deve ser entendido como construção de identidades múltiplas, plurais dos sujeitos, que se transformam e são dinâmicas, segundo Louro (1997 apud MORAES, 2005, p. 12). O sentido do termo *gênero* é diferente de *papéis*, porque gênero constitui o sujeito, faz parte de sua construção social, ultrapassa a ideia de desempenho de um simples papel que lhe é determinado por outrem.

Compreendendo que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas no social e não determinadas pela diferenciação biológica, entretanto, uma forte ideologia faz querer crer que a divisão dos papéis entre homens e mulheres é naturalmente determinada pela relação biológica.

As relações de gênero apresentam-se desiguais e diferentes em vários aspectos da vida cotidiana. A valorização diferenciada do trabalho realizado por homens em detrimento do realizado por mulheres é explicada por um conjunto de autoras, pela existência da hierarquização entre os gêneros. Essa relação tem sua base material na divisão sexual do trabalho, mas organiza, sem ordem de prioridades, aspectos econômicos, sociais, vivências particulares, símbolos e representações em imagens de constante movimento, como em um caleidoscópio, segundo Faria e outros (1998 apud MORAES, 2005, p. 13).

No que pese homens e mulheres exercerem atividades na esfera da produção e da reprodução, tanto do âmbito público, como no privado, no governamental e no comunitário, sempre as atividades domésticas e familiares são associadas às mulheres. Um dos resultados disso é que, em todo o mundo, as mulheres têm um dia de trabalho mais longo que o dos homens, segundo Oakley (1972 apud MORAES, 2005, p. 14).

O cerne da dominação racial tem o foco comum com a dominação de gênero, ambas têm a mesma origem histórica. A dominação racista tem escopo mundial, pois deriva-se da configuração histórica de imposição da hegemonia de um povo sobre outro.

Sua essência está localizada nesse processo, com aspectos comuns aos diversos contextos locais, e seu instrumento é a ideologia do supremacismo branco.

No Brasil, a opressão de gênero se inter-relaciona com a opressão de raça, identidade étnica e classe

A questão da identidade está ligada profundamente a essa essência da dominação racista, pois o padrão da

brancura, derivado da hegemonia do supremacismo branco, exerce seu efeito sobre a identidade de todos os povos dominados. No Brasil, a identidade passa a ser reconstituída, em grande parte, por meio do sortilégio da cor, que se transforma numa busca permanente do simulacro da brancura segundo Nascimento (2003 apud MORAES, 2005, p. 16).

No Brasil, a opressão de gênero se inter-relaciona com a opressão de raça, identidade étnica e classe. Um fator que contribuiu bastante para a opressão racial e étnica era a ausência nos currículos escolares da história africana, retirando o direito de negros e negras construir uma história positiva da raça, em contraposição à ideologia re-passada de raça inferior, de preconceitos cultuados e de práticas racistas discriminatórias.

Com a introdução nos currículos escolares da Lei 10.639 (BRASIL, 2003) alterada pela Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira é ressaltada na qual os negros e negras são considerados como sujeitos históricos, o que evidencia a contradição da supremacia racial branca.

O movimento de construir desconstruindo identidades acerca do gênero feminino e masculino percorre uma trajetória difícil, complexa, envolta em muito sofrimento, em muita discriminação e violência. Apesar da luta pela emancipação da mulher ser bem antiga, com ações muitas vezes isoladas contra a opressão, é somente no século XIX, aqui no Ocidente, que o movimento organizado socialmente chamado *feminismo* teve um reconhecimento.

No início do século XX, as manifestações a favor da emancipação feminina adquiriam maior visibilidade na luta pelo direito ao voto. Esse movimento amplia-se e engloba a luta pela educação formal, por uma profissão. Evidentemente que era uma luta das mulheres brancas. Na década de 60, tem início uma outra fase do movimento feminista, trazendo como bandeira de luta as situações sociais e políticas, abrangendo questões teóricas e práticas.

O feminismo é um conjunto de ideias e práticas que visa superar as desigualdades entre homens e mulheres e acabar com as situações de opressão e exclusão das mulheres. O feminismo é uma teoria política que tem expressão social desde o fim do século passado. As mulheres sempre lutaram por sua liberdade e em todas as épocas temos exemplos de mulheres excepcionais, de ações de resistência e de elaboração de tratados e manifestos em defesa da igualdade (MORAES, 2005).

O feminismo é a luta pela libertação da mulher do regime patriarcal e machista, definido como um movimento social, político, baseado na filosofia que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

O movimento de mulheres tem avançado bastante na sua organização, nas décadas de 70, 80, 90 e na atualidade, em busca de direitos iguais. Esse movimento amplia-se na área urbana e rural, no meio sindical, político e no movimento negro. A mobilização de mulheres vai aprendendo que é fundamental contemplar as necessidades e os direitos das diferentes mulheres, conforme raça, classe, idade, orientação sexual, condições de vida e de trabalho, segundo Faria e Nobre (1997 apud MORAES, 2005, p. 18).

A necessidade que a organização de mulheres sentiu em compreender e explicitar teoricamente a opressão e a discriminação que sofre na vida doméstica, social e no trabalho levou à formulação de

várias ideias a respeito dessa situação de opressão. Dentre outras, afirmou-se a ideia de que há uma construção social do *ser mulher*.

Porém, a origem da opressão não está clara do ponto de vista teórico. Como inserir a visão da opressão das mulheres no conjunto das relações sociais, sobre a relação entre essa e outras

opressões, como, por exemplo, a relação entre opressão das mulheres e o capitalismo? Segundo Faria e Nobre (1997 apud MORAES, 2005, p. 19).

Segundo as referidas autoras, o conceito de gênero veio responder a vários desses impasses e permitir analisar tanto as relações de gênero quanto a construção da identidade de gênero em cada pessoa. O conceito de gênero é de fundamental importância para que se compreenda a construção no campo social das relações de homens e mulheres. O conceito é utilizado como ferramenta política e sociológica de análise das relações entre os sexos, considerando que é no campo social que as relações sociais de gênero são construídas.

Quanto às contribuições do conceito de gênero, ao se afirmar a construção social dos gêneros, coloca-se que as identidades e papéis masculino e feminino não são um fato biológico, vindo da natureza, mas algo construído historicamente e que, portanto, pode ser modificado. A construção social dos gêneros tem uma base material (e não apenas ideológica) que se expressa na divisão sexual do trabalho.

O conceito de relações de gênero nos leva à noção de práticas sociais, isto é, pensar e agir dentro de uma determinada sociedade, e à existência de práticas sociais diferentes segundo o sexo. Mas, se as pessoas são permeáveis às relações sociais, elas também agem, sozinhas ou coletivamente, sobre essas relações, construindo suas vidas por meio das práticas sociais.

O conceito de gênero possibilita ver o que há de comum entre as mulheres, porque mostra como

O conceito de gênero é de fundamental importância para que se compreenda a construção no campo social das relações de homens e mulheres

mulheres e homens estão no conjunto da sociedade. Mostra, ainda, a forma como cada mulher individualmente vive essa condição.

Ao explicar a incorporação da identidade masculina e feminina, expõe a diferença entre mulheres, porque no caso de duas irmãs, ensinadas da mesma maneira pela mãe, enquanto uma pode tornar-se meiga, a outra pode tornar-se agressiva, uma podendo aprender a gostar de cozinhar e a outra, não. É possível olhar na história de cada uma como essa identidade foi incorporada a partir da aquisição das características masculinas e femininas. Ninguém é 100% masculino ou feminino.

Características consideradas do outro gênero estão presentes em todas as pessoas. Só que são valorizadas de forma diferente, conforme o lugar em que cada um está. Por exemplo, nos espaços políticos, tradicionalmente masculinos, é comum as mulheres serem cobradas a deixarem um pouco de lado a sua feminilidade e demonstrarem características compatíveis com o modelo estabelecido do que é ser militante, forte e combativa, porque só assim os homens irão considerá-las como “fortes”, sem “frescuras”, que é o que se espera na política, segundo a visão comum, conforme Faria e Nobre (1997 apud Moraes, 2005, p. 21).

O que se reflete dessas considerações é a compreensão de gênero como parte da construção da identidade dos sujeitos, seja do sexo masculino, seja do feminino. A desconstrução dessa dicotomia entre opostos que supostamente existe entre masculino e feminino, de dominante e dominado, como a única forma de relação entre os sujeitos de sexos diferentes, é não compreender que existem diversas formas de exercitação do poder.

O poder é exercido por homens e mulheres de classes, raças, religiões, idades diferentes. O processo de desconstrução seria trabalhado na ordem inversa, considerando que esse oposto é construído socialmente. As identidades de gênero

não são fixas, eternas, e sim mutáveis, transformadas, construídas no espaço socio-histórico.

As identidades de gênero não são fixas, eternas, e sim mutáveis, transformadas, construídas no espaço socio-histórico

A reflexão sobre a trajetória da questão de gênero leva-nos a indagar como esta pode nos ajudar, dada a proximidade dos dois, a compreender os possíveis rumos teóricos e práticos do problema racial. Se a construção do conceito de gênero desloca o enfoque da teoria feminista da “mulher” para as “relações de gênero”, o movimento no sentido de tomar como objeto de reflexão as “relações raciais” em vez de focalizar “o negro” também traz implicações para a articulação de novas abordagens da questão racial de acordo com Nascimento (2003 apud MORAES, 2005, p. 22).

As bandeiras atuais do Movimento Feminista no Brasil estão mais relacionadas com o combate à violência doméstica, que atinge níveis elevados no país; combate à discriminação de gênero, raça e orientação sexual no trabalho; o aprofundamento do estudo de gênero e da contribuição, até hoje um tanto esquecida, das mulheres nos diversos movimentos históricos e culturais do país; a legalização do aborto (que atualmente só é permitido em condições excepcionais); autonomia econômica e a igualdade de remuneração da força de trabalho masculina e feminina por um trabalho de igual valor.

Entretanto, o maior desafio continua sendo o combate ao sexismo, ao racismo, à homofobia, à misoginia e a todas as discriminações de gênero e de raça, que leva à consolidação da cidadania e o fortalecimento da democracia. Tal desafio vem sendo norteador das políticas públicas desenvolvidas nos vários ministérios, secretarias de governos e empresas públicas.

A igualdade tem como uma das principais bases de sustentação a autonomia econômica das mulheres e da população negra. Por esse motivo, é necessário estabelecer programas que tenham por finalidade desenvolver novas concepções de relações de trabalho para alcançar essa igualdade.

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS

A situação de desigualdade das mulheres manifesta-se de formas variadas: ocupação dos postos mais baixos da escala salarial, com maior precarização; remuneração desigual em ocupações de

igual categoria; discriminação na admissão, promoção e qualificação. Somado a isso, as mulheres são obrigadas a conciliar o emprego com as responsabilidades familiares, enfrentando assim uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Apesar de as mulheres terem sido incorporadas às novas atividades produtivas, as relações de poder entre mulheres e homens nestes espaços não têm sido modificadas.

As teorias feministas apontam o sexismo como um resquício da cultura patriarcal, ou seja, uma ferramenta que os homens utilizam para garantir as diferenças de gênero, por meio de atitudes de desvalorização das mulheres vai legitimando e se estruturando baseados em instrumentos legais, médicos e sociais que normatizam e perpetuam o sexismo.

Assim, pensar a desnaturalização da desigualdade de gênero, a inclusão social, a construção de uma sociedade justa, igualitária, com vistas à cidadania de homens e mulheres, passa obrigatoriamente pelo reconhecimento das diferenças, da diversidade e pela rejeição de mecanismos discriminatórios de gênero e raça. Os desafios são enormes, que vão desde a necessidade de trabalho, de segurança, do enfrentamento à violência até a manutenção e ampliação de direitos sociais.

O empoderamento das pessoas pressupõe o desenvolvimento de valores emancipatórios de uma cultura solidária, na direção da construção de uma relação democrática entre mulheres e homens, das mulheres e dos homens com a natureza, transformando as relações sociais autoritárias e desiguais e construindo as bases de outra prática política,

ética e cultural que promova a valorização da diversidade humana com a igualdade de oportunidades de gênero, raça/cor e etnia no mundo do trabalho.

Apesar de as mulheres terem sido incorporadas às novas atividades produtivas, as relações de poder entre mulheres e homens nestes espaços não têm sido modificadas

A formulação e a efetivação de políticas públicas, no âmbito social e econômico, para as mulheres, têm que ser compreendidas como direito e condição fundamental à garantia do trabalho decen-

te para mulheres e homens, em igualdade de condições, possibilitando a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho.

Com base nesta concepção os Correios vêm adotando um conjunto de ações para disseminar a cultura da equidade de gênero e raça, além da promoção dos direitos humanos no ambiente corporativo da empresa. Essas ações são concretizadas em programas via acordos de cooperação com as Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos da Presidência da República. Os Correios também aderiram aos *Princípios do Empoderamento das Mulheres: igualdade significa negócios (WEPs)* da ONU Mulheres e ao Movimento ElesPorElas – HeForShe.

Os Correios aliaram programas de sustentabilidade social com as cláusulas do acordo coletivo. Há vários programas e ações com os temas *Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos*, seja por meio de compromissos nacionais e internacionais ou por normativas/deliberações internas, a saber:

1. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
2. Princípios do Empoderamento das Mulheres – Igualdade significa negócios (WEPs) – ONU Mulheres e Pacto Global das Nações Unidas;
3. Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2014-2015;
4. Acordos de Cooperação Técnica:
 - Promoção de Direitos Humanos – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

- Promoção da Igualdade Racial – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.
5. Ciclo de Encontros Regionais para o Fortalecimento da Equidade de Gênero e Raça das Estatais;
 6. Fórum dos Direitos Humanos e da Igualdade de Gênero e Raça – Correios;
 7. Instituição das Mesas de Negociação Permanente, sendo uma dedicada às questões de gênero.
 8. Adesão à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – Lei é mais forte.

Complementando as ações acima referidas, a empresa também lançou selos e carimbos comemorativos: III CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Fórum Mundial de Direitos Humanos. Recebeu também, alguns prêmios como Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça – 4ª edição/SPM, Melhor Prática na categoria Garantia dos Direitos da População Negra pelo programa Correios Negro e Certificação com diploma na categoria Promoção dos Direitos das Mulheres, pelo Projeto Promotoras e Promotores Postais de Cidadania (PPCs).

A partir do desenvolvimento dessas ações, os Correios estão em vias de lançar o *Programa Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos*, cujo objetivo é orientar e fomentar a incorporação das dimensões de gênero, raça, etnia, geração e orientação sexual, nas ações corporativas, com o propósito de contribuir com a capacitação institucional relacionada à diversidade e inclusão em direitos humanos, colaborando com a melhoria da qualidade dos negócios e serviços da empresa, ofertados à sociedade brasileira e mundial, que é diversa e plural.

O programa estabelecerá como estratégias:

- o fortalecimento das capacidades institucionais de gestores e gestoras responsáveis pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas da empresa, relacionados à diversidade e direitos humanos;
- o desenvolvimento de uma base de conhecimentos sobre as interações existentes entre gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e os produtos e serviços ofertados pela empresa;
- o apoio, por meio de capacitação, visita técnica, processos de formulação, aperfeiçoamento e avaliação das atividades de gestão e corporativa da empresa, relacionados à diversidade de gênero, raça, etnia, geração e orientação sexual;
- o fortalecimento das capacidades institucionais de outros atores sociais (sindicatos, associações de empregados e empregadas, organizações da sociedade civil) na perspectiva da diversidade regional, de gênero, raça, geração e orientação sexual e a ampliação do diálogo e;
- a concertação social com outras empresas públicas, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil sobre a diversidade e direitos humanos.

Essas estratégias irão dar suporte à concretização das cláusulas estabelecidas no ACT abrangendo as seguintes dimensões, de acordo com o TÍTULO I – Das Questões Sociais – do Acordo Coletivo de Trabalho:

- Valorização da Diversidade Humana para a promoção do respeito às diferenças e à não discriminação;
- Enfrentamento a violência contra a Mulher;
- Combate e Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;
- Combate e Enfrentamento ao Sexismo e Promoção da Igualdade de Gênero;
- Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Prevenção e Coibição ao Assédio Moral e Sexual;
- Adesão e Execução de Acordos e Termos de Cooperação Técnicos que objetivem dirimir discriminações no ambiente corporativo de trabalho.

Outro ponto importante de mencionar nesta direção são as Linhas Gerais de execução:

- Fortalecimento normativo e institucional;
- Produção e divulgação de informação, conhecimento e materiais;
- Realização de acordos técnicos nacionais e internacionais;
- Formação e capacitação corporativa;
- Gestão de programas e projetos;
- Avaliação e monitoramento.

O programa também estabelecerá indicadores, enquanto ferramentas fundamentais para a compreensão da abrangência da diversidade, inclusão e direitos humanos na empresa e demonstrará a importância de trabalhar com o referido tema nas políticas públicas empresariais, valorizando e reconhecendo as diferenças e atendendo aos direitos constitucionais, possibilitando a criação de um espaço de discussão temática periódico, aberto aos empregados e empregadas, aos parceiros/as e público especializado, dando continuidade aos compromissos estabelecidos nas políticas do governo federal, no Acordo Coletivo de Trabalho e no planejamento estratégico da empresa.

CONCLUSÕES

Este artigo procura mostrar a capacidade de uma empresa de comunicação, em constituir políticas corporativas, criando espaços institucionais incumbidos de buscar a igualdade entre gênero, raça, geração, LGBT, pessoas com deficiência e pessoas aposentadas, como as estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho e nas ações de diversidade, inclusão e direitos humanos, demonstrando o êxito nas negociações coletivas entre empresa e movimento sindical, no intuito de tornar o trabalho desenvolvido decente.

Negociações construídas no ambiente corporativo de trabalho com os sindicatos e federações marcadas por impasses, conflitos e consensos, resultam em práticas democráticas de diálogo e governabilidade

O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial àqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2015).

Essas negociações construídas no ambiente corporativo de trabalho com os sindicatos e federações marcadas por impasses, conflitos e consensos, resultam em práticas democráticas de diálogo e governabilidade possibilitando outras maneiras de institucionalidade e de mediação que incluem a diversidade, a inclusão e os direitos humanos.

Este artigo representa uma reflexão sobre a relação empresarial e sindical na construção da igualdade de oportunidades e tratamento das pessoas no ambiente corporativo decente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. Decreto-Lei 229 de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0229.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 de jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 de mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. *Acordo Coletivo de Trabalho*: 2014/2015. Brasília, 24 set. 2014. Disponível em: <<http://www.sintect-sp.org.br/wp-content/themes/SINTECT/downloads/ACT2014.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. *Acordos Coletivos de Trabalho*: período 1988 a 2013. Brasília, [1988]. Disponível em <<http://intranetac/diretorias/vigep/relacoes-do-trabalho/documentos-gneg/acordo-coletivo-de-trabalho/acordos-coletivos-anteriores>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. *Plano Estratégico*: ciclo 2011/2014. Correios 2020, dezembro 2011.

MORAES, Alexandre. *Direitos humanos fundamentais*: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 10. ed. São Paulo: ATLAS, 2013.

MORAES, Eunice Lea de. A importância do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça na perspectiva de promoção de equidade de gênero no ambiente das empresas públicas. Porto Alegre, 2015. Palestra.

_____. Construindo identidades sociais: relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional. Brasília: MTE, 2005. (Coleção qualificação social e profissional, v. 1). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB072D191C87/ConstruindoIdentidades.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *O que é trabalho decente*. 2015. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 3 set. 2015.

SANTOS, Jadermilson Silva dos. *Guia Operacional do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – 5ª Edição* 2013. Brasília: SPM, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca-5a-edicao/guia-operacional>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

SINDICATO DE ENGENHEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Cartilha negociações coletivas*: Informações gerais. Barro Preto, MG: Senge. [2013]. Disponível em: <http://www.sengemg.com.br/downloads/cartilha_negociacoes_coletivas_2012.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

Artigo recebido em 6 de julho de 2015

e aprovado em 3 de agosto de 2015.

A inclusão da mulher no programa social Espaço da Cidadania através do trabalho informal

*Nilma Barbosa da Conceição Dias**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a experiência da Secretária Adjunta de Direitos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no trabalho de inclusão das mulheres atendidas pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher no programa social Espaço da Cidadania. Para isso, utilizou-se a metodologia qualitativa, por meio do estudo de caso. Como resultado, destaca-se a relevância dessa experiência para a promoção da igualdade de gênero pautada na perspectiva de emancipação e autonomia.

Palavras-chave: Economia solidária. Vulnerabilidade social. Espaço da cidadania.

Abstract

This article was based on analyzing the experience of the Assistant Secretary of Rights and Citizenship of the Municipality of Belo Horizonte. We attempted to verify how was the inclusion of women linked to the Coordination of Women's Rights in social program Citizenship space. For this we used the qualitative methodology taking the case study as the method. The results of this study highlight the relevance of this experience for the promotion of gender equality guided by the prospect of emancipation and autonomy.

Keywords: Solidarity economy. Social vulnerability. Citizenship area.

* Extensão em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Pesquisadora e colaboradora de pesquisa no Núcleo Saúde da Mulher do Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG.
academicotrabalho@yahoo.com

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desenvolvido neste trabalho originou-se no conhecimento adquirido no decorrer de um ano de estágio na Coordenadoria dos Direitos da Mulher (Comdim) da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania (SMADC) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Percebeu-se a necessidade de produzir uma pesquisa que objetivasse a compreensão dos fenômenos que envolvem a mulher no mercado de trabalho informal. Tomou-se como objeto a experiência da SMADC, tendo em vista o seu programa estruturante Espaço da Cidadania, que visa gerar a inclusão social e produtiva. O programa envolve seis setores da secretaria:

- a. Coordenadoria dos Direitos Humanos (CMDH).
- b. Coordenadoria dos Assuntos da Comunidade Negra (Comacon).
- c. Coordenadoria dos Direitos da Mulher (Comdim).
- d. Coordenadoria de Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPPD).
- e. Coordenadoria de Direitos das Pessoas Idosas (CDPI).
- f. Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon).

Para tal, o estudo focou oito grupos participantes do Espaço da Cidadania, vinculados à Comdim. Voltado para a geração de renda e de oportunidades de trabalho, o Espaço da Cidadania é um programa de formação e socialização de grupos e entidades no sentido de que eles possam avançar para a condição de empreendimentos econômicos solidários (EES).

O programa conta com um local permanente para a comercialização de produtos artesanais, como brinquedos, roupas, bordados, bijuterias,

entre outros. As vendas acontecem às sextas-feiras, no horário das 8h às 17h, na Avenida Bernardo Monteiro, entre as ruas do Otoni e Padre Rolim, no bairro Santa Efigênia, na cidade de Belo Horizonte.

O Espaço da Cidadania é um programa de formação e socialização de grupos e entidades no sentido de que eles possam avançar para a condição de empreendimentos econômicos solidários (EES)

Buscou-se verificar os benefícios sociais e econômicos adquiridos pelas mulheres incluídas no programa, sua trajetória ocupacional e sua experiência de gestão.

Compreende-se que a discussão em torno do tema da inclusão das mulheres no Espaço da Cidadania, através do trabalho informal, é de fundamental importância para a sociedade, tendo em vista a situação de desigualdade que algumas mulheres vivenciam no mercado de trabalho.

Com o processo de expansão da economia, a crise do Estado, sobretudo antes dos anos 1990, e o desemprego, a economia solidária surgiu como uma mudança necessária do paradigma capitalista, manifestando-se como alternativa coletiva de sobrevivência.

Diferentes enfoques são utilizados para a caracterização da vulnerabilidade social. Neste trabalho, o termo advém da precarização das condições de trabalho de uma parcela da população (as mulheres), pelas baixas remunerações, pela instabilidade, pela baixa escolaridade, entre outros motivos. Esses fatores que compreendem a vulnerabilidade social contribuem de forma decisiva para que as mulheres ocupem posições precárias no trabalho. Ao procurar uma ocupação formal, as mulheres enfrentam mecanismos discriminadores que envolvem a questão de gênero. O trabalho da mulher ainda se encontra na esfera reprodutiva, no âmbito dos cuidados e da atividade doméstica. A superação dos obstáculos que permeiam o cotidiano das mulheres historicamente pode se dar pela construção da sua cidadania, por meio de programas sociais como o Espaço da Cidadania, que promove possibilidades de aprendizado, capacitação, geração de renda e, em consequência, possibilita a autonomia das mulheres como sujeito.

ESTADO DA ARTE

Desenvolvimento

A problemática da relação das desigualdades que envolvem as mulheres no que tange ao mercado de trabalho é complexa.

No entanto, conforme alguns estudos apontados por Singer (2002), Gaiger (2004), Guérin (2005), a economia solidária tem sido uma das alternativas para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, mesmo que informalmente. Após os anos 1990, o Brasil passou a ser visto como um país em busca de soluções para amenizar as desigualdades sociais. Alguns estudos são bastante representativos no que tange às interpretações que foram elaboradas por autores sobre a economia solidária, a vulnerabilidade social e a divisão sexual do trabalho.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2006), a economia solidária está relacionada com os seguintes aspectos:

- O primeiro diz respeito ao ideário das organizações de esquerda, que, ao longo do século XX, tinham como perspectiva de transformação social a disputa do Estado, sendo que todas as tentativas de transformação do capitalismo resultaram em experiências contraditórias.
- O segundo fator está ligado às transformações pelas quais o capitalismo passou desde os anos de 1970 e que, no Brasil, fizeram-se sentir, com mais força, a partir dos anos 1990. O processo de reestruturação produtiva e a adesão a novas tecnologias, como a microeletrônica e a robótica, resultaram no desemprego de enorme contingente de trabalhadores, gerando a necessidade de criar soluções para a crescente desigualdade social.

A economia solidária tem sido uma das alternativas para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, mesmo que informalmente

- O terceiro ponto refere-se ao papel do Estado a partir da estagnação da economia brasileira, que, nos anos 1980, apresentou-se de maneira mais evidente, com taxas muito próximas dos índices de crescimento da população, fazendo com que os postos de trabalho criados fossem insuficientes para absorver a mão de obra disponível.

Segundo Singer (2002), uma das consequências dessas mudanças foi a busca de novos ideais, capazes de dar respostas imediatas a problemas concretos como o desemprego e, ao mesmo tempo, de servir como modelo de novas formas de organização da economia e da sociedade.

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas - ferramenta - e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas, por parte de trabalhadores, de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. (SINGER, 2002 p.75).

No exame dessa questão, destaca-se a valorização do ser humano em todos os aspectos econômicos: produção, consumo e distribuição de riqueza, excluindo o capital como o centro das relações comerciais e possuindo como base o associativismo e o cooperativismo.

Acompanhando-se os estudos de Gaiger (2004), pode-se atribuir, em contexto mais amplo, que o surgimento do movimento solidário compreende

dois fatores preponderantes: a crise de grande magnitude que atinge o trabalho assalariado e, no plano político, a derrocada de experiências socialistas que abalaram as pautas de intervenção social das organizações e das correntes políticas, que contribuíram para a busca de novos caminhos e para a formulação de outras estratégias.

Na perspectiva de Guérin (2005), a primeira geração de atores responsáveis pela economia solidária foi constituída pelos pequenos produtores agrícolas e pelos meios operários, ambos conduzidos pela necessidade de se organizar diante da precarização de suas condições de vida e da escalada da mercantilização. Do pós-guerra até os anos 1970, o movimento operário, sobretudo o sindical, dos consumidores – organizado em grandes empresas de economia social (cooperativas do setor poupança-crédito e da distribuição em geral) – assim como dos “pobres” – por meio de associações de auxílio e de auxílio mútuo – constituíram o âmago da mobilização social.

As mulheres jamais estiveram ausentes desses modos de organização. Na França, por exemplo, tende-se excessivamente a negligenciar ou até mesmo a esquecer o papel decisivo dos grupos de mulheres no movimento associativo francês do século XIX, e da primeira metade do século XX. Fossem elas de inspiração laica ou religiosa, essas práticas associativas animadas por mulheres visavam frequentemente “educar” o povo, mas, sobretudo responder de modo muito pragmático as necessidades básicas dos mais desfavorecidos. (GUÉRIN, 2005, p.14).

Em 2003, o governo brasileiro criou um órgão específico para este assunto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A iniciativa foi necessária diante do aumento do número de

organizações solidárias, que começaram a ganhar força também nas instâncias do debate público sobre o tema. Atualmente, existem diversas articulações, sendo que uma das principais é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que tem representações em todos os estados e cujo objetivo é discutir as políticas e bandeiras do movimento, assim como reforçar seus princípios:

- a) Cooperação: Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- b) Autogestão: Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses.
- c) Atividade econômica: Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
- d) Solidariedade: Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento emancipatório e com o bem-estar de trabalhadoras e consumidoras. (ATLAS..., 2006, p.12).

Com base nos estudos sobre vulnerabilidade social, que atinge sobretudo as mulheres das classes desfavorecidas, buscou-se a compreensão fundada nos pressupostos teóricos do termo “exclusão social”. Diante disso, abre-se a possibilidade de conceituar a vulnerabilidade social como uma descrição mais apropriada para as situações observadas em países pobres e em desenvolvimento, como os da América Latina, que não podem ser resumidas na dicotomia entre pobres e ricos, incluídos e excluídos.

As situações de vulnerabilidade social, segundo Kaztman (2001), devem ser analisadas a partir da existência ou não, por parte dos indivíduos ou das famílias, de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco. Logo, a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupo social refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. Esses ativos estariam assim ordenados:

- a. Físicos, que envolveriam todos os meios essenciais para a busca de bem-estar. Estes poderiam ainda ser divididos em capital físico propriamente dito (terra, animais, máquinas, moradia, bens duráveis relevantes para a reprodução social); ou capital financeiro, cujas características seriam a alta liquidez e multifuncionalidade, envolvendo poupança e crédito, além de formas de seguro e proteção.
- b. Humanos, que incluiriam o trabalho como ativo principal e o valor agregado ao mesmo pelos investimentos em saúde e educação, os quais implicariam maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação etc.
- c. Sociais, que incluiriam as redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação. Assim, a condição de vulnerabilidade deveria considerar a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social. (KATZMAN, 2001, p.10-11).

A vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupo social refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar

Considerando o universo das desigualdades sociais, Sen (2000) estabelece que, na atual sociedade, existe uma divisão de “classes” pela qual as oportunidades não são iguais para todos. Somente um estrato da população conta com privilégios e vantagens sociais. Nesse contexto, a vulnerabilidade se dá em situações de desvantagem social e se traduz em escassez de recursos essenciais à produção e à reprodução da vida. A leitura que se faz da pobreza, numa perspectiva crítica, é que se trata de uma questão social inerente ao modo de produção capitalista, ou seja, ninguém opta por ser pobre, mas o capitalismo, de certa forma, é determinante para que essa realidade prolifere.

A economia solidária tem como desafio tentar romper o que parece intrínseco a esse modo de produção. A meta é a eliminação de barreiras que impeçam os indivíduos, sobretudo as mulheres, de expandirem suas liberdades. O local em que se vive, o tipo de moradia, a renda, o acesso à saúde, à educação, à assistência social, ao lazer, à cultura, enfim, são várias as condicionantes que podem facilitar ou dificultar o alargamento das liberdades individuais. Sen (2000) salienta que não é somente o fator renda que determina uma situação de pobreza e/ou que limita a liberdade do indivíduo. A relação entre renda e capacidade pode ser afetada por outros elementos, como a idade, o lugar onde se vive, o ambiente epidemiológico, doenças, e “pelo fato de se ser mulher”, que, neste trabalho, é de extrema relevância, pois envolve a relação de gênero e outras questões entendidas como de vulnerabilidade social.

Isso reforça o ponto de que somente pela renda não é possível perceber as diferenças individuais que podem atuar como potencializadoras ou inibidoras no desenvolvimento das capacidades. De acordo com Sen (2000), a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. O autor ainda associa

a pobreza ao desemprego, que não só produz efeitos na renda da pessoa, mas também “[...] contribui para a exclusão social de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica” (SEN, 2000, p.36). Portanto, a análise deve considerar elementos econômicos, sociais e políticos.

É possível observar, nas últimas décadas, a evolução da mulher no mercado de trabalho, sobretudo num contexto de expansão da economia. Ao longo dos anos, com o processo da industrialização e de urbanização, as mulheres passaram a ocupar novos postos de trabalho. Muitas delas conquistaram sua liberdade através da revolução feminina, ocupando cargos em diversos setores da economia e alavancando mudanças no perfil das famílias, nas quais a mulher ampliou a sua função para além da atividade doméstica. Tem-se atualmente no Brasil, no ápice do poder, uma presidenta, Dilma Rousseff, eleita diretamente pelo povo, numa eleição democrática. Isso representa, no contexto nacional e internacional, uma expressiva conquista, principalmente sendo o Brasil um país com resquícios patriarcais. Entretanto, algumas atividades exercidas pelas mulheres ainda não são valorizadas, não possuem reconhecimento na sociedade e não estão inseridas nas estatísticas econômicas. Muitas dessas atividades são executadas paralelamente aos trabalhos domésticos do cotidiano.

Nesse contexto de crescente participação no mercado de trabalho, é notória a busca das mulheres por fontes alternativas de renda, no intuito de aumentar os ganhos da família e ter sustentabilidade. Uma dessas fontes é a venda de produtos que antes elas produziam somente por lazer, muitas vezes resultado do que aprenderam com suas mães ou com outros familiares. O artesanato é uma das formas de obter renda encontradas pelas mulheres, utilizando trabalho manual realizado em seus próprios domicílios. Sem a divisão

do trabalho, as artesãs produzem do princípio ao fim, muitas vezes manualmente, utilizando pedras, miçangas, tecidos, lãs, papel, pinturas, cerâmicas, fibras de animais, tecidos, linhas etc. Embora as mulheres encontrem certa facilidade para a fabricação de seus produtos, inúmeras são as dificuldades que passam a existir na comercialização.

É possível observar, nas últimas décadas, a evolução da mulher no mercado de trabalho, sobretudo num contexto de expansão da economia

Na desigualdade de gênero, a divisão sexual do trabalho parte de dois princípios: existem tarefas masculinas e femininas, e elas estão hierarquizadas, ou seja, o trabalho dos homens tem valor maior que o das mulheres. A sociedade capitalista utiliza esses dois princípios, classificando as atividades de acordo com o sexo. Historicamente, a divisão sexual do trabalho é a forma de discriminação da atividade decorrente das relações sociais de sexo, sendo diferenciada em cada sociedade. Essas relações são baseadas em práticas, representações, símbolos e normas vivenciadas culturalmente por homens e mulheres, tendo ainda uma base material, que é a divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, os homens são destinados à esfera produtiva, enquanto as mulheres ficam restritas à esfera reprodutiva. Também ocorre a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado. (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 55).

As raízes da subordinação das mulheres estão fundadas, embora não exclusivamente, na divisão sexual do trabalho, que organiza e distribui as tarefas produtivas e reprodutivas (aqui entendidas não

apenas em sua dimensão biológica, mas também social – os cuidados com alimentação, saúde e educação das pessoas que habitam o mesmo espaço).

No âmbito da produção e reprodução, estudos ressaltam a divisão sexual do trabalho como pertinente para a compreensão das relações entre homens e mulheres. Tal referência atribui tarefas específicas de acordo com o sexo. Há separação entre serviços masculinos e femininos e a incidência de valores, econômicos e subjetivos, sobre as atividades. Presume-se uma visão machista ao se imaginar um homem em determinados afazeres domésticos.

Como exemplo, pode-se ilustrar que as mulheres têm realizado muitas de suas atividades profissionais à luz dos papéis atribuídos no decorrer do tempo, como mães e donas de casa. Muitas mulheres, no mercado de trabalho, concentram-se em atividades consideradas tipicamente femininas, como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais.

Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas no universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternais) [...]. (BOURDIEU, 2005, p.116).

Aspectos metodológicos

O programa social Espaço da Cidadania, implementado pela Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania (SMADC), órgão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, tem por finalidade elaborar políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos e de cidadania. O programa foi o foco deste estudo para a compreensão dos desafios que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho informal.

O Espaço da Cidadania é um projeto de formação e socialização de grupos e entidades para que eles avancem para a condição de empreendi-

mentos econômicos solidários. O objetivo é a geração de renda e oportunidades de trabalho para a população idosa, as pessoas com deficiência, a comunidade negra, as mulheres em dife-

rentes contextos socioculturais, os representantes de movimentos de luta pela livre orientação sexual, as pessoas com sofrimento mental, entre outros. Os empreendimentos econômicos solidários (EES)¹ são grupos que se organizam visando à gestão solidária e coletiva de espaço de comercialização.

Os setores responsáveis pelos empreendimentos econômicos solidários no Espaço da Cidadania são: Coordenadoria de Direitos Humanos (CMDH); Coordenadoria dos Assuntos da Comunidade Negra (Comacon); Coordenadoria de Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPPD); Coordenadoria de Direitos da Pessoa Idosa (CDPI); Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e Coordenadoria dos Direitos da Mulher (Comdim), setor investigado neste trabalho. No total, o programa gerencia 110 barracas de venda de produtos, divididas entre as seis coordenadorias. A Comdim responde por 47 barracas.

É de responsabilidade da Comdim elaborar, propor e coordenar a política municipal de

¹ Empreendimentos econômicos solidários são organizações com as seguintes características: 1) coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbanos e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) são organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011).

promoção dos direitos das mulheres, desenvolvendo programas, ações e serviços de caráter afirmativo, emancipatório e de inclusão social e produtiva, para a superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação sofridas pelas mulheres em Belo Horizonte. Para criar as condições de emancipação econômica e social das participantes, a coordenadoria desenvolve atividades que buscam a geração de oportunidade de trabalho e renda, o fortalecimento de vínculos sociais inclusivos e o desenvolvimento de atividades associativas.

A seleção para a inclusão no Espaço da Cidadania por meio da Comdim passa por uma averiguação para constatar a situação de vulnerabilidade social e financeira² da mulher, que envolve estar desempregada, desprovida das formas de proteção social e ser pessoa de referência dentro da família. Outro fator determinante para a inclusão é a mulher estar passando por situação de violência de gênero³. Segundo a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, “[...] a violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Apoiase no estigma de virilidade masculina e da submissão feminina” (BRASIL, 2011a).

“A violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Apoiase no estigma de virilidade masculina e da submissão feminina”

O primeiro procedimento desta pesquisa consistiu em delimitar a unidade que constituiu o caso em análise. “O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”. (MARCONI; LAKATOS, 1985, p.274). Para Yin (2005), utiliza-se o estudo de caso, em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que se tem dos acontecimentos individuais, organizacionais, de grupo e sociais.

Procurou-se empregar a pesquisa descritiva, pela qual os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem a interferência do pesquisador. A metodologia pretendida foi a de uma pesquisa qualitativa do tema, para que fosse compreendida amplamente a relação desses grupos no seu espaço de trabalho, com os clientes e com a família. Para tal, os instrumentos metodológicos utilizados foram a observação, os estudos de campo, as entrevistas em profundidade, com aplicação do roteiro semiestruturado, precedido de uma pesquisa bibliográfica e documental.

A amostra das mulheres entrevistadas foi definida usando como critério os diferentes tipos de empreendimentos econômicos solidários ligados à Comdim (organizações cooperativas, comunitárias, suprafamiliares e familiares). Sendo assim, decidiu-se entrevistar duas mulheres de cada empreendimento, totalizando oito.

Para a conclusão do estudo, foi necessário sigilo para preservar a identidade das mulheres entrevistadas e também dos grupos que elas representam. Assim, o pesquisador criou uma forma de identificação fictícia para os empreendimentos econômicos solidários, ficando estabelecidos os nomes da seguinte forma: Grupo 01 (GP/01), Grupo 02 (GP/02), e assim sucessivamente.

Analisando-se os dados obtidos nas entrevistas com as mulheres do Espaço da Cidadania,

² Nesse contexto, as famílias sob responsabilidade feminina geralmente são marcadas pela precariedade de renda e condições de subsistência. Informações do IBGE deixam patente como 24,8% dessas famílias tinham uma renda familiar per capita até meio salário mínimo, e 48,2%, até um salário mínimo, em 1999. De acordo com apurações preliminares do Censo de 2000, nos domicílios por elas chefiados, 90% das mulheres não viviam com cônjuge masculino, sendo as principais quando não as únicas provedoras de suas famílias. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002).

³ A violência é um termo de múltiplos significados, que vem sendo amplamente utilizado através dos séculos, mas que, de modo geral, pode ser definida como sendo o uso de palavras ou ações que machucam as pessoas e também como o uso abusivo ou injusto do poder, assim como o uso da força que resulta em ferimento, sofrimento, tortura ou morte. Nesse sentido, a violência praticada contra a mulher, segundo a Convenção de Belém do Pará, “[...] é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause dano físico, sexual, psicológico, ou morte à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado”. *Tecendo os Direitos Sim, Violência Não.* (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2010).

constata-se que a idade das entrevistadas está concentrada na faixa etária entre 39 a 46 anos, sendo que duas mulheres declararam idade de 57 anos e 63 anos. Observa-se, assim, a ausência de jovens e de idosas, constituindo-se o grupo pesquisado de mulheres de meia idade.

Com relação à escolaridade das entrevistadas, todas declararam ter estudado. Elas informaram que moram em Belo Horizonte e municípios vizinhos, como Contagem, Betim, Sabará e Santa Luzia. A maioria possui casa própria, e uma está financiando sua moradia.

O Espaço da Cidadania foi implementado no ano de 2004, e a maioria das mulheres integrantes dos grupos declarou ser pioneira no programa, atuando ali desde a sua criação. A inclusão mais recente ocorreu em 2008, havendo, portanto, entre as entrevistadas, uma boa experiência de atuação na feira. A trajetória ocupacional dos grupos entrevistados, de acordo com seus relatos, antecede essa data. As entrevistadas (informação verbal)⁴ tiveram experiências de trabalho anteriores com emprego remunerado ou expondo seus produtos em outras feiras de artesanato.

O caráter de informalidade do trabalho artesanal no Espaço da Cidadania gera, em alguns casos, instabilidade, como “pagar barraca”, termo utilizado por algumas das entrevistadas que significa não vender nada, o que contribui para a flutuação dos ganhos. A renda dos grupos está diretamente ligada às datas de pagamento dos salários de seus clientes, principalmente do funcionalismo público, tendo em vista que o espaço de vendas está localizado na região hospitalar de Belo Horizonte, sendo a maioria dos clientes funcionários de hospitais públicos que se

localizam nas imediações. As datas comemorativas, como Dia das Mães e Natal, são importantes para o comércio e fazem alavancar as vendas no Espaço da Cidadania. A Feira das Flores⁵ também tem interferência direta nas vendas, segundo uma das entrevistadas.

A maioria das mulheres tem filhos, e outras declararam que cuidam dos pais, muitas vezes já idosos e com saúde debilitada, e também dos netos. A atividade doméstica, incluindo os cuidados com os familiares dependentes, exige uma articulação com o trabalho realizado fora de casa. Também foi dito, por algumas entrevistadas, que “os filhos participam do trabalho artesanal”. Na maioria dos casos, eles estão em idade escolar, alguns trabalhando e fazendo faculdade. Esse fator é preponderante para a saída das mulheres de casa para o trabalho, pois os filhos já não têm necessidade dos cuidados maternos em horário integral. A idade deles interfere diretamente na busca da mulher pelo trabalho fora de casa e pode ser um fator impeditivo para certas atividades profissionais (informação verbal)⁶.

Ficou evidente, em algumas entrevistas, que a questão de gênero impossibilitou conquistas para essas mulheres, assim como a maternidade e a baixa escolaridade. Mas se percebeu também que elas, muitas vezes, abandonam a escola e transferem a conquista dos estudos para seus filhos. Ou seja, elas se sacrificam pelos filhos, mas, ao mesmo tempo, se realizam com as vitórias e conquistas deles.

Algumas das entrevistadas passaram também por situações de tensão, devido à violência

O caráter de informalidade do trabalho artesanal no Espaço da Cidadania gera, em alguns casos, instabilidade, como “pagar barraca”, termo utilizado por algumas das entrevistadas que significa não vender nada, o que contribui para a flutuação dos ganhos

⁴ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01.

⁵ A Feira das Flores é uma feira de plantas naturais que também acontece às sextas-feiras, das 8h às 18h, na Avenida Bernardo Monteiro, esquina com Avenida Brasil.

⁶ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/05.

doméstica (informação verbal)⁷. Nesses casos, o trabalho foi uma forma de romper com a submissão (informação verbal). Situações de vulnerabilidade e de violência doméstica foram detectadas nos relatos de algumas mulheres, sendo que elas buscaram sair desse estado. Segundo elas, “as conquistas se deram com o apoio da Coordenadoria dos Direitos da Mulher”, que as ajudou a mudar as suas realidades através do trabalho, do artesanato e de um local para a comercialização de seus produtos (informação verbal)⁸.

Além da violência, algumas mulheres disseram que enfrentam alcoolismo e problemas psiquiátricos dos maridos (informação verbal)⁹. Quando o companheiro não está em condições de trabalhar, as mulheres têm que compor a renda da família e, paralelamente, conciliar seu tempo com o cuidado dos filhos, incluindo a ajuda nos deveres de casa e o acompanhamento escolar, tarefas transferidas para elas. Além disso, as necessidades básicas de saúde e de alimentação também são de responsabilidade da mulher.

As mulheres estão o tempo todo fazendo articulações entre a casa e o trabalho, entre o serviço doméstico e o remunerado, utilizando a flexibilização da atividade esporádica e informal. Isso permite a interseção entre as várias ocupações que lhes foram impostas historicamente.

O trabalho artesanal, na maioria das vezes, é feito na própria casa, propiciando um ganho de tempo, já que as mulheres não precisam sair para confeccionar

os produtos. O custo do deslocamento também é importante, pois elas já ficam sobrecarregadas com as despesas de transporte e montagem das barracas e das mercadorias. Segundo a equipe da Coordenadoria dos Direitos da Mulher, o transporte das barracas é terceirizado, cobrando-se uma taxa individual de R\$ 15,00.

As trabalhadoras informaram motivos diferenciados – marcados por suas trajetórias de vida e de trabalho – para ingressar nos empreendimentos econômicos solidários. Outro aspecto explicitado foi a vulnerabilidade, seja pela condição de mulher, pela localização da moradia, pela distância do trabalho, pela baixa escolaridade ou pela violência de gênero vivenciada por algumas.

O Espaço da Cidadania é uma referência positiva para essas mulheres artesãs, que relataram experimentar o sentimento de autonomia financeira e familiar, além de exercitarem o convívio social, o que chega a ser um processo terapêutico.

Em todos os depoimentos das mulheres entrevistadas (informação verbal), elas ressaltaram a importância do Espaço da Cidadania para o seu crescimento profissional, familiar e econômico. Além de propiciar novas interações sociais e aprendizagens ao lidar com o público, o Espaço da Cidadania procura aprimorar o trabalho dessas mulheres, ministrando cursos de gestão, design, vendas, entre outros. Elas também tiveram a oportunidade de aprender como lidar com o trabalho coletivo, com a experiência de dividir com outras pessoas a mesma barraca e de saber como conviver com a diversificação de produtos trabalhados pelos grupos (informação verbal)¹⁰.

Essas mulheres estão sempre em contato, ora para a compra de material, ora para vender os produtos e para a sua produção. Segundo a

As mulheres estão o tempo todo fazendo articulações entre a casa e o trabalho, entre o serviço doméstico e o remunerado, utilizando a flexibilização da atividade esporádica e informal

⁷ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/03-GP/05.

⁸ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01-GP/02-GP/04-GP/07.

⁹ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/04-GP/02.

¹⁰ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01-GP/04-GP/06.

maioria das entrevistadas, não há um local apropriado para a confecção do artesanato. Diante disso, elas improvisam o trabalho em suas próprias casas. Algumas dizem que, por ter uma casa maior e por possuir mais equipamentos, normalmente recebem outras mulheres. Essas residências se destacam como mais apropriadas em termos de espaço físico e por permitirem proximidade com a família (informação verbal)¹¹.

Ainda segundo as entrevistadas, elas participaram de cursos, alguns administrados pela Comdim, para aprimorar o trabalho e aprender técnicas de gestão, de vendas e de como lidar com o cliente. Também foram ministrados cursos de moda, de design de bijuterias e de bordados (informação verbal)¹².

As trabalhadoras afirmaram que o aprendizado foi de grande importância, fazendo com que elas tivessem mais segurança para lidar com as vendas e com a administração dos custos e dos lucros. Os cursos também possibilitaram uma nova visão de mercado, permitindo uma melhor avaliação das mercadorias vendidas e o aperfeiçoamento do trabalho. Elas também aprenderam a dar acabamento mais elaborado aos produtos, que passaram a agregar maior valor econômico.

Os cursos trouxeram ganhos também por meio da especialização. O conjunto de aprendizados elevou a autoconfiança dessas mulheres, que aprenderam a valorizar aquilo que elas produziram ao longo da vida. Também houve significativa melhora em relação às vendas e no trato direto com os clientes, pois os trabalhos, geralmente feitos em casa, muitas vezes eram vendidos para parentes e vizinhos.

¹¹ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01-GP/07-GP/04-GP/05-GP/08.

¹² PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01-GP/02-GP/03-GP/04-GP/05.

A solidariedade está implícita no trabalho das artesãs do Espaço da Cidadania, no qual ocorre uma espécie de cumplicidade entre as integrantes e até mesmo em relação aos grupos, que parecem desconhecer a palavra concorrência. Esse fenômeno pode ser explicado pelos fundamentos da economia solidária, segundo os quais a cooperação é mais importante que a competição. O entendimento das mulheres em relação à

economia solidária confirma que essa modalidade nasce de uma proposta de inclusão social, como uma alternativa coletiva de geração de trabalho e renda para o trabalhador e sua família. Assim, rompe-se com o modelo capitalista com foco apenas no lucro e se buscam novos caminhos de integração, de colaboração e de igualdade.

As mulheres relataram, de forma muito segura, o conhecimento que adquiriram sobre a economia solidária (informação verbal). Mesmo as que falaram timidamente sobre o tema, fizeram-se entender claramente, dizendo que a essência da economia solidária faz parte do seu trabalho e de suas vidas.

Elas conseguem perceber a importância da economia solidária em suas vidas, pois descobriram que podem aprender e que não precisam ter medo de repassar seu conhecimento. Ao contrário, como elas mesmas dizem, “aprendem e estão sempre dispostas a ensinar” (informação verbal)¹³.

O entendimento sobre a economia solidária, em termos gerais, é que ele remete para a solidariedade como fator principal. Uma das entrevistadas expôs a importância da liberdade e da igualdade que a economia solidária possibilita ao propor o crescimento em um mesmo patamar. “Ninguém é empregado de ninguém, há liberdade, seu direito de

¹³ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01-GP/02-GP/03-GP/07-GP/08.

criar, de todo mundo crescer, da mesma forma, no mesmo patamar” (informação verbal). Ela conclui que a economia solidária é inversa ao capitalismo. “É bem diferente do capitalismo, onde um passa o trator em cima do outro, né? Porque o capitalismo tem um patrão, todo mundo tem que obedecer. A economia solidária não. É todo mundo trabalhando para o crescimento comum”. (informação verbal)¹⁴. Outra ressaltou que a economia solidária é uma forma de trabalhar coletivamente, de maneira justa. “Então, a gente tem que pensar diferente, tem que pensar assim: o meu *imbigo* é até aonde vai o *imbigo* do meu próximo. Dói em mim, dói nele! Então, saber dividir e medir as consequências. Eu vejo a economia solidária assim: é bom pra mim, é bom pro outro” (informação verbal)¹⁵.

Outra entrevistada enfatizou a importância do Fórum da Economia Solidária e acrescentou que lá elas conseguem subsídios e apoio para comercialização dos produtos (informação verbal). Ela falou das redes solidárias, da possibilidade de troca de produtos entre elas, e ainda que as trocas não correspondem ao valor dos produtos, mas são feitas pensando no benefício do outro. “Olha, economia solidária é importante porque divide a solidariedade entre as pessoas. O Fórum de Economia Solidária tem o municipal, regional, estadual, aonde a gente busca apoio. O subsídio pra gente tá comercializando é solidário, porque, entre nós, a gente faz as trocas, existe as trocas de mercadoria. E tem as redes solidárias, aonde a gente busca expandir o nosso, trabalho, não só busca conhecimento, mas também a comercialização. Acho que a gente tem que ser uns pelos outros, principalmente na vida, né? Na sociedade, a gente tem que ser solidário com as pessoas ao nosso redor, sabe? Ajudar no possível, ter uma boa relação com as

pessoas. É mais ou menos isso. Não sei falar direito não” (informação verbal).¹⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Espaço da Cidadania, investigado através dos empreendimentos econômicos solidários, é um programa para exposição e comercialização de artesanato, incluindo brinquedos, roupas, bordados, bijuterias, entre outros produtos.

Com as informações coletadas por meio das entrevistas com as mulheres que participam do Espaço da Cidadania, concluiu-se que elas não poderiam alcançar o próprio sustento por meio do trabalho formal, devido a exigências que envolvem disponibilidade, escolaridade, deslocamento, idade, formação profissional, especialização, além da questão da violência de gênero.

Verificou-se que as motivações para a inserção dessas mulheres artesãs no programa são complexas e diversificadas. Por isso, destacaram-se algumas das percepções que elas têm em comum, como o sentimento de pertencimento no Espaço da Cidadania e a cumplicidade que envolve as relações sociais, familiares e de trabalho. Esse envolvimento e a possibilidade de ampliação das relações sociais e de conhecimentos são impulsos que fazem elevar a autoestima dessas mulheres. Elas podem crescer profissionalmente, fazendo cursos de aprimoramento e de gestão, absorvendo novas técnicas de aperfeiçoamento do seu trabalho e aprendendo a gerir o seu próprio negócio. Embora a atividade seja coletiva, todas se sentem gestoras, no sentido de não terem um patrão e não serem empregadas. Elas se consideram empreendedoras solidárias.

Para muitas, o trabalho no Espaço da Cidadania pode ter um significado mais amplo, que é o

¹⁴ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01-GP/04-GP/06.

¹⁵ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/02.

¹⁶ PUC-MG – Entrevista concedida para esta pesquisa por mulheres integrantes do programa social Espaço da Cidadania, para os empreendimentos econômicos solidários identificados neste trabalho como GP/01. Dados obtidos pelas entrevistas com representantes dos empreendimentos econômicos solidários no Espaço da Cidadania em maio de 2011.

da possibilidade de crescimento, de sociabilidade e de geração de renda. Nas expectativas dessas mulheres, a economia solidária surge como uma forma de construção de novos caminhos que possibilitem confrontar as desigualdades inerentes ao mercado de trabalho formal. A economia solidária possui um valor de mudança em vários aspectos, seja na solidariedade, seja na gestão coletiva. Significa uma ação positiva e propositiva, que aumenta a esperança de obter crescimento pessoal no que tange às relações sociais, familiares e de construção da cidadania. As mulheres almejam o sucesso nos empreendimentos coletivos e, em última instância, a possibilidade de autonomia financeira.

Por outro lado, a informalidade pode provocar insegurança financeira. Algumas mulheres disseram que, muitas vezes, têm que “pagar barraca”, termo que significa não vender nada durante o dia. Diante disso, foi possível verificar que a informalidade não assegura a essas trabalhadoras uma renda fixa. Isso gera instabilidade e as coloca numa situação de vulnerabilidade, provocando insegurança diante dos compromissos financeiros. A renda será suficiente para cumprir as obrigações? A renda proporcionará uma melhoria da qualidade de vida? Neste sentido, embora o Espaço da Cidadania seja importante para elas, é imprescindível que se desenvolvam projetos de divulgação do programa e eventos que estimulem a venda dos produtos.

Além disso, é preciso aprovar o marco legal da economia solidária e concretizar a política do comércio justo e solidário, para que a sociedade reconheça a importância do apoio a essa iniciativa, inclusive como consumidores conscientes. Todo o esforço de implementação de políticas públicas para as mulheres deve ser mediado por profissionais competentes, especializados no tema, para que não ocorra a falência dos objetivos propostos,

de emancipação e autonomia dessas mulheres historicamente desumanizadas.

Os benefícios que essas mulheres obtiveram no programa Espaço da Cidadania, com fundamentos da economia solidária, experiência de gestão e trajetória ocupacional, estão relatados nos depoimentos. Assim, o objetivo desta pesquisa foi atingido, já que o problema a ser investigado era a forma de inserção das mulheres no

Espaço da Cidadania.

Nas expectativas dessas mulheres, a economia solidária surge como uma forma de construção de novos caminhos que possibilitem confrontar as desigualdades inerentes ao mercado de trabalho formal

REFERÊNCIA

- ARAÚJO, C; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. cap. 1.
- ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE; SENAES, 2006. p 60.
- AVANÇOS e desafios. *Revista Relatório Bienal de Ações Executivas 2009/2010* - Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2011.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, 1., 2011, Belo Horizonte. [Anais...] Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania, 2011.
- BOLETIM MULHER E TRABALHO. Brasília: SPM; IBGE, n. 3, jun. 2006.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/>> .Acesso em: 14 maio 2011a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2011b.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Desemprego. Autogestão e economia solidária, FAT. Brasília: MTE, 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 2011.
- BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

- CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=29340>> Acesso em: 14 maio de 2011.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Lei da economia solidária. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2011.
- GAIGER, L. I. G. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany. (Org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. G. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANNI, Antonio David. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003
- GUÉRIN, I. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, H; MARUANI, M. (Org.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu, Campinas, SP, v. 17, n. 18, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Mulher e trabalho: avanços e continuidades*. Brasília: IPEA, 2008. (Comunicados do Ipea, 40). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: mar. 2011.
- KAZTMAN, R. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. Revista de La CEPAL, Santiago, v. 75, dic. 2001, p.10-11.
- KEGOART, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania para as mulheres: desafios para políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- MARCONI, M.de A.; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1985.
- OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/ EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. I. 2006. Disponível em: <http://facesdobrasil.org.br/articles/0029/9793/AnexoP170_Oficina_Formacao_Publicacao_out2005_1_>. Acesso em: 15 maio 2011
- OLIVEIRA, O. de; ARIZA, M.. División sexual del trabajo y exclusión social. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, [S.l.], v. 3, n. 5, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Cartilha Tecendo a vida, Direitos sim, Violência não*. Belo Horizonte.
- PORTELLA, A. P.; GOUVEIA, T. Introdução: feminismo, educação e gênero. In: _____. *Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo Gênero e Cidadania, 1999. (Metodologia SOS Corpo).
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- PROTAGONISMO, renda, autonomia e reconhecimento. *Revista Espaço da Cidadania*, Belo Horizonte, 1 ed Segrac, 2008.
- REVISTA PENSAR BH. Belo Horizonte: Câmara Intersetorial de Políticas sociais, n. 14, fev. 2006
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SINGER, P. A Recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil, In: SANTOS, Boaventura de Souza(Org.) *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro : Civilização brasileira, 2004
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002 p.83.
- SOUZA-LOBO, E. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-265.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Artigo recebido em 9 de junho de 2015

e aprovado em 25 de junho de 2015.

A Morte lhe cai bem: a originalidade do trabalho da artesã Lira Marques¹

Vilmar Oliveira de Jesus*

* Especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-graduado em Metodologia de Ensino Superior pelo Centro Universitário Newton Paiva. vilmar.oliveira1@gmail.com

Resumo

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de contextualizar a trajetória artística da artesã Lira Marques. Para tanto, o texto faz referências a Araçuaí/MG, município onde ela nasceu e ainda reside, localizado no Médio Jequitinhonha, Norte do estado. O início do trabalho desta artesã foi fortemente influenciado pela pobreza da região. Suas máscaras mortuárias são fruto de influências históricas, sociais e culturais que ainda delineiam o seu trabalho até hoje, quando se torna uma referência internacional. Com um trabalho marcado pela originalidade, a Lira Marques diversificou sua arte utilizando elementos da natureza, como terra, pedras e pigmentos de cores extraídas da fauna sertaneja ao seu redor.

Palavras-chave: Lira Marques. Artesanato. Cultura Popular. Vale do Jequitinhonha.

Abstract

The present article is a bibliography search, which aims to contextualize the artistic course of the craftswomen Lira Marques. Therefore, we refer to Araçuaí/MG, small town where she born and still lives, located in the middle Jequitinhonha, Northern area of the State. The beginning of her work was strongly influenced by the poverty of the region. Her death masks are the result of historical, social and culture influences and still shape her work, as it becomes an international reference. With a work marked by originality, Lira Marques has diversified her art using nature elements such as earth, rocks and pigments extracted from fauna that surrounds her.

Keywords: Lira Marques. Craftwork. Popular Culture. Jequitinhonha Valley.

¹ Este artigo faz parte do trabalho final da disciplina "O inferno das Imagens" apresentado ao curso de Belas Artes da UFMG no ano de 2011.

INTRODUÇÃO

No Jequi tem onhas (as onhas do Jequi)

Poeta Gonzaga Medeiros

Conta, conta cantador
Conta a história que eu pedi
Dizem que o jequi tem onha
Conta as onhas do jequi

Justiça no Vale é tanta
Como a carne nos pastéis
Com milhões, gato pingado
E um milhão só tem milréis
E o povo espera sentado
Pela inversão dos papéis

O Vale do Jequitinhonha é uma região localizada no norte e nordeste de Minas Gerais, terra de índio e sertanejo. Dados de Silva (2005, p. 17.), no estudo sobre Políticas Públicas no Vale do Jequitinhonha, apontam que a região tem aproximadamente 85 mil km quadrados, 14% do estado, mais de oitenta cidades, uma população de um milhão de habitantes aproximadamente, lugar caracterizado pela situação de desigualdade social e da carência de desenvolvimento econômico e educacional. Não é difícil deparar-se com inúmeras citações que caracterizam a região, até os dias de hoje, como um dos lugares mais pobres do mundo e adjetivos como “bolsão de pobreza”, “região problema”, “vale da miséria”, “ferida de subdesenvolvimento” (SOUZA, 2003, p. 17), cita-se uma delas:

[...] às contingências naturais desfavoráveis, como a seca [...] a coloca como uma das regiões menos favorecidas do Brasil. [...] o índice de Desenvolvimento Humano – IDH, na quase totalidade dos municípios, encontra-se abaixo do parâmetro médio de 0,5, o que retrata uma situação social muito preocupante. A produção é baseada em atividades

agropecuárias, na prospecção mineral e no artesanato.

O Vale não dispõe de grandes tecnologias industriais e sociais que fizessem com que o desenvolvimento se desse como nas demais regiões do Estado de Minas Gerais. Isto é reflexo da falta de investimento público que deveria considerar a região como um lugar de potencialidade econômico-comercial.

No entanto, a região é rica em artesanato e apresenta-se, hoje, no estado de Minas, como uma das zonas de maior produção cultural, com predominância do artesanato e da musicalidade. O fato pode ser comprovado nas diversas atividades culturais que ocorrem na região, a exemplo do Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha – Festivale. De caráter itinerante, ocorre nos meses de julho em cidades diferentes.

Neste mesmo contexto, encontra-se a cidade de Araçuaí (localizada no Médio Jequitinhonha, possui 36 mil habitantes) (Figura 1) que não foge à situação de miséria, apresentada acima. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a incidência de pobreza na cidade chega a 56% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003). A cidade é banhada pelo rio do mesmo nome, um rio não navegável, cheio de pedras, que os habitantes locais dão o nome de K-iau, onde o desenvolvimento econômico se deu em torno dele.

A região possui clima seco, ausência constante de água, carência permanente de chuvas, de empregos e de trabalhos. Uma das maiores geradoras de postos é o poder municipal. Herdou do Vale do Jequitinhonha a baixa umidade e pouca incidência de precipitações. Pereira (1969, p. 29) observa que “A região das caatingas pertencem já ao sertão, com clima seco, onde a temperatura chega aos 36° com facilidade”. Dizem os populares, que no lugar “dá pra fritar um ovo no asfalto” de tão quente que se apresenta na maior parte das estações.

Este artigo constitui parte do trabalho final, na disciplina “O Inferno das Imagens”, apresentado em 2011, ao curso de Belas Artes/UFMG. Foi ampliado

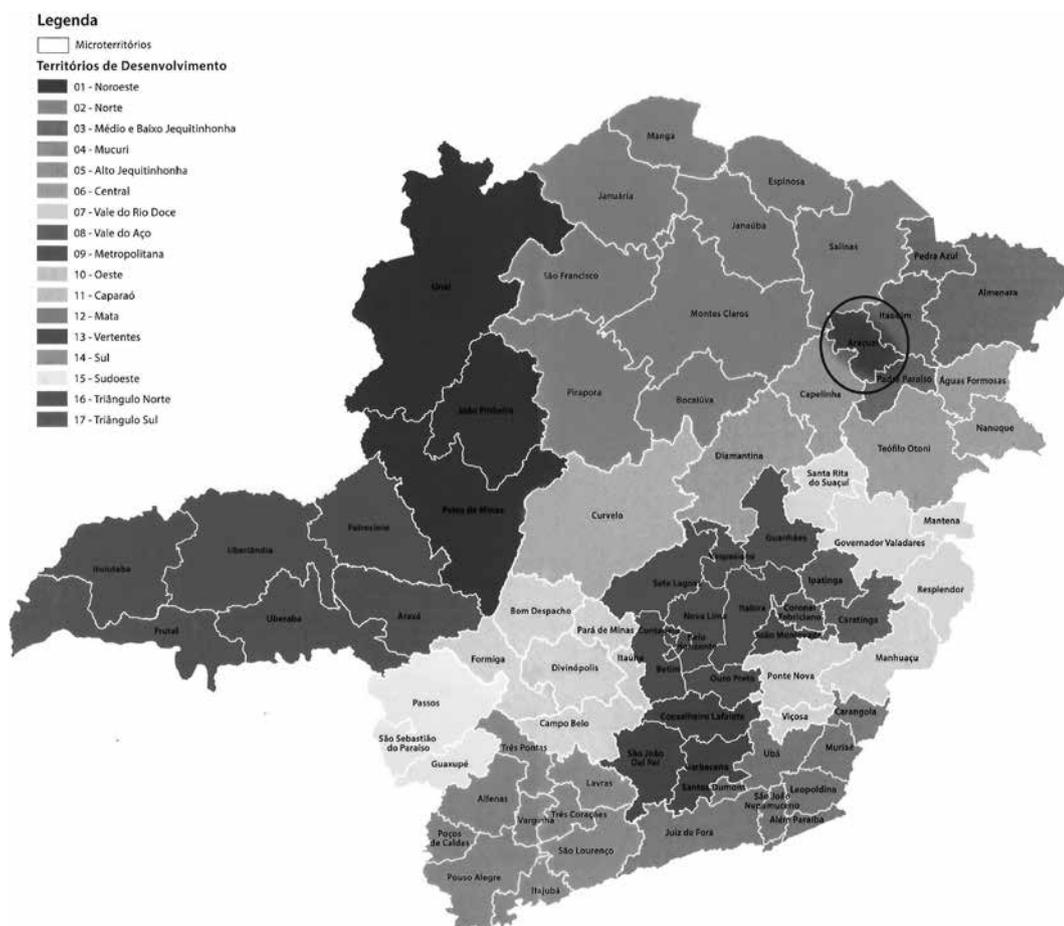


Figura 1
Mapa de Minas Gerais, com destaque para a cidade de Araçuaí

Fonte: Agência Minas Gerais (2015).
 Nota Destaque da cidade feita pelo autor do texto.

e aprimorado posteriormente, com o aprofundamento de pesquisa bibliográfica sobre a artesã Maria Lira Marques (Figura 2). Foi utilizada, também, a pesquisa documental. Os dados incluíram uma poesia, mapas de Minas Gerais, fotos e letras musicais, como forma de ilustrar o texto e facilitar uma melhor compreensão por parte do leitor.

Na pesquisa bibliográfica, optou-se por desenvolver um texto inicial que contextualiza a região onde a artesã reside, cuja influência é essencial na obra analisada. Para isso, foram consultados dicionários, principalmente o de Religiosidade Popular de Poel (2013), a história do município de Araçuaí, o livro *A angústia da influência: uma teoria da poesia*, de Haroldo Bloom (2002) (como forma de analisar a angústia presente na obra de Lira Marques) e uma



Figura 2
Artesã Lira Marques no seu ateliê, na cidade de Araçuaí – MG

Foto: Vilmar Oliveira.
 Fonte: Acervo pessoal.

música e uma poesia da região para ilustrar a influência da artesã na obra de muitos artistas locais. Fez-se, ainda, uma pesquisa na internet e utilizou-se o recurso da fotografia para melhor ilustrar o trabalho e facilitar a compreensão do leitor.

A ARTESÃ LIRA MARQUES

Nesse clima de miséria, de carência de políticas públicas distributivas de rendas, de uma região banhada pelo rio Araçuaí, onde, define Pereira, (1969 p. 29) “O solo é argiloso e muito salitrado nos vales; as chapadas são de terra vermelha muito porosa”, é que desponta uma artista preocupada com as questões sociais que a região apresenta: Maria Lira Marques (Figura 2), autodidata, nascida em 1945 na cidade de Araçuaí. “A Morte Lhe cai bem”, uma vez que o seu trabalho com argila é baseado em máscaras mortuárias com características indígenas e africanas, com os

olhos fechados e na sua maioria planas, diferentes das feitas pelos antigos egípcios que modelavam a partir do rosto do falecido.

Filha de lavradores pobres, Odília e do Sapaiteiro Tarcísio, Lira aprendeu o ofício com a mãe. A família de Lira era tão pobre que não tinha em casa nem mesmo o forno para queimar as peças artesanais feitas pela mãe. Lira conta sobre o sofrimento do povo do vale, fala pouco sobre o seu próprio sofrimento, mas expressa claramente essa dor nas suas peças de cerâmica, o que pode ser confirmado nas palavras da própria Lira, citada por Lima (2008, p. 319) quando diz que “Foi vendo esse sofrimento que fiz a minha primeira peça. Porque foi isso que vi, o povo pedindo, carregando água e pedras lá para o alto. Uma penitência”.

Frei Chico (MARQUES; REIS, 2009), pesquisador, emenda em um folheto de uma exposição que a artista fez no SESC-MG: “a artista Lira vai seu próprio caminho. Já tem vinte anos que ela pesquisa a cultura popular do Vale, e na



Figura 3
“A fome”

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

presente exposição ela nos traz em flagelados e

batuqueiros, em peixes e pássaros, o sofrimento e a alegria do pobre.”²

Uma mulher que denuncia, com a sua arte, o sofrimento que a região passa. Uma mulher de fala mansa, suave, como quem quer dizer que não precisa gritar para mostrar o sofrimento que o povo sustenta. Denuncia com as suas imagens. Lira conhece muito a região, visto que nasceu e cresceu por ali, ouvindo histórias, criando as próprias e assistindo a falta de políticas públicas que apazigue a miséria, onde “sua figura frágil, sensível e delicada esconde uma mulher sabedora de sua história e das histórias de seu povo do Vale do Jequitinhonha” (LIMA, 2008, p. 319).

O TRABALHO ARTÍSTICO DE LIRA

Lira apresenta na peça intitulada “Araçuaí” (Figura 3) o sofrimento vivido pelo povo. Cenas de fome, de miséria, de misericórdia, de pedido de socorro. Suas esculturas apresentam pessoas magras, com costelas à mostra, com bocas abertas simbolizando a falta de alimento e com os olhos voltados para os céus, como se pedissem ajuda divina para apaziguar o sofrimento que lhe aplaca. A peça expõe pessoas em agonia, no chão, sem água – característica da região – como se não tivessem amparo institucional, como se a fome fosse a sua única mestra. O vasilhame vazio representa a falta de alimentos para o povo, a fome vivenciada. Ao mesmo tempo em que mantém as mãos no chão à procura de alimentos, um personagem da escultura chama pelo divino, culpa o divino pelo desgosto ostentado e mostra a sua expressão de suplício, de pedido de esmola, de socorro. Um personagem da trama fica sem energia diante da agonia e da morte. Leva a mão no rosto e reza para que aquela morte não tenha tanta dor como se apresenta.

O sofrimento é vivificado na peça pela própria artesã? A artesã talvez faça uma representação da

sua própria vida, da vida do povo que ela conheceu no Morro da Liga, onde nasceu e vive. Vida e arte se misturam e se apresentam na concepção da artista.

Nas suas máscaras (figuras 4, 5, 6, 7, 8), Lira não desaponta o pensamento em relação à escultura. Continua com a simbologia da morte e do sofrimento. Suas máscaras apresentam-se chapadas, sem grandes perspectivas, como que deitadas, mortas. Os olhos fechados para a vida ou olhos de quem já passou por ela. É clara a alegoria da morte nas peças de Lira Marques e a sua descendência africana.

As máscaras são apresentadas sempre com olhos fechados, com semblantes de sofrimento, com lágrimas que marcaram o rosto. Sofrimento do povo negro. Lábios carnudos, nariz achatado, característico do povo negro, africano. Lira peregrina pelo tema da morte, do sofrimento com suas máscaras, como se ela não esquecesse o sofrimento que viveu, viu e ouviu.



Figura 4
Máscara – Artesanato de Lira Marques

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

² Exposição na Galeria de Arte do Sesc, 2009.



Figura 5
Máscara – Artesanato de Lira Marques

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 6
Máscara – Artesanato de Lira Marques

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

A alegoria da morte é constante nos seus trabalhos, o inferno é a representação da pobreza, das diferenças sociais. Trabalha a arte da memória vivida, como se a imagem desse sofrimento fosse latente até os dias de hoje. Em inúmeras entrevistas dadas, a artista artesã sempre fala do sofrimento, do povo, do trabalho de lavadeira que teve ainda na infância. Difícil ler um texto escrito sobre Lira que não cite o sofrimento vivido, da labuta diária da família para sobreviver e que a fez trabalhar desde criança como lavadeira, passadeira e artesã.

Talvez essa genuinidade e os traços peculiares façam com que o trabalho dessa artista seja sublime, extraordinário e provoque tanta emoção em quem os aprecia.

Lira apresenta, no seu trabalho, não só o sofrimento do povo do Vale do Jequitinhonha, mas por extensão, seu trabalho reflete todo o sofrimento dos escravos trazidos da África a ferro e força, toda a

força de um povo que, mesmo sendo escravo, tendo aldeias inteiras dizimadas, sobreviveu e reina com sua força cultural até hoje entre nós.

E é esse sofrimento do povo, a inspiração na vida dos escravos e uma profunda e misteriosa ligação com o continente africano que fazem com que os trabalhos de Lira provoquem tanta emoção em quem se aventura a admirá-los e a viajar no tempo e no espaço, para ganhar a dimensão dos símbolos, das metáforas, enfim, da criação artística. (SANTOS, 2007, p. 19).

Mesmo com o sentido de “morte”, as esculturas de Lira prendem, aprisionam, trazem o delírio do belo, do perfeito. Talvez porque o sentido perpassa as vidas, o sentimento de pobreza agrega-se com a culpabilidade que carrega por não fazer algo mais pela vida das pessoas menos favorecida, sair do altar do egoísmo, pensar um pouco no outro.



Figura 7
Máscara – Artesanato de Lira Marques

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 8
Máscara – Artesanato de Lira Marques

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

A reação diante das obras de Lira alimenta a arte e a fé. Torna-se difícil sair dela, buscar o novo, o inconsciente.

A artista, nesse caso, é influenciada pela história vinda dos seus antepassados, pela situação de penúria que vivenciou e não por outro eu poético. Nesse caso, não se trata de uma redução da artista a uma fonte, como analisa Bloom (2002, p. 58.), mas de uma outra “A influência poética ou, como com frequência a chamo, a apropriação poética, é necessariamente o estudo do ciclo vital do poeta como poeta”.

Pode-se, assim, a partir da reflexão de Bloom (2002), observar, na obra de Lira, a influência da vida vivida pela artista, da experiência adquirida, pelas companhias que teve, pela sua situação financeira e pela intelectualidade ou não adquirida para influenciar a sua obra.

Frota (2005, p. 314-315), confirma a veia poética da artista ao afirmar que:

A produção de Lira como ceramista, nesse período, é dramática e expressionista. Figuras modeladas com ímpeto e dinamismo, elas criam uma unidade entre a vida pessoal da artista e o testemunho do que ocorre diante dos seus olhos: grandes enchentes, rostos distorcidos que emergem da lama.

Na década de 1980, a artista começa a sair do seu inferno astral e diversifica a sua arte, com desenhos em papel e pedra, pintados com cores em tom pastel formadas pela própria terra mineral. O autor do livro *Dicionário da Religiosidade Popular* (POEL, 2013), conta, em texto escrito sobre a autora para exposição em Belo Horizonte em 2009, que “os desenhos novos em papel, ardósia, pedra rolada ou tela fazem lembrar a arte rupestre, mas

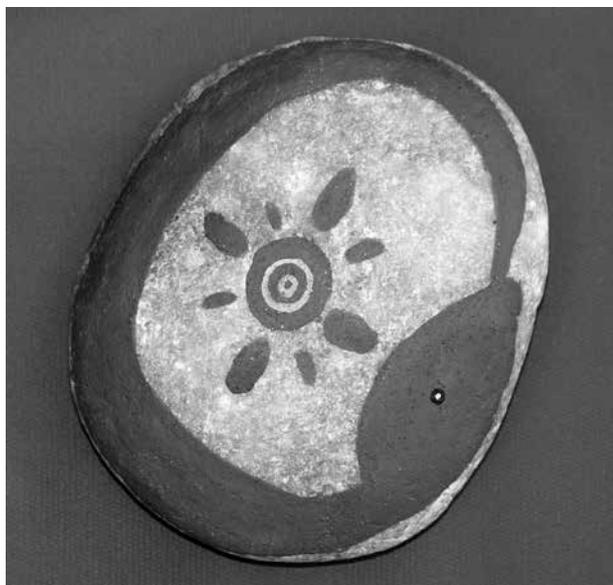


Figura 9
Bichos do sertão

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

são bem mais elaboradas. Sua preferência está nos animais pequenos do Vale chamados por Lira de meus bichos do sertão”.

Maria Lira Marques hoje é uma artesã que já percorreu o mundo com os seus trabalhos em cerâmica. Já realizou exposições individuais no Rio de Janeiro,

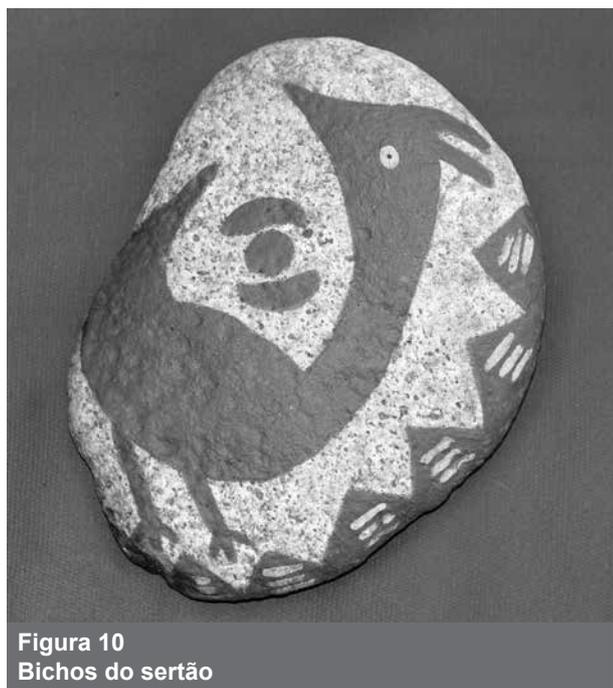


Figura 10
Bichos do sertão

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

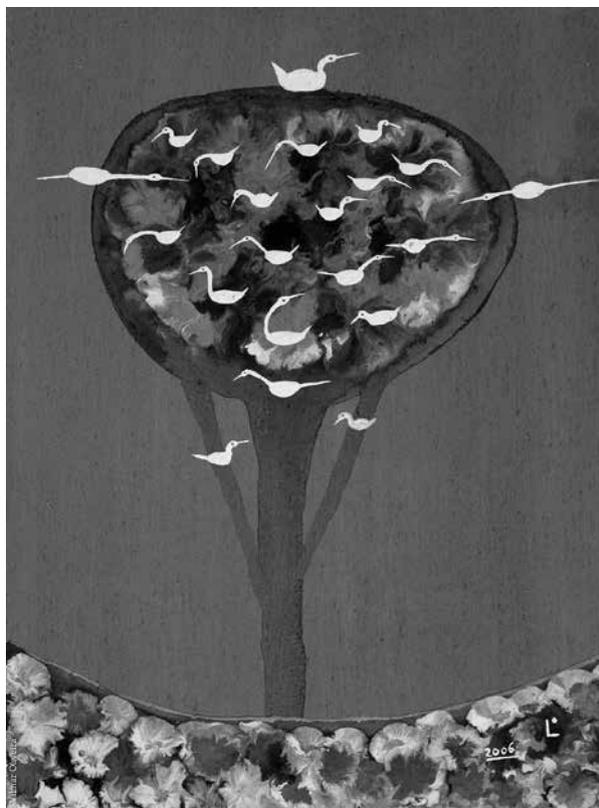


Figura 11
Pintura em cartolinas, utilizando a própria terra como fonte de cor

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

em Belo Horizonte, em Diamantina, na Alemanha, na Bélgica e nos Estados Unidos. Seus trabalhos hoje, além do artesanato, englobam a pesquisa em cultura popular, pinturas em pedras e telas.

É possível caracterizar o trabalho de Lira em 03 fases:

- 1ª) Escultura, onde a artista ainda vivia a influência da miséria, da situação vivida por ela e pelos moradores do Jequitinhonha (Figura 3);
- 2ª) Máscaras, onde o sentimento de miséria foi sublimado, mas ainda persiste um sentimento de tristeza, de morte, de ancestralidade (Figuras 4, 5, 6, 7, 8);
- 3ª) Pintura, onde a artista deixa a angústia da morte, do sofrimento da miséria e evoca outros elementos para compor a sua obra. Elementos alegres e com desenhos de vidas, como ela mesma afirma, em entrevista à Frota (2005, p.

316) “[...] são meus bichos do sertão. Parece um veado, parece formiga, mas isso não quer dizer o nome dele não. É aquele bicho que vem na imaginação” (Figuras 9, 10 e 11).

Lira provoca descontinuidade em sua obra, evita a repetição, expressa os sentimentos. Nessa nova face da artista, ela passa a deixar de lado o “gerar-se a si mesmo” como aponta Bloom (2002). Ela sublima o sentimento de sofrimento e modifica a sua arte, utilizando ainda elementos do passado, ligados ao seu sofrimento e à ternura: a terra.

O seu trabalho em pintura utiliza a terra como instrumento de elo para sair do sentido da morte, sofrimento que sua obra apresenta enquanto escultura e máscaras. Nesse novo trabalho que começa a desenvolver, ela traz elementos do passado, mas não com tanta ênfase como era nas esculturas e nas máscaras. Ela desenha animais, plantas, sinais de água e tudo tendo a terra como elemento de elo entre a morte e a vida (Figura 11). Há nesse novo trabalho da artista a presença de alegria.

CONCLUSÃO

De uma coisa os apreciadores da arte de Lira têm certeza. Lira é uma poetiza: sua obra eleva, faz ser mais humano e encanta sempre, sendo objeto de inspiração musical, como canta o músico da cultura popular da região, Rubinho do Vale. Pode-se dizer que muitos se inspiram e se inspiraram na sua obra e, com certeza, ela continuará a ser a “poeta forte” de muitos artistas.



Figura 12
Pintura com terra sobre cartolina

Foto: Vilmar Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal.

Cantiga Pra Lira

Música de Rubinho do Vale

Lá vem trinta trovadores
No meio uma moça de trança
A cantar os seus valores
Um beira-mar e uma dança, uma esperan-
rança de resistir
Com a mesma força das águas do rio
Araçuaí
O seu olhar é uma mina
Que aflora e mina tanto amor
Com seu coração de ouro
Tesouro tão encantador
Do barro em suas mãos de manjedoura
Vai nascendo cada criatura tão
encantadora
Quem vai lá ver sua arte
Não parte antes que admira
Como é que a mão de Lira
Transpira tanta emoção
Meu Deus onde é que ela inspira
Quando ela fala o sentimento fala lá do
coração
Me ajude a levantar
Cortar as dores na raiz
Plantar flores no país
Meninos, homens explorados
Fantasminhas e flagelados
Eu quero ver crescer nesse lugar um
povo mais feliz

REFERÊNCIAS

AGENCIA MINAS GERAIS. *Pimentel lança Fóruns Regionais para assegurar participação popular na gestão estadual*. 2015. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/pimentel-lanca-foruns-regionais-para-assegurar-participacao-popular-na-gestao-estadual/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BLOOM, Haroldo. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

FROTA, Lélia Coelho. *Pequeno dicionário da arte do povo brasileiro, século XX*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005. 440 P.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003*. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2002>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

_____. *Cidades @*: mapa de pobreza e desigualdade – municípios brasileiros – 2003. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=310340&idtema=19&search=minas-gerais|aracuai|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

LIMA, Beth. *Em nome do autor*. artistas artesãos do Brasil. São Paulo: Proposta, 2008.

MARQUES, Maria Lira de; REIS, Josefa Alves. *Catalogo de exposição: 04 de novembro – 06 de dezembro*. Serviço Social do Comércio de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2009. Folheto elaborado para a exposição na galeria de Arte do SESC-MG.

MEDEIROS, Gonzaga. *Jequitinhonha antologia poética I*. Belo Horizonte: Ufilivros, 1982.

OLIVEIRA, Vilmar. *Descendo o Rio, os caminhos da cerâmica no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Rona, 2007.

OLIVEIRA, Vilmar. Fotos Vilmar Oliveira. Belo Horizonte. Fotografias digital, coloridas. Acervo pessoal, 2011.

PAPO QUE VALE. *Água*: patrimônio do Jequitinhonha. 2013. Disponível em: <<http://papoquevale.wix.com/papoquevale>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

POEL, Francisco Van Der. *Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil*. Curitiba: Nossa Cultura, 2013.

SANTOS, José Pereira dos. *Com a cerâmica e a madeira do Vale do Jequitinhonha*: vida e obra das artesãs Maria Lira Marques e Josefa Alves dos Reis. Araçuaí, MG: Luz da Lua, 2007.

SILVA, Joaquim Celso Freire. *Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha*: a difícil construção da nova cultural política regional. Santo André, SP: Alpharrabio; São Caetano do Sul, SP: Universidade IMES, 2005.

SOUZA, João Valdir Alves de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. Montes Claros, MG: Unimontes Científica, 2003.

VALE, Rubinho do. ABC do amor. Belo Horizonte: M. Jardim Produções Artísticas, 2000.

Artigo recebido em 6 de junho de 2015
e aprovado em 10 de agosto de 2015.

Normas para publicação

Os artigos devem:

- Ser enviados por e-mail, preferencialmente, desde que não excedam o limite de dois megabytes. Acima desse limite, em mídia de CD-ROM, acompanhada de cópia impressa.
- Ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Preferencialmente, ser assinados por, no máximo, três autores.
- Ser apenas um por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- Incluir, em nota de rodapé, os créditos institucionais do autor, referência à atual atividade profissional, titulação, endereço para correspondência, telefone, e-mail.
- Ter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25.
- Vir acompanhados de resumo e *abstract* com, no máximo, 10 linhas, entrelinha simples, contendo, quando cabível, tema, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões. Abaixo do resumo e do *abstract*, incluir até cinco palavras-chave e *keywords*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.
- Apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é título e subtítulo. O título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto. O subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo.
- Contar com tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) numerados consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e serem localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- Conter todo e qualquer tipo de ilustração acompanhado dos originais, de forma a garantir fidelidade e qualidade na reprodução, observando que a publicação é impressa em preto e branco. Se as fotografias forem digitalizadas, devem ser escaneadas em 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas com a extensão TIFF. Se forem em preto e branco, devem ser escaneadas em 300 dpi, em tons de cinza. Se for usada máquina digital, deve-se utilizar o mesmo procedimento com relação a dpi e extensão, de acordo com o item “Ilustrações” do *Manual de Redação e Estilo da SEI*, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”.
- Destacar citações diretas que ultrapassem três linhas, apresentando-as em outro parágrafo, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho de fonte 10 e sem aspas (NBR 10520:2002 da ABNT).
- Quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo.
- Evitar as notas, sobretudo extensas, usando-as apenas quando outras considerações ou explicações forem necessárias ao texto, para não interromper a sequência lógica da leitura e não cansar o leitor.
- Indicar as notas de rodapé por números arábicos, aparecendo, preferencialmente, de forma integral na mesma página em que forem inseridas.
- Conter referências completas e precisas, adotando-se o procedimento informado a seguir.

Referências

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou, no caso de autoria desconhecida, pela primeira palavra do título da obra seguida de reticências, ano e página. Quando incluída na sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas, e quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas.

Exemplos:

- A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152).
- “O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de menoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta” (LOSURDO, 2006, p. 240).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT.

Exemplos:

Para livros:

- BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

Para artigos e/ou matéria de revista, boletim etc.:

- SOUZA, Laumar Neves de. Essência x aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

Para partes de livros:

- MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: _____ (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.

Originais

Os originais apresentados serão considerados definitivos. Caso sejam aprovados, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente, cabendo ao mesmo fornecer informações adicionais, se necessário. Serão também considerados como autorizados para publicação por sua simples remessa à revista, não implicando pagamento de direitos autorais. A editoria-geral da SEI e a coordenação editorial do volume, em caso de aceitação do texto, reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, entre outras intervenções, afim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição e expresso no *Manual de Redação e Estilo da SEI*, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”. Comprometem-se ainda a responder por escrito aos autores e, em caso de recusa, a enviar-lhes os resumos dos pareceres.

COLABORARAM NESSE NÚMERO:

Adller Moreira Chaves

Alberta Emília Dolores de Goes

Almiralva Ferraz Gomes

Ângela Rosa da Silva

Arlete Moura Almeida

Eunice Léa de Moraes

Fernanda Argolo

Guilhardes de Jesus Júnior

Hila Romena Lopes de Carvalho

Iole Macedo Vanin

Janice Rodrigues Placeres Borges

Joice de Souza Freitas Silva

Linda Rubim

Luana Junqueira Dias Myrrha

Luciana Conceição de Lima

Mônica de Moura Pires

Nilma Barbosa da Conceição Dias

Noeme Sílvia Oliveira Santos

Olívia Santana

Salvador Dal Pozzo Trevizan

Vilmar Oliveira de Jesus

Wanessa Alves Pereira e Souza



SECRETARIA DE
POLÍTICAS PARA
AS MULHERES

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

ISSN 0103 8117



977010381100-1